



**Plano
Director Municipal
de Torres Vedras**

Processo de Revisão | Proposta de Plano

Versão Final | Abril 2006

volume II | documentos complementares

**Estudos de Caracterização
do Território Municipal**



Torres Vedras
Câmara Municipal

ÍNDICE

1 – LOCALIZAÇÃO	6
2 – CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E PAISAGÍSTICA DO TERRITÓRIO.....	9
2.1 – ANÁLISE BIOFÍSICA	9
2.1.1 – Geomorfologia: Altimetria e Orografia	9
2.1.2 – Hidrografia	10
2.1.3 – Hidrologia.....	11
2.1.4 – Bacias Hidrográficas.....	12
2.2 – GEOLOGIA E LITOLOGIA	13
2.3 – RECURSOS MINERAIS	15
2.4 – CLIMA	16
2.4.1 – Temperatura do Ar.....	16
2.4.2 – Precipitação	17
2.4.3 – Humidade Relativa	17
2.4.4 – Vento	17
2.4.5 – Insolação	17
2.5 – ORLA COSTEIRA	18
2.6 – RECURSOS NATURAIS.....	18
2.6.1 – Solo.....	18
2.6.1.1 – Pedologia.....	18
2.6.1.2 – Capacidade de uso	23
2.6.1.3 – Uso do Solo	24
2.6.1.4 – Potencialidades Agrárias/Vocação dos Solos	24
3. ESTRUTURA HUMANIZADA.....	30
3.1 – SÍNTESE HISTÓRICA.....	30
3.2 – CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA	33
3.2.1 – Região de Lisboa e Vale do Tejo.....	33
3.2.2 – Concelho de Torres Vedras.....	40
3.2.2.1 – População Residente e Habitação	40
3.2.2.2 – Estrutura Etária da População Residente	48
3.2.2.3 – Taxa de Crescimento Natural	49
3.2.2.4 – Saldo Migratório.....	50
3.2.2.5 – Taxa de Crescimento Efectivo.....	50
3.2.2.6 – Povoamento	51
3.2.2.7 – Densidade Populacional.....	53
3.3 – HIERARQUIA DOS PERÍMETROS URBANOS	55
3.4 – ÁREAS DE EDIFICAÇÃO DISPERSA EM SOLO RURAL	62
3.5 – ESTRUTURA ECONÓMICA	66
3.5.1 – Caracterização Económica.....	66
3.5.1.1 – Agricultura.....	66
3.5.1.2 – Indústria.....	71
3.5.1.3 – Terciário	73
3.5.1.4 – Turismo	75
3.6 – EQUIPAMENTOS	79
3.6.1 – Saúde	79
3.6.1.1 – Introdução.....	79
3.6.1.2 – Cuidados Primários: Saúde Pública e Centro de Saúde	80
3.6.1.3 – A rede hospitalar concelhia – Hospital José Maria Antunes Júnior e Hospital Distrital	81
3.6.1.4 – A rede de transporte de doentes	83
3.6.2 – Educação.....	85

3.6.2.1 – Caracterização Actual da Rede Escolar	85
3.6.3 – <i>Acção Social</i>	92
3.6.4 – <i>Desporto</i>	93
3.6.4.1 – Introdução	93
3.6.4.2 – Modalidades Praticadas	93
3.6.5 – <i>Cultura</i>	111
3.6.5.1 – Música	111
3.6.5.2 – Teatro	111
3.6.5.3 – Folclore	112
3.6.5.4 – Dança	112
3.6.5.5 – Museus	112
3.6.5.6 – Associações Culturais/Grupos Recreativos	112
3.6.6 – <i>Administração Pública</i>	113
3.6.7 – <i>Prevenção e Segurança Pública</i>	116
3.6.7.1 – Guarda Nacional Republicana (GNR)	116
3.6.7.2 – Polícia de Segurança Pública (PSP)	117
3.6.7.3 – Bombeiros Voluntários de Torres Vedras (BVTV)	117
3.6.7.4 – Protecção Civil	118
3.6.8 – <i>Mercados e Feiras</i>	119
3.6.8.1 – Feira de São Pedro	119
3.6.8.2 – Mercado Abastecedor	119
3.6.8.3 – Mercado Retalhista	120
3.7. REDES E INFRAESTRUTURAS	121
3.7.1 – <i>Rede de Abastecimento de Água</i>	121
3.7.1.1 – Sistema da Cidade	121
3.7.1.2 – Sistema de Serra da Vila/Zona Sul	121
3.7.1.3 – Sistema de Serra da Vila/Marco Grande	122
3.7.1.4 – Sistema de Serra da Vila/São Pedro da Cadeira	122
3.7.1.5 – Sistema Penedo/Zona Norte	123
3.7.1.6 – Sistema Penedo/Zona Este	123
3.7.1.7 – Sistema Carreiras/Serra de São Julião/Moncova	124
3.7.1.8 – Sistema Corujeira	124
3.7.1.9 – Sistema Louriceira	124
3.7.1.10 – Outros Abastecimentos	125
3.7.1.11 – Proveniência da Água	125
3.7.1.12 – Número de Consumidores por Sistema	126
3.7.1.13 – Estrutura de Consumo	126
3.7.1.14 – Extensão das Conduitas e Redes de Distribuição de Água	127
3.7.1.15 – Empresa Águas do Oeste, SA	127
3.7.2 – <i>Redes de Saneamento e Águas Residuais</i>	128
3.7.2.1 – Sistemas de Tratamento e Recolha de Esgotos	129
3.7.2.2 – Sistema de Tratamento e Recolha de Esgotos de Torres Vedras	129
3.7.2.3 – Sistema de Tratamento e Recolha de Esgotos de Silveira	130
3.7.2.4 – Sistema de Tratamento e Recolha de Esgotos de Maceira	130
3.7.2.5 – Sistema de Tratamento e Recolha de Esgotos de Vila Facaia	130
3.7.2.6 – Sistema de Tratamento e Recolha de Esgotos de Figueiras	130
3.7.2.7 – Sistema de Tratamento e Recolha de Esgotos de Porto Novo	130
3.7.2.8 – Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR)	131
3.7.2.9 – Empresa Águas do Oeste	132
3.7.3 – <i>Rede de Resíduos Sólidos Urbanos</i>	133
3.7.3.1 – Circuitos de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos	133
3.7.3.2 – Recursos Humanos	134
3.7.3.3 – Equipamentos	134
3.7.3.4 – Composição dos Resíduos Sólidos Urbanos	135
3.7.3.5 – Peso Específico	135

3.7.3.6 – Quantitativos produzidos	135
3.7.3.7 – Evolução na produção de resíduos no Concelho.....	136
3.7.3.8 – Capitações	136
3.7.3.9 – Destino Final dos Resíduos Sólidos Urbanos	136
3.7.3.10 – Recolha Selectiva	137
3.7.4 – Rede de Transportes.....	139
3.7.4.1 – Introdução.....	139
3.7.4.2 – O Sistema Rodoviário.....	139
3.7.4.3 – O Sistema de Transportes Públicos.....	141
3.7.4.4 – Transporte Rodoviário de Apoio à Rede Escolar.....	142
3.7.4.5 – Rede Urbana	142
3.7.4.6 – Rede Intra-Concelhia	143
3.7.4.7 – Rede Extra-Concelhia ou Interurbana.....	144
3.7.5 – Infraestruturas Rodoviárias.....	145
3.7.5.1 – Rede Rodoviária Nacional.....	145
3.7.5.2 – Rede Rodoviária Municipal.....	146
3.7.6 – Infraestruturas Ferroviárias.....	151
3.7.6.1 – Linha do Oeste.....	151
4.1. INVENTÁRIO MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO	152
4.1.1 – Freguesia de A-dos-Cunhados.....	152
4.1.2 – Freguesia de Campelos.....	153
4.1.3 – Freguesia de Carmões	153
4.1.4 – Freguesia de Carvoeira	154
4.1.5 – Freguesia de Dois Portos	156
4.1.6 – Freguesia de Freiria.....	158
4.1.7 – Freguesia de Maceira	159
4.1.8 – Freguesia de Matacães	160
4.1.9 – Freguesia de Maxial	162
4.1.10 – Freguesia de Monte Redondo	165
4.1.11 – Freguesia de Outeiro da Cabeça.....	165
4.1.12 – Freguesia de Ponte do Rol.....	166
4.1.13 – Freguesia de Ramalhal.....	167
4.1.14 – Freguesia de Runa	168
4.1.15 – Freguesia de Santa Maria	170
4.1.16 – Freguesia de São Pedro da Cadeira	172
4.1.17 – Freguesia de São Pedro e Santiago.....	175
4.1.18 – Freguesia de Silveira	179
4.1.19 – Freguesia de Turcifal.....	181
4.1.20 – Freguesia de Ventosa.....	183
5. PLANO DIRECTOR MUNICIPAL EM VIGOR.....	186
5.1 – HISTORIAL.....	186
5.2 – EQUIPA TÉCNICA	186
5.2.1 – Equipa Externa	186
5.2.2 – Colaboradores Internos – Câmara Municipal de Torres Vedras.....	186
5.3 – DADOS TÉCNICOS.....	187

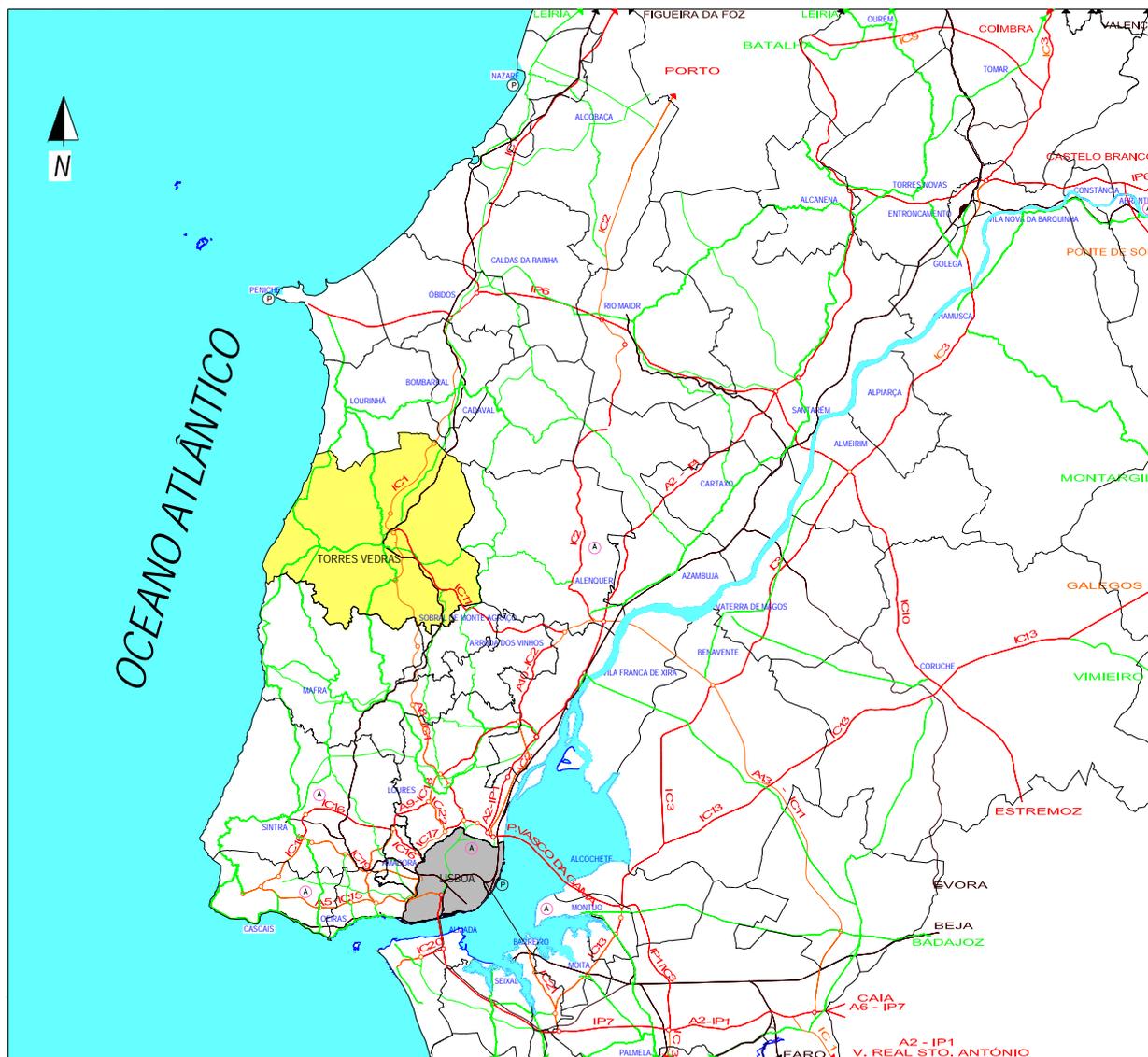
1 – LOCALIZAÇÃO

O Concelho de Torres Vedras pertence ao distrito de Lisboa, província da Estremadura, inserido na área abrangida pela Associação de Municípios do Oeste. É um concelho rural de 1.ª ordem, fiscal de 1.ª classe. Pertence à Comarca de Torres Vedras, Distrito e Diocese de Lisboa.

Possui uma área de 407,09 Km² distribuídos por 20 freguesias: A-dos-Cunhados, Campelos, Carmões, Carvoeira, Dois Portos, Freiria, Maceira (criada em 1997), Matacães, Maxial, Monte Redondo, Outeiro da Cabeça, Ponte do Rol, Ramalhal, Runa, Santa Maria (Torres Vedras), São Pedro da Cadeira, São Pedro e Santiago (Torres Vedras), Silveira, Turcifal e Ventosa.

É limitado a Norte pelo concelho de Lourinhã, a Nordeste pelo concelho do Cadaval, a Este pelo concelho de Alenquer, a Sudeste pelo concelho do Sobral de Monte Agraço, a Sul pelo concelho de Mafra e a Oeste pelo Oceano Atlântico.

No *Mapa 1*, pode-se observar a posição geográfica do concelho de Torres Vedras integrado na Região de Lisboa e Vale do Tejo, bem como a principal rede de infraestruturas de transportes e comunicações.



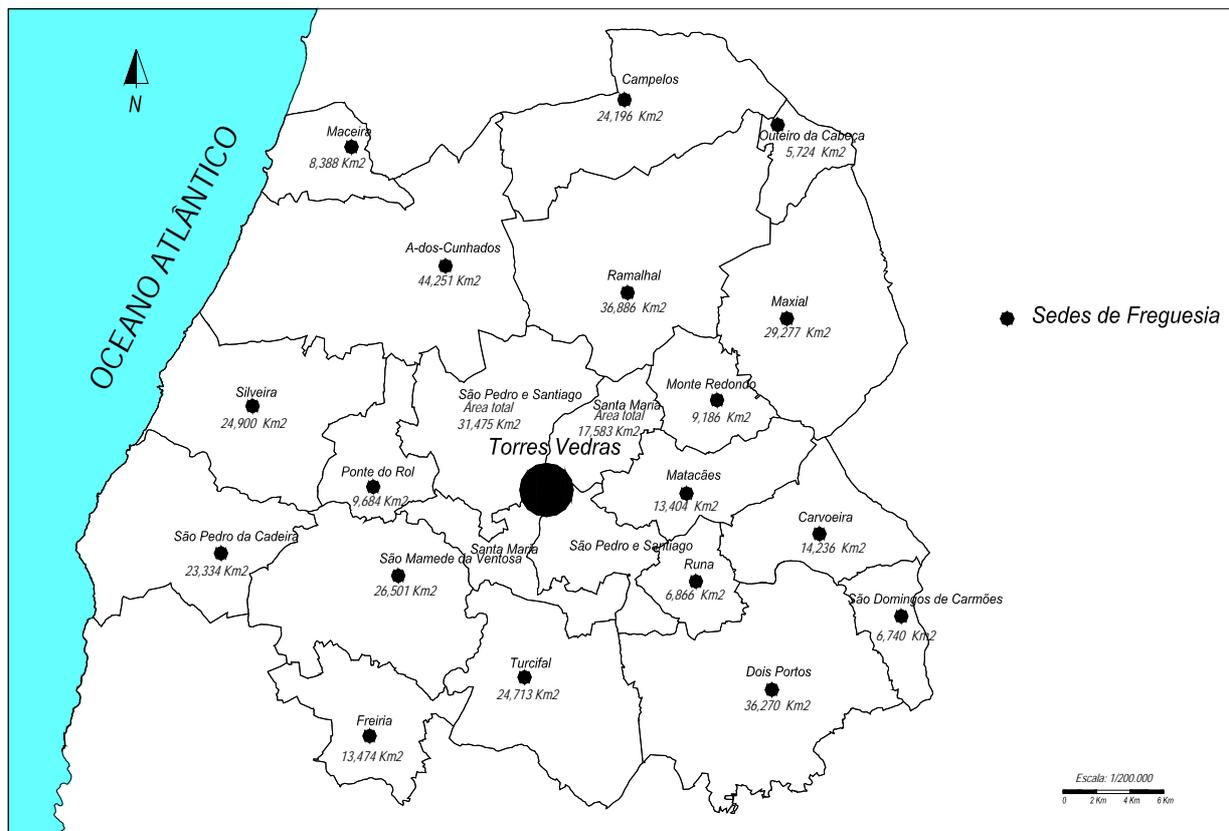
INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTE

Fonte: JAE, PROTAML, PDM



Mapa 1 – Posição Geográfica do Concelho de Torres Vedras na Região de Lisboa e Vale do Tejo

O *Mapa 2* apresenta a posição geográfica das sedes de freguesia do concelho de Torres Vedras, bem como as áreas de cada freguesia.



Mapa 2 – Sedes de Freguesia do Concelho de Torres Vedras

2 – CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E PAISAGÍSTICA DO TERRITÓRIO

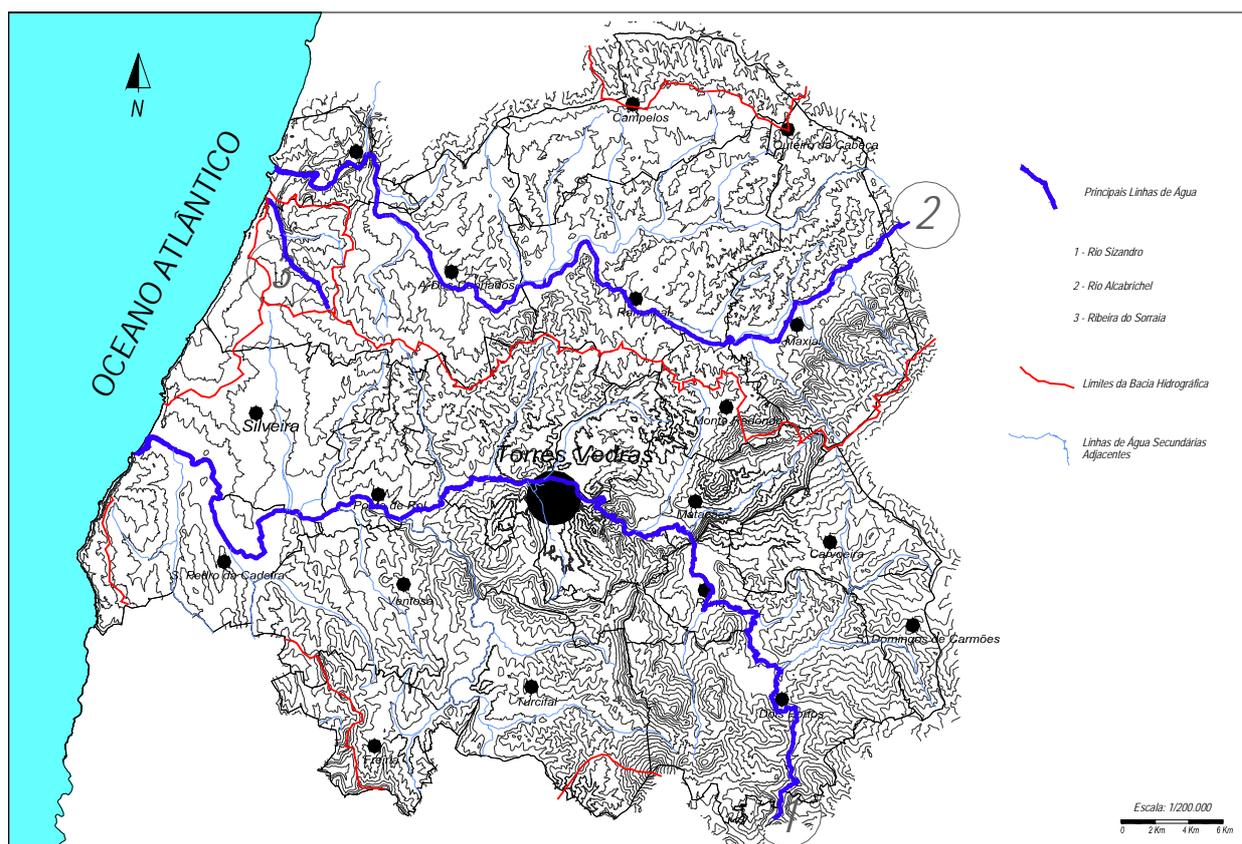
2.1 – Análise Biofísica

2.1.1 – GEOMORFOLOGIA: ALTIMETRIA E OROGRAFIA

O concelho de Torres Vedras tem uma superfície terrestre bastante ondulada, com uma altimetria que vai desde a cota 0 (zero) até à 395 (trezentos e noventa e cinco), respectivamente ao nível do mar e na Serra do Socorro.

As arribas rematam toda a orla marítima, existindo praia desde a margem Sul do Rio Sizandro até ao Norte do concelho.

A Sudeste de uma linha imaginária entre São Mamede da Ventosa e Maxial, situa-se a área mais declivosa do concelho.



Mapa 3 – Geomorfologia do Concelho de Torres Vedras

Em consequência da altimetria, conjugada com a utilização predominantemente florestal dos solos mais a Norte do concelho, cria-se uma barreira natural aos ventos predominantes da região Noroeste e simultaneamente à salsugem, distinguindo-se assim duas áreas de conforto ambiental dominantes:

1) Uma, a Norte da linha Nordeste-Sudoeste que passa por Torres Vedras é caracterizada por:

- Vento de maior velocidade;
- Salsugem;
- Maior número de sebes de *Arundo donax* (caniços).

2) A outra, a Sul daquela linha é caracterizada por:

- Vento de menor velocidade;
- Menor número de sebes de *Arundo donax* (caniços).

Como resultado da geomorfologia, dos solos mais férteis, do clima e da diversidade das aptidões agrícolas, a metade Sul do concelho criou condições favoráveis à fixação da população nesta região.

2.1.2 – HIDROGRAFIA

No concelho de Torres Vedras destacam-se os Rios Alcabrichel e Sizandro. Estes cursos de água têm desempenhado, até hoje, pouca influência, porque de uma forma natural, devido ao seu regime, não garantem um caudal permanente para irrigação.

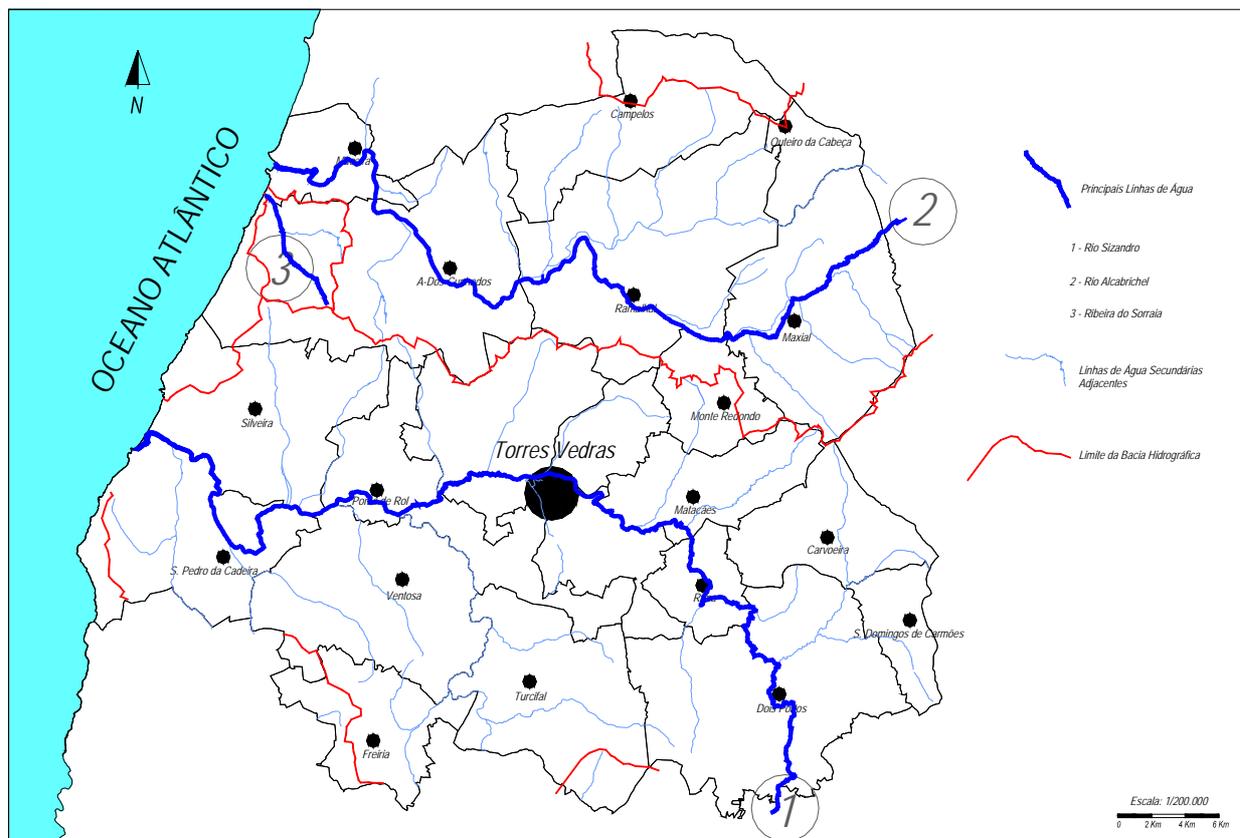
Nalguns deles, e pontualmente, fazem-se pequenas represas para regar pequenas áreas, mas a função comum a quase todos estes cursos de água tem sido a de vazadouro de efluentes urbanos e de instalações suinícolas, de destilarias e de outras unidades industriais.

As áreas com potencialidade para o regadio estão por vezes restringidas no seu aproveitamento, devido ao encharcamento no Inverno, por baixas cotas, ou por má drenagem, situação que tem vindo a ser considerada, por forma a tentar melhorar a sua utilização.

Segundo o Atlas do Ambiente, a quantidade de água nas redes hidrográficas da região (quantidade de escoamento) é aproximadamente de 150 mm/ano. Supondo dotações de rega de 500 mm/ano teríamos escoamento para regar cerca de $\frac{1}{4}$ da zona territorial do concelho, embora este valor esteja dependente das perdas nas zonas de armazenamento de água, devendo este valor ser inferior (PDAR, Caldas da Rainha)*.

Fonte: PDAR - Programa de Desenvolvimento Agrário Regional de Torres Vedras

2.1.3 – HIDROLOGIA



Mapa 4 – Mapa Hidrológico do Concelho de Torres Vedras

Pretendeu-se caracterizar os recursos hídricos subterrâneos do concelho e identificar áreas, que pela sua natureza geológica, tenham a probabilidade de proporcionar a captação de água.

Estabeleceram-se manchas com potencialidades aquíferas, em função do tipo de litologia, da estrutura e da espessura das formações geológicas e estabeleceram-se os limites das bacias hidrográficas – *Mapa 4.*

O concelho de Torres Vedras apresenta boas condições aquíferas, devido sobretudo às extensas formações de grés, que ocupam grande parte do seu território.

A captação de águas subterrâneas para fins agrícolas é feita essencialmente através de poços. Nas zonas hortícolas da região, tem-se assistido a uma proliferação de furos, muitos deles não licenciados, que acabam por interferir reciprocamente na respectiva exploração, acrescentando o problema das intrusões salinas que conduzem à contaminação parcial ou total do aquífero.

É conhecido na região o elevado grau de poluição das linhas de água devido a actividades agrícolas, industriais e urbanas. Em zonas geologicamente mais permeáveis, a descarga indisciplinada de efluentes é conducente à contaminação dos recursos subterrâneos.

Tal situação, compromete os vários aproveitamentos possíveis, designadamente:

- o abastecimento da população;
- a produtividade das actividades vegetais e animais;
- a produtividade industrial diversa;
- aspectos de enquadramento paisagístico e valorização ambiental e turística.

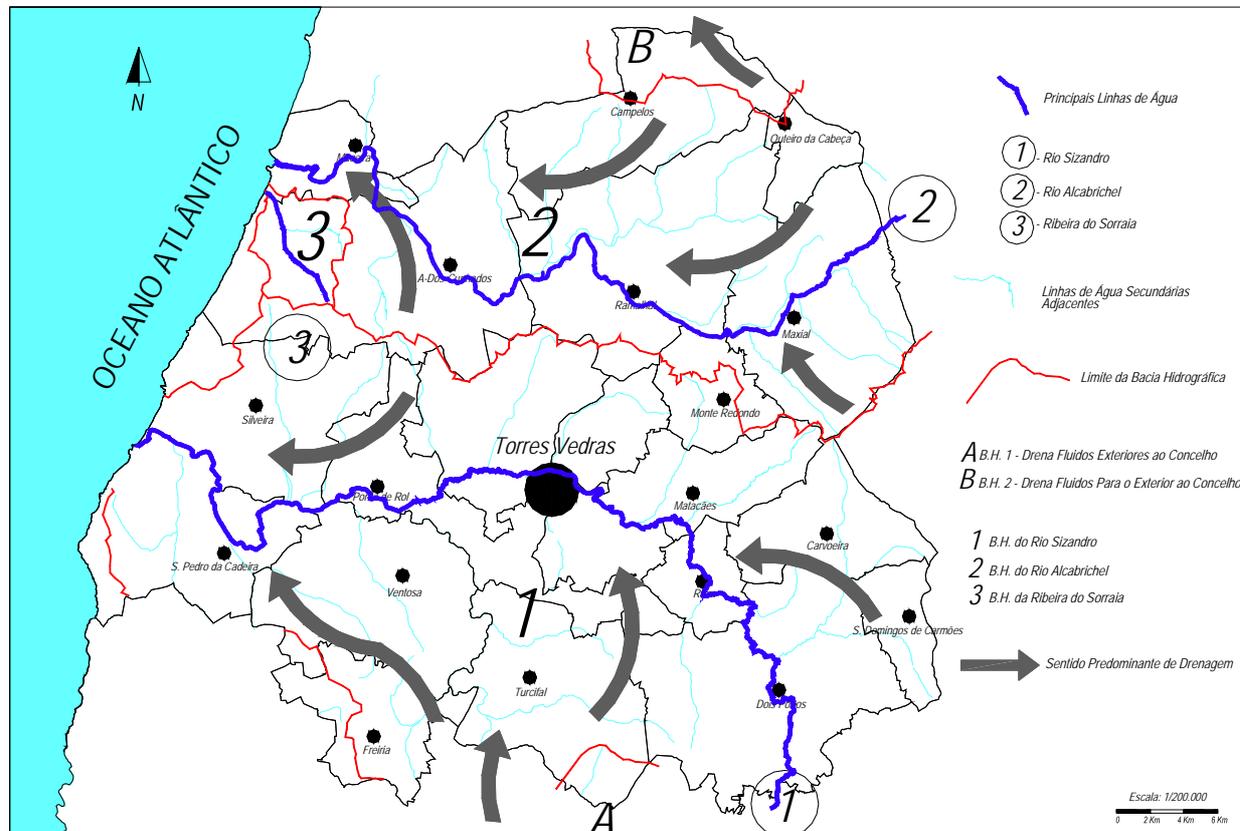
2.1.4 – BACIAS HIDROGRÁFICAS

Intimamente ligadas à geomorfologia, existem as Bacias Hidrográficas – *Mapa 5*.

O concelho de Torres Vedras tem associado às suas principais linhas de água as respectivas Bacias Hidrográficas: Rio Sizandro, Rio Alcabrichel e Ribeira do Sorraia. São cursos de água com sentido de escoamento Este-Oeste, de maior caudal no Inverno, coincidindo com o período de maior precipitação, e de menor caudal no Verão.

Enquanto o Rio Sizandro e o Rio Alcabrichel nascem fora do concelho, drenando fluídos exteriores ao concelho, a Ribeira do Sorraia nasce e desagua em território concelhio. Cabe aqui realçar que a grande maioria das linhas de água afluentes destes rios têm as cabeceiras (nascentes) já no interior do concelho.

De notar ainda que uma zona significativa da costa drena directamente para o mar, dissociada do sistema atrás referido.



Mapa 5 – Bacias Hidrográficas e Sentidos de Drenagem no Concelho de Torres Vedras

2.2 – Geologia e Litologia

As formações geológicas predominantes no concelho de Torres Vedras (*Mapa 6*) são fundamentalmente de origem sedimentar, tendo como áreas dominantes:

- O **grés**, fundamentalmente em duas manchas:

Envolvendo a Senhora do Socorro e prolongando-se por uma língua até Catefica.

Uma área, entre duas linhas convergentes, em Casalinhos de Alfaiata:

- uma que liga Casalinhos de Alfaiata (freguesia de Silveira)/Torres Vedras/Monte Redondo/Maxial;
- a outra que liga Casalinhos/Vila Facaia (freguesia de Ramalhal)/Outeiro da Cabeça.

- Os **Aluviões**, do Quaternário, associados aos vales das linhas de água e muito importantes do ponto de vista hidrogeológico, com destaque para as manchas dos vales do Alcabrichel e Sizandro.

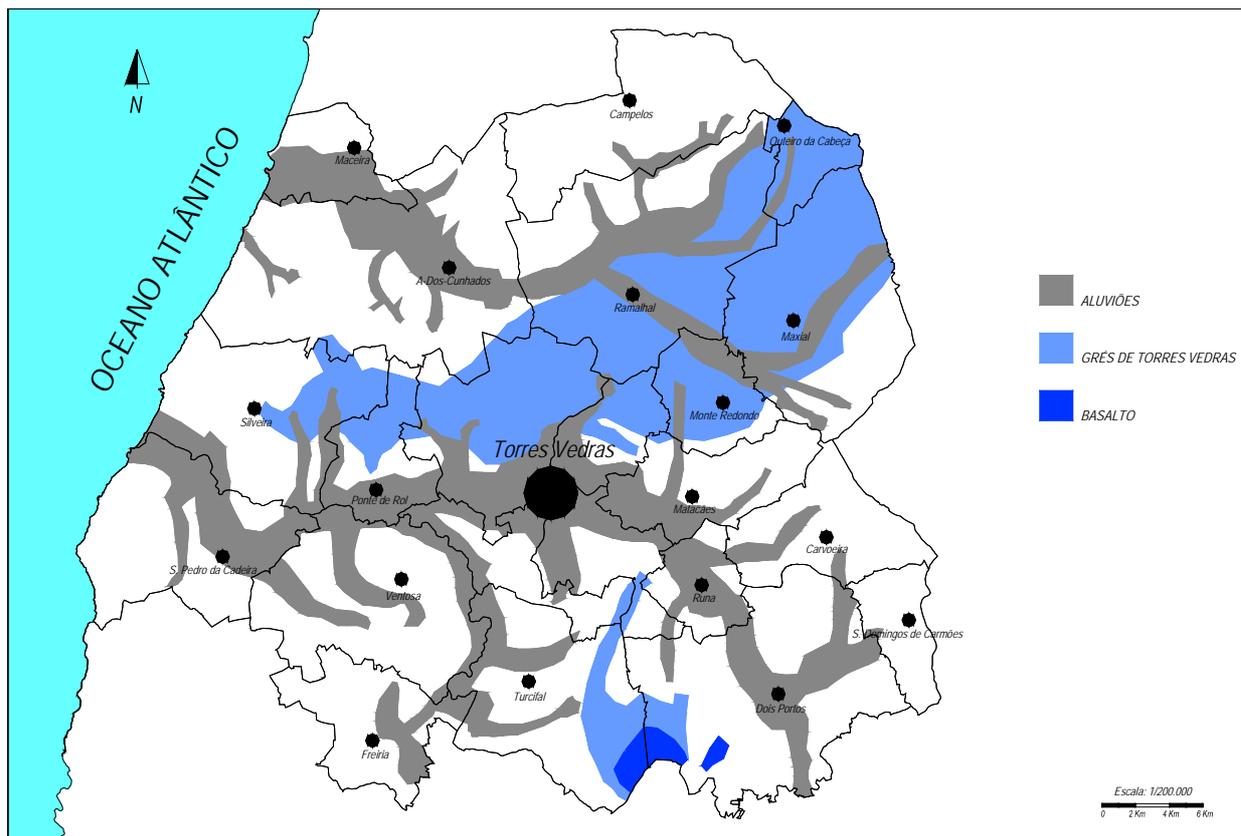
- As **Dunas e Areias de Duna** do Quaternário, assim como as areias de praia afloram em estreitas faixas junto ao litoral.

- Os **Depósitos de antigas praias** e terraços do quaternário, destacando-se os de Silveira e A-dos-Cunhados.

Não sendo de origem sedimentar e constituindo excepção, mas de origem predominantemente basálticos, os **afloramentos de rochas ígneas** são pouco significativos, destacando-se: o Monte do Socorro e as Mariquitas que são duas chaminés de basalto.

Como consequência da geologia aparece:

- a fisiografia;
- a distribuição de floresta e da agricultura (Norte e Sul respectivamente);
- áreas de maior infiltração (aluviões);
- áreas com riscos de erosão (exemplo: grés);
- distribuição de recursos geológicos (exemplo: pedreiras).



Mapa 6 – Mapa Geológico do Concelho de Torres Vedras

2.3 – Recursos Minerais

Águas Minerais

- “Cucos” – Situadas a Sudeste de Torres Vedras, no vale do Rio Sizandro, estão relacionadas com uma falha tectónica de Noroeste-Sudoeste que se prolonga até aos moinhos de vento de Cabaços, moinho da Serra das Marvãs e moinho do Casal do Aleixo.

São águas bicarbonatadas, sódicas, muito radioactivas, pelo Radon, com indicações terapêuticas para reumatismo, doenças de nutrição e de circulação, frequentemente utilizadas em banhos de imersão e lamas.

- “Vimeiro” – Situadas no vale do Rio Alcabrichel, próximo da povoação de Maceira, é constituída pela exploração de duas nascentes: Rainha Santa Isabel e Fonte dos Frades. São águas bicarbonatadas e cloretadas.

Areias

Extracções de areias e saibros, predominantes nas formações de “Grés de Torres Vedras”.

Argilas

Exploradas nas formações do Jurássico superior, localizando-se na área Norte do concelho, abrangendo as freguesias de Campelos, Maxial, Monte Redondo, Outeiro da Cabeça e Ramalhal, são utilizadas para o fabrico de telhas e tijolos, nas cerâmicas da região.

Calcários

Provêm sobretudo das formações do Cretácico e são geralmente aproveitados para a construção civil e empedramento, sob a forma de britas, preparação de cal e calçadas.

No concelho podem ser encontrados, por exemplo, na pedreira de Espera (Runa) e pedreira de Porto Novo (Maceira).

Salgema

Encontram-se importantes massas de Salgema no Diapiro de Matacães, sendo a exploração feita através da injeção de água e dissolução do sal em profundidade. A água salgada assim obtida é encaminhada para as fábricas da Póvoa de Santa Iria, por meio de uma conduta com algumas dezenas de quilómetros de comprimento.

2.4 – Clima

O clima da Região Oeste, sob a forte influência atlântica, proporciona normalmente um Verão fresco e um Inverno ameno. Eis as principais características climáticas regionais:

- temperaturas mínimas muito amenas durante os meses mais frios.
- quase ausência de geadas na faixa litoral.
- Verão fresco e ventoso, com elevada frequência de nevoeiros.
- elevada humidade do ar durante todo o ano, mas especialmente marcante durante o Verão quando comparada com as regiões do interior do país.
- baixas amplitudes térmicas diárias e anuais.

Em comparação com as outras regiões da Europa, o clima do Oeste está num ponto intermédio entre os climas de Verão fresco da Europa Ocidental e os climas de Inverno ameno da Europa do Sul:

- o clima do Algarve ou das regiões da bacia mediterrânea como Almeria, Sicília ou Creta, propicia um Inverno mais ameno e com maior radiação solar, mas o Verão é em geral muito quente e seco.
- o inverno do Oeste tem temperaturas mínimas quase tão amenas como as regiões do Algarve e da bacia mediterrânica, mas é muito mais húmido e tem menor radiação global.
- o Verão do Oeste é muito mais fresco, permitindo prolongar o ciclo cultural das culturas de Primavera e antecipar a plantação das culturas de Outono.

No entanto, algumas das características do clima do Oeste podem ser inconvenientes para a cultura de hortícolas:

- a nortada no Verão e o vento de Sudoeste no Inverno exigem a colocação de corta-ventos para abrigar as culturas, o que dificulta a mecanização e reduz a área útil de cultivo.
- a elevada humidade favorece o desenvolvimento de doenças criptogâmicas obrigando à realização de inúmeros tratamentos fitossanitários, exigindo medidas de prevenção para cada tipo de cultura.

Em resumo, a região Oeste apresenta um microclima que a permite classificar entre as três regiões do mundo com melhores condições climáticas para a produção de hortícolas.

2.4.1 – TEMPERATURA DO AR

A temperatura média anual do concelho ronda os 15° C e não se verificam grandes oscilações de local para local, embora a influência amenizada do Atlântico se faça sentir se compararmos as oscilações anuais de temperatura, que é maior no interior (12,9° C) em Ota (Alenquer) e menor na orla costeira (8,4° C) em Vimeiro.

2.4.2 – PRECIPITAÇÃO

A maior ou menor proximidade do oceano e a altitude são factores que explicam as diferenças dos valores médios anuais de precipitação, que variam desde os 600 mm até 1000 mm nas faldas da Serra dos Candeeiros.

Da quantidade total de precipitação, 72% a 78% distribui-se pelo semestre húmido, contra 22% a 28% no semestre seco, concluindo-se assim que estamos em presença de dois semestres distintos: um semestre húmido que decorre de Outubro a Março, e um semestre seco de Abril a Setembro.

De referir também, as chamadas precipitações invisíveis provenientes de nevoeiros, orvalhadas e neblinas, frequentes na região e que se traduzem por um acréscimo de água disponível para as plantas.

2.4.3 – HUMIDADE RELATIVA

Os valores anuais de humidade situam-se à volta dos 80%, enquanto que a média anual de evapotranspiração no mesmo local é de 1229,2 mm.

Na região, o número de dias de geada por ano diminui com a proximidade ao Atlântico. Na faixa costeira, a ocorrência deste fenómeno meteorológico é de 1 a 5 dias por ano, enquanto que nos concelhos mais interiores ele ocorre em maior número, 10 a 20 dias/ano.

2.4.4 – VENTO

A tendência dos ventos na zona é de Norte e Noroeste. Na transição das estações, os ventos chegam a soprar em rajada forte, muitas vezes de Sudoeste.

2.4.5 – INSOLAÇÃO

As médias mensais de insolação apresentam mínimos em Dezembro e Janeiro e máximos em Julho. No entanto, a orla costeira caracteriza-se por uma nebulosidade que se traduz por menores valores de insolação.

Segundo os dados meteorológicos de Dois Portos, no período entre 1961-1990, o valor da insolação média anual foi de 2479 horas.

A insolação tem influência nos valores da radiação solar, sendo que o espaço geográfico recebe anualmente 145 Kcal/cm².

2.5 – Orla Costeira

A linha de costa apresenta uma extensão de 19,1 Km, fazendo fronteira com as quatro freguesias do litoral do concelho: Maceira, A-dos-Cunhados, Silveira e São Pedro da Cadeira.

A Orla Costeira, enquanto espaço de interface mar/terra, constitui uma parcela particularmente sensível do território dada a complexidade dos fenómenos fisiográficos, dado o valor dos ecossistemas em presença, bem como das tensões a que está sujeita, tensões essas resultantes quer da própria dinâmica costeira, quer da crescente impermeabilização e artificialização desse interface.

A perda de ecossistemas valiosos, a degradação da qualidade ambiental, a delapidação de recursos, as alterações nos ciclos biológicos, a subida do nível das águas e os impactes resultantes das alterações climáticas, constituem hoje uma preocupação generalizada de inúmeras organizações.

Sendo predominantemente dominada por arribas vivas, de altura bastante variável e talhadas em suportes litológicos também muito variáveis de local para local, as litologias expostas nas arribas compreendem arenitos e alternâncias de calcários e margas de idade cretácica, rochas eruptivas básicas, siltitos, margas e arenitos do Jurássico superior e calcários compactos, muito resistentes, do Jurássico inferior.

Quanto à estrutura de povoamento na faixa costeira, corresponde, essencialmente, a um povoamento disperso no qual se interrelacionam pequenos lugares, ligados à estrutura agrária ou a actividades marítimas de subsistência, antigos aglomerados urbanos que se expandiram significativamente nas últimas décadas e um conjunto de áreas turísticas, na sua maioria recentes, ligadas à exploração balnear das praias.

2.6 – Recursos Naturais

2.6.1 – SOLO

O concelho apresenta grande heterogeneidade de solos, desde solos pesados argilosos de cor vermelha ou parda, solos esqueléticos pouco profundos, solos aluvionares e solos arenosos, razão que se prende também com a diversidade das formações geológicas.

2.6.1.1 – *Pedologia*

De acordo com a nomenclatura pedológica do CNROA (Centro Nacional de Reconhecimento e Ordenamento Agrário), estão representadas na carta-síntese de solos, à escala 1:100000, elaborada para a Região Oeste, vinte e quatro unidades-pedológicas, as quais em termos classificativos correspondem a associações de solos afins, denotando identidade quanto a características pedogenéticas e físicas.

As vinte e quatro unidades-solo (unidades pedológicas) bem como as suas características gerais, são as seguintes:

REGOSSOLOS

Psamíticos

Para-hidromórficos

Os Regossolos são solos não evoluídos, relacionados com depósitos de areia de grande consistência, em geral em correspondência com formações de dunas já estabilizadas ou em vias de estabilização. Morfologicamente, é normal identificarem-se com um microrelevo de pequenas colinas de topos arredondados. Distinguem-se os “Regossolos psamíticos”, a envolver as partes secas e móveis, enquanto que os “Regossolos para-hidromórficos” se relacionam com as superfícies aplanadas ou levemente conchoidais, propícias à retenção de humidade e onde é frequente ocorrerem lençóis freáticos a pequenas profundidades, neste caso patenteando uma camada superficial escurecida pela matéria orgânica.

ALUVIOSSOLOS

Modernos

Antigos

Solos incipientes que se identificam com as bases de vale ou orlas ribeirinhas estando mais frequentemente representados os “Aluviossolos modernos” ao longo dos principais cursos de água, destacando-se entre outras as muito expressivas baixas fluviais dos rios Sizandro e Alcabrichel. Por sua vez os “Aluviossolos antigos” identificam-se com os terraços que ocorrem a cotas ligeiramente mais elevadas do que as superfícies baixas. Num caso e no outro dominam solos de texturas médias ou médias finas, com ou sem calcário e em geral sem ocorrência de hidromorfismo em profundidade.

SOLOS LITÓLICOS

De arenitos

De rochas eruptivas básicas

Solos pouco evoluídos de perfil A C, algumas vezes A Bc C, originários de rochas não calcárias, no primeiro caso de arenitos pouco consolidados (grés de Torres) e no segundo de substrato rochoso duro de natureza basáltica, em geral de textura grosseira/mediana, relativamente aos solos Lt, com representação bastante assinalável na metade Norte do concelho, enquanto que os solos Lb, de textura mediana, se relacionam com o maciço basáltico de Runa.

Em qualquer dos casos são solos de baixa capacidade produtiva, pouco espessos, sem estrutura ou fracamente estruturados.

SOLOS CALCÁRIOS PARDOS

Normais

Para-barros

Solos pouco evoluídos, de perfil A C, ou então A Bc C, originários de rochas calcárias e denotando percentagem variável de carbonatos ao longo do perfil. De cores pardacentas e dum modo geral medianamente a pouco espessos, “os solos calcários pardos normais” e os “para-barros” estão bem representados na metade Sul do concelho, na maioria das manchas associando-se entre si e noutras a solos mediterrâneos pardos não calcários e aos “Barros calcários”.

SOLOS CALCÁRIOS VERMELHOS

Normais

Para-barros

Solos pouco evoluídos, de perfil A C, ou frequentemente A Bc C, originários de rochas calcárias, com percentagem variável de carbonatos ao longo do perfil, de coloração avermelhada e espessuras medianas ou um tanto reduzidas. Solos com representação assinalável em larga faixa limítrofe meridional da área concelhia, sobretudo quanto aos solos calcários vermelhos normais, que ocorrem frequentemente associados a “solos mediterrâneos vermelhos não calcários” e nalguns casos a afloramentos rochosos calcários.

BARROS

Não calcários

Calcários

Solos pesados, predominantemente argilosos, de perfil A B C, de coloração negra ou pardo muito escuro, muito pegajosos e plásticos, tornando-se muito duros quando secos, e nesta fase abrindo largas e profundas fendas. Os “Barros não calcários” ligam-se às rochas de natureza basáltica e daí a sua representação se circunscrever ao maciço eruptivo de Runa.

Quanto aos “Barros calcários”, a sua ocorrência é restrita, distribuindo-se por algumas manchas na parte Sudeste do concelho e sempre em associação com “solos calcários pardos”, que são dominantes.

SOLOS MEDITERRÂNEOS PARDOS DE MATERIAIS CALCÁRIOS

Normais

Para-hidromórficos

Solos evoluídos de perfil A Ba C, ou seja, solos argiluvitados pardacentos derivados de argilas calcárias, em geral de espessura mediana, texturas finas/médias ou finas e grau de saturação em bases superior a 35%. A representação destes solos é muito restrita, ocorrendo esporadicamente em associação com outros “solos mediterrâneos pardos ou vermelhos, com ou sem calcário”.

SOLOS MEDITERRÂNEOS PARDOS DE MATERIAIS NÃO CALCÁRIOS

Normais

Para-barros

Para-hidromórficos

Solos evoluídos de perfil A Ba C, ou seja, solos argiluvitados pardacentos derivados de materiais argilosos, em geral de espessura mediana, texturas médias/finas ou médias, e grau de saturação em bases acima dos 35%, correspondendo aos solos normais ao conceito central do grupo, enquanto que os para-barros estabelecem transição para os Barros e os para-hidromórficos para os solos hidromórficos. A representação dos “solos mediterrâneos pardos de materiais não calcários normais” é bastante incidente na área concelhia, sobretudo na faixa Ocidental, associando-se frequentemente a “solos litólicos de arenitos” ou a solos mediterrâneos vermelhos não calcários”. Quanto aos “solos para-barros” e “para-hidromórficos” a sua representação é diminuta ou esporádica.

SOLOS MEDITERRÂNEOS VERMELHOS DE MATERIAIS CALCÁRIOS

Normais

Para-barros

Solos evoluídos de perfil A Ba C, caracterizando-se por um horizonte B argílico e cores avermelhadas, e que derivam de margas argilosas, em geral de espessura mediana, texturas finas/ médias ou finas e grau de saturação em bases superior a 35%. A representação destes solos é reduzida, cingindo-se, quanto aos normais, a poucas manchas, nalguns casos associados a “solos calcários pardos ou vermelhos” ou a afloramentos rochosos de calcário.

SOLOS MEDITERRÂNEOS VERMELHOS DE MATERIAIS NÃO CALCÁRIOS

Normais

Solos evoluídos, de perfil A Ba C, ou seja, solos argiluvitados de cores avermelhados, relacionando-se com argilas ou margas argilosas, em geral de espessura mediana, texturas finas/médias ou finas e

grau de saturação em bases acima de 35%. Solos de expressiva representação na área concelhia, sobretudo em larga faixa limítrofe setentrional, nalguns casos associando-se a “Litossolos de arenitos” e a “Solos mediterrâneos pardos não calcários normais” e noutros a “Solos calcários pardos ou vermelhos”.

PODZOIS

De arenitos
De materiais arenáceos

Solos evoluídos de perfil A B C, em geral com ocorrência dum horizonte espódico, mas só acidentalmente a constituir surraipa dura e dum horizonte aluvial A2 mais ou menos nítido e de coloração clara, a par de um horizonte superficial um tanto escurecido pela matéria orgânica. Trata-se de solos de texturas grosseiras/médias, de permeabilidade rápida e sem sinais de hidromorfismo ao longo do perfil. A representação dos Podzois, juntamente com os “Solos litólicos de arenitos”, a que se associam, é largamente dominante na metade Norte da área do concelho, relacionando-se essencialmente com os “grés de Torres” (Cretácico) e materiais arenáceos e gresosos de cobertura (Plio-Plistocénico).

SOLOS SALINOS

De aluviões

Solos afectados por salgamento e em geral com hidromorfismo a relativa pouca profundidade, contendo percentagem variável de sais solúveis e/ou teor em sódio de troca no complexo de adsorção relativamente elevado.

De acordo com os valores em sais solúveis, são de considerar os solos salinos de salinidade moderada e solos salinos de salinidade elevada, distinguindo-se uns dos outros de acordo com o teor em sais solúveis expresso em cloreto de sódio, seja ou não superior a 2%. Os solos salinos confinam-se às baixas aluviais da Foz dos Rios Alcabrichel e Sizandro, sujeitos a incidência salina em virtude do lençol freático estar afectado pelos fluxos das marés.

SOLOS HIDOMÓRFICOS (H)

Solos manifestando sinais de hidromorfismo a pouca profundidade e que se identificam, na maioria dos casos, com situações depressionárias ou levemente conchoidais, onde ocorrem, com carácter temporário ou permanente, retenções de humidade, que se traduzem em oscilações do nível freático. As manchas de “Solos hidromórficos” relacionam-se com os fundos de vale de base larga e mal drenados, que recortando as formações de grés do Cretácico (grés de Torres) vêm confluir à planície aluvial do Sizandro.

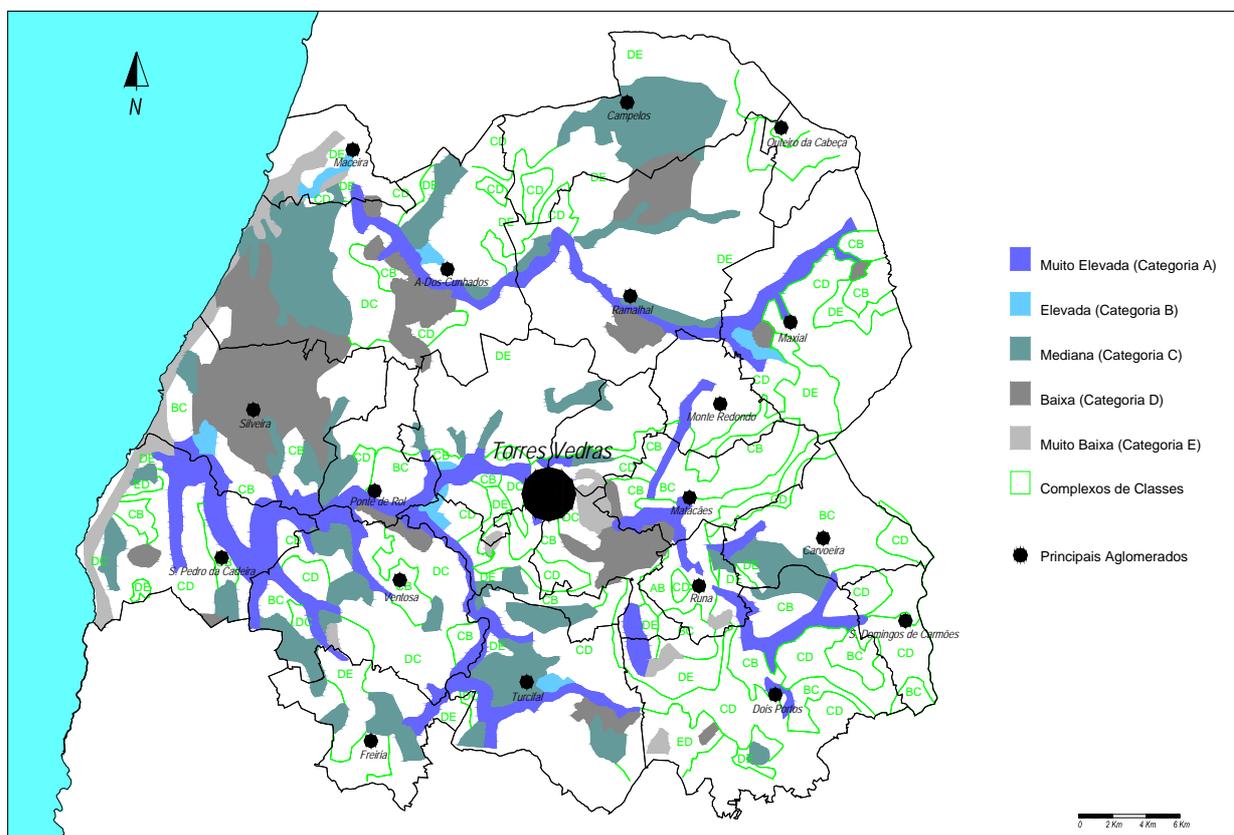
2.6.1.2 – Capacidade de uso

Associado às zonas de aluviões das linhas de água, surgem os solos de maior capacidade de uso, com predominância no vale do Sizandro, muito mais largo que o Vale do Alcabrichel.

Na parte Sul do concelho, nas zonas pouco declivosas, podem ainda encontrar-se manchas com uma área apreciável de capacidade de uso elevado ou mediano.

Nas zonas junto da faixa costeira, encontram-se ainda solos arenosos, associados a áreas de captação fácil de água subterrânea, cuja utilização agrícola (nomeadamente através de estufas) tem sido intensificada nos últimos anos.

Finalmente, temos a considerar toda a área a Norte de Torres Vedras, cujos solos têm uma capacidade de uso baixa ou muito baixa, exceptuando, claro, os vales dos rios.



Mapa 7 – Capacidade de Uso do Solo no Concelho de Torres Vedras

2.6.1.3 – Uso do Solo

Conjugando a geomorfologia, a geologia e a capacidade de uso de solo, verifica-se uma utilização predominantemente florestal em toda a área Norte do concelho e nas áreas mais montanhosas a Sul.

O solo de utilização agrícola, está associado aos vales dos rios, às áreas pouco declivosas a Sul, de boa capacidade de uso, e às áreas costeiras referidas no ponto anterior.

2.6.1.4 – Potencialidades Agrárias/Vocação dos Solos

Na caracterização das potencialidades agrárias do concelho transcreve-se, no essencial, o publicado no anterior Plano Director Municipal de Torres Vedras (PDM de Torres Vedras) em que se tomou em devida atenção os seguintes aspectos essenciais:

- caracterização dos solos quanto ao seu valor agrícola, agro - pastoril, florestal e silvo – pastoril.
- apreciação dos aspectos da agro - ecologia e do ruralismo regionais.
- ocupação actual da terra e análise dos sistemas culturais usualmente praticados.

A carta de vocação dos solos é parte integrante do PDM de Torres Vedras, em vigor desde 1995, na qual se podem observar as seguintes categorias ou classes de potencialidades agrárias:

1 - Agricultura em terras baixas

1.1 - Intensificação cultural sob regadio (Culturas anuais horto-frutícolas)

1.2 - Intensificação cultural sob regadio, em correspondência com terraços

2 - Agricultura em terras altas

2.1 - Pomares e vinha; horta-fruticultura sob regadio

2.2 - Culturas arvenses (cereais de Inverno e sachadas de Primavera/Verão)

3 - Pastagem melhorada e produção forrageira

4 - Utilização Florestal / Floresta de Produção

5 - Mata Natural/Silvo-Pastorícia

6 - Mata/Matos de Protecção

Na caracterização de cada uma destas classes contemplam-se os aspectos atrás citados relacionando-os ainda com as unidades pedológicas descritas em 2.6.1.1 (Pedologia).

1 - Agricultura em terras baixas

As “terras baixas” identificam-se com as bases ou fundos de vale mais representativos da área concelhia, com notável expressão nas várzeas dos rios Alcabrichel e Sizandro e ainda dos seus

principais afluentes, a constituírem planícies aluviais continuadas, as quais recortam a superfície concelhia de Este para Oeste e até à orla costeira.

1.1 - Intensificação cultural sob regadio

Em correspondência com Aluviossolos, em geral de texturas médias/finas ou finas (franco, franco-argiloso ou franco-argilo-limoso), a utilização agrícola destes solos de acordo com o seu potencial de produtividade, dependerá de intervenções técnicas, tendo em vista o domínio das águas em excesso e do controlo do lençol freático no sentido deste se manter, de acordo com as exigências das culturas, dentro de limites de profundidade convenientes.

1.2 - Intensificação cultural sob regadio em correspondência com terraços

Relativamente aos “Aluviossolos antigos” (At), que se identificam com os terraços, a cotas sensivelmente mais elevadas, já não se põem os aspectos condicionantes de natureza hídrica referidos, identificando-se, em geral, com superfícies enxutas, onde o lençol freático está a relativa profundidade.

1.3 - Culturas anuais horto-frutícolas

Potencialmente estamos perante terras de elevado valor agrícola, favoráveis, de acordo com as características dos solos, a uma gama notável de culturas de ciclo anual, sobretudo quando incidentes no período da Primavera/Verão, com destaque para os produtos horto-frutícolas, desde as vulgares hortaliças até ao morango, melão, tomate e batata, considerando-se ainda o elevado interesse do milho e das diversas proteaginosas (fava, ervilha, feijão e grão de bico).

De referir o elevado interesse das terras baixas para a produção forrageira, nomeadamente em manchas dominadas por solos mais finos ou de maior incidência de humidade, tal como sucede, em geral, nos respectivos troços jusante, podendo aí dar lugar a prados mistos de trevos e gramíneas ou luzernais que virão a constituir base de suporte para a pecuária bovina de função leite ou carne.

Nesta classe, incluem-se também as terras baixas em situação conchoidal, dominados por solos psamíticos e onde o lençol freático ocorre a pouca profundidade – solos para-hidromórficos.

2 - Agricultura em terras altas

Na situação morfológica de “terras altas”, cuja característica comum é a de possuírem, naturalmente, boa drenagem externa, a selecção de áreas com aptidão para a agricultura dependerá, para além duma conveniente espessura efectiva, das características intrínsecas dos solos, na medida em que possam traduzir boa ou, quando muito, mediana capacidade produtiva (texturas médias ou médias/finas, permeabilidade e grau de arejamento satisfatórios) e identificando-se com superfície de inclinação suave e moderada (declives inferiores a 16%).

Consideram-se duas categorias de utilização agrícola, que se relacionam essencialmente com as características físicas dos solos sobretudo quanto a textura e grau de permeabilidade do perfil:

2.1 - Pomares e vinha; horto-fruticultura sob regadio

A contemplar as manchas que se identificam com as unidades, existem:

Solos Calcários Pardos Normais;
Solos Calcários Vermelhos Normais;
Solos Mediterrâneos Pardos de Materiais Calcários Normais;
Solos Mediterrâneos Pardos de Materiais não Calcários Normais;
Solos Mediterrâneos Vermelhos de Materiais Calcários Normais;
Solos Mediterrâneos Vermelhos de Materiais não Calcários Normais.

Nesta categoria reúnem-se os solos com aptidão para a implantação de pomares de fruteiras (pereiras, macieiras) e produção horto-frutícola de ciclo vegetativo curto, a incidirem, sobretudo no período de Primavera/Verão, como o tomate, batata, melão, morango, melancia e, ainda, o milho, feijão, fava, ervilha e o girassol, além dos variados produtos hortícolas. Deste modo torna-se notável a diversificação cultural que poderá recair nestas superfícies de encosta e em correspondência com os tipos de solos referidos, desde que se assegure, pela rega, a satisfação das necessidades hídricas da cultura. É de salientar ainda o interesse que a vinha e a citricultura poderão oferecer nalgumas áreas.

Para além das unidades-solo referidas, as mais frequentes, são ainda de anotar outras que se associam a estas. Dos tipos de solos de representação secundária, sem dúvida que os “Solos calcários pardos para-barros” e os “Solos mediterrâneos pardos de materiais não calcários normais”, são os mais frequentes, em geral dominados por texturas médias/finas ou finas, estruturadas e de boa ou razoável espessura efectiva.

2.2 - Culturas arvenses (cereais de Inverno e sachadas de Primavera/Verão)

A englobar as manchas que estão em correspondência com as unidades-solo de texturas finas e de permeabilidade moderada ou deficiente (daí a sua boa aptidão para a exploração de culturas arvenses de ciclo curto), caso dos cereais de Inverno e as do período da Primavera/Verão como o milho, fava, girassol e grão de bico, além do interesse que poderão oferecer para a forragicultura. Os tipos de solos convenientes e enquadrando-se nesta categoria são os seguintes:

Solos Calcários Pardos Para-barros;
Solos Calcários Vermelhos Para-barros;
Barros não Calcários;
Barros Calcários;
Solos Mediterrâneos Pardos de Materiais não calcários Para-barros;
Solos Mediterrâneos Vermelhos de Materiais Calcários Para-barros.

Relativamente à área concelhia, os Barros têm representação muito restrita, confinando-se os não calcários ao maciço eruptivo de Runa e os calcários a algumas manchas do canto Sudeste, onde se associam aos Solos pardos calcários para-barros. Por sua vez os “Solos para-barros pardos e vermelhos calcários” têm representação bastante assinalável.

3 - Agro-Pastorícia - Pastagem melhorada e produção forrageira

Relativamente às unidades-solo abaixo referidas, essencialmente de texturas médias/finas, reúnem-se nesta categoria as manchas cujos declives oscilam entre os 16 e 30%, e aquelas que, embora ocupando situações aplanadas, são afectadas por condicionantes vários (má drenagem, salinidade), e neste caso, face ao difícil aproveitamento agrícola, é de considerar a sua utilização agro-pastoril, nomeadamente no período seco.

As unidades em questão são as seguintes:

- Solos Calcários Pardos Normais;
- Solos Calcários Pardos Normais Para-barros;
- Solos Calcários Vermelhos Normais;
- Solos Calcários Vermelhos Normais Para-barros;
- Barros não Calcários;
- Barros Calcários;
- Solos Mediterrâneos Pardos de Materiais Calcários Normais;
- Solos Mediterrâneos Pardos de Materiais Calcários Para-hidromórficos;
- Solos Mediterrâneos Pardos de Materiais não Calcários Normais;
- Solos Para-barros;
- Solos Para-hidromórficos;
- Solos Mediterrâneos Vermelhos de Materiais Calcários Normais;
- Solos Mediterrâneos Vermelhos de Materiais Calcários Para-barros;
- Solos Mediterrâneos Vermelhos de Materiais não Calcários Normais;
- Solos Salinos de aluviões;
- Solos hidromórficos;

As limitações para a exploração agrícola relacionam-se com os declives acentuados, tornando-se exigível o revestimento permanente da superfície do terreno, face ao elevado grau de susceptibilidade que os solos manifestam à erosão. A utilização agro-pastoril numa base de aproveitamento da cobertura herbácea, a dominar por espécies forrageiras bem adaptáveis, pode constituir suporte de explorações pecuárias bovinas de função leiteira ou carne.

4 - Agro-Pastorícia – Utilização Florestal/Floresta de Produção

Em correlação com as manchas cartográficas dominadas por solos de baixa capacidade produtiva, em geral relacionando-se com textura grosseira, incidência de pedregosidade e/ou afloramentos rochosos, além de reduzida espessura efectiva, tratam-se na verdade de solos bastante condicionados para a exploração agrícola, ressaltando o seu aproveitamento numa base de floresta de produção, a recair de forma integral nas unidades-solo seguintes:

- Regossolos Psamíticos;
- Solos Litólicos de arenitos;
- Solos Litólicos de basaltos;
- Podzois de arenitos;
- Podzois de materiais arenáceos;

As características do meio, nomeadamente quanto aos aspectos edafo-climáticos e ao regime hídrico dos solos, favorecem a produção lenhosa, distinguindo-se o pinheiro bravo (*Pinus Pinaster*), sendo dos mais economicamente viáveis, bem como o eucalipto (*Eucalyptus Globulus*) e o pinheiro manso (*Pinus Pinea*) como espécies consagradas e economicamente viáveis – *Mapa 8*.

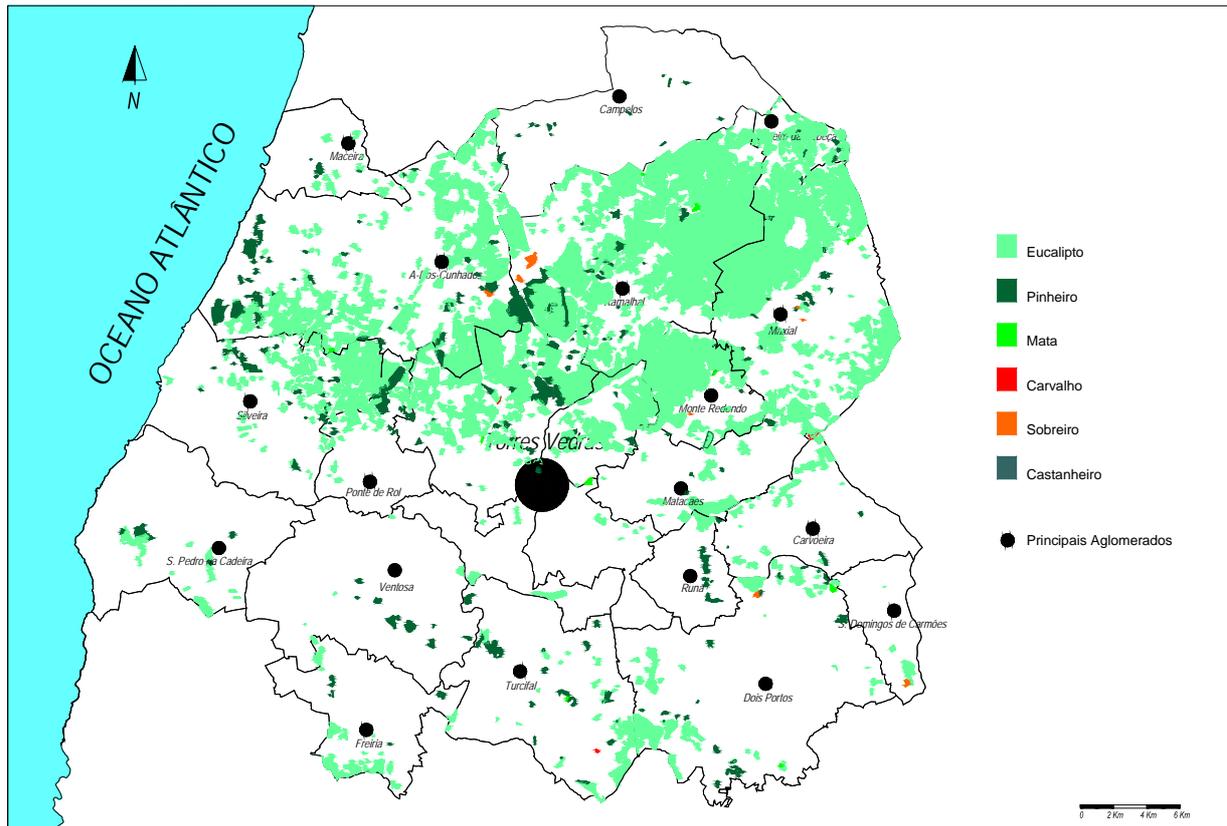
5 - Agro-Pastorícia – Mata Natural/Silvo-Pastorícia

Nesta categoria incluem-se as manchas algo condicionantes para a exploração silvícola generalizada e na base da floresta de produção, em resultado, sobretudo, dos condicionantes do meio edáfico, destacando-se neste aspecto, a maior ou menor frequência de afloramentos rochosos de calcário de rochas basálticas e de arenitos e ainda a acentuada disseminação de material rochoso à superfície do terreno.

Sob tais condições, as manchas delimitadas considerar-se-ão do domínio da mata natural e, tendo como objectivo reconstituir a formação bio-climática primitiva, deverão preconizar-se medidas de intervenção tendentes à disseminação das espécies florísticas silvo-pastorícia e complementarmente a actividade cinegética, poderão vir a constituir formas de utilização agrária de rentabilidade interessante.

6 - Agro-Pastorícia – Mata/Matos de Protecção

As manchas a excluir de qualquer tipo de aproveitamento agrícola, silvícola, ou silvo-pastoril deverão ser consideradas como reserva natural, a revestirem-se duma maneira geral de mata de protecção, dado que em qualquer dos casos se trata de superfícies de encosta de inclinação bastante acentuada (declives superiores a 30%), ou então enquadrando as manchas de dunas e as formações rochosas que ocorrem ao longo da orla costeira.



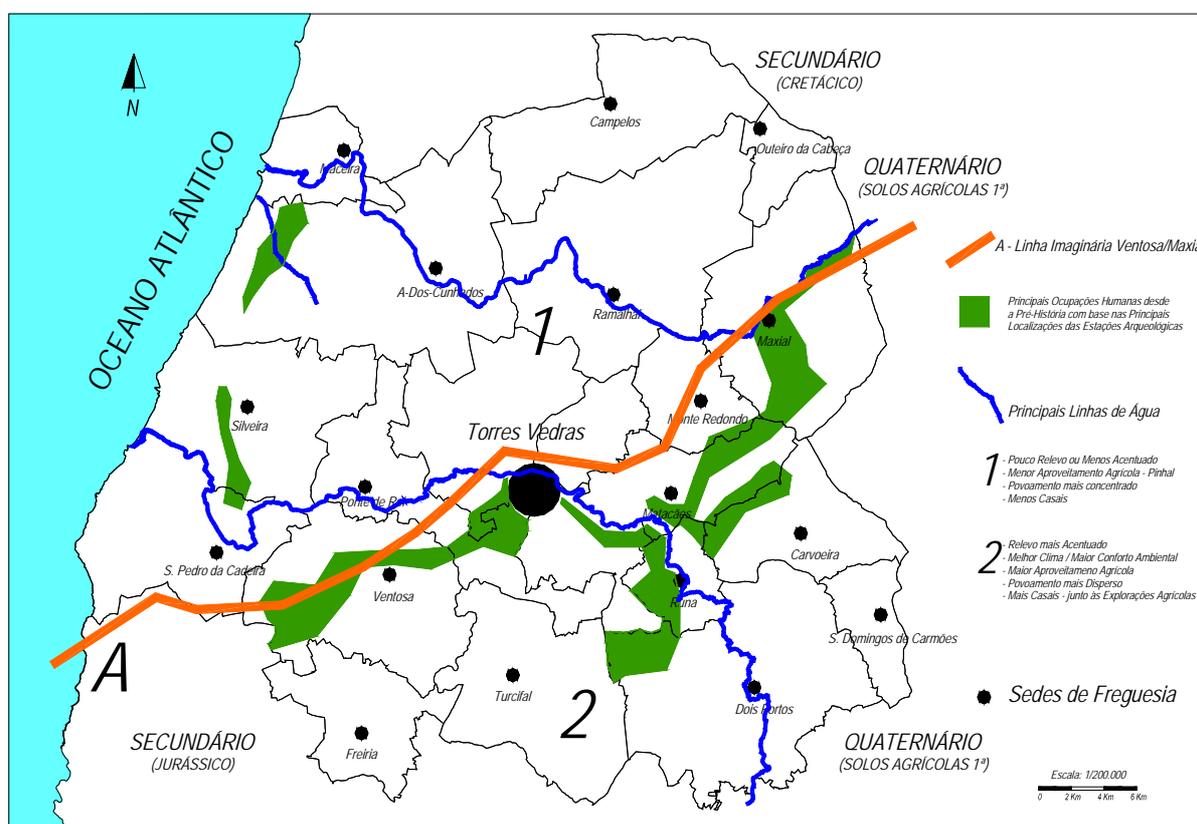
Mapa 8 – Área Florestada do Concelho de Torres Vedras em 1997

3. ESTRUTURA HUMANIZADA

3.1 – Síntese Histórica

O território que hoje corresponde ao concelho de Torres Vedras, teve a sua origem em épocas distintas: desde o Secundário – Cretácico, correspondente a solos mais pobres (na área Norte) e Jurássico, com solos de muito melhor aproveitamento agrícola (na área Sul), passando pelo Terciário na formação Litoral, até ao Quaternário, solos correspondentes a aluviossolos com a sua origem no leito dos rios, esses sim mais férteis.

A fixação das populações, desde a época pré-histórica, deu-se predominantemente na área 2 (litoral e interior Sul do concelho), ligada às suas necessidades de defesa e de subsistência, o que explica a localização dos aglomerados em locais relativamente altos e na proximidade dos melhores terrenos agrícolas – *Mapa 9*.



Mapa 9 – Principais Ocupações Humanas desde a Pré-História no Concelho de Torres Vedras

Com efeito, a génese da ocupação esteve intrinsecamente relacionada com as características geomorfológicas, constituindo-se como que uma linha imaginária – eixo São Mamede da Ventosa – Maxial, a qual demarcava a diferenciação do relevo, que possibilitava a defesa contra os ventos dominantes do quadrante Norte e conseqüentemente, um maior conforto ambiental. Os aglomerados surgiam nas vertentes Sul dos montes e elevações e próximos das explorações agrícolas – vales dos rios.

Por conseguinte, até ao séc. XVIII, o sector Sul do concelho sempre apresentou maior ocupação humana, contrariamente ao Norte, menos densamente povoado. Assim:

no sector Norte:

- relevo menos acentuado;
- menor aproveitamento agrícola;
- maior aproveitamento florestal;
- povoamento mais concentrado;
- menos casais;

no sector Sul:

- relevo mais acidentado;
- condições climáticas favoráveis – maior conforto ambiental;
- maior aproveitamento agrícola;
- povoamento mais disperso;
- maior número de casais – explorações agrícolas.

No final do séc. XVIII e durante todo o séc. XIX, a introdução do cultivo da batata provocou uma inversão nas culturas agrícolas, levando a um aumento da procura das freguesias litorais, tanto de população originária do interior do concelho (principalmente das freguesias do interior Sul) como do exterior do concelho.

Na área mais povoada do concelho, embora de forma dispersa, a cultura do vinho ocupava (em muitos casos em monocultura) a maioria das explorações agrícolas. Esta produção, nesta área, surgia da falta de capacidade dos respectivos solos para a desejável produção de batatas e cereais.

No litoral, com o crescente aumento da área de exploração agrícola, passou-se a cultivar batata, cereais e milho. A produção de vinho na área litoral nunca veio a atingir montantes dignos de registo. A necessidade de solo para as culturas acima referidas determinou o desbaste de importantes áreas florestais (nomeadamente de pinhal).

No interior Norte, com solos mais pobres, manteve-se uma situação estável no que concerne a movimentos populacionais, já que a ocupação do solo manteve as suas características.

Em 1890, o sector primário ocupava 74% da população activa do concelho, percentagem que desceu para 28% em 1981 e para 19% em 1991.

A população afectada às actividades secundárias aumentou, de 19% em 1890 para 37% em 1981, ainda que até 1991 tenha decrescido para 34%.

Quanto ao sector terciário, que ocupava apenas 7% da população em 1890, verificou-se um incremento até 1981 (36%) e 1991 (47%).

Do ponto de vista da demografia, o concelho de Torres Vedras manifestou, ao longo de todo o séc. XX, uma dinâmica crescente, com excepção do recuo da década de 60. Na passagem do século, a tendência de aumento populacional manteve-se.

Com um crescimento natural negativo desde 1991, o crescimento populacional tem sido suportado, essencialmente por um saldo migratório positivo, considerando-se, assim, Torres Vedras um concelho atractivo.

O desenvolvimento do concelho foi possibilitado por um conjunto de factores, dos quais se destacaram:

- prosperidade agrícola;
- topografia;
- fertilidade de solos;
- amenidade de clima;
- expansão e comercialização da cultura da vinha, quase transformada em monocultura, constituindo a principal fonte de riqueza da região (Torres Vedras é o maior produtor de vinho corrente da região e dos maiores do país).

Os contrastes assinalados para a evolução populacional relacionam-se principalmente com o tipo de actividades dominantes. Deste modo:

na área Sudoeste do concelho:

- agricultura predominante;
- área intensamente ocupada pela nova cultura da vinha;
- domínio do povoamento disperso – muitos casais;
- maior densidade no que respeita a divisões administrativas;
- não se antevêm possibilidades de, a curto prazo, diversificar as actividades actuais para além da agricultura;
- perspectivas pouco aliciantes para a fixação de novos habitantes;
- quebra de crescimento;

na área Norte, litoral e na proximidade e na cidade de Torres Vedras:

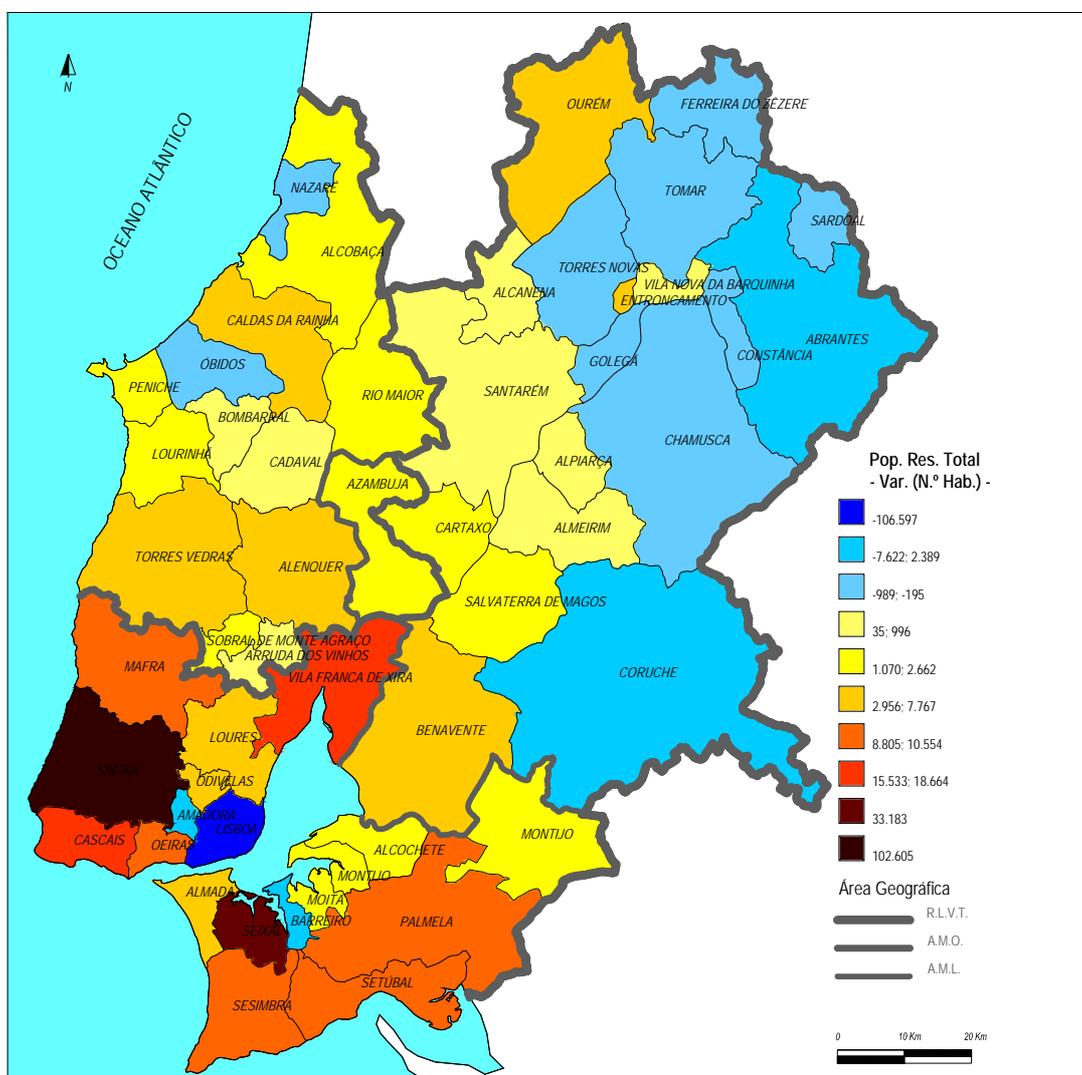
- ocupação do solo menos intensa;
- actividades económicas mais diversificadas: agricultura – horticultura, viticultura, fruticultura, silvicultura, indústria, comércio, serviços de apoio à população e às empresas, turismo;
- melhores acessibilidades, quer à sede de concelho, quer a Lisboa;
- maior dinamismo populacional e económico.

3.2 – Caracterização Demográfica

Este capítulo corresponde a um estudo demográfico de Torres Vedras – dados estatísticos (definitivos) dos Censos de 1960 a 2001 –, antecedido duma caracterização da sua região envolvente, ou seja, a Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) – dados estatísticos dos Censos de 1991 (definitivos) e de 2001 (preliminares).

3.2.1 – REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

A RLVT evidenciou grandes disparidades no que se refere à evolução da população residente total, entre 1991 e 2001 – *Mapa 10*.



Mapa 10 – RLVT: Variação da População Residente Total, por Concelho, 1991-2001

Os concelhos da Área Metropolitana de Lisboa¹ (AML) foram os que melhor reflectiram esta situação: por um lado, os concelhos de Sintra (mais 102.605 habitantes), Seixal (mais 33.183 habitantes), Vila Franca de Xira (mais 18.664 habitantes) e Cascais (mais 15.533 habitantes) com os crescimentos mais elevados; por outro lado, os concelhos de Lisboa (menos 106.597 habitantes), Barreiro (menos 7.622 habitantes) e Amadora (menos 6.986 habitantes) registaram os maiores decréscimos de toda a RLVT. Quanto à Associação de Municípios do Oeste² (AMO), a Norte, os concelhos de Caldas da Rainha e Alenquer, e a Sul e na proximidade da AML, Torres Vedras e Alenquer obtiveram os maiores aumentos.

O contributo destes concelhos no crescimento populacional da AMO, entre 1991 e 2001, foi de 70% (mais 17.813 habitantes), tendo sido, respectivamente, de 21% (mais 5.358 habitantes), 9,6% (mais 2.441 habitantes), 19,8% (mais 5.043 habitantes) e 19,5% (mais 4.971 habitantes) – *Quadro 1*.

AMO – CONCELHOS MAIS SIGNIFICATIVOS DEMOGRAFICAMENTE: REPRESENTATIVIDADE CONCELHIA NA VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL, 1991-2001						
ÁREA GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL				REPRESENTATIVIDADE CONCELHIA NA VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL NA AMO ENTRE 1991 E 2001	
	1991		2001		N.º Hab.	%
	N.º Hab.	%	N.º Hab.	%		
Alcobaça	54.382	15,3	56.823	14,9	2.441	9,6
Alenquer	34.098	9,6	39.069	10,3	4.971	19,5
Caldas da Rainha	43.205	12,2	48.563	12,8	5.358	21,0
Torres Vedras	67.185	18,9	72.228	19,0	5.043	19,8
Total dos 4 Concelhos	198.870	56,0	216.683	56,9	17.813	70,0
Total da AMO	355.386	100,0	380.842	100,0	25.456	100,0

*Quadro 1– AMO – Concelhos mais Significativos Demograficamente:
Representatividade Concelhia na Variação da População Residente Total, 1991-2001*

Os mesmos municípios aglutinaram, em 2001, 56,9% da população residente total da AMO (mais 0,9 % do que em 1991), destacando-se Torres Vedras com a maior representatividade (18,9% em 1991 e 19,0% em 2001).

Numa primeira análise, quanto à variação do número de alojamentos, entre 1991 e 2001, os acréscimos mais acentuados foram observados nos concelhos mais próximos da capital, nomeadamente os da AML; em oposição, os concelhos mais distantes que variaram de forma menos significativa – *Mapa 11*.

O crescimento revelou-se, pois, positivo em todos os concelhos da RLVT, exceptuando Azambuja, com menos 117 alojamentos em 2001.

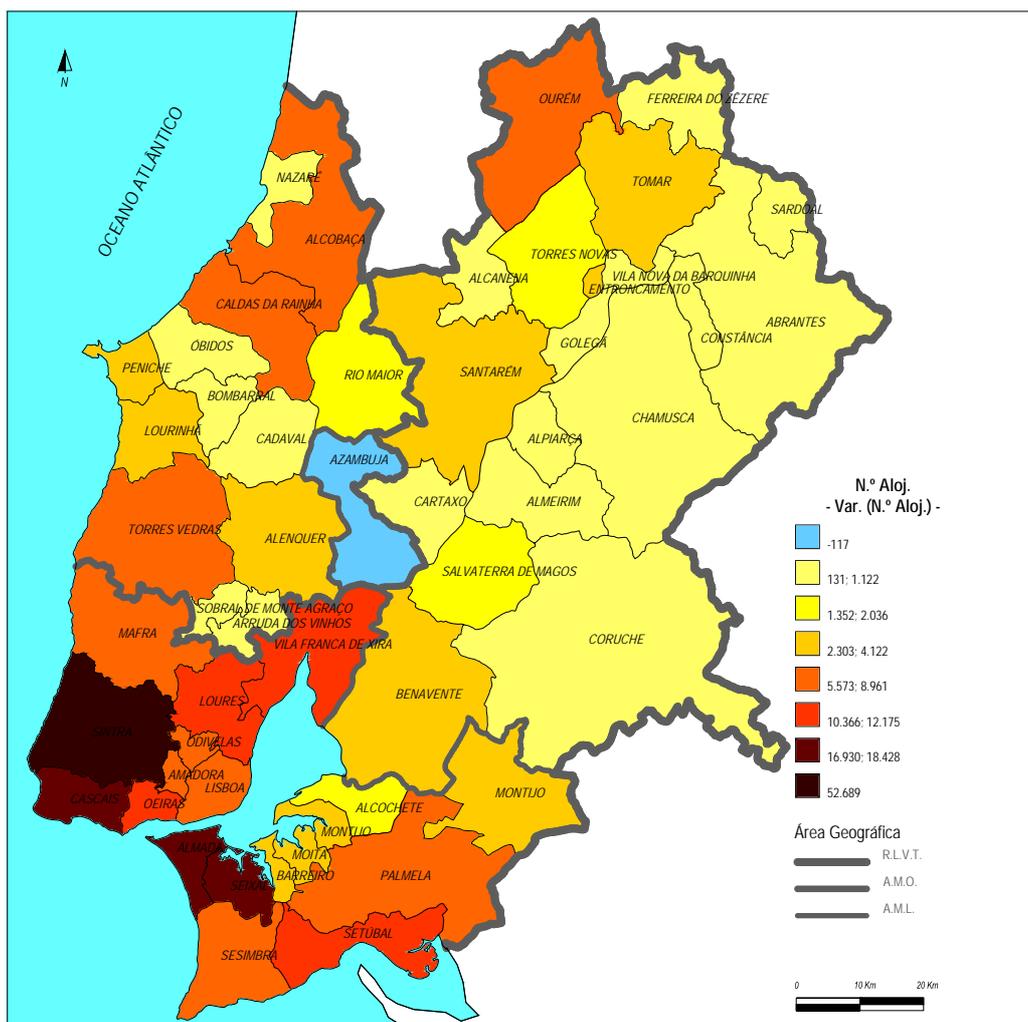
Na AML, o concelho de Sintra apresentou a maior variação, com um aumento de 52.689 alojamentos. Os concelhos de Loures, Oeiras, Setúbal, Vila Franca de Xira, Cascais, Almada e Seixal manifestaram

¹ Alcochete, Almada, Amadora, Azambuja, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira.

² Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

crescimentos elevados (entre os 10.366 e os 18.428 alojamentos), traduzindo uma descentralização da função residencial do centro para a periferia, que detém uma maior oferta de habitação a preços mais acessíveis e competitivos. Como factor determinante, podemos referir a melhoria das condições de acessibilidade da periferia, possibilitada pelo desenvolvimento das redes de transportes colectivos (rodo e ferroviários) e pela generalização do transporte particular – automóvel.

O incremento do número de alojamentos em Setúbal (concelho destacado no contexto da AML enquanto sede de distrito) deveu-se não só à sua proximidade ao centro urbano de Lisboa (a Norte) mas também à sua atractividade em relação aos concelhos do Alentejo, a Sul.



Mapa 11 – RLVT: Variação do Número de Alojamentos, por Concelho, 1991-2001

No âmbito da AMO destacaram-se os concelhos de Caldas da Rainha e Alcobaça, a Norte, e Torres Vedras e Alenquer, a Sul.

O contributo destes municípios no crescimento do número de alojamentos da região foi de 63,9% (mais 20.544 alojamentos), tendo sido, respectivamente, de 17,4% (mais 5.594 alojamentos), 18% (mais 5.777 alojamentos), 17,9% (mais 5.747 alojamentos) e 10,7% (mais 3.426 alojamentos) – *Quadro 2*.

Os mesmos municípios concentraram, em 2001, 57,9% do número de alojamentos existentes na AMO (mais 1,2 % do que em 1991), realçando-se Torres Vedras com maior representatividade, apesar da descida de 19,7% em 1991 para 19,4% em 2001.

AMO – CONCELHOS MAIS SIGNIFICATIVOS DEMOGRAFICAMENTE: REPRESENTATIVIDADE CONCELHIA NA VARIAÇÃO DO NÚMERO DE ALOJAMENTOS, 1991-2001						
ÁREA GEOGRÁFICA	NÚMERO DE ALOJAMENTOS				REPRESENTATIVIDADE CONCELHIA NA VARIAÇÃO DO NÚMERO DE ALOJAMENTOS NA AMO ENTRE 1991 E 2001	
	1991		2001			
	N.º Aloj.	%	N.º Aloj.	%	N.º Aloj.	%
Alcobaça	23.455	14,7	29.232	15,2	5.777	18,0
Alenquer	15.680	9,8	19.106	9,9	3.426	10,7
Caldas da Rainha	20.123	12,6	25.717	13,4	5.594	17,4
Torres Vedras	31.482	19,7	37.229	19,4	5.747	17,9
Total dos 4 Concelhos	90.740	56,7	111.284	57,9	20.544	63,9
Total da AMO	159.946	100,0	192.112	100,0	32.166	100,0

Quadro 2 – AMO – Concelhos mais Significativos Demograficamente:
Representatividade Concelhia na Variação do Número de Alojamentos, 1991-2001

De entre os municípios mencionados, no campo das licenças emitidas para a construção, Torres Vedras destacou-se no número total de edifícios (17,1%), no número de edifícios de habitação (16,3%), a par de Alcobaça (16,7%), e especialmente nos edifícios com outros usos – Gráfico 1.

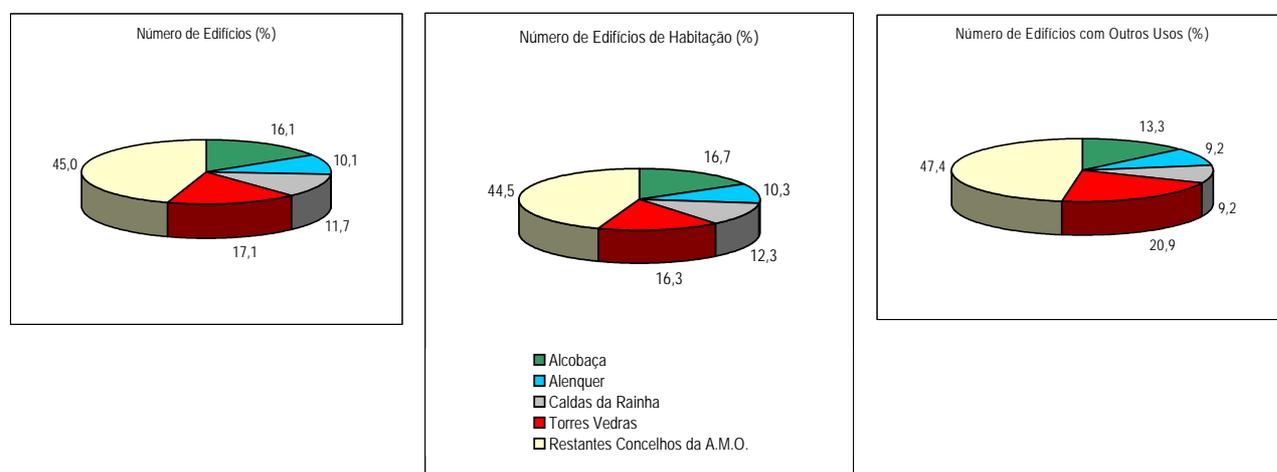
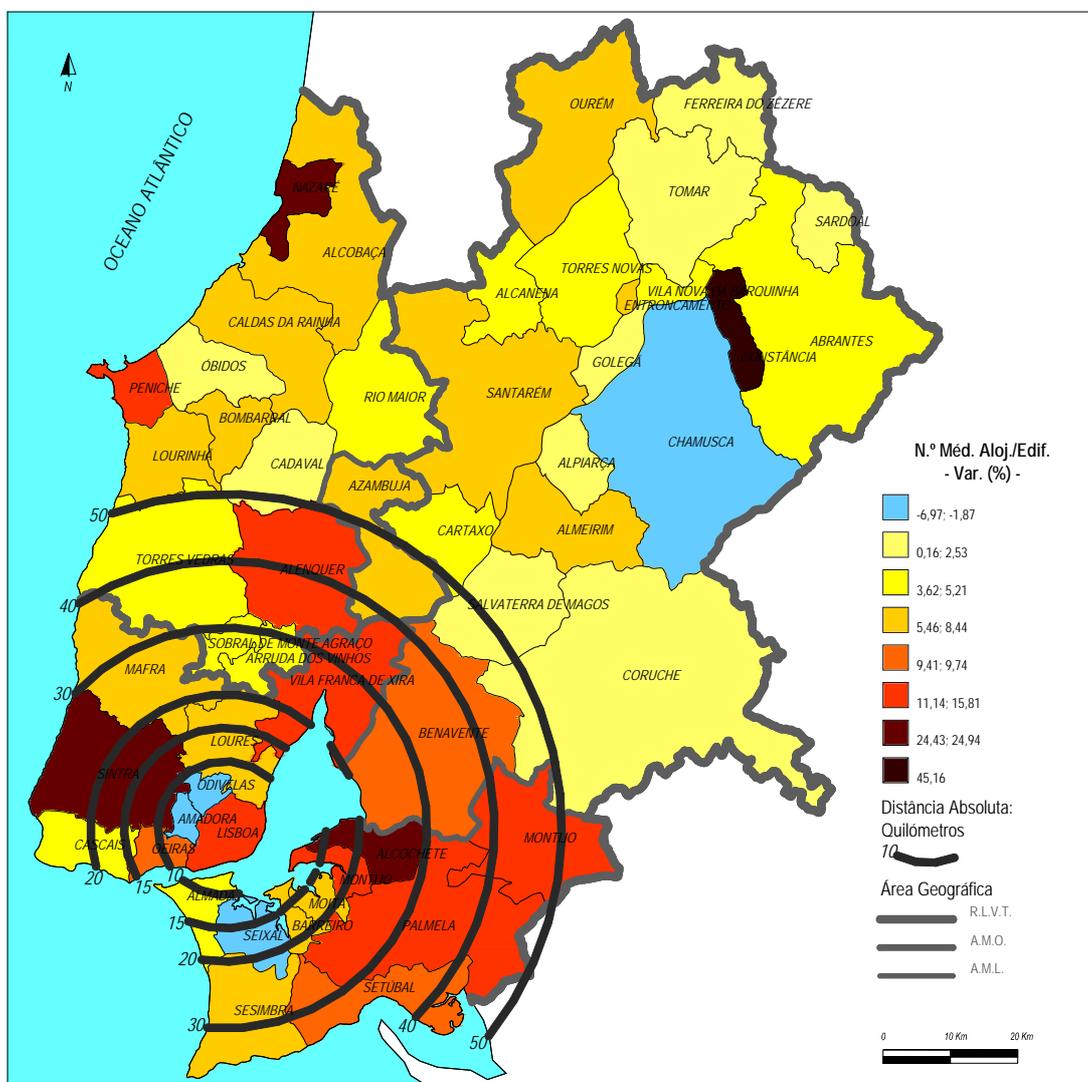


Gráfico 1 - AMO – Concelhos mais Significativos Demograficamente:
Representatividade Concelhia referente às Licenças Concedidas pelas Autarquias, 1999

Pode considerar-se, deste modo, uma bipolarização da AMO: por um lado, Torres Vedras e Alenquer beneficiando da sua proximidade à capital; por outro lado, Alcobaça e Caldas da Rainha beneficiando de uma maior ligação a Leiria, capital de distrito e importante pólo industrial a nível regional. Ainda próximo de Leiria destacou-se, no extremo Norte da RLVT, o concelho de Ourém, com um considerável aumento (mais 5.573 alojamentos em 2001).

A análise do índice de habitação colectiva permite uma avaliação da pressão da construção na RLVT, entre 1991 e 2001, indicando a evolução do número médio de alojamentos por edifício e subsequentemente, uma maior ou menor tendência para a urbanização dos concelhos analisados – *Mapa 12.*



Mapa 12 – RLVT: Variação da Índice de Habitação Colectiva, por Concelho, 1991-2001

Para um aprofundamento desta análise foram consideradas as distâncias absoluta e relativa/tempo³ em relação ao centro urbano de Lisboa.

Os concelhos da AML manifestaram uma grande disparidade no que respeita ao intervalo de valores da variação.

Com efeito, os concelhos de Amadora e Odivelas, incluídos na cintura até 10 Km do centro, evidenciaram os decréscimos mais significativos, apesar de uma distância/tempo de 15 minutos;

³ De acordo com o *Atlas de Lisboa e Vale do Tejo*, estudo realizado, em 1999, pelo Departamento de Geografia e Planeamento Regional da Universidade Nova de Lisboa.

igualmente com valores negativos, o concelho de Seixal na cintura entre 10 e 15 Km. A tendência negativa demonstrada por estes concelhos reflectiu um recuo do índice.

Ainda na cintura entre 10 e 15 Km, há que referir os concelhos de Vila Franca de Xira e Montijo, com aumentos elevados.

No entanto, na cintura entre 10 e 20 Km (distância/tempo entre 16-45 minutos), os concelhos de Sintra e Alcochete apresentaram os crescimentos mais acentuados, com 24,94% e 24,69%, respectivamente. Na cintura entre 20 e 40 Km (distância/tempo entre 16-60 minutos) verificou-se um contraste entre uma maior densificação nos concelhos da AML – Sul (Palmela e Setúbal) e Benavente, face aos valores inferiores dos concelhos da AML – Norte (Mafra e Loures) e, sobretudo, face aos dos concelhos de Torres Vedras, Sobral de Monte Agraço e Arruda dos Vinhos na AMO.

No Sul desta região, na cintura entre 30 e 50 Km, o concelho de Alenquer atingiu valores idênticos a alguns concelhos da AML. Na base do valor alcançado por este concelho (13,52%) esteve, certamente, o aglomerado urbano do Carregado, nó privilegiado de vias rodoviárias (Auto-estrada 1) e ferroviárias (Linha Suburbana da Azambuja).

Quanto ao restante território da AMO, observou-se, de um modo geral, um incremento do índice de habitação colectiva, ainda que em ritmos distintos.

Destacaram-se, assim, Nazaré (24,43%) e Peniche (12,57%), cuja evolução traduziu o cariz balnear destes concelhos. Em contrapartida, Óbidos (1,81%) e Cadaval (2,53%) corresponderam aos valores mais diminutos.

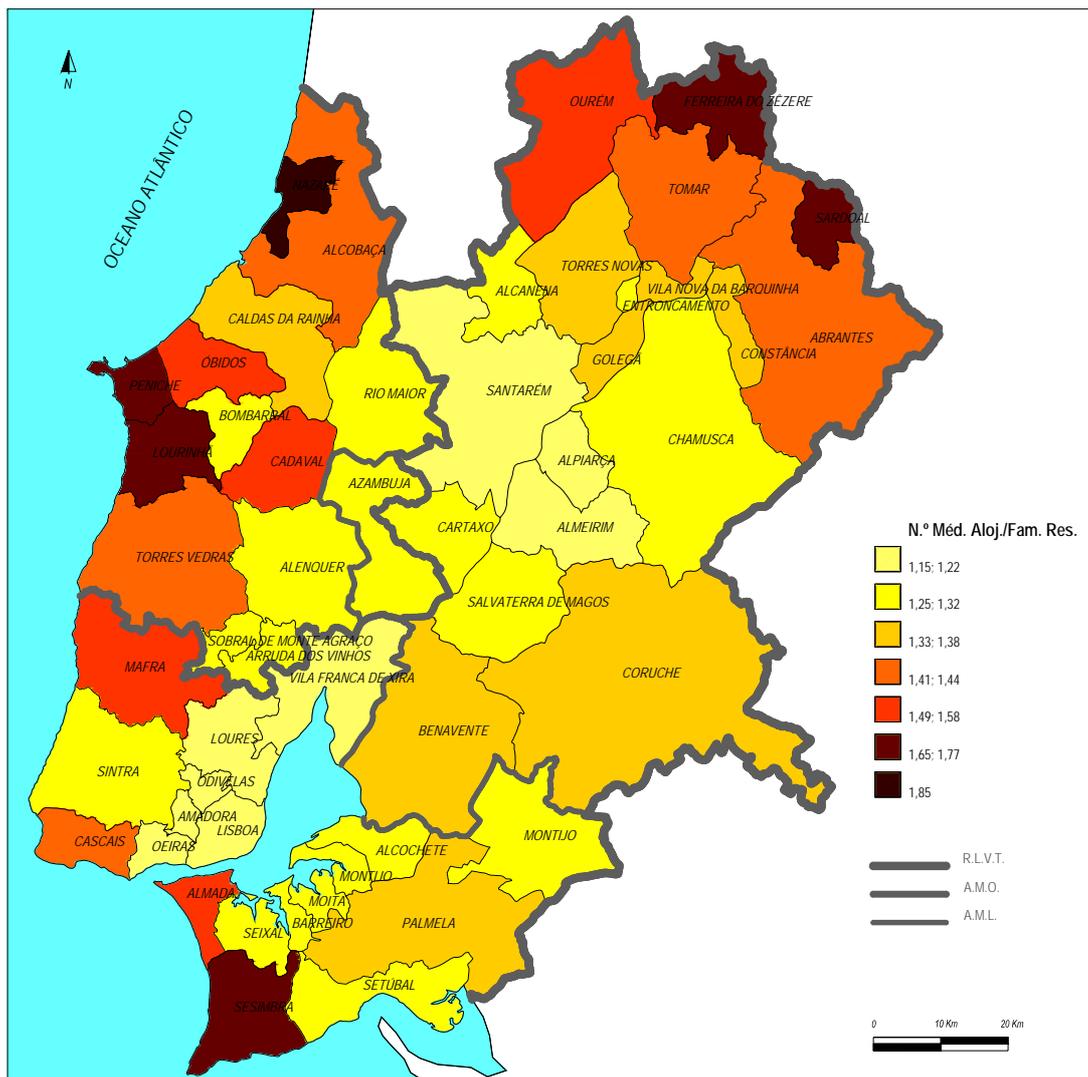
No que respeita ao concelho de Óbidos, realça-se que, apesar da sua posição litoral, se verificou uma tendência para as residências unifamiliares.

O *Mapa 13* indica a disponibilidade de alojamentos relativamente ao número de famílias residentes, em 2001, permitindo avaliar a distribuição espacial do fenómeno das residências secundárias na RLVT.

O padrão da AML revelou, globalmente, uma maior disponibilidade de alojamentos por família residente no litoral. Os valores mais altos de Sesimbra, Mafra, Almada e Cascais contrastaram com os valores mais baixos dos concelhos ribeirinhos (Alcochete, Seixal, Barreiro, Moita e Montijo) e, especialmente, com os dos concelhos mais próximos da capital (Odivelas, Loures, Amadora, Vila Franca de Xira e Oeiras).

Esta tendência foi igualmente observada no contexto territorial da AMO. Os concelhos de Nazaré, Peniche, Lourinhã, Torres Vedras e Alcobaça apresentaram-se com o maior número de alojamentos por família residente, comparativamente aos concelhos interiores de Rio Maior, Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço, Azambuja, Bombarral e Alenquer.

No quadrante Nordeste da RLVT, há que ressaltar os concelhos de Ferreira do Zêzere, Sardoal, Ourém, Tomar e Abrantes, com valores elevados, semelhantes aos do litoral. Este comportamento está relacionado com o êxodo populacional, dos mais significativos da RLVT, e poderá também ser fundamentado pela proximidade à bacia hidrográfica do Rio Zêzere/Barragem de Castelo de Bode, área privilegiada para a prática de actividades náuticas e de recreio.



Mapa 13 – RLVT: Número Médio de Alojamentos por Família Residente, por Concelho, 2001

A análise conjunta destes indicadores permite avaliar a propensão para a concentração demográfica e/ou aglomeração do edificado.

O concelho de Sintra ascendeu à categoria do concelho mais urbanizado da AML, devido ao aumento, em simultâneo, da população residente, número de alojamentos e índice de habitação colectiva. Em oposição, Lisboa, com o mais significativo recuo demográfico, assumiu um lugar de destaque como concelho em processo de contra-urbanização. Em ambos os concelhos, o número médio de alojamentos por família residente revelou-se diminuto.

Os concelhos de Caldas da Rainha, Alcobaça e Torres Vedras obtiveram uma posição de realce no conjunto da AMO, como sendo os concelhos mais dinâmicos, suscitando uma dupla situação. Por um lado, Caldas da Rainha e Alcobaça evidenciaram um processo de urbanização mais vincado, uma vez que demonstraram um crescimento superior do índice de habitação colectiva e no caso de Alcobaça, do número de alojamentos. Contrastando com estes, Torres Vedras reflectiu as características de um

processo – tendencialmente expansivo – designado por rurbanização⁴, relacionado com a proliferação de residências secundárias, dada a proximidade do grande centro urbano de Lisboa. Por outro lado, Caldas da Rainha apresentou um maior número de alojamentos ocupados, comparativamente à maior disponibilidade de alojamentos vagos de Torres Vedras e Alcobaça.

3.2.2 – CONCELHO DE TORRES VEDRAS

Entre 1981 e 2001, verificaram-se duas alterações quanto às divisões administrativas das freguesias do concelho: Outeiro da Cabeça criada em 1984, e Maceira criada em 1997, cujos territórios surgiram das freguesias de Maxial e A-dos-Cunhados, respectivamente.

3.2.2.1 – População Residente e Habitação

O concelho de Torres Vedras manifestou, nos diversos recenseamentos populacionais, ao longo dos séculos XIX e XX, uma dinâmica demográfica positiva, exceptuando na déc. de 60 do séc. XX – Gráfico 2.

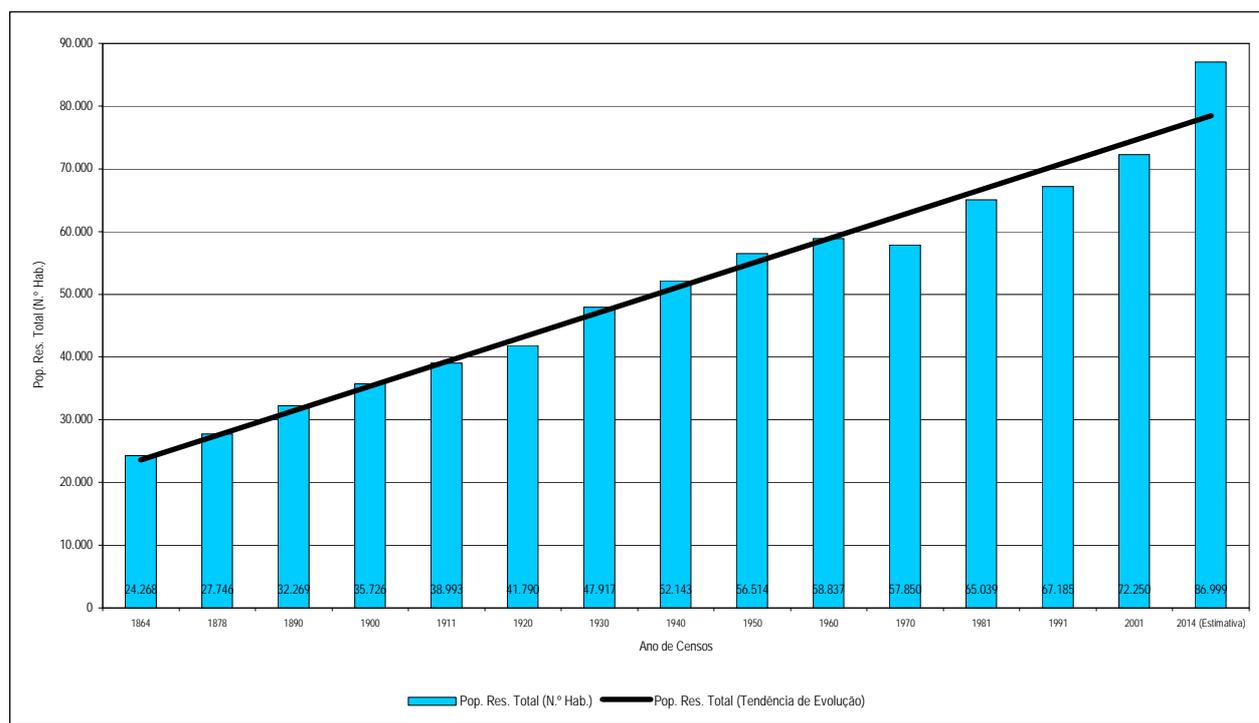


Gráfico 2 - Concelho de Torres Vedras: População Residente Total entre 1864 e 2001 e População Residente Total Estimada para 2014

Esta tendência positiva permaneceu com a passagem para o séc. XXI, atingindo os 72.250 habitantes em 2001 (mais 7,5% do que em 1991) e os 86.999 habitantes estimados para 2014.

⁴ In Salgueiro, Teresa Barata: *A Cidade em Portugal, Uma Geografia Urbana*, 1992.

A elaboração das estimativas populacionais para o horizonte temporal do plano, teve como ponto de partida os dados demográficos dos Censos de 2001, com recurso necessário à taxa de crescimento do número de eleitores recenseados – *Gráfico 3*.

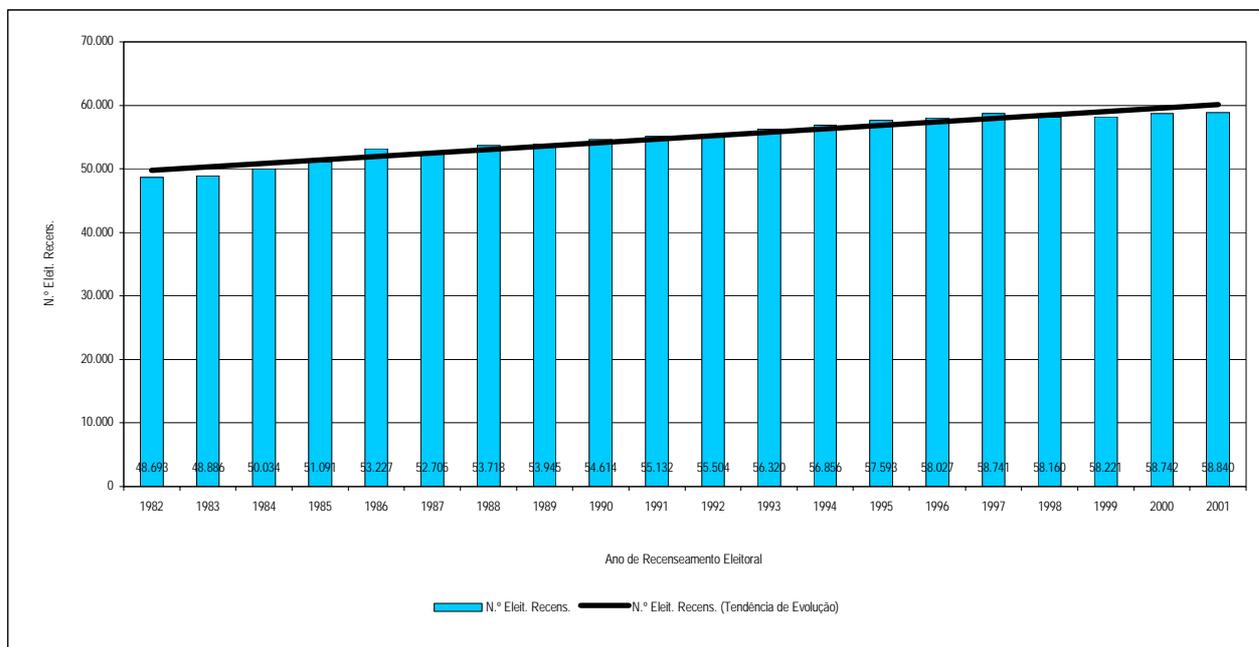


Gráfico 3 – Concelho de Torres Vedras: Número de Eleitores Recenseados segundo o Recenseamento Eleitoral, 1982-2001

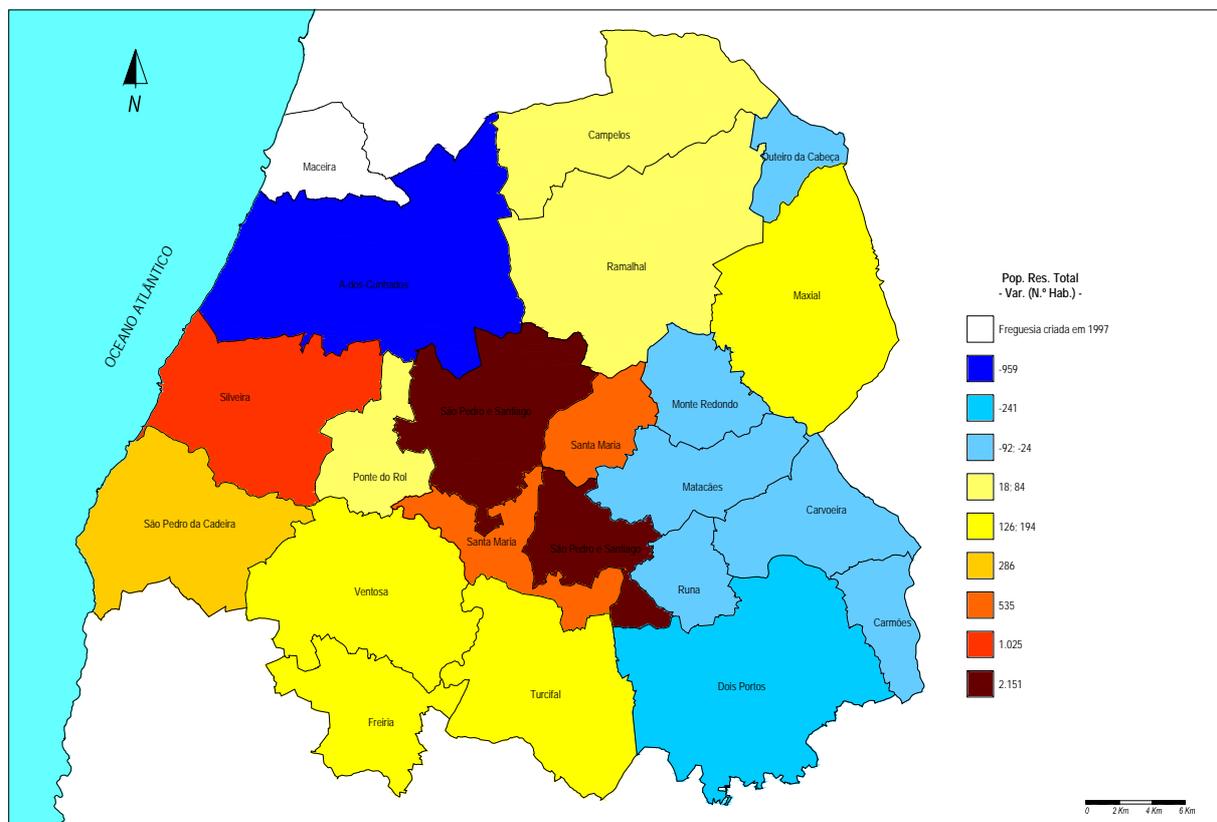
Este número manifestou, entre 1982 e 2001, uma tendência globalmente positiva, apesar das quebras nos períodos de 1986-1887 (menos 522 eleitores; -0,98%) e 1997-1998 (menos 581 eleitores; -0,99%).

O *Quadro 3* apresenta a população residente total no concelho em 1991 e em 2001, e ainda uma estimativa para 2014, ao nível das freguesias.

CONCELHO DE TORRES VEDRAS: POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL EM 1991 E 2001 E POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL ESTIMADA PARA 2014, POR FREGUESIA			
FREGUESIA	POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL		
	1991	2001	2014 (Estimativa)
A-dos-Cunhados	7.895	6.936	7.876
Campelos	2.624	2.708	3.214
Carmões	871	847	962
Carvoeira	1.675	1.610	1.838
Dois Portos	2.394	2.153	2.469
Freiria	2.270	2.464	2.852
Maceira	-	1.845	2.160
Matacães	1.288	1.222	1.393
Maxial	2.829	2.962	3.393
Monte Redondo	822	787	906
Outeiro da Cabeça	986	932	1.115
Ponte do Rol	2.063	2.081	2.488
Ramalhal	3.004	3.052	3.559
Runa	1.124	1.032	1.243
Santa Maria	4.526	5.061	6.368
São Pedro da Cadeira	4.053	4.339	4.866
São Pedro e Santiago	15.397	17.548	23.358
Silveira	5.471	6.496	7.519
Turcifal	2.882	3.008	3.480
Ventosa	5.011	5.167	5.940
Concelho	67.185	72.250	86.999

Quadro 3– Concelho de Torres Vedras: População Residente Total em 1991 e 2001 e População Residente Total Estimada para 2014, por Freguesia

A evolução da população residente total do concelho entre 1991 e 2001 (mais 5.065 habitantes) revelou alguns contrastes internos. As freguesias do centro e do litoral evidenciaram maior dinamismo, opondo-se às regressões das do interior – *Mapa 14*.



Mapa 14 – Concelho de Torres Vedras: Variação da População Residente Total, por Freguesia, 1991-2001

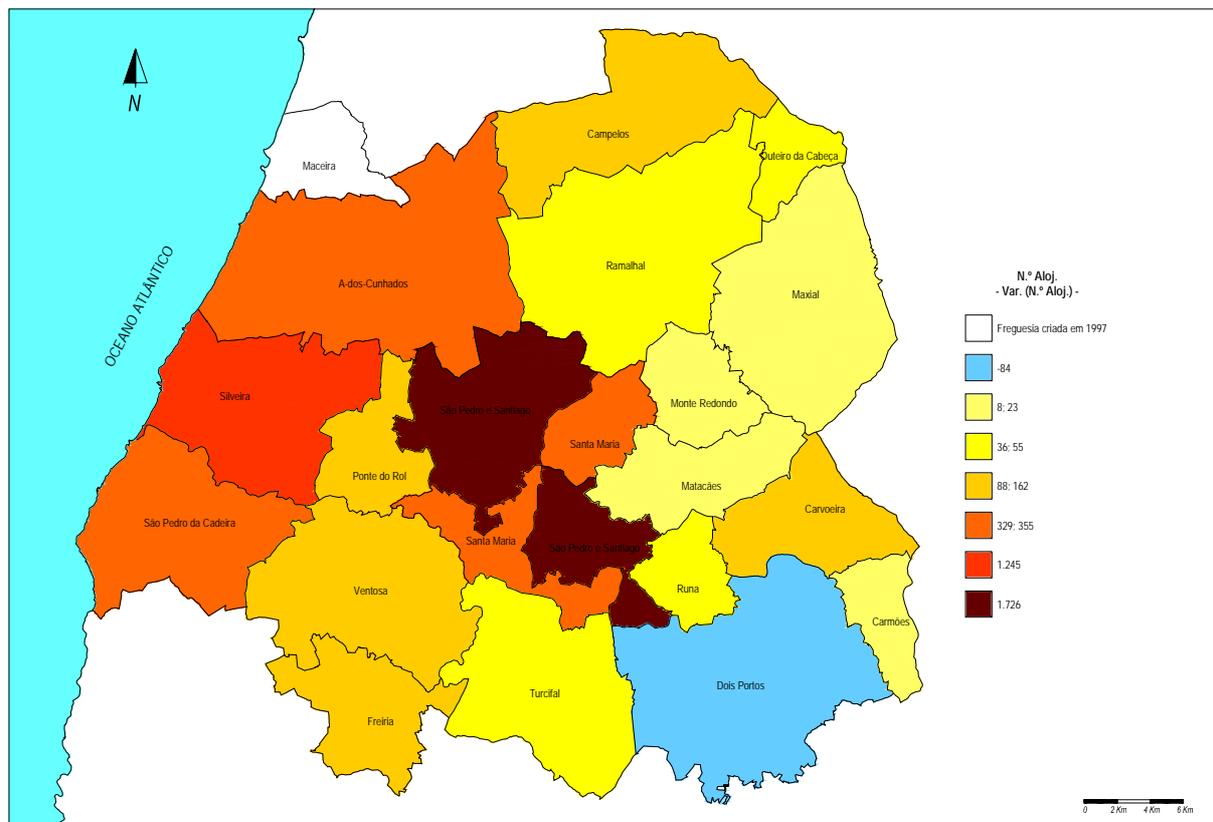
No sector central, as freguesias que integram a cidade de Torres Vedras – São Pedro e Santiago e Santa Maria – corresponderam aos maiores acréscimos de habitantes: mais 2.151 e mais 535 habitantes, respectivamente.

No sector litoral, há que realçar o crescimento de 1.025 habitantes de Silveira e 286 habitantes de São Pedro da Cadeira.

Nas freguesias do interior do concelho observaram-se os únicos decréscimos populacionais: em Dois Portos registou-se a maior diminuição (menos 241 habitantes); as perdas em Carmões, Monte Redondo, Outeiro da Cabeça, Carvoeira, Matacães e Runa variaram entre os 24 e os 92 habitantes.

De mencionar ainda que o decréscimo de 959 habitantes na freguesia de A-dos-Cunhados (sector litoral) esteve relacionado com a transferência de efectivo populacional para Maceira, constituída como freguesia em 1997.

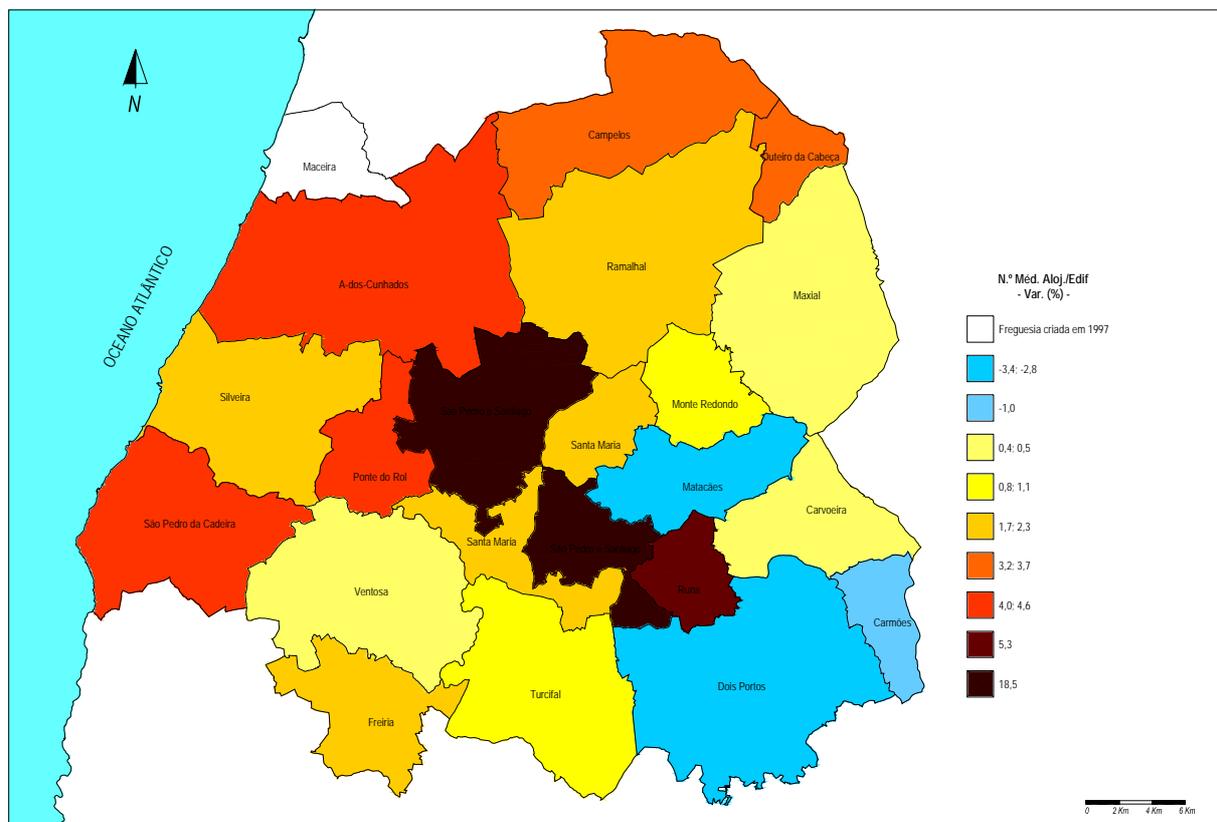
Ao nível do número de alojamentos, as freguesias do concelho – mais 5.845 alojamentos entre 1991 e 2001 – apresentaram uma tendência positiva, excepto Dois Portos – *Mapa 15*.



Mapa 15 – Concelho de Torres Vedras: Variação do Número de Alojamentos, por Freguesia, 1991-2001

No conjunto dos aumentos de alojamentos mais acentuados incluíram-se as freguesias dos sectores litoral (Silveira – mais 1.245, A-dos-Cunhados – mais 355 e São Pedro da Cadeira – mais 329), e sobretudo, do centro (São Pedro e Santiago – mais 1.726 e Santa Maria – mais 338). A única perda registada, de 84 alojamentos, correspondeu à freguesia de Dois Portos, no sector interior Sul.

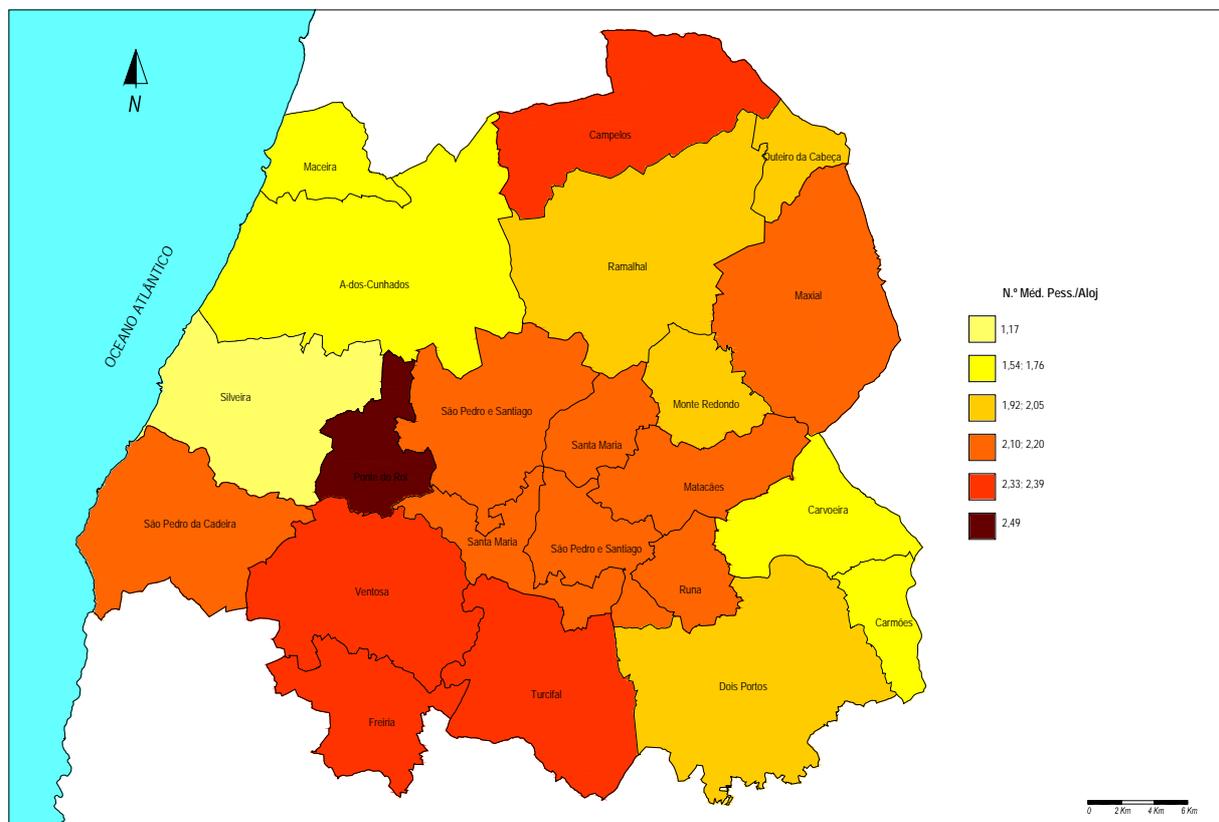
O índice de habitação colectiva (número médio de alojamentos por edifício) do município cresceu 5,8% no período 1991-2001. As freguesias de Dois Portos com -3,4%, de Matacães com -2,8% e Carmões com -1,0% constituíram as excepções – *Mapa 16*.



Mapa 16 – Concelho de Torres Vedras: Variação do Índice de Habitação Colectiva, por Freguesia, 1991-2001

Relativamente às maiores variações, destacaram-se as freguesias do sector do centro e proximidade da sede de concelho (São Pedro e Santiago – 18,5%, Runa – 5,3% e Ponte do Rol – 4,0%), do sector litoral (A-dos-Cunhados – 4,6% e São Pedro da Cadeira – 4,2%) e do sector Norte interior (Campelos – 3,7% e Outeiro da Cabeça – 3,2%).

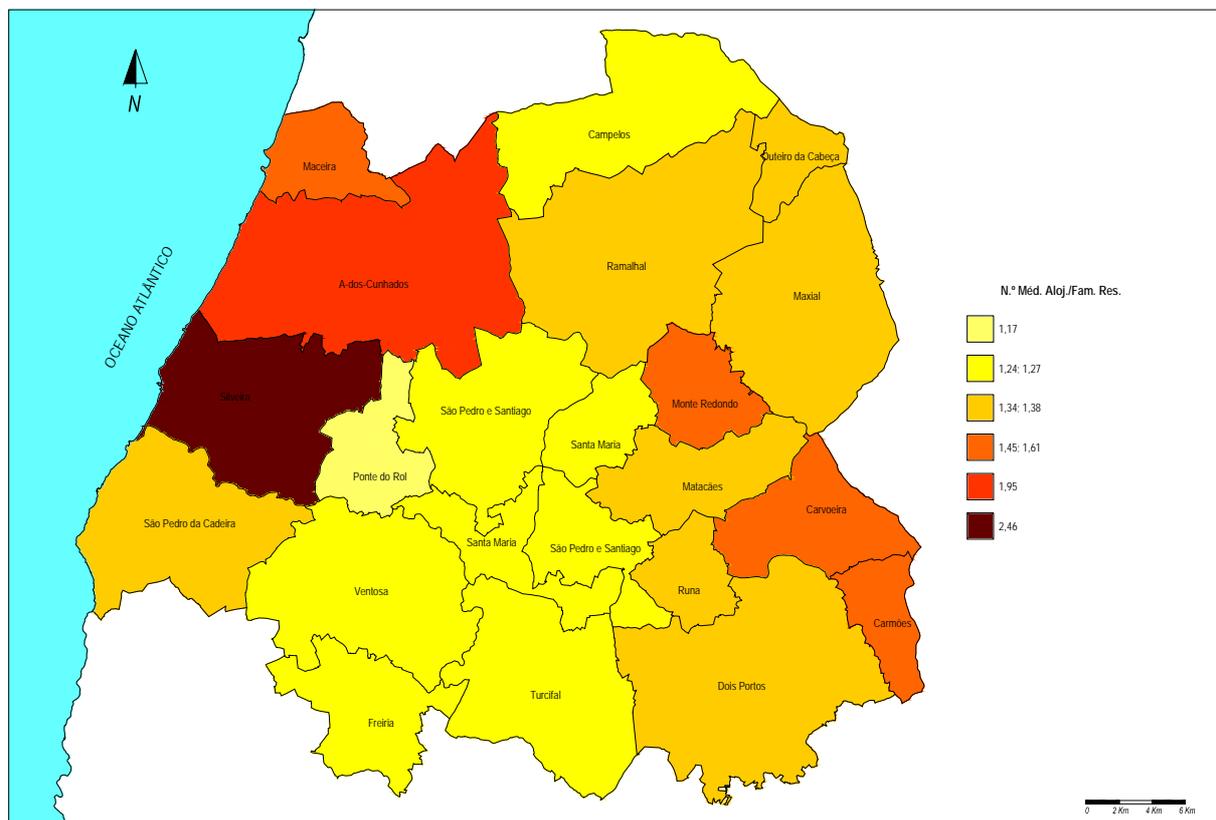
Em 2001, a ocupação média dos alojamentos do concelho era de 1,94 pessoas por alojamento. Este indicador atingiu o valor máximo de 2,49 pessoas na freguesia de Ponte do Rol, e o mínimo de 1,17 pessoas em Silveira – *Mapa 17*.



Mapa 17 – Concelho de Torres Vedras: Ocupação Média dos Alojamentos, por Freguesia, 2001

A maioria das freguesias – 14 – ultrapassou o valor concelhio. Apenas Dois Portos, Maceira, Carmões, Carvoeira, A-dos-Cunhados e Silveira se situaram abaixo.

As freguesias litorais (Silveira – 2,46 – valor máximo, A-dos-Cunhados – 1,95 e Maceira – 1,59), em conjunto com as do sector interior (Carmões – 1,61, Carvoeira – 1,52 e Monte Redondo – 1,45), apresentaram os maiores valores relativamente ao número médio de alojamentos por família residente, indiciando um número expressivo de segundas residências. No que concerne aos valores mais diminutos, destacaram-se as freguesias do sector central e Sul do concelho (Freiria, Santa Maria, São Pedro e Santiago, Ventosa e Turcifal) e, sobretudo, Ponte do Rol, com o mínimo (1,17) – *Mapa 18*.



Mapa 18 – Concelho de Torres Vedras: Número Médio de Alojamentos por Família Residente, por Freguesia, 2001

A análise conjunta destes indicadores permite avaliar a propensão, no que diz respeito à concentração demográfica e/ou aglomeração do edificado, no concelho.

A evolução da população residente e da construção nas freguesias que integram a cidade de Torres Vedras evidenciou, nestes aspectos, alguns contrastes. No conjunto do concelho, São Pedro e Santiago demonstrou a mais forte tendência, dado ter registado o maior incremento populacional a par do maior aumento do número de alojamentos, o que resultou na mais acentuada variação do índice de habitação colectiva.

Em contrapartida, em Santa Maria, esta tendência revelou-se de forma menos significativa. Com efeito, o crescimento referente à população residente total e ao número de alojamentos foi idêntico (em ritmos

distintos), mas a oscilação do número médio de alojamentos por edifício apresentou-se amplamente inferior à de São Pedro e Santiago, reflectindo uma maior tendência para a habitação unifamiliar.

No litoral, as freguesias de Silveira, A-dos-Cunhados e São Pedro da Cadeira manifestaram algumas particularidades. Na freguesia de Silveira, o número de alojamentos demonstrou um crescimento muito superior ao apresentado pela população residente, o que se traduziu num reduzido número médio de habitantes por alojamento; o índice de habitação colectiva registou um aumento diminuto. Verificou-se, desta forma, uma tendência para a construção de residências unifamiliares. Em A-dos-Cunhados, a variação populacional superou a do número de alojamentos, pelo que o número médio de habitantes por alojamento se revelou superior ao de Silveira. Considerando ainda o elevado número de alojamentos por família, constatou-se um incremento da vocação sazonal de ambas as freguesias.

Igualmente no litoral, São Pedro da Cadeira não expressou este incremento de forma tão significativa: o número médio de habitantes por alojamento apresentou-se superior ao das anteriores freguesias, apesar do acréscimo de alojamentos ter ultrapassado o da população residente; ainda a referir, um elevado crescimento do índice de habitação colectiva.

De um modo geral, os avanços populacionais foram acompanhados por uma expansão do número de alojamentos. Contrariamente, ambos os indicadores regrediram em Dois Portos.

De realçar outras freguesias do sector interior (Outeiro da Cabeça, Monte Redondo, Matacães, Runa, Carvoeira e Carmões), onde, apesar dos decréscimos populacionais observados, o número de alojamentos cresceu, reflectindo a existência de alojamentos não ocupados como primeira residência.

Ainda que por razões distintas, as freguesias do litoral apresentaram valores muito idênticos aos das do quadrante Sudeste, relativamente ao número médio de habitantes por alojamento. Nas primeiras, este indicador foi influenciado por uma maior dinâmica populacional e de construção de alojamentos, contrastando com uma menor dinâmica nas restantes.

3.2.2.2 – Estrutura Etária da População Residente

A estrutura de população residente no concelho segundo as idades alterou-se de forma expressiva entre 1960 e 2001 – *Gráfico 4*.

Com efeito, o grupo com 65 e mais anos duplicou (4.614 efectivos – 8,6% em 1960; 12.564 efectivos – 17,4% em 2001), o que se traduziu num envelhecimento da população residente.

De igual modo, a população residente com idades compreendidas entre 15 e 64 anos demonstrou um aumento dos efectivos, de 38.228 em 1960 (61,7%) para 48.375 (67,0%) em 2001.

A evolução manifestada no grupo com idades inferiores a 14 anos contrariou a tendência dos anteriores, tendo decrescido dos 15.995 efectivos em 1960 (29,7%) para os 11.311 em 2001 (15,7%).

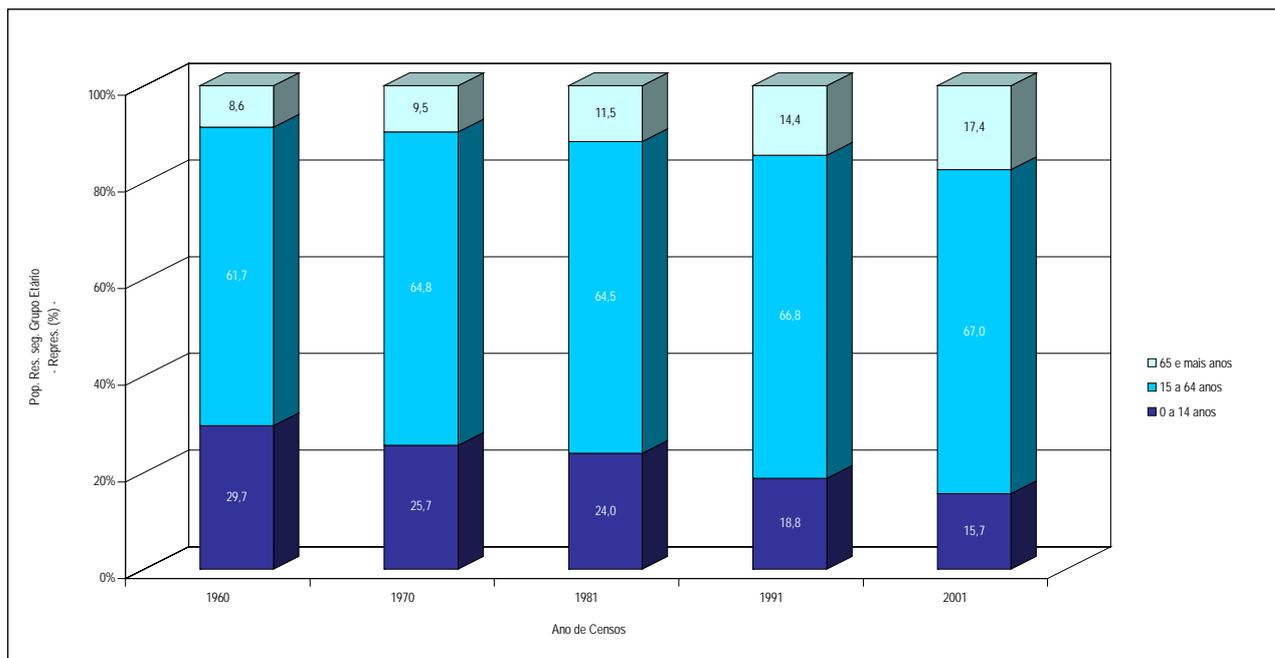


Gráfico 4 – Concelho de Torres Vedras: Representatividade da População Residente segundo o Grupo Etário, 1960-2001

Considerando, por um lado, o avanço demográfico do grupo mais idoso e, por outro, o recuo do mais jovem, constatou-se uma situação de duplo envelhecimento da população torreense.

3.2.2.3 – Taxa de Crescimento Natural

Entre 1960 e 2001, a taxa de crescimento natural (diferença entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade) evoluiu num sentido decrescente, de 11,3‰ para -1,0‰. Esta tendência deveu-se, por um lado, à diminuição da natalidade e, por outro, ao aumento da mortalidade – *Quadro 4*.

CONCELHO DE TORRES VEDRAS: TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL, 1960-2001			
ANO DE CENSOS	TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL		
	Taxa de Natalidade (‰)	Taxa de Mortalidade (‰)	Taxa de Crescimento Natural (‰)
1960	21,0	9,7	11,3
1970	15,8	11,0	4,9
1981	14,4	9,4	5,0
1991	9,8	11,2	-1,4
2001	10,8	11,8	-1,0

Quadro 4 – Concelho de Torres Vedras: Taxa de Crescimento Natural, 1960-2001

Relativamente ao período 1991-2001, ainda que indiciando saldos naturais negativos, há que mencionar uma recuperação (de -1,4‰ em 1991 para -1,0‰ em 2001), suportada por um ligeiro aumento da taxa de natalidade no mesmo período.

3.2.2.4 – Saldo Migratório

O *Quadro 5* apresenta o saldo migratório, isto é, a diferença entre a imigração (entrada de indivíduos num dado território visando uma fixação temporária ou definitiva) e a emigração (saída de indivíduos de um território, com o objectivo de fixação temporária ou definitiva noutro lugar).

CONCELHO DE TORRES VEDRAS: SALDO MIGRATÓRIO, 1981-2001					
ANO DE CENSOS	SALDO MIGRATÓRIO				
	IMIGRAÇÃO (N.º Indiv.)			EMIGRAÇÃO (N.º Indiv.)	SALDO MIGRATÓRIO (N.º Indiv.)
	Proveniente de Outro Concelho	Proveniente do Estrangeiro	Total		
1981	2.726	3.551	6.277	2.867	3.410
1991	1.073	369	1.442	740	702
2001	1.535	710	2.245	1.076	1.169

Quadro 5 – Concelho de Torres Vedras: Saldo Migratório, 1981-2001

Entre 1981 e 2001, Torres Vedras manifestou-se como um concelho atractivo, dado o número de imigrantes ter superado claramente o de emigrantes, resultando em saldos migratórios bastante positivos.

A atractividade revela-se benéfica para os territórios de acolhimento, sobretudo ao reforçar a população economicamente activa.

3.2.2.5 – Taxa de Crescimento Efectivo

A taxa de crescimento efectivo sintetiza a análise dos dois últimos indicadores analisados – *Quadro 6*. No período 1991-2001, tomando em conta o crescimento natural negativo, as imigrações funcionaram como factor compensatório, possibilitando uma dinâmica positiva de crescimento da população residente.

CONCELHO DE TORRES VEDRAS: TAXA DE CRESCIMENTO EFECTIVO, 1981-2001				
ANO DE CENSOS	TAXA DE CRESCIMENTO EFECTIVO			
	CRESCIMENTO NATURAL (N.º Indiv.)	SALDO MIGRATÓRIO (N.º Indiv.)	POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º Hab.)	TAXA DE CRESCIMENTO EFECTIVO (‰)
1981	324	3.410	65.039	57,4
1991	-94	702	67.185	9,0
2001	-74	1.169	72.250	15,2

Quadro 6 – Concelho de Torres Vedras: Taxa de Crescimento Efectivo, 1981-2001

3.2.2.6 – Povoamento

A análise do *Quadro 7* realça a existência de um dualismo quanto à distribuição da população residente segundo a dimensão populacional do lugar. O povoamento do concelho manifestou-se tendencialmente disperso.

CONCELHO DE TORRES VEDRAS: POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL SEGUNDO A DIMENSÃO POPULACIONAL DO LUGAR, 1991-2001												
DIMENSÃO POPULACIONAL DO LUGAR (N.º Hab.)	POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL SEGUNDO A DIMENSÃO POPULACIONAL DO LUGAR											
	1991				2001				Variação (1991-2001)			
	Número de Lugares		População Residente Total		Número de Lugares		População Residente Total		Número de Lugares		População Residente Total	
	N.º Lug.	%	N.º Hab.	%	N.º Lug.	%	N.º Hab.	%	N.º Lug.	%	N.º Hab.	%
< 100	84	40,8	4.483	6,7	93	42,5	5.001	6,9	9	10,7	518	11,6
100 a 199	45	21,8	6.477	9,6	48	21,9	7.093	9,8	3	6,7	616	9,5
200 a 299	25	12,1	5.948	8,9	23	10,5	5.636	7,8	-2	-8,0	-312	-5,2
300 a 399	15	7,3	5.203	7,7	16	7,3	5.511	7,6	1	6,7	308	5,9
400 a 499	6	2,9	2.596	3,9	7	3,2	3.151	4,4	1	16,7	555	21,4
500 a 599	9	4,4	4.833	7,2	6	2,7	3.242	4,5	-3	-33,3	-1.591	-32,9
600 a 699	4	1,9	2.652	3,9	6	2,7	3.859	5,3	2	50,0	1.207	45,5
700 a 799	3	1,5	2.287	3,4	5	2,3	3.716	5,1	2	66,7	1.429	62,5
800 a 899	5	2,4	4.245	6,3	4	1,8	3.428	4,7	-1	-20,0	-817	-19,2
900 a 999	1	0,5	975	1,5	2	0,9	1.905	2,6	1	100,0	930	95,4
1.000 a 1.999	8	3,9	11.047	16,4	8	3,7	11.018	15,2	0	0,0	-29	-0,3
> 2.000	1	0,5	13.394	19,9	1	0,5	15.518	21,5	0	0,0	2.124	15,9
População Isolada	-	-	3.045	4,5	-	-	3.172	4,4	-	-	127	4,2
Concelho	206	100,0	67.185	100,0	219	100,0	72.250	100,0	13	6,3	5.065	7,5

Quadro 7– Concelho de Torres Vedras: População Residente Total segundo a Dimensão Populacional do Lugar, 1991-2001

Entre 1991 e 2001, verificou-se um incremento do número de lugares com menos de 500 habitantes: com menos de 100 habitantes, existiam 84 lugares (40,8%) em 1991 e 93 (42,5%) em 2001 – mais 9 lugares; entre 100 e 499 habitantes contabilizavam-se 91 lugares (44,2%) em 1991 e 94 (42,9%) em 2001 – mais 3 lugares.

A classe de lugares de dimensão intermédia – entre 500 e 999 habitantes – aumentou somente 1 lugar, de 22 (10,7%) em 1991 para 23 (10,5%) em 2001.

Com uma maior dimensão populacional – mais de 1.000 habitantes – existiam somente 9 lugares. Destes, apenas 1 ultrapassou os 2.000 habitantes, enquanto os restantes possuíam entre 1.000 e 1.999 habitantes.

O crescimento do número de lugares com menos de 500 habitantes – 12 lugares – superou o dos lugares com mais de 1.000 habitantes, cuja evolução estagnou – 0 lugares.

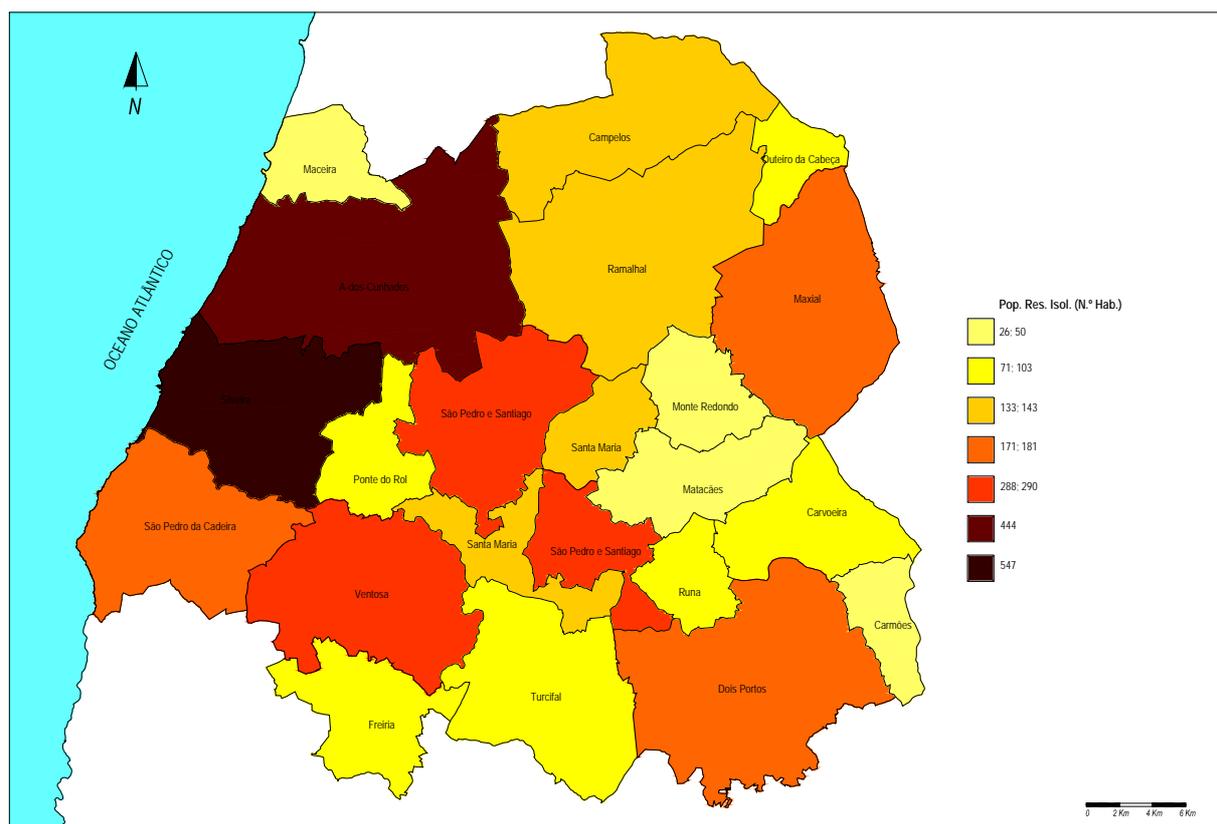
O lugar de maior dimensão – 2.000 habitantes (sede de concelho) – alcançou o maior reforço de população residente concelhio, com mais 2.124 habitantes: de 13.394 (19,9%) em 1991 para 15.518 (21,5%) em 2001.

Os incrementos populacionais, ainda que não tão expressivos, foram igualmente observados nos lugares de dimensão intermédia (de 14.992 – 22,3% – em 1991 para 16.150 – 22,4% – em 2001, ou seja, mais 1.158 habitantes), nos lugares entre 100 e 499 habitantes (de 20.224 – 30,1% – em 1991 para 21.391 – 29,6% – em 2001, ou seja, mais 1.167 habitantes) e nos com menos de 100 habitantes (de 4.483 – 7% – em 1991 para 5.001 – 6,9% – em 2001, ou seja, mais 518 habitantes).

O único recuo populacional, de apenas 29 habitantes, foi demonstrado pela classe de lugares entre 1.000 e 1.999 habitantes.

O referido dualismo traduziu-se, deste modo, numa tendência para uma macrocefalia: por um lado, a um menor número de lugares de maior dimensão correspondeu um efectivo populacional claramente elevado, por outro, um maior número de lugares de pequena dimensão totalizava um efectivo de população inferior.

A distribuição da população residente isolada assume-se como indicador do povoamento – *Mapa 19*.



Mapa 19 – Concelho de Torres Vedras: População Residente isolada, por Freguesia, 2001

As freguesias com maior grau de dispersão, isto é, com mais habitantes a residir em locais isolados eram: Silveira (17,2% – 547 habitantes) e A-dos-Cunhados (14,0% – 444 habitantes) no litoral; Ventosa (9,1% – 290 habitantes); e São Pedro e Santiago (9,1% – 288 habitantes) no centro.

Contrariamente, Carmões (0,8% – 26 habitantes), Monte Redondo (1,5% – 47 habitantes) e Matacães (1,6% – 50 habitantes) no interior, e Maceira (1,2% – 38 habitantes) no litoral, corresponderam às freguesias com um grau de dispersão mais diminuto.

O *Gráfico 5* indica a tendência manifestada no povoamento do concelho entre 1991 e 2001, apresentando a variação da população residente isolada por freguesia. As freguesias com decréscimos populacionais revelaram uma tendência para a concentração; as freguesias com variações crescentes evidenciaram uma tendência para a dispersão.

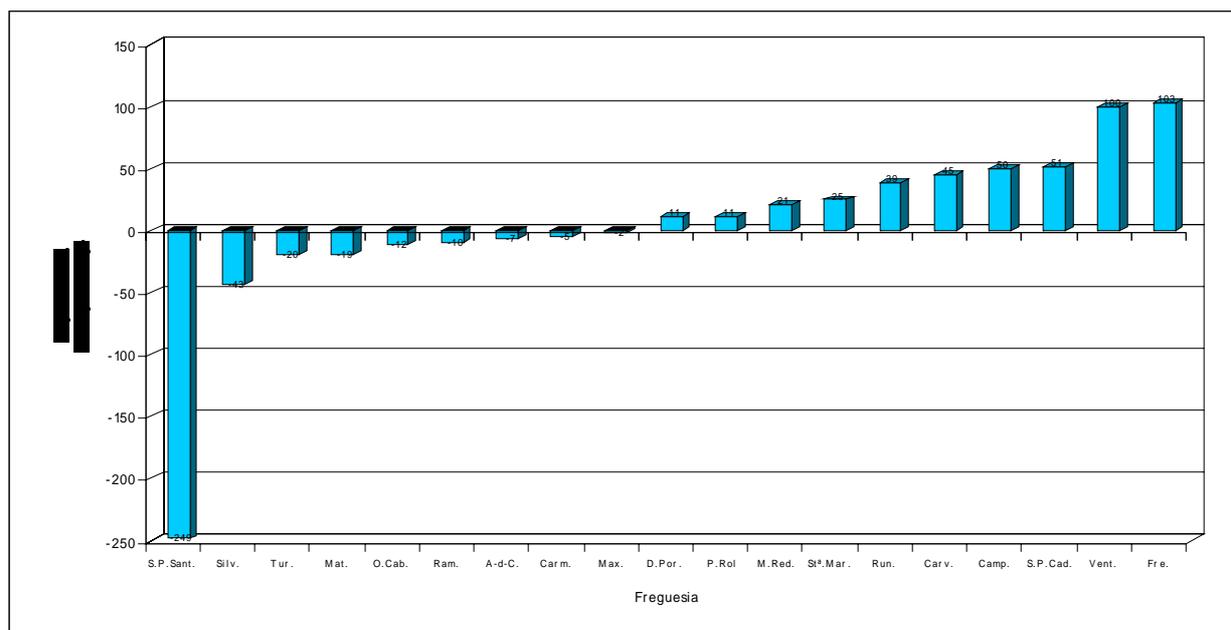


Gráfico 5 – Concelho de Torres Vedras: Variação da População Residente isolada, por Freguesia, 1991-2001

Considerando, por um lado, os elevados efectivos de população residente isolada em 2001 e, por outro, as variações decrescentes dos mesmos entre 1991 e 2001, ressaltaram A-dos-Cunhados, São Pedro e Santiago e Silveira como freguesias cujo povoamento tendeu a concentrar-se. Em contrapartida, Ventosa e São Pedro da Cadeira, com consideráveis valores em 2001 mas com grandes acréscimos de população residente isolada, tenderam a dispersar-se.

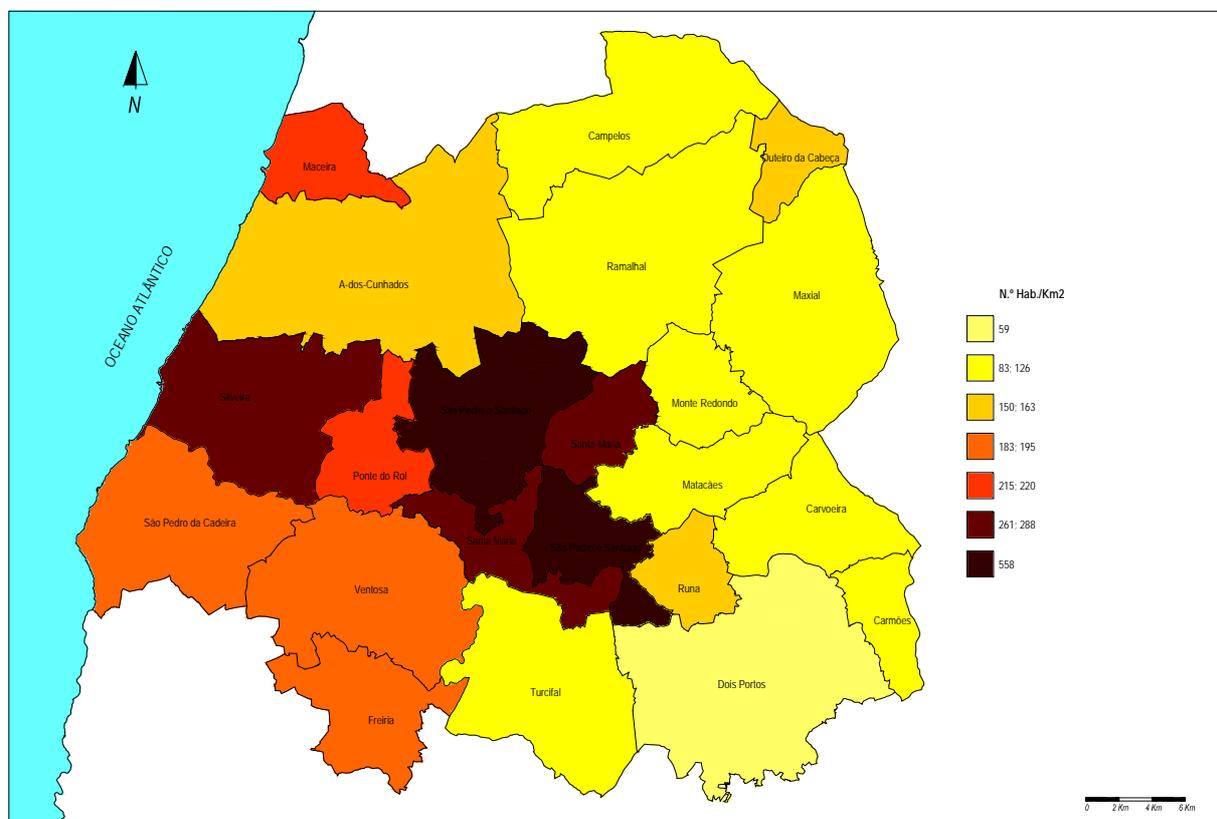
3.2.2.7 – Densidade Populacional

A densidade populacional registou uma tendência de aumento, entre 1960 – 145 hab./Km² – e 2001 – 177 hab./Km² –, com destaque para a déc de 70 – mais 18 hab./Km². A déc. de 60 foi a única a registar uma quebra do número de habitantes por Km² – *Quadro 8*.

CONCELHO DE TORRES VEDRAS: DENSIDADE POPULACIONAL, 1960-2001			
ANO DE CENSOS	POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL (N.º Hab.)	ÁREA (Km²)	DENSIDADE POPULACIONAL (N.º Hab./Km²)
1960	58.837	407,09	145
1970	57.850		142
1981	65.039		160
1991	67.185		165
2001	72.250		177

Quadro 8 – Concelho de Torres Vedras: Densidade Populacional, 1960-2001

Em 2001, era clara uma oposição as freguesias constituintes do sector do centro/proximidade da cidade, com densidades mais altas, e as do sector interior menos densamente povoado – *Mapa 20*.



Mapa 20 – Concelho de Torres Vedras: Densidade Populacional, por Freguesia, 2001

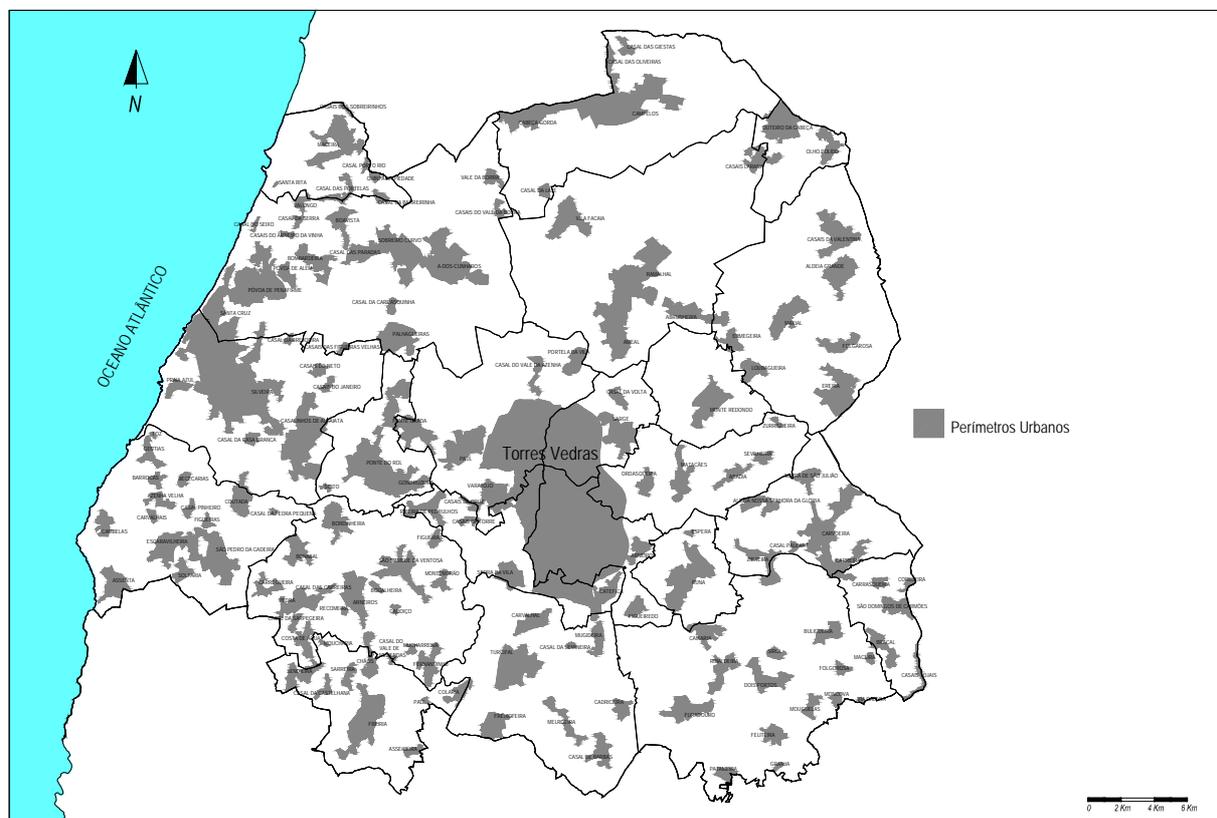
No sector central, as freguesias que integram a cidade de Torres Vedras – Santa Maria (288 hab./Km²) e em especial São Pedro e Santiago (558 hab./Km²) – alcançaram as mais elevadas densidades populacionais. De realçar, na proximidade da sede de concelho, para o interior, a freguesia de Runa (150 hab./Km²) e Ponte do Rol (215 hab./Km²) em direcção ao litoral.

Neste sector ressaltaram as freguesias de Silveira (261 hab./Km²), Maceira (220 hab./Km²), e São Pedro da Cadeira (186 hab./Km²).

As freguesias do sector interior exprimiram as mais baixas densidades, a oscilar entre os 59 hab./Km² em Dois Portos e os 126 hab./Km² em Carmões.

3.3 – Hierarquia dos Perímetros Urbanos

Na definição do modelo de organização do território concelhio, o plano estabeleceu e delimitou 149 perímetros urbanos, correspondentes ao sistema urbano municipal – *Mapa 21*.

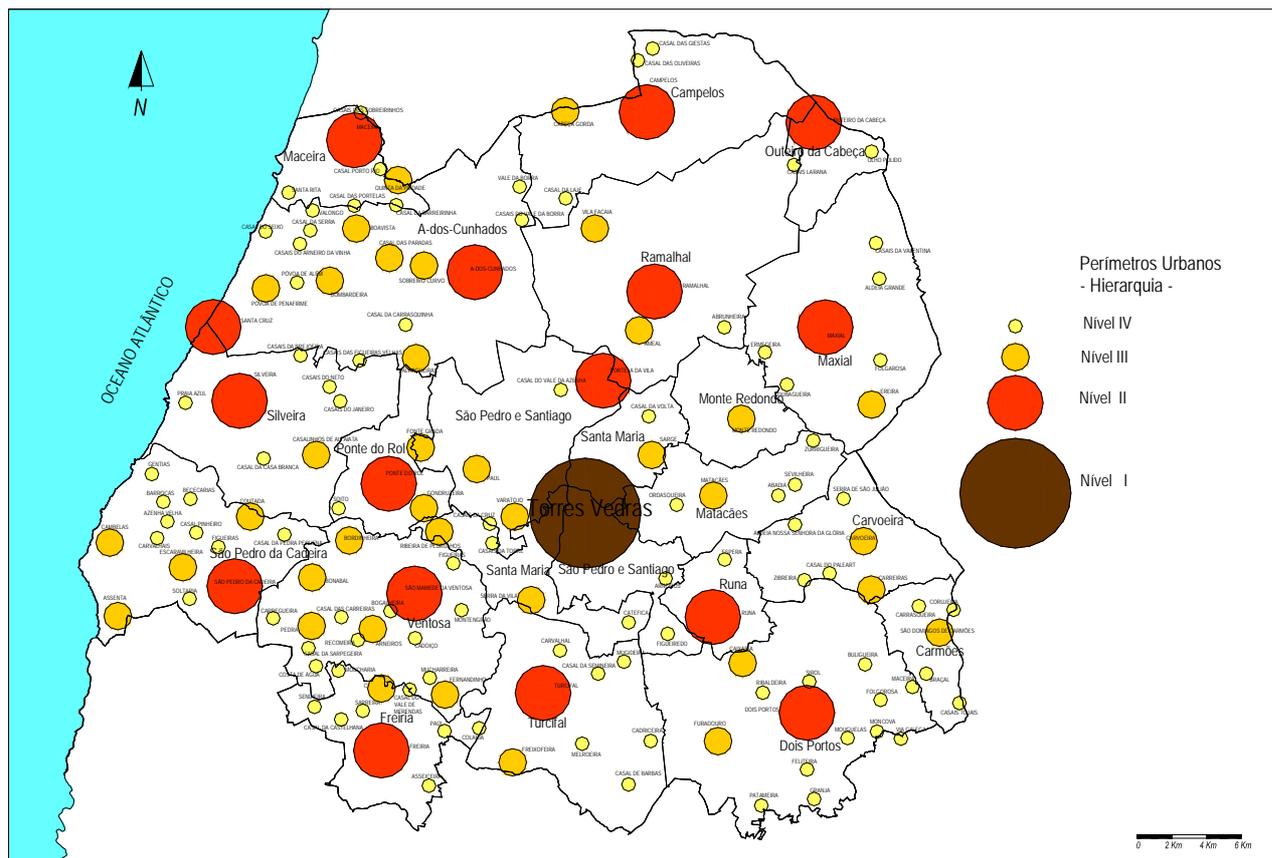


Mapa 21 – Concelho de Torres Vedras: Perímetros Urbanos, por Freguesia

Os estudos iniciais do PDM de 1995 apoiaram a hierarquização dos perímetros urbanos do concelho. Procedeu-se à actualização da classificação dos mesmos, determinou-se o efectivo populacional em 2001 e estimou-se a população residente total para 2014 – *Mapa 22* e *Quadros 9, 10, 11, e 12*.

A reclassificação dos perímetros, fazendo-os subir de nível, estimula a construção de novos equipamentos e revela-se atractiva para a actividade económica. Confere-lhes uma maior autonomia, contribui para a fixação da população e potencia a capacidade endógena de criação de riqueza.

De forma a dar consistência a determinados perímetros urbanos, aglutinaram-se pequenos lugares e casais na envolvência. Tome-se como exemplos o caso de Carreiras (freguesia de Carvoeira), cujo perímetro urbano inclui A-da-Rainha (freguesia de Carvoeira) e Casal do Sobrigal (freguesia de Carmões); o caso de Bombardeira (freguesia de A-dos-Cunhados) que inclui o Casal da Cruz e o Casal da Taberninha (freguesia de A-dos-Cunhados).



Mapa 22 – Concelho de Torres Vedras: Hierarquia dos Perímetros Urbanos, por Freguesia

No nível I foi classificada a cidade de Torres Vedras, que ocupa uma posição central no contexto concelhio, usufruindo de grande diversidade de funções centrais e elevada acessibilidade – Quadro 9.

CONCELHO DE TORRES VEDRAS: POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL EM 2001 E POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL ESTIMADA PARA 2014, PERÍMETRO URBANO DE NÍVEL I				
FREGUESIA	PERÍMETRO URBANO		POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL (N.º Hab.)	
			2001	2014 (Estimativa)
Santa Maria e São Pedro e Santiago	1	Torres Vedras	16.566	22.836

Quadro 9 – Concelho de Torres Vedras: População Residente Total em 2001 e População Residente Total Estimada para 2014, Perímetro Urbano de Nível I

Por conseguinte, Torres Vedras constitui-se como um centro urbano de forte atractividade, cuja área de influência ultrapassa o limite do concelho. Das funções centrais da cidade, há que mencionar os Serviços Administrativos (níveis municipal, regional e central), de Educação (Ensinos Secundário e Superior), de Saúde (Hospital Distrital, Centro de Saúde, clínicas médicas), bancos, seguros e comércio grossista (*cash & carry*) e retalhista (médias e grandes superfícies comerciais e *franchising*). Ao nível II correspondem, na sua maioria, as sedes de freguesia (14), exceptuando Santa Cruz e Portela da Vila. De entre estas, 5 estavam anteriormente classificadas no nível III – Quadro 10.

Os 16 perímetros urbanos classificados no segundo nível dispõem de funções, tais como os Serviços Administrativos de nível local (Juntas de Freguesia), de Educação (Ensino Básico – 1º ciclo na totalidade dos lugares; os 2º e 3º ciclos em alguns deles), de Saúde (Extensões de Centro de Saúde), banco (Caixa de Crédito Agrícola Mútuo) e correios.

CONCELHO DE TORRES VEDRAS: POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL EM 2001 E POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL ESTIMADA PARA 2014, POR PERÍMETRO URBANO DE NÍVEL II				
FREGUESIA	PERÍMETRO URBANO		POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL (N.º Hab.)	
			2001	2014 (Estimativa)
A-dos-Cunhados	1	A-dos-Cunhados	1.393	1.648
Campelos	2	Campelos	1.757	2.132
Dois Portos	3	Dois Portos	316	383
Freiria	4	Freiria	916	1.112
Maceira	5	Maceira	1.513	1.790
Maxial	6	Maxial	504	612
Outeiro da Cabeça	7	Outeiro da Cabeça	746	905
Ponte do Rol	8	Ponte do Rol	1.423	1.727
Ramalhal	9	Ramalhal	975	1.183
Runa	10	Runa	934	1.133
São Pedro da Cadeira	11	São Pedro da Cadeira	549	649
Silveira	12	Silveira	3.583	4.238
Turcifal	13	Turcifal	875	1.062
Ventosa	14	São Mamede da Ventosa	611	741
A-dos-Cunhados e Silveira	15	Santa Cruz	1.215	1.437
São Pedro e Santiago	16	Portela da Vila	-	2.610

Quadro 10 – Concelho de Torres Vedras: População Residente Total em 2001 e População Residente Total Estimada para 2014, por Perímetro Urbano de Nível II

No nível III incluem-se 37 perímetros urbanos, dos quais 4 são sedes de freguesia: Carvoeira, Matacães, Monte Redondo e São Domingos de Carmões, no quadrante Oeste do concelho – *Quadro 11*.

CONCELHO DE TORRES VEDRAS: POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL EM 2001 E POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL ESTIMADA PARA 2014, POR PERÍMETRO URBANO DE NÍVEL III				
FREGUESIA	PERÍMETRO URBANO		POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL (N.º Hab.)	
			2001	2014 (Estimativa)
A-dos-Cunhados	1	Boavista	326	366
	2	Bombardeira	256	288
	3	Casal das Paradas	745	837
	4	Palhagueiras	398	447
	5	Póvoa de Penafirme	934	1.049
	6	Sobreiro Curvo	1.129	1.268

**CONCELHO DE TORRES VEDRAS: POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL EM 2001
E POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL ESTIMADA PARA 2014, POR PERÍMETRO URBANO DE NÍVEL III (Cont.)**

FREGUESIA	PERÍMETRO URBANO		POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL (N.º Hab.)	
			2001	2014 (Estimativa)
Campelos	7	Cabeça Gorda	589	679
Carmões	8	São Domingos de Carmões	244	281
Carvoeira	9	Carvoeira	467	538
	10	Carreiras	593	684
Dois Portos	11	Caixaria	284	327
	12	Furadouro	450	519
Freiria	13	Chãos	504	566
Maceira	14	Quinta da Piedade	54	59
Matacães	15	Matacães	466	537
Maxial	16	Ereira	653	753
Monte Redondo	17	Monte Redondo	740	853
Ponte do Rol	18	Gondruzeira	527	608
Ramalhal	19	Ameal	889	1.025
	20	Vila Facaia	605	697
Santa Maria	21	Ribeira de Pedrulhos	334	385
	22	Sarge	823	949
	23	Serra da Vila	656	756
São Pedro da Cadeira	24	Assenta	645	725
	25	Cambelas	437	491
	26	Coutada	651	731
	27	Escarvilheira	654	735
São Pedro e Santiago	28	Fonte Grada	762	878
	29	Paúl	1.111	1.281
	30	Varatojo	871	1.004
Silveira	31	Casalinhos de Alfaiata	1.635	1.837
Turcifal	32	Freixofeira	698	805
Ventosa	33	Arneiros	648	747
	34	Bonabal	342	394
	35	Bordinheira	559	644
	36	Fernandinho	422	486
	37	Pedra	781	900

*Quadro 11 – Concelho de Torres Vedras: População Residente Total em 2001
e População Residente Total Estimada para 2014, por Perímetro Urbano de Nível III*

No nível IV encontram-se 95 perímetros urbanos, cujo número de funções centrais é reduzido. Contudo, alguns detêm um efectivo populacional considerável – *Quadro 12*.

CONCELHO DE TORRES VEDRAS: POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL EM 2001 E POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL ESTIMADA PARA 2014, POR PERÍMETRO URBANO DE NÍVEL IV				
FREGUESIA	PERÍMETRO URBANO	POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL (N.º Hab.)		
		2001	2014 (Estimativa)	
A-dos-Cunhados	1 Casais das Figueiras Velhas	53	58	
	2 Casais do Arneiro da Vinha	36	39	
	3 Casais do Vale da Borra	52	57	
	4 Casal da Barreirinha	84	92	
	5 Casal da Carrasquinha	30	33	
	6 Casal da Serra	34	37	
	7 Casal do Seixo	54	59	
	8 Póvoa de Além	87	95	
	9 Vale da Borra	129	141	
	10 Valongo	78	85	
Campelos	11 Casal da Lage	27	30	
	12 Casal das Giestas	91	102	
	13 Casal das Oliveiras	107	120	
Carmões	14 Braçal	218	245	
	15 Carrasqueira	94	106	
	16 Casais Tojais	86	97	
	17 Corujeira	118	133	
Carvoeira	18 Aldeia Nossa Senhora da Glória	199	224	
	19 Casal Paleart	25	28	
	20 Serra de São Julião	170	191	
	21 Zibreira	236	265	
Dois Portos	22 Buligueira	98	110	
	23 Feliteira	172	193	
	24 Folgorosa	45	51	
	25 Granja	21	24	
	26 Maceira	55	62	
	27 Moncova	48	54	
	28 Mouguelas	60	67	
	29 Patameira	65	73	
	30 Ribaldeira	217	244	
	31 Sirol	54	61	
32 Via Galega	4	4		

**CONCELHO DE TORRES VEDRAS: POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL EM 2001
E POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL ESTIMADA PARA 2014, POR PERÍMETRO URBANO DE NÍVEL IV (Cont.)**

FREGUESIA	PERÍMETRO URBANO		POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL (N.º Hab.)	
			2001	2014 (Estimativa)
Freiria	33	Asseiceira	137	154
	34	Casal da Castelhana	87	98
	35	Colaria	278	312
	36	Moucharia	53	60
	37	Paúl	37	42
	38	Sarreira	214	240
	39	Sendieira	413	464
Maceira	40	Casal das Portelas	108	118
	41	Casal do Porto Rio	100	109
	42	Casal dos Sobreirinhos	25	27
	43	Santa Rita	9	10
Matações	44	Abadia	207	233
	45	Ordasqueira	364	409
	46	Sevilheira	90	101
	47	Zurriqueira	26	29
Maxial	48	Aldeia Grande	384	431
	49	Casais da Valentina	331	372
	50	Ermegeira	287	322
	51	Folgarosa	262	294
	52	Loubagueira	276	310
Outeiro da Cabeça	53	Olho Polido	78	88
Ponte do Rol	54	Soito	40	45
Ramalhal	55	Abrunheira	323	363
	56	Casais Larana	235	264
Runa	57	Espera	22	25
Santa Maria	58	Casais da Cruz	90	101
	59	Casais da Torre	100	112
	60	Aldeia Nova	118	133
	61	Catefica	339	381
São Pedro da Cadeira	62	Azenha Velha	299	327
	63	Barrocas	183	200
	64	Bececarías	130	142
	65	Carvalhais	62	68
	66	Casal da Pedra Pequena	62	68
	67	Casal Pinheiro	133	146
	68	Figueiras	56	61
	69	Gentias e Foz	105	115
São Pedro e Santiago	70	Soltaria	239	262
	71	Arneiros	276	310
	72	Casal do Vale da Azenha	171	192
	73	Figueiredo	177	199

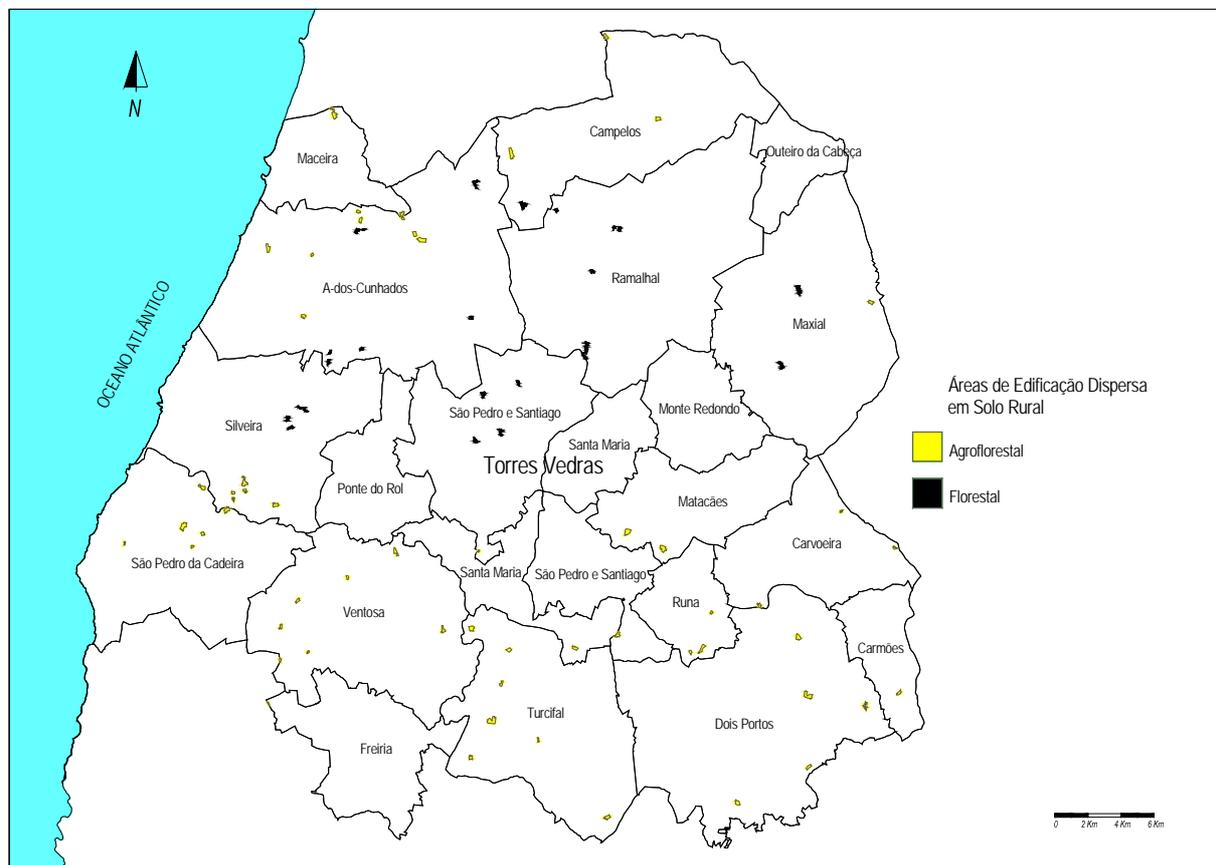
CONCELHO DE TORRES VEDRAS: POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL EM 2001
E POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL ESTIMADA PARA 2014, POR PERÍMETRO URBANO DE NÍVEL IV (Cont.)

FREGUESIA	PERÍMETRO URBANO		POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL (N.º Hab.)	
			2001	2014 (Estimativa)
Silveira	74	Casal da Brejeira	36	39
	75	Casal da Casa Branca	58	64
	76	Casal do Janeiro	59	65
	77	Casal do Neto	51	56
	78	Praia Azul	15	16
Turcifal	79	Cadriceira	157	176
	80	Carvalho	376	422
	81	Casal da Semineira	16	18
	82	Casal de Barbas	335	376
	83	Melroeira	227	255
	84	Mugideira	177	199
Ventosa	85	Bogalheira	70	79
	86	Cadoiço	85	96
	87	Carregueira	332	373
	88	Casal da Sarpegeira	52	58
	89	Casal das Carreiras	70	79
	90	Casal do Vale de Merendas	25	28
	91	Costa de Água	239	269
	92	Figueiras	118	133
	93	Montengrão	305	343
	94	Mucharreira	40	45
	95	Recomeira	32	36

Quadro 12 – Concelho de Torres Vedras: População Residente Total em 2001 e População Residente Total Estimada para 2014, por Perímetro Urbano de Nível IV

3.4 – Áreas de Edificação Dispersa em Solo Rural

O *Mapa 23* e o *Quadro 13* apresentam os núcleos de edificação dispersa do concelho, classificados como espaços agroflorestais ou florestais. Estas áreas, ainda que correspondendo a conjuntos edificados, dizem respeito a solo rural, dada a sua localização e envolvência.



Mapa 23 – Concelho de Torres Vedras: Áreas de Edificação Dispersa em Solo Rural, por Freguesia

A análise das vinte freguesias do concelho, relativa às áreas de edificação dispersa permite-nos extrair as seguintes conclusões:

- Inexistência destas áreas em 3 das freguesias, a saber, Monte Redondo, Outeiro da Cabeça e Ponte do Rol;
- O padrão de dispersão espacial revela uma oposição entre as freguesias do sector Oeste/Litoral e as do sector Este/Interior; as 4 freguesias litorais (A-dos-Cunhados, Maceira, São Pedro da Cadeira e Silveira) representam 36,4% do total de áreas de edificação dispersa; os factores explicativos deste padrão relacionam-se com o uso intensivo do solo disponível, associado à actividade agrícola e a um grande fraccionamento da propriedade;
- A freguesia com maior área total – A-dos-Cunhados – regista também a maior área total de edificação dispersa, a par do maior número de núcleos;
- A freguesia de Turcifal apresenta uma assinalável área, associada a factores históricos, à existência de quintas e à actividade agrícola.

P.D.M.T.V. 2003: ÁREAS DE EDIFICAÇÃO DISPERSA EM SOLO RURAL, POR FREGUESIA

FREGUESIA	EDIFICAÇÃO DISPERSA EM SOLO RURAL				ÁREA TOTAL DA FREGUESIA (ha)	REPRESENTATIVIDADE DAS ÁREAS DE EDIFICAÇÃO DISPERSA NA ÁREA TOTAL DA FREGUESIA (%)	
	Topónimo	Área (ha)					
		Agroflorestal	Florestal	Total			
A-dos-Cunhados	1	Casais da Serpigeira					
	2	Casal da Bica					
	3	Casal da Cabeça Ruiva					
	4	Casal da Lapa					
	5	Casal de Além					
	6	Casal de Santo António					
	7	Casal do Cano	10,50	5,93	16,43	4.425,1	0,37
	8	Casal do Forno					
	9	Casal do Galego					
	10	Casal do Martingil					
	11	Casal dos Marcos					
	12	Casal do Vale Pau					
	13	Serpigeira Nova					
Campelos	1	Casais de Vale da Tábua					
	2	Casal Amieira Pequena	4,57	2,56	7,13	2.419,6	0,29
	3	Casal Carregado					
	4	Casal das Quintas					
Carmões	1	Quinta dos Barreiros	0,96	-	0,96	674,0	0,14
Carvoeira	1	Casal da Regueira					
	2	Casal das Pendências	1,94	-	1,94	1.423,6	0,14
	3	Pinheiro Manso					
Dois Portos	1	A-do-Mato					
	2	Casal da Soalheira					
	3	Casal de Paivas	8,18	-	8,18	3.627,0	0,23
	4	Murteira					
	5	Portela do Ramalho					
Freiria	1	Cala do Greleiro	1,47	-	1,47	1.347,4	0,11
	2	Casal da Fonte					
Maceira	1	Casal das Mós	4,06	-	4,06	838,8	0,48
	2	Casal dos Carrascais					
Matacães	1	Quinta da Macheia	4,60	-	4,60	1.340,4	0,34
	2	Quinta de Portuqueira					
Maxial	1	Casais Velhos da Igreja					
	2	Casal da Capela	1,16	3,16	4,32	2.927,7	0,15
	3	Casal de Torres					
Monte Redondo	-	-	-	-	918,6	-	
Outeiro da Cabeça	-	-	-	-	572,4	-	
Ponte do Rol	-	-	-	-	968,4	-	
Ramalhal	1	Casais do Vale de Água					
	2	Casal da Espanadeira		4,25	4,25	3.688,6	0,12
	3	Casal das Porcarias					
	4	Casal Vale de Janinhos					

P.D.M.T.V. 2003: ÁREAS DE EDIFICAÇÃO DISPERSA EM SOLO RURAL, POR FREGUESIA (Cont.)

FREGUESIA	EDIFICAÇÃO DISPERSA EM SOLO RURAL				ÁREA TOTAL DA FREGUESIA (ha)	REPRESENTATIVIDADE DAS ÁREAS DE EDIFICAÇÃO DISPERSA NA ÁREA TOTAL DA FREGUESIA (%)	
	Topónimo	Área (ha)					
		Agroflorestal	Florestal	Total			
Runa	1	Casal Godel					
	2	Quinta da Casa Boa	2,87	-	2,87	686,6	0,42
	3	Quinta de Cascavelos					
Santa Maria	1	Casal do Repelão					
	2	Casal da Paulina	5,65	-	5,65	1.758,3	0,32
	3	Quinta do Calvel					
São Pedro da Cadeira	1	Casal Ramalhal					
	2	Casal Belmonte					
	3	Casal da Amoreira	7,35	-	7,35	2.333,4	0,31
	4	Casal das Covas de Baixo					
	5	Casal do Barro					
	6	Porto Rio					
São Pedro e Santiago	1	Casal da Bombardinha					
	2	Casal do Godelo					
	3	Casal do Passareiro	1,59	4,63	6,22	3.147,5	0,20
	4	Casal do Salgueiral					
	5	Casal do Vale da Goita					
	6	Casal Novo					
Silveira	1	Casal do Camarnal					
	2	Casal do Chicharo					
	3	Casal do Cravo					
	4	Casal do Vale Martelo de Baixo	6,41	3,87	10,28	2.490,0	0,41
	5	Casal do Vale Martelo de Cima					
	6	Casal Relva					
	7	Casal das Arroteias					
	8	Valverde					
Turcifal	1	Casal da Rocha					
	2	Casal da Capa Rosa					
	3	Molestias					
	4	Quinta da Chapuceira	11,29	-	11,29	2.471,3	0,46
	5	Quinta da Estrela					
	6	Quinta da Viscondessa					
	7	Quinta do Infesto					
	8	Quinta do Pombal					

P.D.M.T.V. 2003: ÁREAS DE EDIFICAÇÃO DISPERSA EM SOLO RURAL, POR FREGUESIA (Cont.)

FREGUESIA	EDIFICAÇÃO DISPERSA EM SOLO RURAL				ÁREA TOTAL DA FREGUESIA (ha)	REPRESENTATIVIDADE DAS ÁREAS DE EDIFICAÇÃO DISPERSA NA ÁREA TOTAL DA FREGUESIA (%)	
	Topónimo	Área (ha)					
		Agroflorestal	Florestal	Total			
Ventosa	1	Casais da Arriota	4,66	-	4,66	2.650,1	0,18
	2	Casal da Salgadeira					
	3	Casal da Serra do Marco					
	4	Casal do Loural					
	5	Casal do Pastor					
	7	Portelinha					
Concelho	79	-	77,26	24,40	101,66	40.708,9	0,25

Quadro 13 – Concelho de Torres Vedras: Representatividade das Áreas de Edificação Dispersa, por Freguesia

3.5 – Estrutura Económica

3.5.1 – CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA

A vitalidade do concelho de Torres Vedras depende de uma multiplicidade de factores, que lhe confirmam uma maior qualidade de vida e que permitam o desenvolvimento da sua economia, sendo determinante a afirmação da identidade local, no contexto da crescente integração nas lógicas associadas à Área Metropolitana de Lisboa (AML).

A estrutura económica do concelho nas últimas três décadas, seguiu, em parte, as tendências nacionais, com um aumento do peso do sector terciário de 16,2% em 1960 para 47,1% em 1991. O peso do sector industrial seguiu uma tendência semelhante, mas a um ritmo menor. Em 1960 possuía um valor de 16% para em 1991 passar a representar 33,7%. Na agricultura, por sua vez, verificou-se o processo inverso. Em 1960 o seu peso era de 73,4%, enquanto que em 1991 o valor passou a ser de 19,2%. Este peso era, no entanto, muito superior à média do distrito que se situava em 2,7%.

É nas empresas de pequena dimensão que se verifica, neste momento, um maior dinamismo, principalmente no que respeita à criação de postos de trabalho. No entanto, apresentam grande instabilidade face aos mercados, devido às dificuldades em assegurar um nível de recursos humanos desejável, por falta de mão-de-obra qualificada local e de estruturas que possam facilitar a formação, num regime de continuidade, em consonância com os novos desafios.

A densidade empresarial no concelho aumentou no período de 1985 a 1991 de 1,6 empresas por Km² para 2,6 por Km². Contribuiu para esta tendência, em grande parte, o aumento do número de empresas no sector comercial. Apenas uma empresa industrial atinge um número de trabalhadores superior a 500 e 80% das empresas têm menos de 9 trabalhadores.

3.5.1.1 – Agricultura

A Agricultura continua a desempenhar um papel importante na economia concelhia. A sustentação da base económica local tem como principal característica a integração existente entre os grandes sectores da actividade económica.

A Superfície Agrícola Utilizada representava em 1989, 52% da área do concelho, sendo a dimensão média das explorações 2,95 hectares, valor inferior ao do Norte do distrito de Lisboa.

Foi através de uma agricultura de grande potencial, que foi possível desenvolver a tradição industrial na fabricação de bens de equipamento para a agricultura com a expansão empresarial de indústrias familiares locais, que por sua vez conseguiram induzir actividades comerciais e de serviços transformando a cidade de Torres Vedras num pólo de importância supra-concelhia no sector terciário.

Na actualidade, com o domínio na indústria a pertencer ao sector agro-alimentar e a crescente instabilidade do sector agrícola, predominam no entanto os mesmos pressupostos, que se baseiam numa actividade diversificada e com bons graus de integração entre sectores, onde a agricultura continua a ter importância central pelo seu impacto na indústria, comércio e serviços locais.

As principais debilidades surgem na insuficiência das estruturas de comercialização, nas dificuldades em otimizar circuitos comerciais e na falta de acções de promoção, nomeadamente no sector vinícola.

No concelho de Torres Vedras a vinha é a cultura de maior tradição e também a mais importante economicamente. O concelho tem sido à escala nacional um dos maiores produtores de vinho e um dos principais centros vinícolas do país. A Região Oeste, na componente sector cooperativo, apresentava no início da década de 90 o primeiro lugar da produção no conjunto das diversas regiões com uma produção acima de um milhão de hectolitros só no sector cooperativo, representando este 90% da produção total da região. A percentagem de aderentes ao sistema cooperativo é também das mais elevadas do país.

A área ocupada por vinha representava, aquando do último recenseamento agrícola, 45% da superfície agrícola utilizada. O relativo declínio da vitivinicultura na última década veio evidenciar as fracas estruturas de apoio ao sector e uma produção mais virada para a quantidade do que para a qualidade. Tentou-se inverter a situação quando as Adegas Cooperativas, algumas ainda na década de 80, começaram a produzir vinho engarrafado e VQPRD a partir de 1990, altura em que foi criada a Região Demarcada de Torres, Alenquer e Arruda.

Na campanha de 1992, das Adegas Cooperativas associadas à FENADEGAS, a produção de vinhos de Indicação de Proveniência Regulamentada e Denominação de Origem Controlada, em relação com o total da produção, representava no Oeste 0,7%, face a 80% da região do Vinho Verde e 47% da região do Douro. Este facto é demonstrativo de um grande atraso, apesar de nos últimos anos existir uma mudança de mentalidades dos produtores privados e adegas cooperativas e seus milhares de pequenos produtores associados, no sentido da produção de vinhos de qualidade.

Para combater a diminuição da procura, provocada pela mudança de hábitos de consumo da população mais jovem e a crescente concorrência, tem vindo a ser feito um esforço promocional da região e suas marcas de vinhos, por parte das autarquias locais, Região de Turismo, associações e produtores.

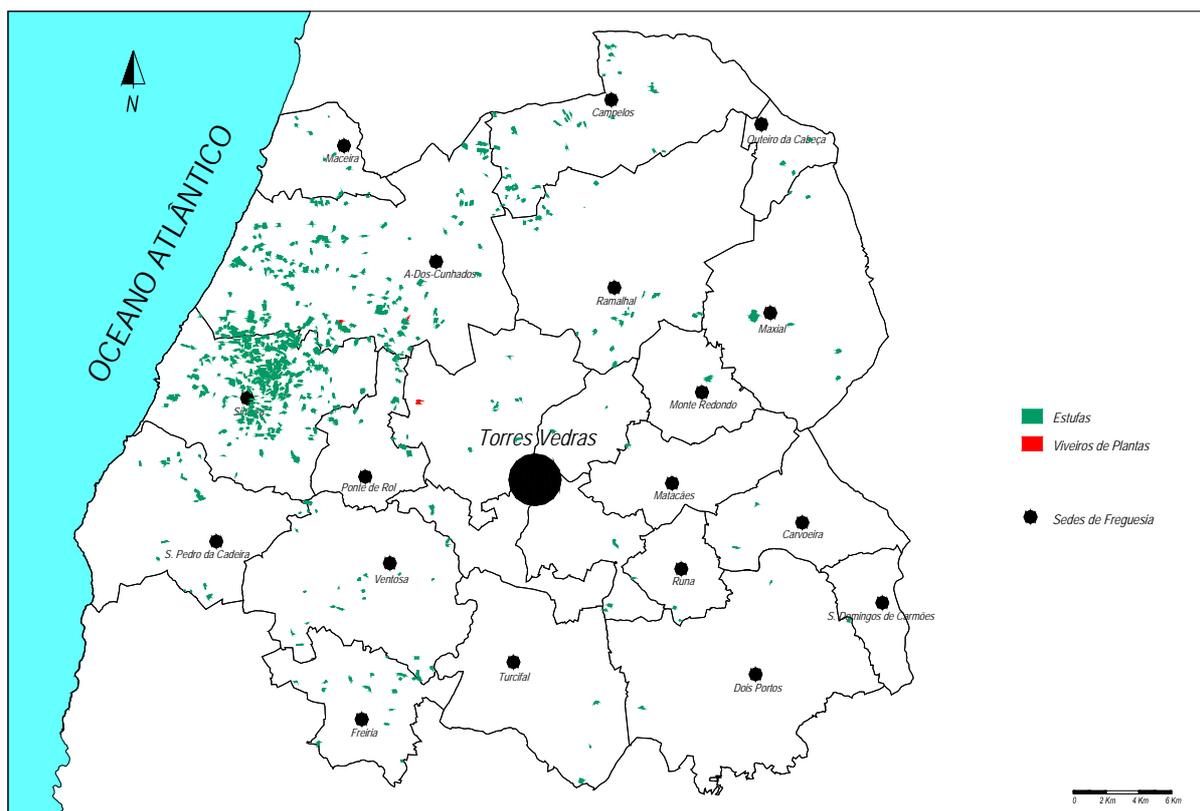
A existência de Região Demarcada, de Comissões Vitivinícolas Regionais, com estatutos aprovados em 1993, a criação de uma confraria de enófilos do Oeste, recentemente, demonstra o esforço feito para vitalizar e reforçar as estruturas de apoio ao sector.

Registe-se também, o crescimento da produção de pêra rocha e de hortícolas, verificando-se, no entanto, alguns estrangulamentos ao nível do escoamento dos produtos e das estruturas de comercialização.

Esta sub-região é uma tradicional fornecedora destes produtos, aos mercados da Grande Lisboa, embora nos últimos anos se tenha registado um apreciável volume de exportação.

Para além da importância manifestada a nível das culturas ao ar livre, verificou-se, a partir de meados da década de 80, a proliferação das culturas em estufa.

A produção hortícola tem registado recentemente um grande dinamismo, principalmente na cultura de hortícolas em estufa. Entre 1979 e 1988 a área ocupada por estufas terá passado de valores insignificantes para cerca de 225/250 ha, principalmente nas freguesias de Silveira e A-dos-Cunhados que, representam conjuntamente, perto de 90% da superfície de estufas do concelho (Mapa 22).



Mapa 24 - Área de Estufas do Concelho de Torres Vedras em 1997

Tendo por base as medições efectuadas pela equipa de revisão do PDM, durante o trabalho de campo realizado em 1999, as estufas ocupavam no concelho uma área de 295,477 ha, sendo as freguesias de A-dos-Cunhados e Silveira as mais significantes - *Gráfico 6*.

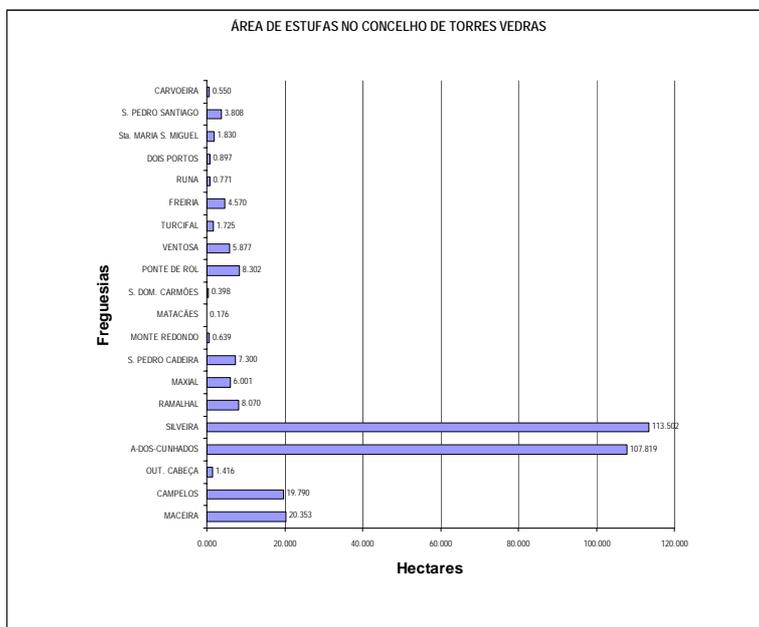


Gráfico 6 - Área de Estufas do Concelho de Torres Vedras em 1997

Contudo, no ano 2000, a Associação Inter profissional de Horticultura do Oeste, publicou no Plano de Desenvolvimento Integrado da Horticultura do Oeste, valores de 274,40 ha para o concelho de Torres Vedras.

Este tipo de actividades concentra-se apreciavelmente nos concelhos de Torres Vedras e Lourinhã e embora já tenha conhecido períodos de maior fulgor, referenciava-se aqui uma das principais áreas do país de culturas sob-coberto, com uma quota de cerca de 45% relativamente ao total nacional.

A agricultura protegida tem grande importância, sobretudo, na faixa litoral dos concelhos de Torres Vedras (freguesias de Silveira, A-dos-Cunhados, S. Pedro Cadeira, Ponte do Rol e Campelos) e Lourinhã (freguesias de Lourinhã, Miragaia, Vimeiro, S. Bartolomeu e Reguengo Grande) cuja principal produção é o tomate e num segundo nível o feijão verde. Os principais destinos da produção são os mercados abastecedores de Lisboa, Malveira e Vila Franca de Xira.

Realce-se, igualmente, nesta sub-região, as potencialidades para a produção de pêra e maçã e a rede de refrigeração de horto-frutícolas instalada, representando igualmente uma das mais importantes a nível nacional.

A pecuária registou evolução positiva, sobretudo a suinicultura e avicultura. O desenvolvimento da pecuária tem motivado o surgimento de algumas unidades industriais de produção de rações e de transformação dos produtos pecuários.

Existem condições de solo e de clima para a pecuária de leite, mas o desenvolvimento da actividade terá de ser enquadrado nas consequências, decorrentes da integração europeia.

Outro dos principais problemas do sector, diz respeito à falta de estruturas que observem racionalmente os mercados e promovam adequadamente os produtos, verificando-se frequentemente desajustamentos entre a produção e o consumo.

Em síntese:

O concelho de Torres Vedras apresenta uma agricultura pouco diversificada, embora com rendimentos superiores à média.

A tendência tem sido para o declínio da vinha e expansão dos frescos, principalmente da horticultura protegida.

A produção de vinho debate-se com importantes estrangulamentos, com situações de demasiado parcelamento das vinhas, de implantação em locais impróprios e compassos inadequados, de vinhas velhas e de baixo rendimento e de encepamentos incorrectos e castas sem valor enológico, sendo imperativa a melhoria da qualidade do vinho, ainda que à custa de reduções quantitativas.

Está a ser feito um grande esforço de requalificação da vinha e de aproveitamento integral do vinho.

Existem condições para o desenvolvimento da produção hortícola, para abastecimento do mercado interno e dos mercados da Europa do Norte e Central.

3.5.1.2 – *Indústria*

A indústria localizada nesta sub-região desenvolveu-se a partir de pequenas oficinas, dirigindo as suas actividades, para a metalomecânica de bens de equipamento para a agricultura, tradição que remonta ao princípio do século.

No entanto, o crescimento mais acelerado da indústria nesta sub-região, deu-se apenas nos últimos 30 anos, fundamentalmente no período entre 1960 e 1981. Efectivamente, o sector secundário empregava em 1960 apenas cerca de 16% dos activos, passando para valores rondando os 35% em 1981, mantendo o seu peso estrutural na última década.

As fortes relações da indústria com o sector primário, sendo este um dos mais importantes da região e do país, permitiram o aparecimento de algumas unidades industriais de maior dimensão.

Com o declínio de actividade na agricultura, associada às dificuldades a nível mundial, que afectaram o sector metalúrgico, as indústrias do sector perderam alguma importância, embora, em 1991 (MESS*, 1991) ainda sejam as segundas maiores empregadoras.

Actualmente, o sector das indústrias alimentares apresenta um maior dinamismo. Destaca-se a produção de alimentos compostos para animais, a reparação e transformação de carnes e a indústria de lacticínios.

Também os sectores das cerâmicas de barros vermelhos e produtos para a construção civil encontram algum dinamismo na região, especialmente no concelho de Torres Vedras.

A indústria transformadora em Torres Vedras é no essencial de raiz endógena, baseada em empresas de pequena e média dimensão e apoiando-se em três pólos: as agro-alimentares, as metalomecânicas e as cerâmicas.

A estrutura industrial de Torres Vedras é dominada pelo ramo da fabrico de produtos metálicos e de máquinas, equipamentos e material eléctrico. A relativa estagnação do sector metalomecânico deve-se, em parte, à reestruturação do sector, verificando-se o encerramento de empresas de maior dimensão, de que é exemplo a Casa Hipólito. Com o encerramento desta grande empresa, no fabrico de equipamento para o tratamento mecânico da vinha e sector vinícola e de outros produtos diversificados, assiste-se a uma reestruturação do sector, com o destaque para os bons desempenhos de médias empresas que registaram elevado dinamismo na última década.

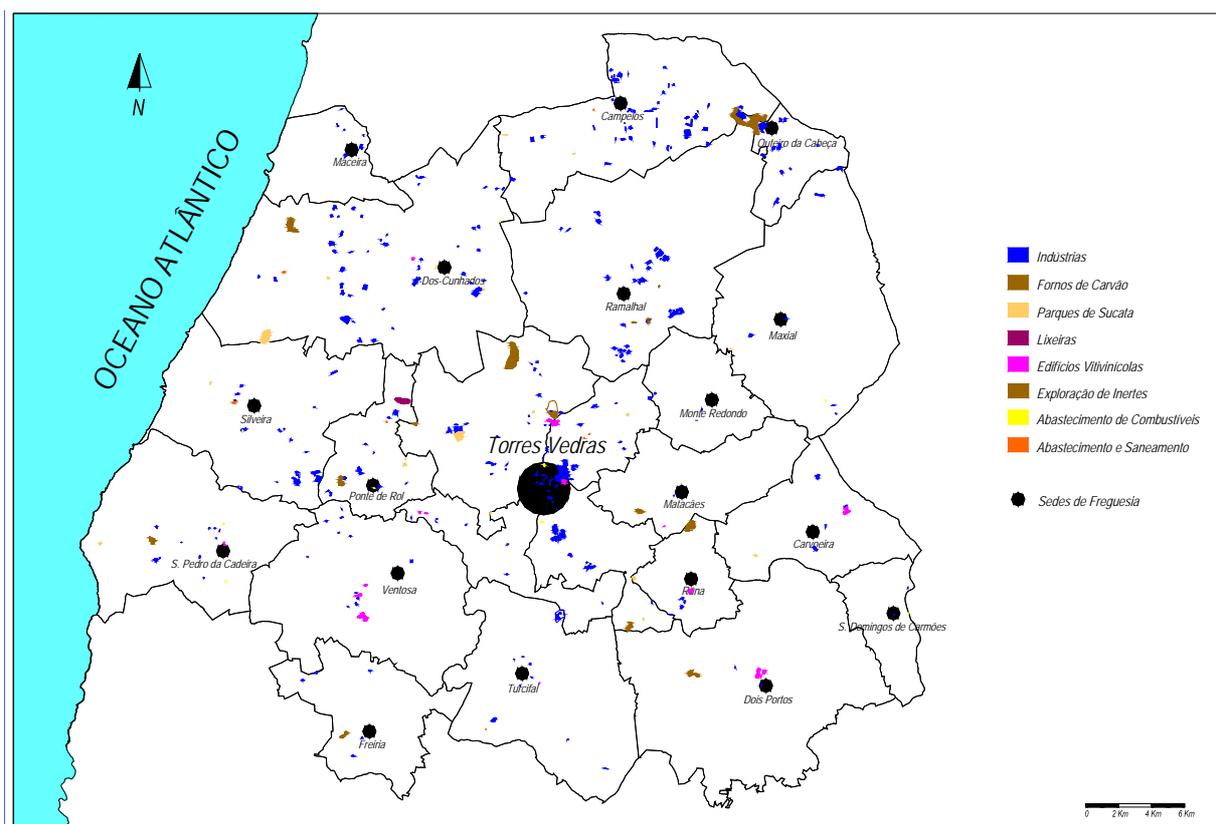
A indústria alimentar, em grande parte associada à transformação de carnes, tem vindo a florescer nas duas últimas décadas.

No concelho, a especialização incide, em grande parte, na transformação de carne de aves e suínos. Pelo que a instabilidade gerada no final nos anos 90, no sector de produção de carne de bovino, não teve grande impacto no concelho.

* MESS – Ministério do Equipamento e Segurança Social.

Em 1991, o pessoal ao serviço no sector da Alimentação Bebidas e Tabaco e Metalomecânicas era de 2817 trabalhadores, sendo os sectores que registam um maior volume de emprego, representando cerca de 55% do emprego industrial. A média por empresa de 25 trabalhadores, indicia uma estrutura industrial baseada na pequena empresa.

Os pedidos de instalação industrial continuam a reforçar a centralidade da cidade de Torres Vedras, onde se localizariam 1/3 do total, e dois eixos que partem daqui: um no sentido Torres Vedras/Ramalhal/Campelos e outro Torres Vedras/Ponte do Rol/Silveira. Em Torres Vedras e nestes dois eixos concentram-se 2/3 dos pedidos de instalação industrial do Concelho.



Mapa 25 – Distribuição de Indústrias no Concelho de Torres Vedras

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO EMPREGO INDUSTRIAL			
	1984	1989	1991
31. Alimentação e bebidas	811	1082	1212
32. Têxtil e Vestuário	335	355	404
33. Madeira e Cortiça	147	229	280
34. Papel e artes gráficas	113	178	226
36. Minerais não metálicos	179	203	228
35. Químicas	1031	973	932
37. Metalúrgicas de base	228	224	235
38. Metalomecânicas	1685	1564	1605
39. Ind. Diversas	6	13	12
TOTAL	4535	4821	5134

*Quadro 14 – Evolução da Estrutura do Emprego Industrial
no Concelho de Torres Vedras*

Fonte: Ministério de Equipamento e Segurança Social / 1984 e 1991

A grande maioria dos estabelecimentos industriais existentes é de pequena e muito pequena dimensão, com número de trabalhadores inferior a 10. Em toda a zona norte do Distrito de Lisboa, de acordo com dados do MESS de 1991, apenas se referiam 39 estabelecimentos com mais de 100 trabalhadores.

O principal núcleo industrial do concelho é a cidade de Torres Vedras, onde se localizam metade dos estabelecimentos identificados, com 61% do total do emprego na indústria. O eixo Outeiro da Cabeça/Ramalhal é outro importante núcleo de emprego industrial, sobretudo na Indústria de Materiais não Metálicos.

3.5.1.3 – Terciário

Uma das características mais marcantes dos processos de desenvolvimento nos nossos dias é uma tendência generalizada para a terciarização.

Uma parte importante do parque empresarial desta área geográfica, em especial da cidade de Torres Vedras, desenvolve a sua actividade no subsector do comércio, principalmente comércio retalhista, na maioria, pequenos estabelecimentos com menos de cinco empregados ao serviço.

O sector retalhista de produtos alimentares apresenta na região um cooperativismo significativo. Estão igualmente aqui sediados alguns líderes nacionais do sector comercial, nas áreas dos produtos siderúrgicos, automóveis e acessórios e bacalhau.

Em 1991, os serviços representavam perto de 47% do emprego do concelho, principalmente nos ramos dos serviços pessoais e colectivos e no comércio de restauração.

O desenvolvimento destes ramos, com um peso na estrutura concelhia muito superior ao dos concelhos vizinhos, evidencia o papel de Torres Vedras como centro regional, em termos comerciais e de serviços.

O comércio por grosso centra-se à volta do comércio de géneros alimentícios e bebidas, das máquinas e alfaias agrícolas, das máquinas industriais e seus acessórios e de produtos químicos, evidenciando uma certa identificação com a realidade agrícola do concelho.

Os serviços de transporte e comunicações estão concentrados na sede do concelho, sendo de destacar a CP, Caminhos de Ferro Portugueses, EP, a Barraqueiro Oeste e a Rodoviária da Estremadura, SA, os serviços de Táxis e Carros de Aluguer e a Portugal Telecom, SA. Na área das comunicações são principalmente os serviços de correios que marcam presença com aproximadamente um posto por freguesia.

Na última década, o concelho registou um razoável crescimento dos serviços, sobretudo no sector bancário, na expressão do número de balcões criados na cidade de Torres Vedras. Outros crescimentos significativos verificaram-se nos serviços à colectividade, serviços às empresas e serviços de proximidade. Instalaram-se alguns espaços comerciais de maior dimensão e desenvolveu-se significativamente a actividade bancária. As actividades terciárias estão, na sua maioria, localizadas na sede de concelho, à excepção da hotelaria e restauração, que se implantou preferencialmente junto à costa.

A oferta hoteleira no concelho é limitada. A evolução da capacidade de alojamento tem sido desfavorecida entre 1992 e 1997, de uma capacidade de alojamento em 1992 de 1365 indivíduos, passando em 1997 para 1221 indivíduos e a taxa de ocupação, respectivamente, de 24,3 para 15,2 (INE – Estatísticas do Turismo).

Este cenário é, no entanto, contrariado pelo sector de restauração, que tem evoluído favoravelmente, a par da crescente procura da região para turismo de fim-de-semana, onde se associam outras actividades, como o turismo de natureza e rural e os desportos de ar livre, para as quais o concelho tem excelente vocação natural.

A evolução futura do sector terciário encontra-se fortemente condicionada pela sua articulação com a AML. As potencialidades turísticas admitem um grande incremento do emprego nestas actividades, que induzirão crescimento noutros ramos. Esta situação poderá ser verificável no caso de funções urbanas avançadas, com destaque dos serviços às empresas.

3.5.1.4 – Turismo

O concelho de Torres Vedras insere-se na Região de Turismo do Oeste, que inclui igualmente os concelhos de, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Óbidos, Peniche, Rio Maior e Sobral de Monte Agraço.

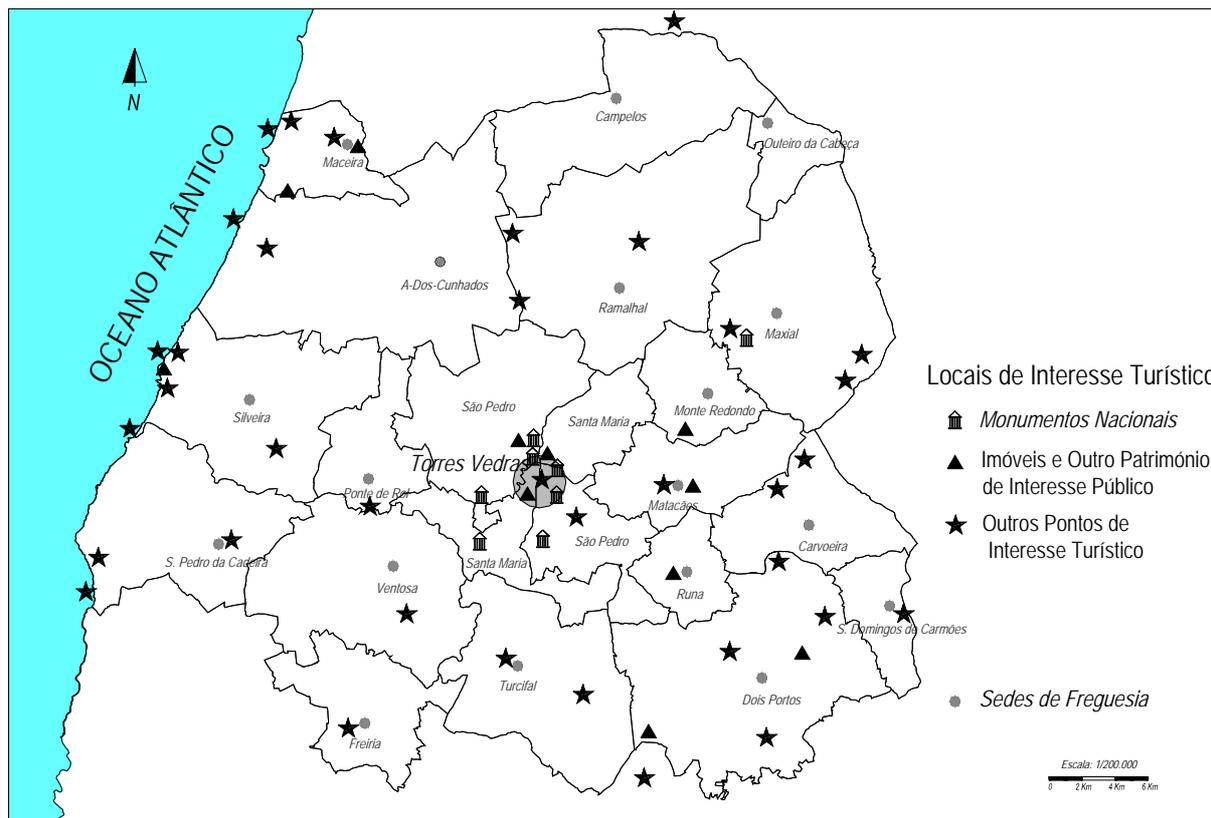
Existem alguns estrangulamentos à actividade turística, quer no domínio do ambiente, como sejam a erosão da costa, a poluição dos rios (efluentes domésticos, pecuárias e focos industriais), quer no domínio do planeamento/ordenamento, como sejam a dispersão urbana e a pressão urbanística que incide sobre algumas áreas, nomeadamente o litoral.

A actividade turística no concelho de Torres Vedras apresenta muito boas condições de desenvolvimento, estando reunido um conjunto significativo de potencialidades:

- Uma costa de 19,1 km de extensão, de grande valor paisagístico, apresentando praias de qualidade, sendo uma delas considerada “praia dourada”;
- Duas zonas termais distintas, das três existentes na Região Oeste;
- Património histórico-cultural diversificado;
- Excepcionais condições para o desenvolvimento de turismo rural ou agro-turismo, em situação privilegiada a 45 km de Lisboa;
- Etnografia e Gastronomia ricas;
- Envolvente com valor natural e paisagístico;

São evidentes diversos pontos de interesse turístico, (*Mapa 24*) onde se incluem os Monumentos Nacionais, Imóveis de Interesse Público e os Valores Concelhios, identificados no Capítulo IV (Património), bem como variados pontos de interesse turístico, como são as praias, os espaços naturais do concelho, os diversos imóveis e conjuntos de imóveis a proteger, alguns núcleos históricos de aglomerados, os Fortes das Linhas de Torres, as Termas, entre outros.

O concelho possui ainda algumas infraestruturas e equipamentos de apoio, como o aeródromo municipal de Santa Cruz, condições para a prática de desportos (ténis, golfe, hipismo, etc.), bem como de actividades de artesanato e de pesca.



Mapa 26 – Locais de Interesse Turístico no Concelho de Torres Vedras

No domínio do desenvolvimento das actividades económicas, os principais estrangulamentos evidenciam problemas estruturais na agricultura, associados à idade dos agricultores, dimensão da propriedade e formação profissional. No que respeita ao desenvolvimento tecnológico dos sectores industriais e terciário, o concelho defronta-se com problemas de dimensão e modernização, inovação tecnológica, tal como no início dos anos 90 e também, embora menos, de formação profissional.

Outro dos estrangulamentos evidentes, neste sector, é a inadequação dos incentivos financeiros existentes, bem como das infraestruturas de apoio. Existem ainda problemas de transformação/apresentação/comercialização, bem como problemas ao nível do abastecimento de água e de saneamento. As vias de comunicação também não apresentam um modelo coerente de acessibilidade melhorada para a totalidade do concelho.

Uma política de captação de investimentos, para o sector do turismo, teria obrigatoriamente de ter em conta uma área mais vasta do que apenas a do concelho de Torres Vedras, já que as interações dos desenvolvimentos provocados no exterior podem ser decisivos também para o concelho, quer pela sua complementaridade, quer pela concorrência.

Importa ainda ter em conta o eixo formado pelos concelhos de Torres Vedras, Lourinhã, Peniche e Óbidos, que apresenta fortes condições de desenvolvimento harmónico e ambientalmente sustentável

da sua orla costeira – Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) – com características bem definidas mas complementares no seu conjunto, tendo, evidentemente, como cenário o mar e as actividades lúdicas que lhe estão inerentes.

A proximidade da capital, bem como a existência da Auto-estrada 8 (A8) até Leiria, possibilitam uma grande facilidade na ligação de Torres Vedras a Lisboa. Esta facilidade conferiu à região de Torres Vedras, bem como à envolvente litoral, uma preponderância de segundas residências, seguramente em número superior ao de primeiras habitações, sendo evidente e recente uma maior procura nos aglomerados do interior do concelho.

No domínio das infraestruturas de transportes e comunicações, a decisão de construir o novo Aeroporto Internacional na OTA (concelho de Alenquer) substituindo o da Portela (Lisboa) irá, concerteza, trazer grandes benefícios ao concelho, especialmente no campo do turismo, com a vinda de estrangeiros. Também o Itinerário Principal 6 (IP6) e o Itinerário Complementar 11 (IC11) serão vias que muito irão contribuir para a chegada de turistas por via terrestre, provenientes da Europa e particularmente de Espanha. Por sua vez, a A8 irá também contribuir para os movimentos turísticos, já que atravessando uma vasta região turística com grandes afinidades de produto turístico, denominada Costa de Prata, confere ao percurso fortes efeitos promocionais.

A linha ferroviária do Oeste, depois de fortes investimentos, poderá ser também um importante acesso à região. A sua requalificação está intimamente relacionada com a implantação do novo aeroporto da Ota.

Também entendidos como essenciais são os melhoramentos a introduzir no pequeno aeródromo municipal de Santa Cruz, possibilitando a chegada de um determinado tipo de clientes turísticos e de equipamentos que poderão vir a implementar-se na zona.

Com um clima ideal para a prática de golfe, a região assume-se como um destino turístico de primeira qualidade, na proximidade à AML. O número crescente de entusiastas e praticantes dinamiza o investimento neste sector. A rede viária é simultaneamente propiciadora de potenciais utilizadores internos e externos. Esta rede viária extensa necessita de ser melhorada, para um melhor aproveitamento do potencial turístico.

Fruto das novas disposições legislativas, os espaços turísticos potenciais em cada concelho devem ser delimitados. Este investimento deve escolher estrategicamente os sítios. A escolha dos espaços adequados para a actividade turística manifesta-se ambiciosa, face ao carácter de complementaridade de ofertas, que um concelho com a dimensão e características como o que Torres Vedras possui.

Em termos de implementação de oferta turística, importa classificar os espaços com forte presença e qualidade. Importa também que os espaços de qualidade normal, como as quintas mais representativas, sejam classificados de turismo – neste caso de fortes características rurais.

Com o aumento, a que se assiste, da procura dos estabelecimentos termais, também este tipo de mercado pode e deve ser potenciado.

Neste contexto, bem como nos referidos anteriormente, na perspectiva de ser estruturado o desenvolvimento turístico do concelho de Torres Vedras, importa suportar e promover um programa ambicioso, em termos de implementação de alojamento, com uma carga turística no concelho e em particular na região costeira, não muito denso, mas sim repartido por pequenos núcleos em número significativo, abrangendo a totalidade do concelho, nos mais diversos ambientes.

Dever-se-á apontar para um turismo de qualidade, abrangendo as diversas classificações turísticas, desde o simples parque de campismo, até ao estabelecimento hoteleiro de gama média/alta.

No entanto, a capacidade de alojamento encontra-se ainda pouco desenvolvida, não tendo despertado o interesse dos empresários de hotelaria. Entre 1980 e 1986, a capacidade hoteleira do concelho não aumentou. Recentemente, surgiram alguns projectos que criam, contudo, um número limitado de empregos. O turismo apoia-se principalmente no uso de apartamentos, pertença de particulares. Em 1981, 14% dos alojamentos do concelho destinavam-se a uso sazonal.

Em 1988, a capacidade hoteleira rondava os 750 quartos. De acordo com o relatório específico existe capacidade para um acréscimo significativo da capacidade de alojamento, sem pôr em risco o equilíbrio paisagístico e ecológico do concelho.

À data do fecho deste dossier, estão em curso a reestruturação turística do conjunto de estruturas turísticas na área de Porto Novo e Maceira de propriedade da Empresa de Águas do Vimeiro, através da elaboração de plano de pormenor, a implementação de um empreendimento turístico de aparthotel e apartamentos turísticos junto a Santa Cruz e a construção junto ao Turcifal de empreendimento turístico designado por Campo Real – Golfe e Natureza, onde para além de um campo de golfe de dezoito buracos será implantado um hotel de cerca de 150 quartos e suites, diversos equipamentos de apoio ao turismo, vivendas e apartamentos turísticos.

3.6 – Equipamentos

3.6.1 – SAÚDE

3.6.1.1 – Introdução

O Sistema Nacional de Saúde, é constituído por dois tipos de cuidados de saúde: os cuidados primários e os cuidados diferenciados.

Os cuidados primários, correspondem aos centros de saúde, nos quais está, por sua vez, integrada, a saúde pública. Os cuidados diferenciados, compreendem a rede hospitalar (geral e distrital).

O concelho de Torres Vedras, juntamente com os concelhos de Cadaval, Lourinhã, Mafra e Sobral de Monte Agraço, está integrado na Unidade do Oeste (ou Unidade F) da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT).

No campo da saúde pública, enquadram-se os domínios da medicina preventiva e da saúde comunitária, inseridos no centro de saúde, constituído por uma sede, localizada na cidade de Torres Vedras, e dezoito extensões localizadas nas diferentes sedes de freguesia. Para além da medicina preventiva, predominam as vertentes de tratamento e acompanhamento de doentes, centrando-se a atenção no indivíduo em concreto.

Nos cuidados diferenciados, o concelho é servido por um hospital geral (Hospital José Maria Antunes Júnior), localizado no aglomerado do Barro, a Sudoeste da cidade e distanciado desta cerca de 2 km e um hospital de características distritais (Hospital Distrital de Torres Vedras), localizado no centro da cidade.

Na rede hospitalar, o hospital geral, por estar direccionado para o tratamento de doenças do tipo infecto-contagiosas, não tem uma área de influência restrita e definida, podendo por isso receber utentes de todo o país.

No caso do hospital distrital, abrange para além da população do concelho de Torres Vedras, a população dos restantes quatro concelhos, pertencentes ao mesmo grupo da ARSLVT – Cadaval, Lourinhã, Mafra e Sobral de Monte Agraço.

Este equipamento, pelas suas características e dimensões, encontra-se mais vocacionado para o atendimento de urgência, internamento, cirurgia e tratamento em consulta especializada.

Como complemento ao sistema local de saúde, assumem ainda particular importância, os consultórios privados, clínicas e associações de socorros que, em número significativo, oferecem um importante conjunto de soluções e assistência complementar, necessário e imprescindível, face ao número de utentes existentes no concelho.

Ainda como serviço complementar, as farmácias assumem igual importância, não só por serem em número significativo, principalmente na cidade, mas também porque para além da venda de medicamentos prestam outro tipo de cuidados preventivos e de enfermagem. As farmácias que prestam serviço fora do horário normal de expediente, designadas farmácias de serviço, existem unicamente na cidade.

Quanto às 18 sedes de freguesia, existe também em todas elas pelo menos uma farmácia ou posto de medicamentos. A única excepção é constituída por Monte Redondo.

3.6.1.2 – Cuidados Primários: Saúde Pública e Centro de Saúde

A saúde pública engloba, no campo da medicina e cuidados de prevenção, todas as vertentes básicas necessárias para a saúde da população em geral: desde a vacinação das crianças, à emissão de licenças para estabelecimentos alimentares e industriais.

A Delegação de Saúde no concelho de Torres Vedras funciona com dois médicos, dependendo administrativamente do centro de saúde, com o qual colabora em campos como a saúde escolar e vacinação (nos cuidados de saúde preventiva) ou a gestão de cuidados personalizados e projectos para a comunidade. A delegação de saúde estabelece, também, uma colaboração muito directa com as delegações de saúde dos outros municípios, pertencentes ao mesmo grupo da ARSLVT.

O centro de saúde no concelho de Torres Vedras funciona com uma única sede, localizada na cidade e 18 extensões ou unidades, implantadas pelas restantes sedes de freguesia.

Num concelho com um universo populacional de cerca de 72000 habitantes, o sistema de saúde serve, no entanto, um total aproximado de 74000 a 76000 utentes, sendo que desses, 25000 estão inscritos na sede, localizada na cidade de Torres Vedras.

No universo de utentes do concelho, destaca-se ainda o número de utentes sem médico de família: 7500. Contudo, este valor, apresenta num futuro próximo tendência para diminuir, já que o centro de saúde aguarda brevemente pela chegada de três novos médicos, pelo que a estimativa de utentes sem médico de família poderá ser reduzido para cerca de 3000.

Além do atendimento de clínica geral, efectuado pelos “médicos de família” e das consultas de especialidade (Dermatologia, Psiquiatria, Psicologia e Pneumologia) o centro de saúde – sede presta também outros serviços paralelos: através do atendimento complementar (AC) do centro de diagnóstico pneumológico, que actualmente funciona junto ao hospital (nas instalações do antigo Dispensário) e do centro de medicina física e de reabilitação. Este último funciona, em edifício próprio, no centro da cidade.

Em todos estes serviços, incluindo as consultas de especialidade, para além dos utentes do concelho, têm ainda acesso todos os utentes dos quatro concelhos vizinhos, pertencentes à área da ARSLVT.

Quanto às restantes unidades ou extensões, estas prestam apenas serviços básicos de saúde (enfermagem, vacinação, atendimento domiciliário, etc.), para além dos serviços de atendimento de clínica geral.

No que respeita ao horário de atendimento, o centro de saúde de Torres Vedras funciona, para as consultas diárias, no período compreendido entre as 08.00h e as 20.00h e paralelamente, para o atendimento complementar, entre as 14.00h e as 22.00h.

Das dezoito unidades correspondentes às extensões do centro de saúde nas freguesias, apenas três dos edifícios são propriedade da ARSLVT (Campelos, Maceira e Maxial).

As restantes são todas instalações cedidas pelas Juntas de Freguesia ou arrendadas a particulares, não existindo por parte da administração central a intenção de proceder à aquisição dos imóveis.

Recentemente, o imóvel onde funciona a extensão do centro de saúde na freguesia de Monte Redondo sofreu melhorias consideráveis, de forma a possibilitar melhores condições de trabalho e atendimento.

Recentemente, foram construídas novas instalações as freguesias de Dois Portos, Carmões e Freiria.

Quanto à sede do centro de saúde, em Torres Vedras, esta foi recentemente transferida para um novo edifício, construído de raiz, e que veio colmatar as graves deficiências de funcionamento que o antigo edifício apresentava, face à sua inadaptação para a função a que estava afecto.

Para além das instalações, outros problemas se colocam ao nível dos recursos humanos e quadro de pessoal médico. O centro de saúde – sede – possuía, em 2000, 15 médicos, entre um total de 41 que existem no conjunto de todas as extensões.

Sendo, actualmente, a média etária dos médicos, de 50 anos, numa perspectiva de médio prazo (10 anos) poder-se-á assistir à falta de médicos disponíveis, caso os quadros de pessoal não sejam, em tempo útil, reestruturados e renovados.

O tipo de serviço prestado por um centro de saúde exige, para que este apresente bons níveis de funcionamento, um número mínimo de médicos e de pessoal assistente, para um determinado número de clientes. Actualmente, considera-se que esta relação deve ser de 1 médico para cada 1500 utentes, ou seja, 4 médicos para cada 6000 utentes e um número mínimo de 8 funcionários.

Face a estes parâmetros, algumas das extensões apenas justificam a existência de um médico. Contudo, considera-se que qualquer extensão deveria funcionar sempre com um número mínimo de dois médicos e 4 funcionários (entre administrativos e pessoal auxiliar).

3.6.1.3 – A rede hospitalar concelhia – Hospital José Maria Antunes Júnior e Hospital Distrital

O concelho de Torres Vedras possui dois hospitais: O Hospital José Maria Antunes Júnior, localizado no Barro, funcionando como um hospital especializado e o Hospital Distrital de Torres Vedras, localizado na cidade.

O hospital geral José Maria Antunes Júnior ou hospital do Barro, como é mais vulgarmente conhecido, é um hospital que não tendo uma área de influência delimitada, pode por isso receber doentes de todo o país, actuando apenas na área das doenças infecto-contagiosas.

Possui uma capacidade aproximada de 100 camas, destinadas a um internamento de tipo prolongado (com uma média que varia entre os 3 a 4 meses) e apresenta uma média de ocupação na ordem dos 85%. Sendo bastante procurado para o tratamento de doenças como o Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA) e Tuberculose, o hospital tem, no entanto, apresentado nos últimos tempos, um número mais reduzido de doentes.

Foi criado, mais recentemente, um serviço de Pneumologia, comum aos dois hospitais, que possibilita a inter-relação e articulação entre os dois serviços, demonstrando que futuramente o mesmo se poderá verificar relativamente a outro tipo de serviços.

O hospital distrital tem como área de influência os cinco concelhos abrangidos pelo centro de saúde, pertencentes à mesma Área Administrativa: Cadaval, Lourinhã, Mafra, Torres Vedras e Sobral de Monte Agraço.

Inicialmente construído em terrenos da Misericórdia de Torres Vedras, de quem dependia também administrativamente, após 1974 e na sequência da criação do Ministério da Saúde, passa para a competência administrativa e financeira do novo ministério, tendo sido alvo de uma forte reestruturação. Porém, a Misericórdia continua a ser proprietária dos terrenos e instalações, pelas quais o ministério paga uma renda, situação que ainda hoje se mantém.

Por volta de 1985, face à necessidade de ampliar as instalações e não sendo suficientes os terrenos que a Misericórdia possuía, o Ministério da Saúde vê-se na contingência de adquirir alguns terrenos adjacentes para a construção do novo edifício do hospital.

Actualmente, as instalações hospitalares pertencem à Misericórdia e ao Ministério da Saúde.

O hospital possui uma capacidade total de internamento de 196 camas, das quais 186 fazem parte do internamento base e 10 estão afectas ao Serviço de Observações, numa média de internamento de 5 a 6 dias. Presentemente, presta serviços num total de dez especialidades: Medicina Interna; Cardiologia; Cirurgia; Urologia; Ginecologia; Obstetrícia; Pediatria; Otorrinolaringologia; Ortopedia e mais recentemente Oncologia (num serviço de apoio pontual). Para além destes serviços, o hospital funciona ainda como hospital de dia, mais vocacionado para o atendimento e apoio a idosos.

Em termos de atendimento, o hospital apresenta uma média anual de 108000 utentes, repartidos por consultas e urgências. A este número não estão associados os internamentos, as operações ou intervenções cirúrgicas realizadas e os partos/nascimentos ocorridos.

A média de ocupação ocorrida no hospital distrital durante o ano 2000, rondou os 72% (valor abaixo da média nacional que anda nos 75%). No hospital do Barro, e durante o mesmo período, a média de ocupação aproximou-se dos 85%, para um número aproximado de 100 camas de internamento prolongado (entre 3 a 4 meses).

No Quadro 16 poderão ser observados os números totais de atendimentos ocorridos durante o ano 2000, no hospital distrital.

Atendimentos (ano 2000)	Nº Utentes
Urgências	40625
Consultas	67969
Internamentos	7511
Operações	3403
Nascimentos/Partos	1503
TOTAL	121011

Quadro 15 – Atendimentos efectuados pelo hospital distrital de Torres Vedras em 2000

Fonte: H. D. T. V.

Para este número anual de atendimentos, o hospital distrital de Torres Vedras possui um número total de 425 efectivos, dos quais 56 são médicos pertencentes ao quadro de pessoal. No Quadro 17, poderá ser observada a constituição do número de efectivos que compõem o quadro de pessoal.

Categorias	Nº de Efectivos no Quadro *
Pessoal Dirigente	6
Médicos	56
Técnicos Superiores de Saúde	4
Enfermagem	138
Técnicos Superiores	3
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	26
Pessoal Administrativo	38
Pessoal Operário	8
Pessoal Auxiliar	142
Pessoal Informático	3
Capelão	1
TOTAL	425

Quadro 16 – Número de Efectivos do hospital distrital de Torres Vedras em 2000

* Nº de efectivos aferido ao ano de 1998

Fonte: H. D. T. V.

3.6.1.4 – A rede de transporte de doentes

Segundo um estudo elaborado pela ARSLVT, a Região do Oeste é a que possui um maior número de ambulâncias, repartidas, quer pelas Associações de Socorros, quer pelas diversas unidades dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras.

O transporte de doentes, em geral, divide-se em dois grandes campos: transporte diário e o transporte interno.

O transporte diário, destinado a todos os utentes que necessitam de se deslocar para as consultas ou tratamentos, é efectuado pelas ambulâncias dos Bombeiros Voluntários ou das Associações de Socorros.

O transporte interno, destinado a permitir a deslocação de doentes entre hospitais (nomeadamente entre o de Torres Vedras e os de Lisboa), existe unicamente no hospital distrital e é realizado por uma empresa privada de transporte de doentes (ambulâncias), contratada pelo hospital, uma vez que este não tem serviço próprio de ambulâncias.

Para além destes serviços, existem ainda os serviços de emergência médica permanente, de âmbito nacional, geralmente efectuados pelo Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM).

Presentemente, não existe ainda nenhuma ambulância do INEM, equipada com os meios técnicos e humanos necessários, a actuar no concelho de Torres Vedras. Por esse motivo, são também os Bombeiros e as Associações de Socorros que prestam este serviço.

Sempre que necessário, o hospital distrital disponibiliza o seu pessoal técnico e médico, bem como equipamentos, para complementar as ambulâncias no transporte de doentes, nomeadamente para os hospitais civis de Lisboa, que prestam apoio e complementaridade ao hospital distrital de Torres Vedras.

Dependendo da especialidade e/ou necessidade de maior emergência, os hospitais da área de Lisboa que prestam assistência a Torres Vedras, são:

- Hospital de Dona Estefânia – Pediatria;
- Instituto Português de Oncologia – Oncologia;
- Hospital Curry Cabral – doenças Infecto-contagiosas;
- Hospital de São José – Urgências gerais e Ortopédicas;

Em conclusão, verifica-se que as ambulâncias que existem actualmente oferecem poucas condições, pelo que o sistema de transportes de doentes e de urgência (INEM) deveria ser reestruturado, passando pela criação de um protocolo com as associações de bombeiros voluntários e associações de socorros e pela fixação de uma equipa de médicos do INEM no concelho.

3.6.2 – EDUCAÇÃO

3.6.2.1 – Caracterização Actual da Rede Escolar

No ano lectivo de 2002/2003 o concelho de Torres Vedras apresenta uma rede escolar com algumas insuficiências, que importa a curto e médio prazo ultrapassar a fim de assegurar o desenvolvimento da qualidade educativa, factor estratégico do desenvolvimento local.

Sendo Torres Vedras, um município com acentuado grau de dispersão urbana, com um grande número de aglomerados de pequena dimensão, apresentando algumas assimetrias populacionais, a rede escolar reflecte esse facto, apresentando um grande número de estabelecimentos, sobretudo ao nível do 1º ciclo do ensino básico, dispersos pelo território, em detrimento dos outros níveis de ensino que se concentram sobretudo na área da cidade. É patente que certos estabelecimentos, sobretudo do interior do concelho, revelam um número de alunos insuficiente para garantir a racionalidade e a eficiência da acção educativa. Torna-se assim importante reformular as áreas de cobertura de cada um dos estabelecimentos de ensino, agrupando sempre que possível duas ou mais escolas. A suspensão de escolas tem implicações financeiras, e as eventuais alternativas de transferência dos alunos significam custos acrescidos de transportes e alimentação a suportar pelo Ministério da Educação.

Até há relativamente pouco tempo, finais dos anos 80, quando a escolaridade obrigatória se reduzia ao 6º ano do ensino básico, o modelo de cobertura do território municipal fazia algum sentido. Com a publicação da Lei nº 46/86 de 14 de Outubro – lei de Bases do Sistema Educativo, a escolaridade obrigatória foi ampliada até ao 9º ano, ou seja 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico, tornando-se essencial dotar o concelho de um maior número de estabelecimentos com ensino até ao 9º ano, localizados o mais próximo possível das populações que servem.

Em 2003 com a nova proposta de Lei de Bases da Educação, já aprovada na generalidade na Assembleia da República, prevê, de entre as diversas alterações, um novo âmbito e organização do sistema educativo de onde salientamos aspectos como:

- A extensão da escolaridade obrigatória para doze anos
- A nova definição e organização dos ensinos básico e secundário
- Novos conceitos de administração, gestão escolar e rede de ofertas educativas.

Serão assim reduzidas as necessidades de transporte de alunos o que se revela importante em sede de modelo estratégico de desenvolvimento, conferindo maior poli centralidade à estrutura urbana do concelho, aumentando os níveis de conforto e o conseqüente nível de qualidade de vida.

Freguesia	PDM 92/95	ANO LECTIVO									
	90-91	91-92	92-93	93-94	94-95	95-96	96-97	97-98	98-99	99-00	00-01
A-dos-Cunhados	427*	413*	393*	374*	1527	1608	1631	1741	1736	1776	1763
Campelos	281*	247*	224*	230*	475	547	518	496	486	477	459
Carvoeira	135	126	123	113	106	98	98	108	109	106	100
Dois Portos	96*	95*	80*	75*	76*	69*	73*	87	78	89	86
Freiria	164	1058	1114	1144	1143	1096	1051	1027	990	938	863
Maceira	103	109	104	80	85	76	69	65	74	82	83
Matacães	68	60	63	58	59	61	60	59	62	57	59
Maxial	235	443	461	454	433	489	638	602	561	537	532
Monte Redondo	61	57	47	42	38	44	49	46	50	48	44
Ponte do Rol	144	137	125	113	110	104	112	109	111	110	118
Outeiro da Cabeça	105	91	76	74	66	57	58	54	53	58	62
Ramalhal	214	211	213	202	211	215	199	198	195	190	194
Runa	83*	71*	65*	63*	66*	69*	63*	56*	51*	52*	220
S. Domingos de Carmões	83	74	69	70	61	55	66	61	54	57	46
S. Mamede da Ventosa	347	313	319	310	307	300	303	307	328	352	344
S. Pedro da Cadeira	331	309	289	275	274	263	260	269	254	253	286
Silveira	411	384	373	348	355	357	355	340	357	380	392
S. Pedro e S. Tiago	1055*	6214	6383	6493	4473	4293	4290	4408	4211	4227	4567
Santa Maria e S. Miguel	152*	741*	981*	1041*	1085*	1066*	1006*	962*	874*	758*	1177
Turcifal	198	175	154	152	141	134	137	151	155	150	162

Quadro 17 – Evolução do Total de Alunos no Concelho de Torres Vedras ao longo dos últimos 10 anos

No ano lectivo de 2002/2003 o número total de alunos nos diversos níveis de ensino regular era de 9679 (1º, 2º 3º ciclos e secundário), considerando-se ainda a frequência de 1141 crianças no pré-escolar.

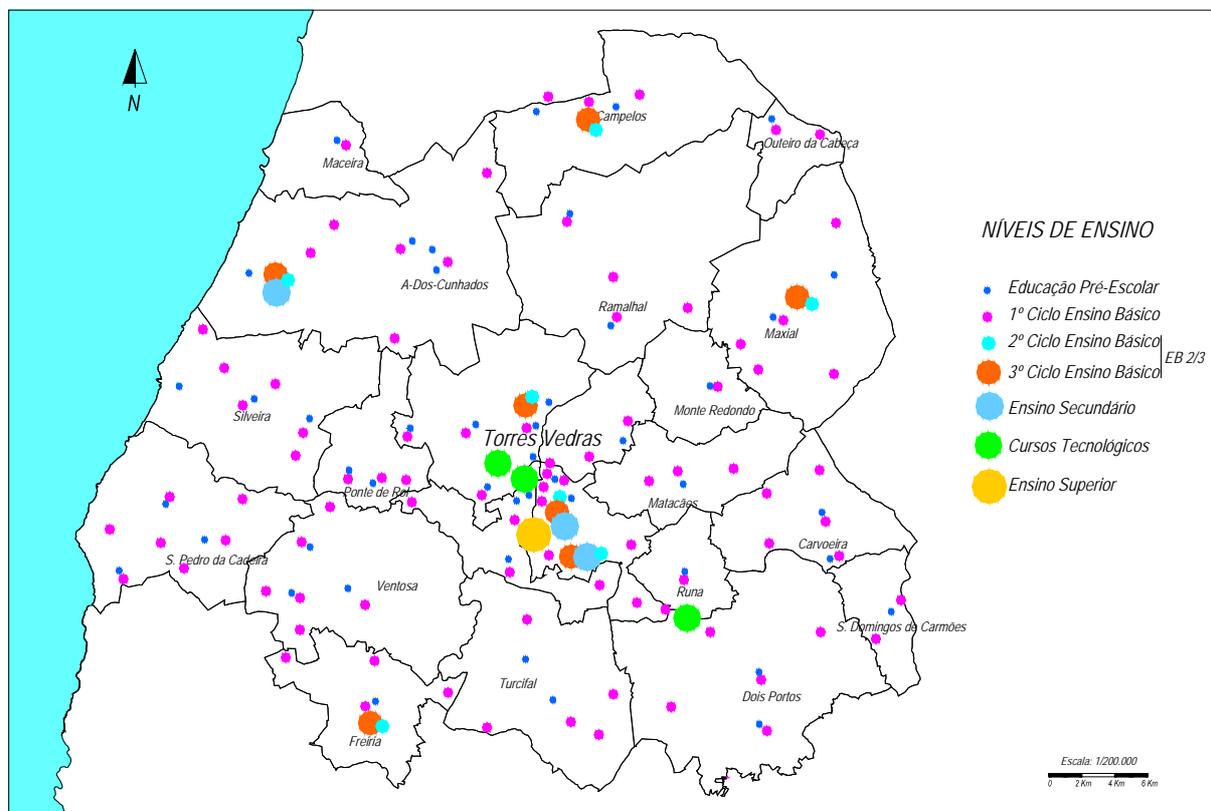
O número de estabelecimentos de ensino, a nível concelhio, repartem-se genericamente por:

- Educação pré-escolar - 51 estabelecimentos de ensino, sendo 40 da rede oficial e 10 particulares;
- 1º Ciclo do ensino básico – 89 estabelecimentos, sendo 86 da rede oficial e 3 particulares;
- 2º e 3º Ciclos do ensino básico e secundário - 10 estabelecimentos de ensino sendo 9 da rede oficial e 1 particular com paralelismo pedagógico e contrato de associação;
- Ensino superior - 1 estabelecimento de ensino.

No ano lectivo de 2002/2003, o número total de alunos, fora da escolaridade obrigatória, na referida rede, era de 2089, repartidos pelos estabelecimentos de ensino com a capacidade de ministrar a escolaridade do 10º ano até ao 12º ano.

Nas escolas secundárias e Externato de Penafirme a via de ensino adquire maior expressão em detrimento da via profissionalizante.

A escola Agrícola de Runa, o Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica (CENFIM) e a Escola de Serviços e Comércio do Oeste (ESCO), leccionam exclusivamente cursos da via profissionalizante.



Mapa 27 – Equipamentos escolares do Concelho de Torres Vedras

ENSINO FORA DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA				
ESCOLAS	ANO LECTIVO 2000/2001			
	10º ANO	11º ANO	12º ANO	TOTAL
SECUNDÁRIA HENRIQUES NOGUEIRA	503	329	400	1232
SECUNDÁRIA MADEIRA TORRES	418	290	355	1063
EXTERNATO DE PENAFIRME	132	107	114	353
ESCOLA AGRÍCOLA DE RUNA	–	–	–	120
ESCO	–	–	–	233
CENFIM	49	47	46	142
TOTAL	–	–	–	3143

Quadro 18 – Ensino Fora da Escolaridade Obrigatória

Ao nível de estabelecimentos de ensino pré-escolar, o Município de Torres Vedras foi considerado "município modelo" no ano lectivo de 1998/1999, possuindo serviço de apoio à família, almoço e prolongamento horário até cerca das 18.30. Nos cerca de 40 jardins de infância, 36 possuem serviço de apoio à família.

No que se refere ao Decreto-lei nº 319/91 de 23 de Agosto, diploma relativo a alunos com necessidades educativas especiais não integrados na rede normal de ensino, tem que ser referida a Associação de Pais e Encarregados de Educação de Crianças Inadaptadas (APECI) que, desde 1979, em instalações próprias tem vindo a prestar a estes alunos, apoio especializado com currículo específico (currículo alternativo). Este apoio pedagógico estende-se desde o ensino pré-escolar até ao ensino secundário. De salientar o projecto “Partilhar para Educar” em funcionamento desde o ano lectivo 1998/1999 em parceria com todos os estabelecimentos de ensino do Concelho.

Sendo uma escola de ensino especial por força da Portaria 11 02/97 de Novembro, a APECI funciona em regime de semi-internato educativo, das 9.30 horas às 16.30 horas, para 50 utentes na valência de apoio ocupacional para jovens com deficiências profundas, possibilitando cumulativamente a valência residencial (24.00 horas), para cerca de 20 + 15 utentes abrangendo a franja de população que necessita; a valência de apoio técnico precoce, prestado em jardins de infância regulares ou outros estabelecimentos de ensino (cerca de 45 utentes); a valência de apoio a alunos em risco ou com necessidades específicas de aprendizagem, em que técnicos da APECI se deslocam a escolas do 1º, 2º e 3º ciclos (cerca de 190 utentes); e a valência de formação profissional, prestada nas instalações da associação em Runa, onde jovens com necessidades educativas especiais ou em risco de abandono escolar, são acompanhados e apoiados (cerca de 80 utentes). No geral esta associação apoia cerca de 300 utentes com necessidades educativas especiais.

Em complemento à rede escolar, o Município tem em funcionamento um sistema de transporte escolar de grande complexidade que abrange a totalidade dos alunos do 2º e 3º ciclos do ensino básico. No que se refere ao 1º ciclo do ensino básico, os transportes escolares abrangem 75 alunos, dos quais 4 com necessidades educativas especiais ao abrigo do Decreto-lei n.º 319/91 de 23 de Agosto. No ensino secundário, a partir do 10º ano, é assegurada a comparticipação de 50% dos custos de transporte para todos os alunos. Considera-se unanimemente existir uma boa rede de distribuição nos transportes escolares. Dada a grande dispersão urbana, os custos associados a este sistema são bastante avultados, na ordem dos 917 000 Euros (183 400 contos) ano.

Ainda no que se refere à rede de transportes escolares, tem vindo a ser constatado que as áreas de influência educativa de algumas escolas, não se adaptam aos percursos comuns das carreiras de transporte público, o que acarreta um acréscimo de custos em ligações extraordinárias para alguns alunos, dando origem a circuitos especiais.

Na rede escolar para além das insuficiências referidas destaca-se as relativas ao estado de conservação do parque escolar. Um número significativo de estabelecimentos de ensino remonta a anos anteriores a 1955, foram construídos com materiais e soluções arquitectónicas de alguma forma já ultrapassadas, não possuindo os seus recintos de recreio condições de adaptação às novas exigências de ensino, dada a sua exiguidade ou morfologia.

Merece especial referência a atractividade das escolas do Concelho de Torres Vedras, em particular o ensino secundário, para os alunos dos concelhos limítrofes. Constatase, a partir de meados dos anos

noventa, uma maior fixação dos docentes neste concelho com particular destaque para as escolas da cidade, revelador de melhoria das condições sócio-económicas e de qualidade de vida em geral.

De momento, existem seis agrupamentos homologados de escolas do concelho:

- . Agrupamento horizontal de **A-dos-Cunhados/Maceira**, que inclui todos os estabelecimentos de ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, das duas freguesias nele representadas.
- . Agrupamento de **Campelos**, cuja sede se situa na Escola Básica 2,3 (EB 2,3) Gaspar Campello – agrupamento vertical – e que para além deste estabelecimento inclui duas escolas do 1º ciclo, bem como os três estabelecimentos de ensino pré-escolar desta freguesia.
- . Agrupamento de **Freiria**, cuja sede se situa na Escola Básica 2,3 (EB 2,3) de Freiria – agrupamento vertical – e que para além deste estabelecimento inclui todos os estabelecimentos de ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico das freguesias de Freiria, S. Mamede da Ventosa e S. Pedro da Cadeira.
- . Agrupamento de **Maxial**, cuja sede se situa na Escola Básica 2,3 (EB 2,3) de Maxial – agrupamento vertical – e que para além deste estabelecimento inclui todos os estabelecimentos de ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico das freguesias de Maxial, Matacães, Monte Redondo, Outeiro da Cabeça e Ramalhal.
- . Agrupamento de **S. Gonçalo**, cuja sede se situa na Escola Básica 2,3 (EB 2,3) de S. Gonçalo – agrupamento vertical – e que para além deste estabelecimento inclui estabelecimentos de ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico das freguesias de Carvoeira, S. Pedro e Santiago e Sta. Maria e S. Miguel.
- . Agrupamento de **Padre Vítor Melícias**, cuja sede se situa na Escola Básica 2,3 (EB 2,3) Padre Vítor Melícias – agrupamento vertical – e que para além deste estabelecimento inclui estabelecimentos de ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico das freguesias de Ponte do Rol, S. Pedro e Santiago (norte).

Perspectiva-se que para os restantes estabelecimentos de ensino do concelho, até Setembro 2004, se conheça o processo de agrupamento com a Escola Básica 2,3 (EB 2,3) Padre Francisco Soares.

No início dos anos 90 deu-se a implementação de três estabelecimentos de ensino superior, contudo actualmente, apenas se encontra em funcionamento um – o ISMAG/ISHT – Instituto Superior de Matemáticas e Gestão /Instituto Superior de Humanidades e Tecnologias, que confere bacharelatos em Contabilidade e Administração, Gestão de Recursos Humanos e Informática de Gestão. Esta instituição escolar, no ano lectivo de 2000/2001, contava com 168 alunos a frequentar os seus cursos.

ENSINO UNIVERSITÁRIO – ISMAG / ISHT	
CURSOS	ANO LECTIVO 200/2001
Contabilidade e Administração	94
Gestão de Recursos Humanos	25
Informática de Gestão	49
TOTAL	168

Quadro 19 – Ensino Universitário

A delegação do ISG - Instituto Superior de Gestão e a COCITE encerraram recentemente as suas actividades. Para este facto contribuiu, certamente, a melhoria das acessibilidades a Lisboa, onde se localizam as sedes destes estabelecimentos de ensino superior.

Por outro lado, perspectiva-se a implantação de um centro de formação profissional do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

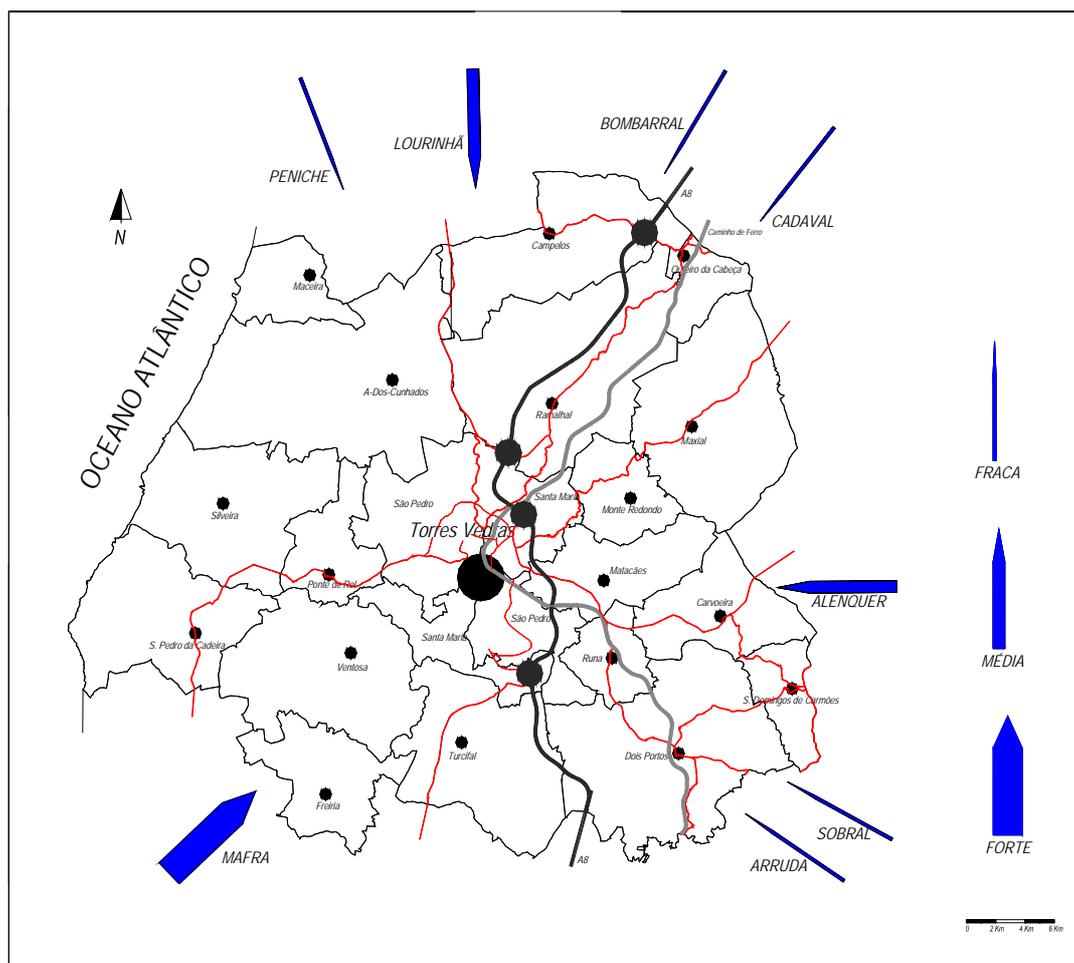
A influência da rede educativa da EB2,3 de Freiria abrange as freguesias da zona norte do concelho de Mafra, para o 2º e 3º ciclos do ensino básico.

Na zona interior Sul/Nascente regista-se uma tendência inversa no caso das freguesias de Dois Portos e S. Domingos de Carmões e de Carvoeira respectivamente para a EB2,3 de Sobral de Monte Agraço do concelho de Sobral de Monte Agraço e EB2,3 de Merceana do concelho de Alenquer, que manifestam a sua atractividade, ao nível do 2º e 3º ciclos do ensino básico.

ALUNOS DE OUTROS CONCELHOS A ESTUDAR NAS ESCOLAS DE TORRES VEDRAS – ANO LECTIVO 2000/2001										
Concelhos dos Alunos	ESCOLAS 2º E 3º CICLO E SECUNDÁRIO								Total por Concelho	% por Concelho
	Maxial	Freiria	Campelos	H. Nogueira	M. Torres	Ext. Penafirme	V. Melícias	F. Soares		
Alenquer	-	-	-	48	24	-	-	1	73	15,5
Arruda dos Vinhos	-	-	-	2	-	-	-	-	2	0,4
Bombarral	-	-	-	1	-	-	-	-	1	0,2
Cadaval	1	-	-	8	1	-	1	-	11	2,3
Lourinhã	-	-	54	30	35	1	-	-	120	25,5
Mafra	-	130	-	70	32	-	-	-	232	49,3
Peniche	-	-	-	2	-	-	-	-	2	0,4
S. Monte Agraço	-	-	-	14	16	-	-	-	30	6,4
Totais por Escola	1	130	54	175	108	1	1	1	471	100,0

Quadro 20 – Alunos de Outros Concelhos a Estudar nas Escolas de Torres Vedras

A atractividade dos estabelecimentos escolares do concelho sobre alunos residentes em municípios vizinhos, expressa-se particularmente pelo número de alunos a frequentar as escolas secundárias Henriques Nogueira e Madeira Torres, sedeadas na cidade e, que no que se refere ao ensino secundário, recebem alunos dos concelhos de Lourinhã, Peniche, Bombarral e Cadaval a norte e Alenquer, Sobral de Monte Agraço, Arruda dos Vinhos e Mafra a sul do concelho.



Mapa 28 - Atractividade dos Estabelecimentos de Ensino do Concelho de Torres Vedras

Recentemente, a administração central considerou estarem reunidas condições para a suspensão de diversos estabelecimentos de ensino do 1º ciclo do ensino básico no concelho, tendo em conta o diminuto número de alunos.

Alguns estabelecimentos possuem um número de alunos que varia de dois a dez repartidos por todos os anos de escolaridade. O total da lista é de 21 estabelecimentos de ensino, na sua esmagadora maioria localizados no interior rural do concelho.

O encerramento destas escolas pressupõe impactes significativos em pequenas localidades. O crescimento urbanístico que se tem vindo a verificar, um pouco por todo o concelho, as áreas de expansão urbana previstas no processo de revisão do PDM de Torres Vedras e a dotação destes aglomerados urbanos com diversas infraestruturas, estão a proporcionar um ponto de viragem em relação à fixação de população no concelho, o que inevitavelmente terá de ser tido em conta a curto prazo.

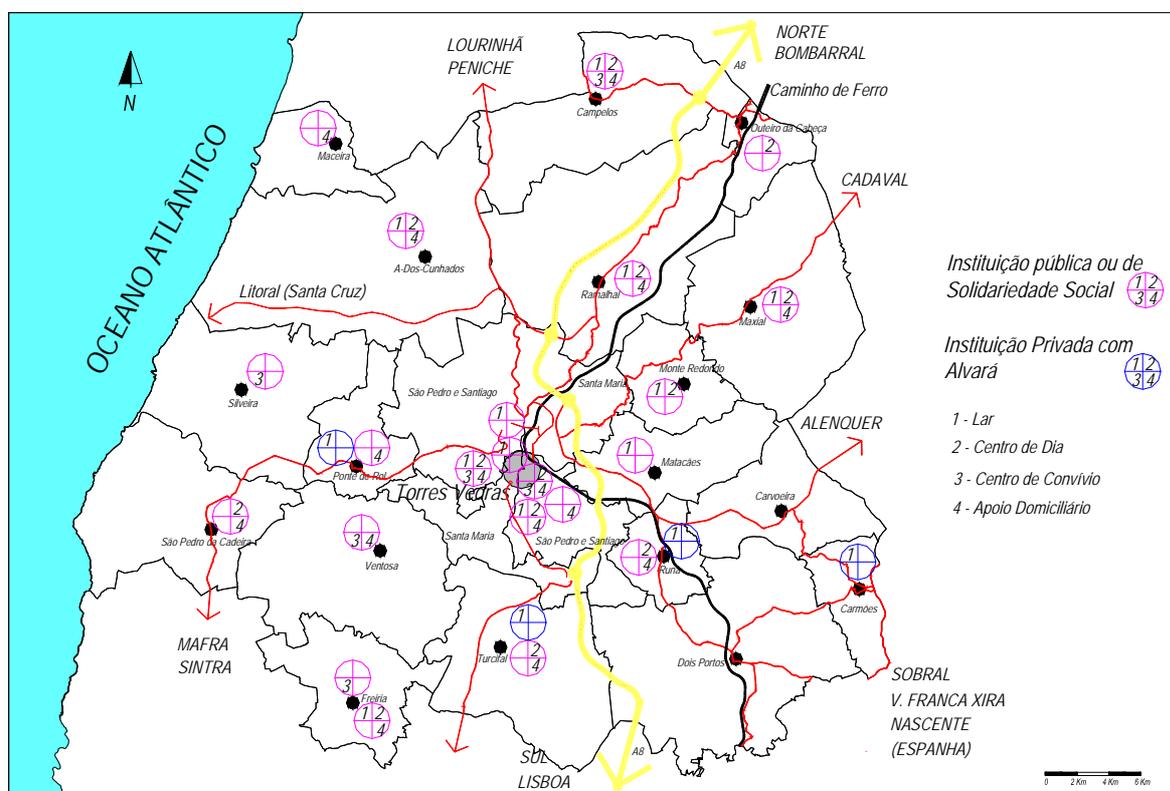
3.6.3 – ACÇÃO SOCIAL

No âmbito da acção social, o concelho é caracterizado pela existência de creches, jardins de infância, centros de actividade de tempos livres, parques infantis, lares, centros de dia e diversos serviços de apoio e solidariedade social à terceira idade.

As creches, em considerável número (num total de onze), distribuem-se pelas diversas freguesias, estando cinco das quais localizadas na cidade (freguesia de São Pedro e Santiago). Do total, quatro são instituições de solidariedade social e duas são instituições particulares. Também os Jardins de Infância se distribuem pelas diferentes freguesias, embora em maior número (total de 45).

Os centros de actividades de tempo livre, não se conhecendo ao certo o seu número exacto, estima-se que rondem os 10, localizados nas sedes de freguesia e junto das escolas do ensino básico ou dos jardins de infância. O mesmo sucede com os parques infantis, aproximadamente em número de 50.

No que respeita aos equipamentos e serviços de apoio à terceira idade (*Mapa 27*), conhecem-se quinze Lares de Idosos e quinze Centros de Apoio Domiciliário, dos quais dois são instituições de solidariedade social. Conhecem-se ainda treze Centros de Dia, seis Centros de Convívio e doze Casas do Povo, distribuídas pelas sedes de freguesia e das quais são excepção as freguesias de Maceira, Dois Portos, Ponte do Rol, Outeiro da Cabeça, Santa Maria, São Pedro e Santiago, Ventosa e São Pedro da Cadeira.



Mapa 29 – Equipamentos de Apoio à Terceira Idade no Concelho de Torres Vedras em 2001

3.6.4 – DESPORTO

3.6.4.1 – Introdução

Aquando da elaboração do PDM de Torres Vedras, em 1991, considerava-se que as instalações desportivas se encontravam essencialmente ligadas ao turismo e que conseqüentemente se destinavam a satisfazer a procura exterior ao concelho.

Actualmente, este facto não é inteiramente verdade, já que a procura da maior parte deste tipo de equipamentos é efectuada pelas populações e associações desportivas dos aglomerados mais próximos, muito embora continue a existir alguma ligação ao turismo pelo tipo de características que alguns destes equipamentos apresentam.

3.6.4.2 – Modalidades Praticadas

No Concelho praticam-se pelos menos 31 modalidades desportivas, promovidas principalmente por associações e ginásios particulares, das quais se destacam algumas que fizeram história ao nível do desporto nacional, como sejam o Futebol, a Ginástica, o Hóquei Patins e o Ciclismo – *Quadro 21*.

Modalidades	Número de Atletas
Natação	2320
Futebol	1431
Ginástica	1107
Hóquei Patins	292
Ténis Mesa	219
Atletismo	218
Ténis	162
Karaté	121
Golf	100
Danças de Salão	98
Basquetebol	93
Danças Foclóricas	87
Desportos de Ondas	80
Cicloturismo	77
Pesca desportiva	64
Bicicleta Todo Terreno (B.T.T.)	60
Tae-kwondo	59
Petanca	50
Arbitragem	40
Tiro ao Alvo	37
Xadrez	37
Ballet	32
Asa Delta	26
Chinquilho	25
Voleibol	17
Aikido	12
Skateboard	12
Luta de Rua (Streetfigting)	12
Triatlo	11
Ciclismo	10
Orientação	2
Total de Atletas	6911

Quadro 21 – Número de Atletas nas Diversas Modalidades Praticadas no Concelho de Torres Vedras em 2001

Com o maior número de praticantes destacam-se a Natação, o Futebol e a Ginástica, respectivamente com 2320, 1431 e 1107.

O total de praticantes no ano 2001 ascende a 6911 atletas, que reflecte um crescimento desde a última contagem, em 1998, que era de 5620 atletas.

3.6.4.2.1 – ACTIVIDADES DESPORTIVAS DE AR LIVRE

As actividades desportivas de ar livre podem ser praticadas um pouco por todo o concelho de Torres Vedras, visto necessitarem apenas de espaços livres, com pouca ou nenhuma intervenção humana e onde a interacção da população com o espaço, qualquer que seja a faixa etária, pode ser feita de forma descomprometida.

O *Quadro 22* apresenta as modalidades praticadas ao ar livre segundo o número de atletas. De referir, no entanto, que existem modalidades não referenciadas que são praticadas um pouco por todo o concelho.

Modalidades	Número de Atletas
Futebol	1431
Atletismo	218
Golfe	100
Desportos de Ondas	80
Ciclo turismo	77
Pesca desportiva	64
Bicicleta Todo Terreno (B.T.T.)	60
Petanca	50
Tiro ao Alvo	37
Asa Delta	26
Chinquilho	25
Skateboard	12
Triatlo	11
Ciclismo	10
Orientação	2
Caça	*
Todo Terreno	*
MotoCross	*
MotoQuatro	*

Quadro 22 – Atletas Praticantes de Modalidades ao Ar Livre

(Fonte: Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector do Desporto, Abril 2001)

De entre estas, as que são praticadas por mais de 100 atletas são o Futebol, o Atletismo e o Golfe. As actividades geralmente praticadas por pessoas na faixa etária abaixo dos 30 anos, são actividades que requerem um esforço físico mais intenso, encontram-se ligadas sobretudo ao meio aquático e situam-se geralmente no litoral do concelho. Destas, destacam-se o Surf, o BodyBoard, o WindSurf, o WaveSki, entre outras.

* dados inexistentes sobre o número de atletas

Por outro lado, as actividades geralmente praticadas por pessoas numa faixa etária acima dos 30 anos, apesar de serem modalidades que não requerem um esforço físico tão intenso, têm, contudo, algumas características específicas (equipamento e/ou requisitos), nomeadamente os passeios em veículos motorizados todo terrenos, a Orientação, o Parapente e a Asa Delta (sem motor). Estas duas últimas, pelas suas especificidades, praticam-se em áreas onde existem as características morfológicas adequadas como, por exemplo, na Serra da Archeira, na Serra do Socorro e um pouco por todo o litoral.

3.6.4.2.2 – ACTIVIDADES DESPORTIVAS EM ÁREAS COBERTAS

As actividades desportivas em áreas cobertas, estando directamente ligadas às instalações desportivas cobertas, localizam-se principalmente no interior dos aglomerados urbanos. A maior concentração destas infraestruturas ocorre no aglomerado de Torres Vedras.

No *Quadro 23*, apresenta-se o número de praticantes dividido pelas diferentes actividades desportivas no concelho.

Modalidades	Número de Atletas
Natação	2320
Ginástica	1107
Hóquei Patins	292
Ténis Mesa	219
Karaté	121
Danças de Salão	98
Basquetebol	93
Danças Folclóricas	87
Tae-kwondo	59
Xadrez	37
Ballet	32
Voleibol	17
Luta de Rua (Streetfigting)	12
Aikido	12
Aeróbica	*
Aerostep	*
Capoeira	*
Cardiofitness	*
Gerontomotricidade	*
Ginástica Pré e Pós-Parto	*
Hidroginástica	*
Kickboxing	*
Ginástica Localizada	*
Manutenção Física	*
Musculação	*
Natação para Bebés	*
Step	*
Tornos e Flexibilidade	*
Trabalho Postural e Respiratório	*

Quadro 23 - Atletas Praticantes de Modalidades em Áreas Cobertas

(Fonte: Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector do Desporto, Abril 2001)

Verifica-se que as modalidades praticadas em área cobertas, no concelho, com mais de 100 atletas são a Natação, a Ginástica, o Hóquei Patins, o Ténis de Mesa e o Karaté.

* dados inexistentes sobre o número de atletas

3.6.4.3 – CARACTERIZAÇÃO ESPACIAL

A distribuição das diferentes modalidades no concelho decorre de inúmeros factores, como sejam as características físicas e naturais dos sítios, a tradição nesta ou naquela prática desportiva, o tipo de infraestruturas existente, a estrutura etária e demográfica da população, etc.

Com base nesta relação, as práticas e tradições desportivas variam de freguesia para freguesia. No entanto, as maiores diferenças verificam-se entre as freguesias do litoral, as freguesias do interior e a cidade.

Assim, nas freguesias do litoral (A-dos-Cunhados, Maceira, São Pedro da Cadeira e Silveira), a proximidade ao Oceano Atlântico permite uma grande diversidade de desportos náuticos como a Pesca Desportiva, a Pesca Submarina, o Mergulho, o Surf, o BodyBoard, etc. que, por si só, se constituem como factores atractivos.

A orla marítima, pelas suas características morfológicas, permite também a prática de outras actividades desportivas como o Parapente, a Orientação e a Bicicleta Todo Terreno (BTT), entre outras.

Já nas freguesias do interior, as características morfológicas permitem a prática de desportos ligados com o meio envolvente, como sejam os desportos motorizados (Todo Terreno, Motoquatro), a Orientação, a Caça, entre outros.

Na cidade, as actividades desportivas não decorrem das características do meio físico mas sim do grau e tipo de sofisticação dos equipamentos e infraestruturas existentes.

O universo potencial de utilizadores permite a existência de um conjunto de actividades desportivas mais específico. Destas, destacam-se a Natação, a Ginástica, o Ballet, o Hóquei Patins e o Basquetebol.

3.6.4.4 – INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

O *Quadro 24* apresenta as instalações desportivas existentes no concelho de Torres Vedras:

Tipologia	Número de Instalações	Observações
Grande Campo	53	1 relvado 2 estão afectos à rede escolar 1 pertence a uma Associação Desportiva do Concelho da Lourinhã
Pequeno Campo	89	33 estão afectos á rede escolar 1 Minipolidesportivo em terra batida 32 Minipolidesportivos em cimento
Pequeno Campo (Ténis)	16	3 Empresa Águas do Vimeiro 2 "Instalações Desportivas do Pisão"
Sala desportiva	93	9 estão afectas à rede escolar 7 estão afectas a actividades empresariais
Sala desportiva (Pavilhão)	24	2 estão afectas à rede escolar
Piscina Coberta	7	1 está afecta à actividade empresarial
Piscina Ar Livre	7	5 estão afectas a actividades empresariais
Pista de Atletismo	2	1 está afecta à rede escolar
Pista de Manutenção	1	
Campo de Tiro	1	2 fossos
Pista de Karts	2	
Golf	2	9 buracos (Hotel Golf Mar), 18 buracos (Campo Real)
Picadeiro	3	
Skateparque	1	
Pista de Automodelismo	1	
Pista de Motocross	1	
Total	304	

Quadro 24 – Instalações Desportivas Existentes no Concelho

(Fonte: Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector do Desporto, Setembro 2003)

Cada instalação desportiva, obedece a um determinado código, atribuído mediante o tipo e dimensões que lhe são inerentes.

Com base nesse critério, elaborou-se a caracterização do concelho por freguesias e aglomerados, tipo de utilização e/ou exploração – *Quadro 25* e seguintes.

Das 304 instalações desportivas, 25 são propriedade da Administração Local (Câmara Municipal e Juntas de Freguesia) sendo que as outras estão afectas a Associações Desportivas, à Rede Escolar e também a particulares.

Grande parte destas instalações desportivas é utilizadas e mantidas por cerca de 125 associações desportivas existentes no concelho.

	Designação Funcional	Tipologia	Dimensões Padrão (m)	Código
Actividades ao Ar Livre	Campo de Futebol Polidesportivo de Grandes Jogos	Grande Campo	$x < 90 \times 45$	0
			$90 \times 45 \leq x < 100 \times 64$	1
			$100 \times 64 \leq x < 105 \times 68$	2
			$x \geq 105 \times 68$	3
	Campo de Basquetebol Campo de Voleibol Campo de Andebol	Pequeno Campo	$x < 40 \times 20$	0
			$40 \times 20 \leq x < 50 \times 30$	1
			$x \geq 50 \times 30$	2
	Campo de Ténis Campo de Hóquei Patins Minipolidesportivo Polidesportivo	Pequeno Campo (Ténis)	$x < 38 \times 16$	0
			$x \geq 38 \times 16$	1
	Piscina de Aprendizagem Piscina Desportiva Piscina Polivalente	Piscina Ar Livre	$x < 16,66 \times 6$	0
			$16,66 \leq x < 25 \times 8$	1
			$25 \times 8 \leq x < 50 \times 21$	2
$x \geq 50 \times 21$			3	
Actividades em Áreas Cobertas	Sala de Desporto	Sala de Desporto	$x < 16 \times 14$	0
			$16 \times 14 \leq x < 28 \times 16$	1
	Sala de Desporto Ginásio Pavilhão Desportivo Pavilhão Polivalente	Sala de Desporto (Pavilhão)	$x \geq 28 \times 16$ e altura < 7	0
			$28 \times 16 \leq x < 44 \times 24$ e altura ≥ 7	1
			$44 \times 24 \leq x < 48 \times 28$ e altura ≥ 7	2
			$x \geq 50 \times 30$ e altura ≥ 7	3
	Piscina de Aprendizagem Piscina Desportiva Piscina Polivalente	Piscina Coberta	$x < 16,66 \times 6$	0
			$16,66 \leq x < 25 \times 8$	1
			$25 \times 8 \leq x < 50 \times 21$	2
			$x \geq 50 \times 21$	3

Quadro 25 – Código das diversas Instalações Desportivas

(Fonte: Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector do Desporto, Setembro 2003)

Este quadro apenas caracteriza as actividades desportivas tradicionais. No entanto, o Concelho possui condições naturais para a prática de desportos tão distintos como sejam os desportos motorizados (Motocross, Todo-o-terreno, etc.), os desportos aquáticos (Pesca Submarina, Surf, etc.) e os desportos aéreos (Parapente, Asa Delta, etc.).

3.6.4.4.1 – INSTALAÇÕES DESPORTIVAS POR FREGUESIA/AGLOMERADO:

a) Freguesias do Litoral

Nas quatro freguesias do litoral, pelas características que lhe estão inerentes, grande parte das instalações desportivas, bem como dos desportos mais praticados, estão directamente relacionados com os desportos náuticos.

Maceira

Na freguesia da Maceira, destaca-se a existência de um Campo de Golfe com nove buracos e um Picadeiro.

Aglomerados	Tipologia das Instalações																								
	Grande Campo				Pequeno Campo				Sala				Piscina Coberta				Piscina de Ar Livre								
					Pequeno Campo		Campo de Ténis		Sala		Pavilhão														
	0	1	2	3	0	1	2	0	1	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3				
Maceira		1(a) 1*			1(b)			3(c)		1(a)								1(c)				1(c)	1(c)	1(c)	
Quinta da Piedade																									
Casal do Porto Rio																									
Casal dos Sobreirinhos																									
Casal das Portelas																									
Total na Freguesia	2				1				3				1				3								

Quadro 26 – Tipologia das Instalações desportivas da freguesia de Maceira em 2003

(Fonte: Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector do Desporto, Setembro 2003)

Tipo de Utilização / Exploração das instalações: (a) Público, (b) Escolar, (c) Privado

*Este campo pertence a uma Associação do Concelho da Lourinhã, no entanto este encontra-se em território do Concelho de Torres Vedras

A-dos-Cunhados

Esta freguesia tem uma grande variedade de instalações desportivas que permitem a prática de diversos desportos (Futebol, Hóquei em Patins, Natação, Folclore, etc.), entre os quais se destaca o Ciclismo, que nesta freguesia tem alguma tradição.

No aglomerado de Santa Cruz, destaca-se a existência de um Campo de Tiro (com dois fossos) e uma Pista de Karting, sendo utilizados com maior frequência na época balnear.

As instalações desportivas do Externato de Penafirme constituem também um importante pólo para o desenvolvimento do desporto escolar nesta freguesia.

Aglomerados	Tipologia das Instalações																				
	Grande Campo				Pequeno Campo				Sala				Piscina Coberta				Piscina de Ar Livre				
					Pequeno Campo		Campo de Ténis		Sala		Pavilhão										
	0	1	2	3	0	1	2	0	1	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3
A-dos-Cunhados		1(a)			1(a)	1(b)				1(a)					1(a)						
Santa Cruz								2(c)										2(c)		1(c)	
Sobreiro Curvo		1(a)								1(a)		1(a)									
Casal das Paradas																					
Boavista										1(a)											
Bombardeira																					
Póvoa de Penafirme		1(b)			8(b)					1(b)											
Palhagueiras		1(a)								1(a)											
Casal da Barreirinha																					
Valongo																					
Casal da Serra																					
Casais do Arneiro da Vinha																					
Casal do Seixo																					
Póvoa de Além																					
Vale da Borra																					
Casais do Vale da Borra																					
Casais das Figueiras Velhas																					
Casal da Carrasquinha																					
Total na Freguesia	4				10			2		5		1		1				3			

Quadro 27 – Tipologia das Instalações Desportivas da Freguesia de A-dos-Cunhados em 2003

(Fonte: Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector do Desporto, Setembro 2003)

Silveira

Na freguesia de Silveira destaca-se a existência de um mini golfe e o Aeródromo de Santa Cruz, enquanto equipamento e infraestrutura que possibilita a aprendizagem e prática de desportos aéreos.

Aglomerados	Tipologia das Instalações																				
	Grande Campo				Pequeno Campo				Sala				Piscina Coberta				Piscina de Ar Livre				
					Pequeno Campo		Campo de Ténis		Sala		Pavilhão										
	0	1	2	3	0	1	2	0	1	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3
Silveira		2(a)			1(a)	2(b)				5(a)											
Santa Cruz						1(a)		1(a)													
Casalinhos de Alfaiata		1(a)			1(a)	1(b)				1(a)											
Casal do Neto																					
Casal do Janeiro																					
Casal da Brejoeira																					
Praia Azul																					
Casal da Casa Branca																					
Total na Freguesia	3				7			1		6		-		-				-			

Quadro 28 – Tipologia das Instalações Desportivas da Freguesia de Silveira em 2003

(Fonte: Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector do Desporto, Setembro 2003)

Tipo de Utilização / Exploração das instalações: (a) Público, (b) Escolar, (c) Privado

São Pedro da Cadeira

Aglomerados	Tipologia das Instalações																				
	Grande Campo				Pequeno Campo				Sala				Piscina Coberta				Piscina de Ar Livre				
					Pequeno Campo		Campo de Ténis		Sala		Pavilhão										
	0	1	2	3	0	1	2	0	1	0	1	2	3	0	1	2	3				
São Pedro da Cadeira		1(a)			1(b)					1(a)											
Assenta										1(a)											
Cambelas			1(a)				1(a)			1(a)											
Coutada		1(a)				1(a)				1(a)											
Escaravilheira		1(a)																			
Azenha Velha		1(a)			1(b)					1(a)											
Barrocas																					
Bececarias																					
Carvalhais																					
Casal da Pedra Pequena																					
Figueiras																					
Gentias e Foz																					
Casal Pinheiro																					
Soltaria					1(b)					1(a)											
Total na Freguesia	5				5			-		5			-		-			-			

Quadro 29 – Tipologia das Instalações Desportivas da Freguesia de São Pedro da Cadeira em 2003

(Fonte: Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector do Desporto, Setembro 2003)

Tipo de Utilização / Exploração das instalações: (a) Público, (b) Escolar, (c) Privado

b) Freguesias do Interior

As características morfológicas das freguesias do interior permitem a prática de desportos ligados com o meio envolvente, tais como desportos motorizados (Todo Terreno, Motoquatro, etc.), a Orientação, a Caça, etc..

Na maioria das freguesias, as instalações desportivas estão directamente relacionadas com os desportos tradicionais ou muito dependentes da rede escolar.

Campelos

Aglomerados	Tipologia das Instalações																				
	Grande Campo				Pequeno Campo				Sala				Piscina Coberta				Piscina de Ar Livre				
					Pequeno Campo		Campo de Ténis		Sala		Pavilhão										
	0	1	2	3	0	1	2	0	1	0	1	2	3	0	1	2	3				
Campelos		1(a)			2(b)	2(b)				1(a)	1(b)	1(a)									
Cabeça Gorda			1(a)							1(a)											
Casal das Oliveiras																					
Casal das Giestas																					
Casal da Lage																					
Total na Freguesia	2				4			-		3	1	1		-			-				

Quadro 30 – Tipologia das Instalações Desportivas da Freguesia de Campelos em 2003

(Fonte: Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector do Desporto, Setembro 2003)

Tipo de Utilização / Exploração das instalações: (a) Público, (b) Escolar, (c) Privado

Carmões

Agglomerados	Tipologia das Instalações																							
	Grande Campo				Pequeno Campo				Sala				Piscina Coberta				Piscina de Ar Livre							
					Pequeno Campo		Campo de Ténis		Sala		Pavilhão													
	0	1	2	3	0	1	2	0	1	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3			
São Domingos de Carmões																								
Braçal										1(a)														
Carrasqueira																								
Casais Tojais																								
Corujeira										1(a)														
Total na Freguesia	-				-				-				2				-				-			

Quadro 31 – Tipologia das Instalações Desportivas da Freguesia de Carmões em 2003

(Fonte: Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector do Desporto, Setembro 2003)

Tipo de Utilização / Exploração das instalações: (a) Público, (b) Escolar, (c) Privado

Carvoeira

Junto ao aglomerado da Serra de São Julião destaca-se a existência de uma Pista de Karting.

Agglomerados	Tipologia das Instalações																							
	Grande Campo				Pequeno Campo				Sala				Piscina Coberta				Piscina de Ar Livre							
					Pequeno Campo		Campo de Ténis		Sala		Pavilhão													
	0	1	2	3	0	1	2	0	1	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3			
Carvoeira		1(a)			1(b)	1(a)				1(a)	1(a)													
Carreiras					1(a)					2(a)														
Aldeia N.ª Senhora da Glória										1(a)														
Casal Paleart																								
Serra de São Julião																								
Zibreira										1(a)														
Total na Freguesia	1				3				-				6				-				1			

Quadro 32 – Tipologia das Instalações Desportivas da Freguesia de Carvoeira em 2003

(Fonte: Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector do Desporto, Setembro 2003)

Tipo de Utilização / Exploração das instalações: (a) Público, (b) Escolar, (c) Privado

Dois Portos

Agglomerados	Tipologia das Instalações																				
	Grande Campo				Pequeno Campo				Sala				Piscina Coberta				Piscina de Ar Livre				
					Pequeno Campo			Campo de Ténis	Sala		Pavilhão										
	0	1	2	3	0	1	2	0	1	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3
Dois Portos					1(b)					1(a)											
Caixaria					1(b)					1(a)											
Furadouro			1(a)				1(a)					1(a)									
Buligueira										1(a)											
Ribaldeira							1(a)			1(a)											
Feliteira										1(a)											
Folgorosa																					
Granja																					
Maceira																					
Moncova																					
Mouguelas																					
Outeiro da Zibreira			1(a)							1(a)											
Via Galega																					
Sirol										1(a)											
Patameira										1(a)											
Total na Freguesia	2				4			-		8		1		-			-				

Quadro 33 – Tipologia das Instalações Desportivas da Freguesia de Dois Portos em 2003

(Fonte: Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector do Desporto, Setembro 2003)

Tipo de Utilização / Exploração das instalações: (a) Público, (b) Escolar, (c) Privado

Freiria

Agglomerados	Tipologia das Instalações																				
	Grande Campo				Pequeno Campo				Sala				Piscina Coberta				Piscina de Ar Livre				
					Pequeno Campo			Campo de Ténis	Sala		Pavilhão										
	0	1	2	3	0	1	2	0	1	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3
Freiria			1(a)		1(b)	1(b)	1(b)			2(a)		1(b)									
Asseiceira																					
Sendieira			1(a)																		
Casal da Castelhana																					
Chãos			1(a)		1(b)	1(a)				1(a)											
Colaria					1(b)																
Moucharia																					
Paul																					
Sarreira																					
Total na Freguesia	3				6			-		3		1		-			-				

Quadro 34 – Tipologia das Instalações Desportivas da Freguesia de Freiria em 2003

(Fonte: Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector do Desporto, Setembro 2003)

Tipo de Utilização / Exploração das instalações: (a) Público, (b) Escolar, (c) Privado

Matacães

Aglomerados	Tipologia das Instalações																							
	Grande Campo				Pequeno Campo				Sala				Piscina Coberta				Piscina de Ar Livre							
					Pequeno Campo		Campo de Ténis		Sala		Pavilhão													
	0	1	2	3	0	1	2	0	1	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3			
Matacães		1(a)				1(b)			2(a)															
Abadia																								
Ordasqueira																								
Sevilheira					1(a)				1(a)															
Zurriqueira																								
Total na Freguesia	1				2				3				-				-				-			

Quadro 35 – Tipologia das Instalações Desportivas da Freguesia de Matacães em 2003

(Fonte: Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector do Desporto, Setembro 2003)

Tipo de Utilização / Exploração das instalações: (a) Público, (b) Escolar, (c) Privado

Maxial

Aglomerados	Tipologia das Instalações																							
	Grande Campo				Pequeno Campo				Sala				Piscina Coberta				Piscina de Ar Livre							
					Pequeno Campo		Campo de Ténis		Sala		Pavilhão													
	0	1	2	3	0	1	2	0	1	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3			
Maxial					1(b)	1(a)			1(a)	1(b)	1(a)													
Ereira		1(a)				1(a)			2(a)			1(a)												
Ermegeira		1(a)				1(a)																		
Loubagueira									1(a)															
Folgarosa																								
Aldeia Grande					1(b)				1(a)															
Casais da Valentina																								
Total na Freguesia	2				5				7			2	-				-				-			

Quadro 36 – Tipologia das Instalações Desportivas da Freguesia de Maxial em 2003

(Fonte: Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector do Desporto, Setembro 2003)

Tipo de Utilização / Exploração das instalações: (a) Público, (b) Escolar, (c) Privado

Monte Redondo

Aglomerados	Tipologia das Instalações																							
	Grande Campo				Pequeno Campo				Sala				Piscina Coberta				Piscina de Ar Livre							
					Pequeno Campo		Campo de Ténis		Sala		Pavilhão													
	0	1	2	3	0	1	2	0	1	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3			
Monte Redondo		1(a)			1(b)				1(a)															
Total na Freguesia	1				1				1				-				-				-			

Quadro 37 – Tipologia das Instalações Desportivas da Freguesia de Monte Redondo em 2003

(Fonte: Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector do Desporto, Setembro 2003)

Tipo de Utilização / Exploração das instalações: (a) Público, (b) Escolar, (c) Privado

Outeiro da Cabeça

Aglomerados	Tipologia das Instalações																								
	Grande Campo				Pequeno Campo				Sala				Piscina Coberta				Piscina de Ar Livre								
					Pequeno Campo		Campo de Ténis		Sala		Pavilhão														
	0	1	2	3	0	1	2	0	1	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3				
Outeiro da Cabeça	1(a)									1(a)				1(a)											
Olho Polido		1(a)																							
Total na Freguesia	2				-			-		1			1				-				-				

Quadro 38 – Tipologia das Instalações Desportivas da Freguesia de Outeiro da Cabeça em 2003

(Fonte: Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector do Desporto, Setembro 2003)

Tipo de Utilização / Exploração das instalações: (a) Público, (b) Escolar, (c) Privado

Ponte do Rol

O aglomerado de Ponte do Rol tem alguma tradição no Futebol e no Atletismo.

Aglomerados	Tipologia das Instalações																								
	Grande Campo				Pequeno Campo				Sala				Piscina Coberta				Piscina de Ar Livre								
					Pequeno Campo		Campo de Ténis		Sala		Pavilhão														
	0	1	2	3	0	1	2	0	1	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3				
Ponte do Rol		1(a)																							
Gondruzeira					1(b)					1(a)															
Soito																									
Total na Freguesia	1				1			-		1			-				-				-				

Quadro 39 – Tipologia das Instalações Desportivas da Freguesia de Ponte do Rol em 2003

(Fonte: Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector do Desporto, Setembro 2003)

Tipo de Utilização / Exploração das instalações: (a) Público, (b) Escolar, (c) Privado

Ramalhal

Aglomerados	Tipologia das Instalações																								
	Grande Campo				Pequeno Campo				Sala				Piscina Coberta				Piscina de Ar Livre								
					Pequeno Campo		Campo de Ténis		Sala		Pavilhão														
	0	1	2	3	0	1	2	0	1	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3				
Ramalhal		1(a)								1(a)															
Ameal					1(b)	1(a)					1(a)														
Vila Facaia					1(a)					1(a)															
Abrunheira										1(a)															
Casais Larana																									
Total na Freguesia	1				4			-		4			-				-				-				

Quadro 40 – Tipologia das Instalações Desportivas da Freguesia de Ramalhal em 2003

(Fonte: Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector do Desporto, Setembro 2003)

Tipo de Utilização / Exploração das instalações: (a) Público, (b) Escolar, (c) Privado

Runa

No aglomerado de Runa, durante os anos 70 e 80, existiu tradição desportiva na Luta greco-romana e no Andebol.

Aglomerados	Tipologia das Instalações																							
	Grande Campo				Pequeno Campo				Sala				Piscina Coberta				Piscina de Ar Livre							
					Pequeno Campo		Campo de Ténis		Sala		Pavilhão													
	0	1	2	3	0	1	2	0	1	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3			
Runa		1(a)			1(b)					1(a)														
Espera																								
Total na Freguesia	1				1			-		1			1				-				-			

Quadro 41 – Tipologia das Instalações Desportivas da Freguesia de Runa em 2003

(Fonte: Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector do Desporto, Setembro 2003)

Tipo de Utilização / Exploração das instalações: (a) Público, (b) Escolar, (c) Privado

Santa Maria

Parte desta freguesia encontra-se dentro do perímetro urbano de Torres Vedras, e possui um Skatepark, uma Pista de Manutenção e uma Pista de Auto modelismo.

Aglomerados	Tipologia das Instalações																						
	Grande Campo				Pequeno Campo				Sala				Piscina Coberta				Piscina de Ar Livre						
					Pequeno Campo		Campo de Ténis		Sala		Pavilhão												
	0	1	2	3	0	1	2	0	1	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3		
Torres Vedras					6(b)	1(a)	1(b)		10(a)			1(a)	1(b)										
Ribeira de Pedrulhos	1(a)										1(a)												
Sarge		1(a)			1(a)					1(a)													
Serra da Vila		1(a)								1(a)													
Catefica		1(a)				1(a)				1(a)													
Casais da Torre																							
Casais da Cruz																							
Casal da Volta																							
Total na Freguesia	4				10			10		4		2				-				-			

Quadro 42 – Tipologia das Instalações Desportivas da Freguesia de Santa Maria em 2003

(Fonte: Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector do Desporto, Setembro 2003)

Tipo de Utilização / Exploração das instalações: (a) Público, (b) Escolar, (c) Privado

São Pedro e Santiago

Parte desta freguesia encontra-se dentro da cidade de Torres Vedras.

É nesta freguesia que se localizam a totalidade dos “ginásios” privados, as maiores associações desportivas (em número de modalidades e atletas) sendo estas: o Futebol Clube União Torreense e a Associação de Educação Física e Desportiva de Torres Vedras (Física).

Na freguesia de São Pedro e Santiago existem duas Pistas de Atletismo e uma Pista de Motocross. Uma das Pistas de Atletismo está afectada à rede escolar e a outra é do domínio público.

Aglomerados	Tipologia das Instalações																							
	Grande Campo				Pequeno Campo				Sala				Piscina Coberta				Piscina de Ar Livre							
					Pequeno Campo		Campo de Ténis		Sala		Pavilhão													
	0	1	2	3	0	1	2	0	1	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3			
Torres Vedras	1(b)		1(a)		9(b)	1(a)	1(a)			4(a)	3(b)	1(c)	8(a)	2(a)	1(b)	1(b)	2(a)	1(b)	1(a)					
Varatojo	1(a)				1(a)					2(a)			1(a)											
Paúl			1(a)										1(a)											
Fonte Grada		1(a)			1(a)																			
Figueiredo		1(a)								1(a)														
Arneiros	1(a)									1(a)														
Casal do Vale da Azenha																								
Total na Freguesia	7				14			-		18			14			6				-				

Quadro 43 – Tipologia das Instalações Desportivas da Freguesia de São Pedro e Santiago em 2003

(Fonte: Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector do Desporto, Setembro 2003)

Tipo de Utilização / Exploração das instalações: (a) Público, (b) Escolar, (c) Privado

Turcifal

Na freguesia do Turcifal, destaca-se a futura existência de um Campo de Golfe com dezoito buracos.

Aglomerados	Tipologia das Instalações																						
	Grande Campo				Pequeno Campo				Sala				Piscina Coberta				Piscina de Ar Livre						
					Pequeno Campo		Campo de Ténis		Sala		Pavilhão												
	0	1	2	3	0	1	2	0	1	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3		
Turcifal		1(a)			1(b)					1(a)													
Freixofeira	1(a)				1(a)		1(b)																
Carvalho		1(a)								1(a)													
Melroeira					1(a)					1(a)													
Casal da Semineira																							
Mugideira							1(a)			1(a)													
Cadriceira		1(a)								1(a)													
Casal de Barbas		1(a)								1(a)													
Total na Freguesia	5				5			-		6			-			-				-			

Quadro 44 – Tipologia das Instalações Desportivas da Freguesia de Turcifal em 2003

(Fonte: Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector do Desporto, Setembro 2003)

Tipo de Utilização / Exploração das instalações: (a) Público, (b) Escolar, (c) Privado

Ventosa

Agglomerados	Tipologia das Instalações																				
	Grande Campo				Pequeno Campo				Sala				Piscina Coberta				Piscina de Ar Livre				
					Pequeno Campo		Campo de Ténis		Sala		Pavilhão										
	0	1	2	3	0	1	2	0	1	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3
São Mamede da Ventosa		1(a)			1(b)					1(a)											
Arneiros			1(a)		1(b)					2(a)											
Bonabal					1(b)					1(a)											
Bordinheira						1(a)					1(a)										
Pedra		1(a)			1(b)	1(a)				1(a)											
Fernandinho	1(a)									1(a)											
Bogalheira																					
Cadoiço																					
Carregueira		1(a)																			
Casal das Carreiras																					
Costa de Água																					
Figueiras		1(a)								1(a)											
Montegrão																					
Mucharreira																					
Casal do Vale de Merendas																					
Casal da Serpegeira																					
Recomeira																					
Total na Freguesia	6				6			-		8				-				-			

Quadro 45 – Tipologia das Instalações Desportivas da Freguesia de Ventosa em 2003

(Fonte: Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector do Desporto, Setembro 2003)

Tipo de Utilização / Exploração das instalações: (a) Público, (b) Escolar, (c) Privado

3.6.4.4.2 – INSTALAÇÕES DESPORTIVAS EM MEIO ESCOLAR

A caracterização das instalações desportivas em meio escolar justifica-se pelo peso predominante que estas representam ao nível da promoção do desporto, nas suas diferentes vertentes, em todo o concelho. Com efeito, no concelho, as instalações afectas à rede escolar são muitas vezes utilizadas pós horário escolar como locais de práticas desportivas.

Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico

A construção de mini polidesportivos cimentados descobertos nas escolas do 1º ciclo do ensino básico está a cargo da Câmara Municipal de Torres Vedras e teve início no ano de 1999, estando ainda a decorrer.

De salientar a inexistência de instalações desportivas afectas à rede escolar do 1º ciclo do ensino básico nas freguesias de Outeiro da Cabeça, Carmões e Santa Maria.

Freguesias	Tipologia das Instalações						Observações
	Pequeno Campo			Sala		Mini polidesportivos	
	0	1	2	0	1		
A-dos-Cunhados						1 (c)	
Campelos						2 (c)	2 balizas de Futebol 5
Carmões							
Carvoeira						1 (c)	
Dois Portos						1 (c), 1 (tb)	
Freiria	1 (c)					3 (c)	2 tabelas de minibasquete
Maceira						1 (c)	
Matacães		1 (c)					2 balizas de Futebol 5 2 tabelas de minibasquete
Maxial	1 (c)					2 (c)	2 balizas de Futebol 5
Monte Redondo						1 (c)	
Outeiro da Cabeça							
Ponte do Rol						1 (c)	2 tabelas de minibasquete
Ramalhal						2 (c)	2 tabelas de minibasquete
Runa						1 (c)	2 tabelas de minibasquete
Santa Maria							
São Pedro da Cadeira						3 (c)	
São Pedro e Santiago				1		3 (c)	2 balizas de Futebol 5 2 balizas de Futebol 5 Espaldares
Silveira						4 (c)	2 balizas de Futebol 5 2 tabelas de minibasquete 2 tabelas de minibasquete 2 tabelas de minibasquete
Turcifal						2 (c)	2 tabelas de minibasquete
Ventosa						4 (c)	2 tabelas de minibasquete 2 tabelas de minibasquete
Total	4			1		33	

Quadro 46 – Tipologia das Instalações Desportivas nas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico em 2003

(Fonte: Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector do Desporto, Setembro 2003)

Tipo de Piso: (tb) Terra Batida, (c) Cimento.

b) Escolas dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Escolas Secundárias

Escolas	Tipologia das Instalações													
	Grande Campo				Pequeno Campo			Sala				Pista de Atletismo		
	0	1	2	3	0	1	2	Sala		Pavilhão				
0	1	2	3	0	1	2	0	1	0	1	2	3	0	
Escola 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico - Gaspar Campello					1	2			1					
Escola 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico - Freiria					1	1				1				
Escola 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico - Maxial						1		1			1			
Escola 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico - São Gonçalo					4	1					1			
Escola 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico - Padre Victor Melícias					2			1			1			
Escola 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico - Padre Francisco Soares					1									
Escola Secundária Madeira Torres	1											1		1
Escola Secundária Henriques Nogueira					2	1		2						
Externato de Penafirme (EB 2,3 e Secundário)		1			8			1						
Total	2				25			6		5				1

Quadro 47 – Tipologia das Instalações Desportivas nas Escolas dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Escolas Secundárias em 2003

(Fonte: Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector do Desporto, Setembro 2003)

Verifica-se que as escolas dos 2º e 3º ciclos do ensino básico – Padre Vítor Melícias e São Gonçalo não possuíam, em 2001, qualquer estrutura coberta, para a prática desportiva. Refira-se que estas escolas se situam dentro do perímetro urbano da Cidade de Torres Vedras e que apenas as escolas dos 2º e 3º Ciclos do ensino básico Padre Francisco Soares e Escola Secundária Madeira Torres possuem “Grandes Campos” e destas só a última possui pista de atletismo. A escola secundária Henriques Nogueira possui ginásio coberto.

c) Instalações Desportivas Privadas

No Concelho surgiram, em meados dos anos 90, iniciativas privadas de promoção desportiva, vulgarmente conhecidas por “ginásios”, sendo que a grande maioria se encontra implantada dentro do perímetro urbano da cidade.

Instituições Privadas	Tipologia das Instalações											
	Pequeno Campo		Sala		Piscina Coberta				Piscina de Ar Livre			
	0	1	0	1	0	1	2	3	0	1	2	3
Empresa das Águas do Vimeiro	3					1			1	2	1	
Ginásio Club O'Hara			3									
Ginásio Corpóunico			1	1								
Ginásio PH – Actividades Desportivas			2		1							
“Instalações Desportivas do Pisão”	2								2		1	
Total	5		7		2				7			

Quadro 48 – Instalações Desportivas Privadas no Concelho de Torres Vedras em 2003

(Fonte: Câmara Municipal de Torres Vedras, Sector do Desporto, Setembro 2003)

3.6.5 – CULTURA

Os equipamentos ligados à Cultura e Recreio existentes no concelho são bastante diversificados.

No concelho existem oito coretos, localizados em: Campelos, Carvoeira, Outeiro da Cabeça, Ramalhal, Ventosa, Torres Vedras, Paúl e Varatojo. Existem também 49 salas de espectáculos que, na sua maioria, se encontram integradas em edifícios de carácter polivalente, geralmente pertença das Sedes e Associações Culturais, Clubes Recreativos, Casas do Povo e Centros Paroquiais, por sua vez animados por 27 grupos ligados à Música, Teatro e Folclore.

As salas de espectáculo existentes estão na maioria integradas em edifícios de carácter polivalente nomeadamente nas Sedes de Associações, Clubes, nas Casas do Povo e nos Centros Paroquiais e localizam-se em: A-dos-Cunhados, Sobreiro Curvo, Campelos, Carvoeira, Zibreira, Ribaldeira, Dois Portos, Freiria, Chãos, Colaria, Sendieira, Caixaria, Patameira, Buligueira, Matacães, Maxial, Ereira, Casais de Santo António, Monte Redondo, Outeiro da Cabeça, Ponte do Rol, Ramalhal, Ameal, Runa, Braçal, Carrasqueira, Carvoeira, Alfeiria, Silveira, Turcifal, Freixofeira, Melroeira, Cadriceira, Pedra, Bordinheira, Fernandinho, Ventosa, Torres Vedras (2 salas), Barro, Boavista/ Olheiros, Figueiredo, Fonte Grada, Louriceira/Arneiros, Paúl, Varatojo, Sarge (Santa Maria) e Serra da Vila.

Por sua vez, as associações e grupos desportivos existentes são animadas por cerca de 27 grupos ligados à Música, Teatro e Folclore, distribuídos pelos vários aglomerados das freguesias:

A-dos-Cunhados, Sobreiro Curvo, Campelos (2), Carreiras, Ribaldeira, Dois Portos, Freiria, Chãos, Colaria, Sendieira, Aldeia Grande, Ermegeira, Ramalhal, Outeiro da Cabeça, Ponte do Rol, Gondruzeira, Ramalhal, Ameal, Azenha Velha, Silveira, Montengrão, Torres Vedras - cidade (5), Fonte Grada, Varatojo, Sarge.

3.6.5.1 – Música

Em relação à Música, o concelho possui Bandas Filarmónicas que são também escolas de música e que se localizam na Ribaldeira (freguesia de Dois Portos), na Ermegeira e Aldeia Grande (freguesia do Maxial). As Escolas de Música, por sua vez, estão instaladas em Outeiro da Cabeça, Campelos, A-dos-Cunhados (Orquestra Jovens Músicos), Ponte do Rol (Banda da Juventude) e Freiria (Escola de Música do Freiria Sport Clube).

A freguesia da Freiria possui uma Fanfarra com Majorettes e a freguesia de São Pedro e Santiago (cidade) possui, para além da Banda dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras, a Associação Animato e a Camerata Vocal de Torres Vedras. A Física possui também Escola de Música e de Jazz.

3.6.5.2 – Teatro

A função teatro encontra-se representada nas freguesias de Carvoeira (Carreiras), Ramalhal, Santa Maria (Orjariça e Sarge), Ramalhal, Freiria e São Pedro e Santiago. Na cidade de Torres Vedras encontra-se ainda o Teatro-Cine Ferreira da Silva, sala com excelentes condições para a produção de qualquer evento teatral.

3.6.5.3 – Folclore

O Folclore surge representado em oito freguesias: A-dos-Cunhados, Campelos, Dois Portos (Furadouro), Freiria (Colaria), São Pedro e Santiago (Fonte Grada), Turcifal (Mugideira), São Pedro da Cadeira (Azenha Velha), Ponte do Rol (Benfica, Gibraltar) e Carvoeira.

3.6.5.4 – Dança

As Danças de Salão surgem representadas apenas nas freguesias de Freiria e São Pedro e Santiago (Tuna).

3.6.5.5 – Museus

A função Museu existe em Campelos, Runa, Ventosa e Torres Vedras onde se situa o Museu Municipal.

3.6.5.6 – Associações Culturais/Grupos Recreativos

As Associações/Grupos bem como os Centros Culturais Recreativos e Desportivos são bastante numerosos, num total de 164, difundidos por toda a área concelhia – *Quadro 49*.

Freguesia	Associações e Grupos / Clubes Desportivos
	Existente
A-dos-Cunhados	13
Campelos	12
Carmões	7
Carvoeira	16
Dois Portos	9
Freiria	6
Maceira	1
Matacães	4
Maxial	12
Monte Redondo	2
Outeiro da Cabeça	5
Ponte do Rol	5
Ramalhal	6
Runa	2
Santa Maria	15
São Pedro	31
São Pedro da Cadeira	8
Silveira	14
Turcifal	10
Ventosa	12
CONCELHO	164

Quadro 49 – Associações e Grupos/ Clubes Desportivos

A sede de concelho, como principal e único centro urbano, dispõe de um Auditório Municipal, de uma Camarata Vocal, de um Cinema e de uma Biblioteca Municipal.

Apesar da diversidade e quantidade de unidades funcionais ligadas às actividades de cultura e recreio detectaram-se, no entanto, algumas carências.

3.6.6 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O concelho de Torres Vedras pertence ao distrito de Lisboa, província da Estremadura, integrado na Associação de Municípios do Oeste (AMO).

Como Concelho Rural de 1.ª ordem, fiscal de 1.ª classe, integrado na Comarca de Torres Vedras e no distrito e Diocese de Lisboa, os equipamentos administrativos são os que por razões de localização e serviço a prestar à população, devem obedecer a um critério mais rígido de localização.

Torres Vedras, na qualidade de sede de concelho, detém todos os serviços administrativos de maior área de influência, os quais obrigam todos os residentes a deslocarem-se a este núcleo populacional para satisfazerem as suas necessidades.

Em Torres Vedras – cidade – localizam-se os seguintes serviços administrativos:

- Um Tribunal de Comarca;
- Uma Conservatória do Registo Predial e Comercial;
- Dois Cartórios Notariais;
- Uma Conservatória do Registo Civil;
- Duas Repartições de Finanças;
- Duas Tesourarias da Fazenda Pública;
- Uma Delegação da Administração Regional de Saúde;
- Uma Delegação Escolar;
- Uma Delegação da Direcção Regional de Educação de Lisboa (CAE Oeste);
- Uma Extensão da Direcção Regional de Agricultura – Zona Agrária de Torres Vedras;
- Uma Delegação do Tribunal do Trabalho;
- Duas Sedes de Juntas de Freguesia (Freguesia de Santa Maria e Freguesia de São Pedro e Santiago)
- Uma Delegação do Instituto para o Desenvolvimento das Condições de Trabalho (IDCT);
- Uma Delegação do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP);

Para além destes serviços, funcionam ainda na cidade os serviços da Câmara Municipal de Torres Vedras e os Serviços Municipalizados;

Por todo o concelho encontram-se ainda as outras sedes das juntas de freguesia, distribuídas pelas dezoito sedes (A-dos-Cunhados, Campelos, Carmões, Carvoeira, Dois Portos, Freiria, Maceira, Matacães, Maxial, Monte Redondo, Outeiro da Cabeça, Ponte do Rol, Ramalhal, Runa, São Pedro da Cadeira, Silveira, Turcifal e Ventosa.

Todas as freguesias possuem um edifício sede, sendo, em grande parte dos casos, edifícios novos ou recentemente remodelados.

Todas as sedes de freguesia, além de outros lugares do concelho, estão ainda equipadas com 25 cemitérios (A-dos-Cunhados, Póvoa de Penafirme, Campelos, Carvoeira, Dois Portos (2 unidades), Freiria, Aldeia de Baixo, Maxial, Monte Redondo (2 unidades), Outeiro da Cabeça, Ponte do Rol,

Ramalhal (2 unidades), Vila Facaia, Runa, Carmões, São Pedro da Cadeira, Silveira, Turcifal, Ventosa, Torres Vedras (2 unidades) – *Quadro 50*.

Freguesia	Nº Cemitérios por Freguesia	Localização
A-dos-Cunhados	2	A-dos-Cunhados Póvoa Penafirme
Campelos	1	Campelos
Carvoeira	1	Carvoeira
Carmões	1	São Domingos Carmões
Dois Portos	2	Dois Portos – Antigo Dois Portos – Novo
Freiria	1	Freiria
Maceira	1	Maceira*
Matacães	1	Matacães
Maxial	1	Maxial
Monte Redondo	1	Monte Redondo
Outeiro da Cabeça	1	Outeiro da Cabeça
Ponte do Rol	1	Ponte do Rol
Ramalhal	3	Ameal – Antigo Ameal – Novo Vila Facaia
Runa	1	Runa
Santa Maria	1	Sarge (São Miguel)
São Pedro Cadeira	1	São Pedro da Cadeira
São Pedro e Santiago	1	Torres Vedras (São João)
Silveira	1	Silveira
Turcifal	2	Turcifal – Velho Turcifal – Santa Isabel
Ventosa	1	Ventosa
TOTAL	25	
* Recentemente inaugurado, estando ainda a ser construído		

Quadro 50 – Localização dos Cemitérios no Concelho de Torres Vedras

Ainda de assinalar é a existência de quinze unidades de sanitários públicos, distribuídos pelas seguintes freguesias:

Freguesia	Aglomerados com Sanitários Públicos	N.º
A-dos-Cunhados	A-dos-Cunhados (2 unidades), Sobreiro Curvo	3
Dois Portos	Dois Portos, Furadouro, Feliteira	3
Freiria	Freiria	1
Maceira	Maceira	1
Maxial	Maxial, Ermegeira	2
Outeiro da Cabeça	Outeiro da Cabeça	1
São Pedro e Santiago	Cidade - Jardim da Graça, junto ao Mercado	2
Silveira	Silveira, Sta. Cruz	2
Total		15

Quadro 51 - Sanitários Públicos no Concelho de Torres Vedras

Os lavadouros públicos detêm também uma relativa importância para a população em geral. Este equipamento tem vindo, no entanto, a ser cada vez menos utilizado, sobretudo devido à progressiva extensão da rede de abastecimento de água ao domicílio.

Apesar da perda de importância, no que respeita à sua função, ainda se constituem como locais privilegiados de encontro social das pessoas pertencentes à comunidade. Distribuem-se pelas vinte freguesias, da seguinte forma:

Freguesia	Aglomerados com Lavadouros Públicos	N.º
A-dos-Cunhados	A-dos-Cunhados, Bombardeira, Sevilheira, Póvoa de Penafirme, Sobreiro Curvo	5
Campelos	Campelos	1
Carmões	Alfeiria, Carrasqueira, Braçal, Corujeira, Casal do Sobrigal, Setinheira	6
Carvoeira	Carvoeira, Carreiras, Zibreira (2 unidades), Serra de São Julião, Curvel	6
Dois Portos	Dois Portos, Furadouro, Sirol, Buligueira, Folgorosa, Ribeira Maria Afonso, Maceira	7
Freiria	Freiria, Chãos, Colaria, Asseiceira, Moucharia, Poços, Sendieira	7
Matacães	Lapas Pequenas, Ordasqueira, Sevilheira, Zurrigueira	4
Maxial	Maxial, Quinta de Santo António, Loubagueira, Valentina, Vila Seca, Casal Pecheiras, Ermegeira, Folgorosa, Ereira (2 unidades)	10
Ramalhal	Ramalhal, Ameal (2 unidades), Vila Facaia, Abrunheira	5
Runa	Runa, Penedo	2
Santa Maria	Sarge, Orjariça, Serra da Vila, Ribeira de Pedrulhos	4
São Pedro da Cadeira	Assenta, Coutada, Azenha Velha, Mouguelas, Soltaria, Cambelas, Gentias e Foz, Barrocas	8
São Pedro e Santiago	Fonte Grada, Figueiredo, Louriceira, Varatojo	4
Turcifal	Turcifal, Carvalhal, Freixofeira, Mugideira	4
Ventosa	Moçafaneira, Cadoiço, Fernandinho, Montengrão, Figueiras, Pedra, Carregueira, Bordinheira, Bonabal, Murteira	10
Total		83

Quadro 52 – Lavadouros Públicos no Concelho de Torres Vedras

3.6.7 – PREVENÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA

Com uma extensão de 407,1 Km², repartida por vinte freguesias, e uma linha de costa com aproximadamente 19,1 km, o concelho de Torres Vedras apresenta um conjunto de necessidades naturais ao nível da segurança e protecção civil.

Face à dimensão e dispersão urbana, face aos vários aglomerados de características urbanas diferenciadas e às características próprias de cada freguesia, a necessidade de segurança não é constante nem homogénea.

A actual definição do perímetro urbano da cidade, pela sua dimensão e características urbanas, assume-se como uma área mais sensível e complexa. Compreendida maioritariamente entre duas freguesias (Santa Maria e São Pedro e Santiago), a cidade constitui-se como um perímetro urbano de nível I, onde a segurança é prestada simultaneamente pela Polícia de Segurança Pública (PSP) e Guarda Nacional Republicana (GNR).

Prevendo-se um alargamento do perímetro urbano da cidade, caberá às forças de segurança, equacionar os limites e conceito da área de intervenção.

Nesta matéria, os esforços são conjugados entre quatro entidades, cada uma responsável por uma estratégia e área geográfica de intervenção: PSP, GNR, Brigada de Trânsito (BT) e Bombeiros Voluntários de Torres Vedras (BVTV).

3.6.7.1 – *Guarda Nacional Republicana (GNR)*

No concelho, existem dois postos afectos à GNR: um em Torres Vedras e outro em Santa Cruz.

O posto de Santa Cruz tem uma área de intervenção restrita às quatro freguesias do litoral: Maceira, A-dos-Cunhados, Silveira e São Pedro da Cadeira.

Com uma área total de intervenção de 100,873 Km² e uma população de 19.692 habitantes (valores calculados por estimativa), que durante a época balnear tende a aumentar significativamente, o número actual de efectivos da GNR torna-se insuficiente perante o número de ocorrências e solicitações que se verificam nessa época.

Trata-se de um posto “misto” que engloba a GNR, a Brigada Territorial e a Brigada Fiscal.

O posto de Torres Vedras, com uma área de intervenção mais extensa de 306,215 Km², abrange as restantes dezasseis freguesias, incluindo a intervenção em parte da cidade e um número total de população estimado nos 52.732 habitantes (valores calculados por estimativa).

A BT, também inserida na GNR, possui um sub-destacamento em Catefica – Torres Vedras, estando, no entanto, o destacamento geral situado em Caldas da Rainha, através do qual é feito, por exemplo, o patrulhamento da A8, entre Loures e Caldas da Rainha.

Numa perspectiva global e no que se refere aos concelhos vizinhos, os postos limítrofes existentes afectos à GNR localizam-se dois no concelho da Lourinhã (Lourinhã e Moita dos Ferreiros), três no concelho de Mafra (Mafra, Livramento e Malveira), um em Sobral de Monte Agraço, outro no concelho de Alenquer (Merceana) e um no concelho de Cadaval.

Face às solicitações existentes, incluindo eventos desportivos, não são sentidas necessidades ao nível do reforço de mais postos. O mesmo não se verifica em relação às necessidades de equipamentos de formação ou mesmo ao nível dos equipamentos de carácter lúdico e social, e ao nível dos meios humanos.

3.6.7.2 – Polícia de Segurança Pública (PSP)

A PSP de Torres Vedras funciona com uma esquadra que depende do Comando Distrital de Lisboa. A sua área de intervenção circunscreve-se ao núcleo da cidade de Torres Vedras.

O número actual de efectivos é considerado suficiente, face à população abrangida (cerca de 15.000 habitantes) e face à dimensão da área de intervenção.

Contudo, prevendo-se uma redefinição do perímetro urbano da cidade, tendo em conta o crescimento verificado nos últimos anos, seria importante perspectivar, a curto e médio prazo, um reforço do número de efectivos.

A progressiva melhoria da eficácia e desempenho da PSP depende de um conjunto complexo de factores. Destes, podem destacar-se, por um lado, o número elevado de efectivos adstrito a funções meramente administrativas e, por outro lado, a execução de tarefas, designadamente o controlo do estacionamento urbano, que poderia ser executado por outra entidade.

No caso concreto de Torres Vedras, seria igualmente importante a transformação da actual esquadra em Secção ou Divisão. A maior autonomia que daqui decorreria, embora fosse acompanhada de novas competências, poderia contribuir para uma melhor gestão dos meios disponíveis.

O novo edifício da esquadra de Torres Vedras foi recentemente inaugurado, encontrando-se a funcionar na zona da “Várzea” da cidade, junto ao quartel dos Bombeiros Voluntários.

3.6.7.3 – Bombeiros Voluntários de Torres Vedras (BVTV)

A área de jurisdição dos BVTV abrange todo o concelho.

Com o quartel sediado na cidade de Torres Vedras e uma extensão no Maxial, os Bombeiros funcionam, essencialmente, com o serviço de voluntariado, onde o número de efectivos é considerado suficiente, escasseando, no entanto, pessoal efectivo especializado/profissionalizado.

Na freguesia de Silveira, prevê-se para breve a criação de uma nova secção, faltando para tal apenas o serviço de incêndios.

A localização central da cidade de Torres Vedras facilita o acesso a todas as partes do território municipal, não sendo, por isso, justificável a existência de novas secções.

Os BVTV estão sujeitos a um grande número de solicitações, intervindo quer ao nível das urgências, nos acidentes de viação e incêndios, quer ao nível dos serviços de saúde onde o número de intervenções se situa nas 20.000 por ano. Durante o ano 2000, os BVTV prestaram assistência a cerca de 800 acidentes e 500 fogos.

Ao nível das instalações e equipamentos encontram-se bem equipados, sendo mesmo considerados acima da média. A nível nacional, nos concelhos com Bombeiros Voluntários, Torres Vedras ocupa o terceiro lugar, sendo esta classificação proveniente da “Tipificação das Corporações de Bombeiros”. Após os principais centros urbanos (Lisboa, Porto e Coimbra) onde existem Bombeiros Sapadores e após os municípios de Amadora e Seixal, Torres Vedras aparece como o concelho que possui uma das principais corporações de bombeiros, em termos de coeficiente de risco.

3.6.7.4 – Protecção Civil

O concelho de Torres Vedras dispõe de um Plano Municipal de Protecção Civil, que descreve todas as entidades intervenientes e as possíveis acções a desenvolver em caso de emergência.

Neste plano de emergência, destacam-se as seguintes entidades a entrar em acção:

Bombeiros Voluntários de Torres Vedras (BVTV) onde funciona o posto de comando das operações; PSP; GNR; Câmara Municipal de Torres Vedras; Juntas de Freguesia; Piquetes da EDP; Gás; Empresas Municipais; Aeródromo de Santa Cruz; Portugal Telecom; CTT; Associações de Socorros; Hospital Distrital de Torres Vedras, Centro de Saúde e Rádios Amadoras Locais.

Trata-se de um plano que permite uma actuação ordenada e eficaz no salvamento de pessoas e bens, com os recursos materiais e humanos de que se dispõe.

O Plano de Emergência caracteriza o concelho ao nível dos principais riscos e ao nível dos meios humanos e materiais do Município e dos BVTV, atribuindo a cada entidade determinadas funções e competências, este plano estabelece ainda uma estratégia para cada tipo de risco, com a definição pormenorizada dos meios de coordenação e transmissões, os meios de apoio e reserva estratégica, as relações públicas e meios de reserva.

3.6.8 – MERCADOS E FEIRAS

O sector dos mercados e feiras desempenha um papel importante na estrutura económica do concelho. Intimamente ligado ao sector primário, reflecte, nas suas várias vertentes, o peso e a importância estratégica que o sector primário possui no concelho, que lhe confere uma dimensão regional.

O sector é representado por diversas feiras, por um Mercado Abastecedor e em Mercado Retalhista.

3.6.8.1 – Feira de São Pedro

Das feiras existentes no concelho destaca-se a Feira de São Pedro, que se realiza na cidade de Torres Vedras com uma periodicidade anual. As restantes feiras existentes têm uma periodicidade mensal e localizam-se na cidade de Torres Vedras, na Silveira e em A-dos-Cunhados.

A Feira de São Pedro realiza-se anualmente, pela altura do dia de São Pedro, nos finais do mês de Junho e constitui o maior evento do género realizado no concelho, possuindo uma dimensão e importância regionais.

Trata-se de uma Feira vocacionada para a vertente agro-industrial e para o ramo automóvel, sector com uma expressão importante na base económica do concelho.

Actualmente, a feira realiza-se na Várzea, a Poente do centro da cidade, num local designado por Parque Regional de Exposições (mais recentemente Expotorres). Trata-se de um espaço amplo e plano, que se encontra em pleno processo de reestruturação funcional e urbanística. Nele se pretende congrega um conjunto de funções e equipamentos cujas naturezas apresentem complementaridades.

O espaço onde se realiza a feira desenvolve-se em torno do Pavilhão de Exposições que, no decorrer da feira, se encontra adstrito a esta. O mesmo acontece com o pavilhão multiusos, edifício polivalente e de grande capacidade.

A médio prazo, o complexo deverá ainda contar com as futuras piscinas municipais, com um espaço destinado a diversão nocturna e, eventualmente, com uma futura Praça de Touros.

No local realiza-se também o mercado abastecedor e a feira mensal da cidade.

3.6.8.2 – Mercado Abastecedor

O mercado abastecedor localiza-se na cidade, junto ao Parque de Exposições, e tem uma periodicidade trisemanal.

Embora não apresente as melhores condições de funcionamento, este possui uma procura e um dinamismo que lhe conferem um papel importante ao nível da região, sendo, a par dos mercados abastecedores de Castanheira do Ribatejo e de Malveira, um dos mais relevantes.

Trata-se de mercados que se encontram a um nível intermédio entre o mercado de simples características locais e o mercado de características supra-regionais, como é o caso do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL).

No contexto regional, o mercado de Torres Vedras dispõe de condições privilegiadas para se afirmar cada vez mais, face à estrutura agro-industrial da sua base económica.

3.6.8.3 – Mercado Retalhista

O mercado retalhista é constituído pelos chamados mercados diários ou praças. Os mercados de Torres Vedras e Santa Cruz são geridos pela autarquia. Os restantes mercados localizam-se em algumas das sedes de freguesia e nos principais aglomerados e são competência das respectivas Juntas de Freguesia.

O principal mercado retalhista do concelho, o de Torres Vedras, carece urgentemente de uma profunda reestruturação. Apesar de se constituir ainda como o principal “supermercado” da cidade, encontra-se subdimensionado e a funcionar em instalações degradadas e obsoletas.

Consciente do problema, a Câmara Municipal promoveu vários estudos e projectos, que prevêem a construção de um novo edifício, inserido numa proposta mais vasta de arranjo de todo o quarteirão. Esta proposta prevê a existência de estacionamento em cave e a criação de um espaço público exterior fronteiro ao novo equipamento. Este albergará, para além do mercado, um conjunto de lojas que complementam e diversificam a oferta disponibilizada pelo mercado. O empreendimento deverá ser complementado com uma componente imobiliária que contribua para o equilíbrio económico-financeiro do conjunto.

3.7. Redes e Infraestruturas

3.7.1 – REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A Câmara Municipal de Torres Vedras, através dos seus Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMASTV), é a entidade que constrói e gere a rede de abastecimento de água no concelho de Torres Vedras.

O concelho de Torres Vedras encontra-se dividido por nove Sistemas de abastecimento de água. Estes estão directamente ligados à conduta da Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA (EPAL). Actualmente o regime adoptado para a exploração das captações de água, pretende garantir a sua operacionalidade para eventuais entradas em funcionamento no caso de ruptura da conduta da EPAL. Permite também garantir a recarga dos aquíferos que durante muitos anos foram sobre-explorados.

3.7.1.1 – Sistema da Cidade

Anos	Total de água distribuída m ³
1995	1,174,990
1996	1,197,573
1997	1,272,454
1998	1,412,767
1999	1,335,829
2000	1,413,005

Quadro 53

Fonte: (S.M.A.S.T.V.) 1999/2000

Este sistema abastece principalmente a cidade de Torres Vedras. Toda a água utilizada neste sistema é proveniente da EPAL (Paredes – Serra da Vila). A produção das captações foi quase nula.

3.7.1.2 – Sistema de Serra da Vila/Zona Sul

Anos	Total de água distribuída m ³	Total da água distribuída a Torres Vedras (m ³)	Total de água distribuída a Mafra (m ³)
1995	1,977,166	326,806	1,650,360
1996	1,604,928	381,511	1,223,417
1997	1,572,563	368,355	1,204,208
1998	1,615,933	375,276	1,240,657
1999	1,796,021	396,906	1,399,115
2000	2,127,489	347,871	1,779,618

Quadro 54

Fonte: S.M.A.S.T.V. 1999/2000

Toda a água fornecida neste sistema é proveniente da EPAL e elevada na Estação Elevatória 2 Barro para os reservatórios de distribuição de Serra da Vila.

O sistema em referência abastece a Zonal Sul do Concelho abrangendo as povoações de: Varatojo, Serra da Vila, Barro, Bairro Vila Morena, as povoações da freguesia de Turcifal, a quase totalidade das

povoações da freguesia de Freiria e reforçando o abastecimento ao Concelho de Mafra a partir das Antas e do novo adutor Serra da Vila/ Sobral da Abelheira.

3.7.1.3 – Sistema de Serra da Vila/Marco Grande

Anos	Total de água distribuída m ³
1995	747,120
1996	729,969
1997	757,025
1998	862,629
1999	887,629
2000	931,379

Quadro 55

Fonte: S.M.A.S.T.V. 1999/2000

Toda a água fornecida neste sistema é proveniente da EPAL.

Este sistema tem origem na Estação Elevatória 2 Barro e termina nas zonas balneares de Santa Cruz, Praia Azul e Porto Novo. Abrange ainda as povoações de Casalinhos de Alfaiata, Bombardeira, Póvoa de Penafirme, Silveira, Caixeiros, Cerca, Brejenjas, Boavista, Coutada, Fonte Grada, Ponte do Rol, Gondruzeira, Ribeira de Pedrulhos, Gibraltar e Palhagueiras. Deriva ainda em direcção à Boavista (A-dos-Cunhados), Valongo, Casal das Paradas e parte da Maceira.

3.7.1.4 – Sistema de Serra da Vila/São Pedro da Cadeira

Anos	Total de água distribuída m ³
1995	132,609
1996	169,857
1997	190,814
1998	262,980
1999	284,035
2000	308,813

Quadro 56

Fonte: S.M.A.S.T.V. 1999/2000

Toda a água fornecida neste sistema é proveniente da EPAL.

Este sistema tem origem na Estação Elevatória 2 Barro, abastece as povoações das freguesias de São Pedro da Cadeira e Ventosa.

3.7.1.5 – Sistema Penedo/Zona Norte

Anos	Sistema Penedo/ Campelos	Sistema Ramalhal/ Maceira	Sistema Penedo/ Zona Norte
	Total de água distribuída m ³	Total de água distribuída m ³	Total de água distribuída m ³
1995	458,585	322,373	
1996	447,182	281,844	
1997	456,623	325,589	
1998	512,289	369,835	
1999	583,733	338,709	
2000			903,189

Quadro 57

Fonte: S.M.A.S.T.V. 1999/2000

Toda a água fornecida neste sistema é proveniente da EPAL, mantendo-se no entanto operacionais as captações municipais que se situam em Campelos, Ereira e Ramalhal.

Tem origem na derivação da conduta adutora Paredes/Serra da Vila, localizada em Penedo (Runa) e termina na central elevatória de Campelos. A meio do seu percurso deriva para Poente alimentando todo o eixo Ramalhal/Maceira e para Nascente, passando pelo Maxial e terminando na Ereira.

Este sistema abastece as seguintes povoações: Matacães, Ribeira de Matacães, Aldeia de Cima, Aldeia de Baixo, Sevilheira, Ordasqueira, Lapas Pequenas, Lapas Grandes, Monte Redondo, Loubagueira, Sarge, Ermegeira, Abrunheira, Casais Larana, Outeiro da Cabeça, Casais das Giestas, Ribeira de Palheiros, Campelos, Casais do Rijo, Cabeça Gorda, Carrasqueira, Vale da Borra, Maxial, Aldeia Grande, Eiras de Palma, Casais da Valentina, Casais da Póvoa, Folgorosa, Casais de Santo António, Vila Seca, Ereira, Ramalhal, Ameal, Vila Facaia, A-dos-Cunhados, Sobreiro Curvo, Pinheiro Manso, Casal das Paradas, Porto Rio, Quinta da Piedade e parte de Maceira.

3.7.1.6 – Sistema Penedo/Zona Este

Anos	Sistema de Dois Portos	Sistema da Feliteira	Sistema Penedo/ Zona Este
	Total de água distribuída m ³	Total de água distribuída m ³	Total de água distribuída m ³
1995	14,038	4,028	
1996	13,265	4,011	
1997	12,147	4,576	
1998	12,552	5,268	
1999	13,734	5,876	
2000			79,528

Quadro 58

Fonte: S.M.A.S.T.V. 1999/2000

Toda a água fornecida neste sistema é proveniente da EPAL, mantendo-se no entanto operacional a captação municipal de Dois Portos.

Este sistema tem origem na derivação da conduta adutora Paredes/Serra da Vila, localizada em Penedo (Runa) e termina no reservatório de Caixaria.

Este sistema abastece as seguintes povoações: Feligueira, Portela do Bispo, Ribaldeira, Caixaria, Dois Portos, Feliteira, Furadouro, Outeiro da Zibreira, Zibreira, Almagra e Casal do Paleart. Este sistema também é fornecedor de água em alta, à Junta de Freguesia de Runa.

3.7.1.7 – Sistema Carreiras/Serra de São Julião/Moncova

Anos	Total de água distribuída m ³
2000	59,361

Quadro 59

Fonte: S.M.A.S.T.V. 2000

Toda a água fornecida neste sistema é proveniente da EPAL.

Este sistema tem origem na derivação do adutor Paredes/Serra da Vila, localizado em Carreiras, estendendo-se para Norte em direcção à Serra de São Julião e para Sul onde termina no reservatório de Moncova.

Este sistema abastece as seguintes povoações: Carvoeira, Serra de São Julião, Aldeia Nossa Senhora da Glória, Curvel, Filha Boa.

3.7.1.8 – Sistema Corujeira

Anos	Total de água distribuída m ³
1997	20,258
1998	39,318
1999	50,090
2000	40,881

Quadro 60

Fonte: S.M.A.S.T.V. 2000

Toda a água fornecida neste sistema é proveniente da EPAL.

Este sistema tem origem na derivação da conduta adutora Paredes/ Serra da Vila e abastece as povoações de Corujeira, São Domingos de Carmões, Carrasqueira, A-da-Rainha, Setinheira e Carreiras.

3.7.1.9 – Sistema Louriceira

Anos	Total de água distribuída m ³
1997	21,709
1998	28,365
1999	34,301
2000	41,479

Quadro 61

Fonte: S.M.A.S.T.V. 2000

Toda a água fornecida neste sistema é proveniente da EPAL.

Este sistema tem origem na derivação da conduta adutora Paredes/Serra da Vila e abastece as povoações de Mugideira, Orjariça, Figueiredo, Louriceira, Catefica, Arneiros.

3.7.1.10 – Outros Abastecimentos

As povoações que não são abrangidas directamente pelo sistema de abastecimento de água do concelho de Torres Vedras são as povoações de Casais de Tojais e Patameira (freguesia de Dois Portos) que são servidas pelo sistema de abastecimento de água do concelho do Sobral de Monte Agraço; a povoação de Monte Bom (freguesia de Maceira) que é abastecida pelo sistema de abastecimento de água do Concelho da Lourinhã e a povoação de Casal de São Roque (freguesia de Maxial) que é abastecida pelo sistema de abastecimento de água do concelho de Alenquer. Nestes abastecimentos, incluem-se os volumes de água adquiridos a municípios vizinhos.

Anos	Total de água distribuída m ³
1999	11.631
2000	12.529
2001	14.596
2002	14.473

Quadro 62

Fonte: S.M.A.S.T.V. 2002

3.7.1.11 – Proveniência da Água

Água Produzida + E.P.A.L.	1999		2000		2001		2002	
	(m ³)	%						
Campelos	39.603	0,73%	18.659	0,32%	0	0,00%	40.891	0,60%
Ramalhal	338.709	6,23%	8.697	0,15%	0	0,00%	27.516	0,40%
Dois Portos	11.234	0,21%	855	0,01%	0	0,00%	0	0,00%
Feliteira	5.876	0,11%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Casais de Santo António/ Vila Seca	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Ereira	11.715	0,22%	4.503	0,08%	0	0,00%	0	0,00%
Água proveniente da E.P.A.L.	5.022.146	92,30%	5.872.410	99,24%	6.843.472	99,79%	6.789.175	98,79%
Água fornecida por municípios vizinhos	11.631	0,21%	12.529	0,21%	14.596	0,21%	14.473	0,21%
Total	5.440.914	100,00%	5.917.653	100,00%	6.858.068	100,00%	6.872.055	100,00%

Quadro 63 – Proveniência da Água

Fonte: S.M.A.S.T.V. 2002

O volume total de água distribuída foi de 6 789 175 m³, representando uma média diária de 18 600 m³. Deste volume total de água referido, cerca de 99,79% da água é proveniente da conduta adutora da E.P.A.L. (Paredes/Serra da Vila), sendo que 0,21% é proveniente de concelhos vizinhos (concelhos de Lourinhã, Alenquer e Sobral de Monte Agraço). Cerca de 1,00% é proveniente das captações de água existentes no concelho de Torres Vedras. A tendência para o decréscimo do consumo de água proveniente das captações existentes, advém do regime adoptado para a exploração das mesmas, que irá permitir a recarga dos aquíferos que foram sobre-explorados durante bastantes anos.

3.7.1.12 – Número de Consumidores por Sistema

SISTEMAS	Número de Consumidores por Sistema					
	1995	1996	1997	1998	1999	2000
TORRES VEDRAS (CIDADE)	7,840	8,064	8,198	8,464	8,689	9,191
SERRA DA VILA/ ZONA SUL	2,612	2,724	3,235	3,208	3,362	2,855
SERRA DA VILA/ MARCO GRANDE	6,894	7,193	7,607	7,825	8,302	8,687
SERRA DA VILA/ SÃO PEDRO DA CADEIRA	1,264	1,489	1,725	2,229	2,384	2,550
PENEDO/ CAMPELOS	3,694	3,820	3,966	3,934	4,539	0
PENEDO/ ZONA NORTE						7,022
PENEDO/ ZONA ESTE						805
CARREIRAS/ SERRA DE SÃO JULIÃO/ MONCOVA						635
RAMALHAL/ MACEIRA	2,455	2,545	2,628	3,070	2,786	0
DOIS PORTOS	141	143	142	146	150	0
FELITEIRA	64	73	74	77	76	0
CASAIS DE SANTO ANTÓNIO / VILA SECA	40	88	146	0	0	0
EREIRA	88	93	98	99	0	0
FURADOURO/ CAIXARIA	356	365	376	0	0	0
CORUJEIRA			316	370	392	407
LOURICEIRA			261	287	304	325
OUTROS ABASTECIMENTOS	32	32	33	72	119	122
FONTANÁRIOS	24	24	24	47	46	44
TOTAL	25,504	26,653	28,453	29,828	31,149	32,643
AUMENTO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR	1,562	1,149	1,800	1,375	1,321	1,494

Quadro 64 – Consumidores por Sistema entre 1995 e 2000

Fonte: S.M.A.S.T.V. 1999/2000

O total de contadores instalados até ao final de Dezembro de 2000 era de 32643, o que permite dizer que 99,5% do concelho de Torres Vedras encontra-se abastecido por água. Deste total de contadores instalados, cerca de 28,16% estão afectos ao sistema de abastecimento de água da cidade de Torres Vedras, 26,61% estão afectos ao sistema de abastecimento de água de Serra da Vila/Marco Grande, 21,51% estão afectos ao sistema de abastecimento de água do Penedo/ Zona Norte, os restantes 23,22% estão distribuídos pelos restantes sistemas de abastecimento de água.

3.7.1.13 – Estrutura de Consumo

TIPOS DE CONSUMO	ÁGUA VENDIDA (2002)	
	m ³	%
Domésticos	2.704.359	74,16%
Industriais e comerciais	501.487	13,75%
Estado	90.863	2,49%
Fornecimento à Câmara Municipal	2.247	0,06%
Entidades sem fins lucrativos e autarquia	308.326	8,45%
Água vendida a Runa	21.523	0,59%
Fornecimento a particulares	8.377	0,23%
Consumos próprios	7.596	0,21%
Fontanários	2.075	0,06%
Total	3.646.853	100,00%

Quadro 65 – Estrutura de Consumo de Água em 2002

Fonte: S.M.A.S.T.V. 2002

Pode afirmar-se que o consumo para fins domésticos é o principal tipo de consumo efectuado em Torres Vedras representando 74,16% do consumo global do concelho, que se situa nos 3 646 853 m³. O consumo efectuado para fins industriais e comerciais é o segundo tipo de consumo e é cerca de 501 487 m³, representando 13,75% do total de água consumida no concelho.

3.7.1.14 – Extensão das Conduitas e Redes de Distribuição de Água

Diametros (mm)	Total (km)
50	10.610
60	155.450
63	85.698
75	268.134
80	40.284
90	66.840
100	29.570
110	55.838
125	39.068
140	22.637
150	24.174
160	50.949
175	1.445
200	24.838
250	43.594
300	30.820
315	1.298
350	21.933
400	2.960
450	700
TOTAL	976.840

Quadro 66

Fonte: S.M.A.S.T.V. 2002

No ano 2002 a extensão de redes de abastecimento de água situa-se no valor estimado de 976, 840 km.

3.7.1.15 – Empresa Águas do Oeste, SA

Com a constituição da Empresa Águas do Oeste, SA e a implementação do Sistema Multimunicipal de Abastecimento e Saneamento do Oeste, grande parte dos investimentos e infraestruturas a construir no concelho de Torres Vedras passou para a referida empresa. Estes investimentos atingirão aproximadamente um valor de 2 milhões de contos. Entre as infraestruturas a serem construídas no concelho de Torres Vedras destaca-se a seguinte:

– Conduita de Abastecimento de Água Paredes – Serra da Vila.

3.7.2 – REDES DE SANEAMENTO E ÁGUAS RESIDUAIS

A Câmara Municipal de Torres Vedras, através dos SMASTV, é a entidade que constrói e gere a rede de saneamento e águas residuais “em baixa” no concelho de Torres Vedras. A construção e gestão da rede de saneamento e águas residuais “em alta”, por seu lado, serão efectuadas pela Empresa Águas do Oeste, SA.

Quanto à cobertura das redes de saneamento, pode-se considerar que o território municipal se encontra abrangido em cerca de 85%. As redes de saneamento no concelho de Torres Vedras dividem-se em dois tipos, uma primeira tem como características juntar as águas pluviais e os esgotos, sendo denominada por rede unitária de saneamento (abrangendo ainda 17% do território municipal), enquanto a segunda faz a diferenciação das águas pluviais e os esgotos e é denominada por rede separativa de saneamento (abrangendo 68% do território municipal). Tendencialmente a rede unitária será extinta.

Freguesias	Rede Unitária	Rede Separativa	Sem Rede	Com Tratamento	Sem Tratamento
A-dos-Cunhados	9%	57%	34%	20%	80%
Campelos	–	82%	18%	78%	22%
Carmões	12%	77%	11%	23%	77%
Carvoeira	34%	40%	26%	40%	60%
Dois Portos	14%	63%	23%	22%	78%
Freiria	6%	81%	13%	43%	57%
Maceira	–	90%	10%	86%	14%
Matacães	5%	94%	1%	–	100%
Maxial	28%	50%	22%	14%	86%
Monte Redondo	7%	90%	3%	50%	50%
Outeiro da Cabeça	–	81%	19%	76%	24%
Ponte Rol	79%	20%	1%	16%	84%
Ramalhal	8%	69%	23%	3%	97%
Runa	–	90%	10%	90%	10%
Santa Maria e São Miguel	–	89%	11%	45%	55%
São Pedro da Cadeira	65%	1%	34%	17%	83%
São Pedro e Santiago	20%	78%	2%	64%	36%
Silveira	–	82%	18%	16%	84%
Turcifal	44%	42%	14%	–	100%
Ventosa	8%	76%	16%	2%	98%

Quadro 67

Fonte: S.M.A.S.T.V. 2001

No concelho de Torres Vedras, cerca de 45% do efluente, é conduzido para estações de tratamento de águas residuais, os restantes 55% são conduzidos para fossas sépticas, poços absorventes e linhas de água.

POVOAÇÃO	TIPO DE TRATAMENTO
Póvoa de Penafirme	1 fossas + poços absorvente
Porto Novo	1 fossas + poços absorvente
Cabeça Gorda	2 fossas + poços absorvente
Campelos	3 fossas + poços absorvente
Casais do Rijo	1 fossas + poços absorvente
Carreiras	1 fossas
Curvel	1 fossas
Caixaria	1 fossas
Feliteira	2 fossas
Casais de Santo António	1 fossas
Folgarosa	1 fossas
Casais da Valentina	1 fossas
Lapas Grandes	1 fossas
Monte Redondo	2 fossas
Figueiras	1 fossa
Gondruzeira	1 fossas
Casais Larana	1 fossas
Penedo	1 fossas
Runa	1 fossas + poços absorventes
Bairro Maria Leal	1 fossas
Sarge	2 fossas + poços absorventes
Casais de Tojais	1 fossas
Corujeira	1 fossas
Cadoiço	1 fossas
Azenha Velha	1 fossas
Cambelas	1 fossas
Casalinhos de Alfaiata	2 fossas

Quadro 68

Fonte: S.M.A.S.T.V. 2001

3.7.2.1 – Sistemas de Tratamento e Recolha de Esgotos

O concelho de Torres Vedras, em 2001, tem seis sistemas de tratamento e recolha de esgotos, sendo que um deles se encontra em construção.

O tratamento dos esgotos é feito por seis Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e por fossas sépticas individuais ou colectivas, nem sempre associadas a sistemas filtrantes ou de infiltração no terreno e que estão instaladas quase exclusivamente em povoações isoladas.

3.7.2.2 – Sistema de Tratamento e Recolha de Esgotos de Torres Vedras

Este sistema é constituído por uma ETAR e por seis estações elevatórias de esgotos.

O sistema de tratamento de esgotos de Torres Vedras abrange as povoações que constituem os perímetros urbanos de Fonte Grada, Paúl, Varatojo e Torres Vedras (excluindo a área dos Cucos).

Cerca de 85% das águas residuais geradas neste sistema são conduzidas à ETAR de Torres Vedras, os restantes 15% são divididos entre fossas particulares e linhas de água.

3.7.2.3 – Sistema de Tratamento e Recolha de Esgotos de Silveira

Este sistema é constituído por uma ETAR e por nove estações elevatórias de esgotos.

O sistema de tratamento de esgotos de Silveira abrange as povoações que constituem os perímetros urbanos de: Ponte do Rol, Casal do Soito, Casalinhos de Alfaiata, Silveira, Santa Cruz, Póvoa de Penafirme e Praia Azul.

Cerca de 95% das águas residuais geradas neste sistema são conduzidas para a ETAR Santa Cruz/Silveira, os restantes 5% são divididos entre fossas particulares e linhas de água.

3.7.2.4 – Sistema de Tratamento e Recolha de Esgotos de Maceira

Este sistema é constituído por uma ETAR, por quatro estações elevatórias de esgotos.

O sistema de tratamento de esgotos de Maceira abrange as povoações que constituem os perímetros urbanos de: Maceira, Porto Rio, Quinta da Piedade, Casal do Barreirinha, Sobreiro Curvo, A-dos-Cunhados.

Cerca de 20% das águas residuais geradas neste sistema são conduzidas para a ETAR de Maceira. Os restantes 80% são divididos entre fossas colectivas ou particulares e linhas de água.

3.7.2.5 – Sistema de Tratamento e Recolha de Esgotos de Vila Facaia

Este sistema é constituído por uma ETAR e por três estações elevatórias de esgotos.

O sistema de tratamento de esgotos de Vila Facaia abrange as povoações que constituem os perímetros urbanos de Vila Facaia, Ramalhal e Ameal.

3.7.2.6 – Sistema de Tratamento e Recolha de Esgotos de Figueiras

Este sistema é constituído por uma ETAR.

O sistema de tratamento de esgotos de Figueiras abrange os lugares que constituem o perímetro urbano de Figueiras.

3.7.2.7 – Sistema de Tratamento e Recolha de Esgotos de Porto Novo

Este sistema é constituído por uma ETAR.

O sistema de tratamento de esgotos de Porto Novo abrange o lugar de Porto Novo e Santa Rita.

3.7.2.8 – Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR)

O Concelho de Torres Vedras tem em funcionamento seis ETAR.

A ETAR de Torres Vedras efectua o tratamento de águas residuais através do sistema de lagunagem, que apesar dos excelentes resultados de depuração, apresenta um problema importante de emissão de odores, estando prevista a sua requalificação de forma a reduzir tal impacto.

O arranque da estação de Torres Vedras ocorreu em Outubro de 1993.

A ETAR de Maceira efectua o tratamento de águas residuais através de um sistema misto, constituído por uma lagoa e por leitos percoladores. Esta encontra-se a funcionar parcialmente, isto é, a fase de tratamento biológico não está completamente assegurada, uma vez que o leito percolador (órgão de extrema importância) e o circuito de recirculação estão fora de serviço, devido ao reduzido caudal afluente. Logo que o emissário que aduzirá à ETAR de Maceira os esgotos de A-dos-Cunhados, Sobreiro Curvo, Ventosa, Vimeiro e Toledo (estas três últimas povoações pertencem ao concelho da Lourinhã) fique concluído, tal situação alterar-se-á.

O arranque da ETAR de Maceira ocorreu em Setembro de 1994.

A ETAR de Santa Cruz/Silveira efectua o tratamento de águas residuais através do sistema de lamas activadas. Esta encontra-se a funcionar em pleno e com resultados ao nível do efluente final de boa qualidade, qualidade esta que é atestada por análises periódicas em vários pontos do circuito hidráulico. No que diz respeito ao destino final das lamas desidratadas, estas poderão ser aplicadas na agricultura, atenta a excelente qualidade das mesmas, conforme foi atestado por diversas análises laboratoriais.

O arranque da ETAR de Santa Cruz/Silveira ocorreu em Abril de 1999.

A ETAR compacta de Figueiras efectua o tratamento de águas residuais através do sistema "compacto". Este é constituído por dois decantadores (um principal e um secundário) e por um leito percolador.

O arranque desta estação ocorreu em Janeiro 2000.

A ETAR de Vila Facaia efectua o tratamento de águas residuais através do sistema de lamas activadas em arejamento prolongado – vala de oxidação. No que diz respeito ao destino final das lamas desidratadas, estas poderão ser aplicadas na agricultura.

O arranque da ETAR de Vila Facaia ocorreu em Agosto de 2002.

A ETAR compacta de Porto Novo efectua o tratamento de águas residuais através do sistema "compacto", baseado no princípio de lamas activadas em arejamento prolongado e estabilização aeróbia de lamas.

O arranque desta estação ocorreu em Setembro de 2002.

3.7.2.9 – Empresa Águas do Oeste

Com a constituição da Empresa Águas do Oeste, SA e a implementação do Sistema Multimunicipal de Abastecimento e Saneamento do Oeste, grande parte dos investimentos e infraestruturas a construir no concelho de Torres Vedras passaram para a referida empresa. Estes investimentos e infraestruturas ascendem aproximadamente ao valor de 28 milhões de Euros (5,6 milhões de contos).

3.7.3 – REDE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

No concelho de Torres Vedras apenas 1% da população não está servida pela rede de recolha de resíduos sólidos. A recolha diária é efectuada apenas na cidade de Torres Vedras e durante o Verão faz-se também em Santa Cruz. A recolha nas áreas periurbanas e rurais é efectuada duas a três vezes por semana.

3.7.3.1 – Circuitos de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos

A recolha dos resíduos sólidos urbanos no concelho de Torres Vedras faz-se através de vinte e seis circuitos de recolha, sendo dezassete de características rurais, oito periurbanos e um urbano. Dada a elevada extensão do concelho (407 km²) e a grande dispersão dos aglomerados urbanos, alguns dos circuitos apresentam um elevado número de quilómetros percorridos.

Circuito	Classificação	Periodicidade (n.º de vezes por semana)	Km percorridos
Assenta	Rural	3	58
Cadoiço	Rural	2	53
Campelos	Rural	3	105
Carvoeira	Rural	2	63
Casalinhos de Alfaiata	Periurbano	3	45
Cidade de Torres Vedras	Urbano	6	30
Dois Portos	Rural	2	61
Freiria	Periurbano	3	48
Monte Redondo	Periurbano	3	45
Maceira	Rural	3	64
Matadouro	Periurbano	3	33
Maxial	Rural	2	64
Melroeira	Rural	2	51
Ordasqueira	Rural	2	82
Orjariça	Rural	3	43
Outeiro da Cabeça	Rural	2	64
Ponte do Rol	Rural	3	39
Pedra	Rural	2	46
Póvoa de Penafirme	Periurbano	3	105
Ramalhal	Rural	3	-
Sobreiro Curvo	Rural	3	95
São Domingos de Carmões	Rural	2	78
São Pedro da Cadeira	Rural	3	47
Santa Cruz	Periurbano	3 (no verão 7)	52
Silveira	Periurbano	3	50
Turcifal	Periurbano	3	33

Quadro 69 – Periodicidade das recolhas de Resíduos Sólidos Urbanos no Concelho de Torres Vedras



Gráfico 7- Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos no Concelho de Torres Vedras

3.7.3.2 – Recursos Humanos

O sector de Higiene Pública da Câmara Municipal de Torres Vedras é composto por 89 funcionários que realizam todas as actividades relacionadas com a gestão dos resíduos sólidos urbanos.

3.7.3.3 – Equipamentos

Os equipamentos para deposição de resíduos sólidos urbanos utilizados pela Câmara Municipal de Torres Vedras são:

- Contentores de 800 L (cerca de 2700);
 - Contentores semi-enterrados de grande capacidade de 3000 L– Molok (25);
 - Contentores semi-enterrados de grande capacidade de 5000 L– Molok (111);
- (Os Molok estão colocados na cidade de Torres Vedras e na localidade de Santa Cruz)
- Baldes - capacidade de 110 L (320 aproximadamente);
 - Papeleiras de 50 L (500);

As viaturas usadas são:

- Viatura de lavagem de contentores (2);
- Viatura de recolha com caixa aberta e grua com 15 m3 de capacidade (2);
- Viatura de recolha com compactação (7);
- Viatura equipada com sistema ampliroll, grua e contentor compactador de 20 m3 (1);
- Viaturas ligeiras de caixa aberta (2).

3.7.3.4 – Composição dos Resíduos Sólidos Urbanos

Na campanha de caracterização relativa à composição física dos resíduos sólidos urbanos, realizada no ano de 1997 e 2000, verifica-se uma diminuição da percentagem de papel/cartão e vidro, presentes na composição dos resíduos sólidos urbanos. Esta tendência, constitui um indicativo do aumento das quantidades recolhidas selectivamente.

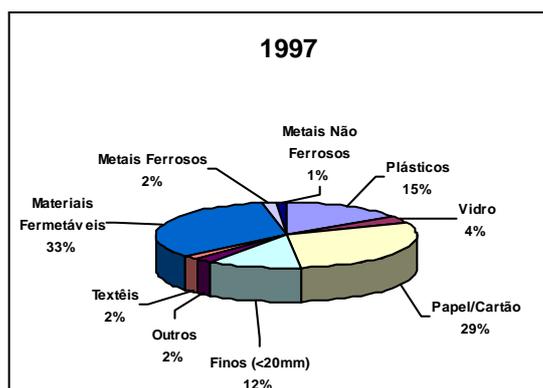


Gráfico 8 – Composição dos Resíduos Sólidos Urbanos em 1997

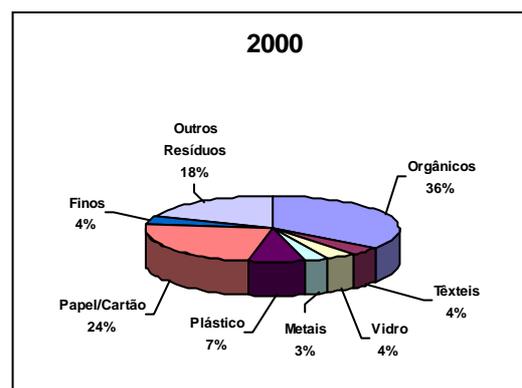


Gráfico 9 – Composição dos Resíduos Sólidos Urbanos em 2000

3.7.3.5 – Peso Específico

O peso específico dos resíduos sólidos urbanos em 2000 foi de 194,5 Kg/m³, em 1997 de 155,1 Kg/m³.

3.7.3.6 – Quantitativos produzidos

Na análise realizada aos quantitativos de R.S.U. produzidos nos últimos 5 anos, é evidente o aumento de produção de resíduos, que reflecte o aumento populacional e o aumento da capitação (produção diária/habitante).

3.7.3.7 – Evolução na produção de resíduos no Concelho

Ano	Produção/tratamento				
	Aterro	Incineração	Compostagem	Digestão anaeróbia	Lixeira*
	toneladas.				
1995					19500
1996					21500
1997					22300
1998					23 300
1999					25 920
2000					27 233
2001					27 570
2002	31 438				

*valores resultantes de estimativa dado que o vazadouro municipal não estava equipado com báscula para pesagem dos RSU

Quadro 70 – Evolução da Produção de Resíduos no Concelho de Torres Vedras entre 1995 e 2002 (valores em toneladas)

3.7.3.8 – Capitações

A capitação estimada para o ano de 1998 é de 0,849 kg/hab./dia, valores inferiores aos concelhos analisados no estudo de soluções no âmbito do sistema de recolha selectiva de materiais para o sistema Multimunicipal do Oeste.

Nas áreas urbanas o valor da capitação é bastante mais elevada do que nas áreas rurais.

Classes (Kg/hab.dia)	Capitações	Concelhos abrangidos			Média total Capitações (Kg/hab.dia)
		Torres Vedras	Óbidos	Peniche	
Rural		0.78	0.79	–	0.8
Periurbana		0.95	1.02	–	1.0
Urbana		1.50	–	0.84	1.2
Média Total					1.0

Quadro 71 – Capitações nos Concelhos Abrangidos

3.7.3.9 – Destino Final dos Resíduos Sólidos Urbanos

O destino final dos RSU resultantes da deposição indiferenciada e da recolha dos resíduos de grande dimensão, em Torres Vedras, é desde Dezembro de 2001 o aterro sanitário do Oeste com gestão da RESIOESTE, situado no Cadaval, em Cabeça Gorda – Malpique.

Até Dezembro de 2001, a deposição dos resíduos sólidos urbanos era efectuada no Vazadouro Municipal (vulgo Lixeira Municipal), sito em Fonte Grada freguesia de São Pedro e Santiago e tem uma área aproximada de 25 ha. As instalações possuíam vedação, portaria com guarda, horário de

funcionamento, para controlo da entrada de resíduos e duas máquinas em permanência para transporte e compactação de terras.

Era efectuada a cobertura diária dos resíduos depositados, para controlar a dispersão dos resíduos leves, a emissão de odores e a proliferação de vectores de transmissão de doenças (tais como, roedores e aves).

Esta infraestrutura foi encerrada no segundo semestre do ano 2001, selada e reabilitada ambientalmente aquando da entrada em funcionamento do Aterro Sanitário do Sistema Multimunicipal do Oeste – Resioeste, entidade gestora dos resíduos produzidos na área da Associação de Municípios do Oeste.

3.7.3.10 – Recolha Selectiva

Desde 2001 que a recolha selectiva de RSU na área do Concelho de Torres Vedras é da responsabilidade da RESIOESTE, em 2001 e 2002 foram colocados 150 Ecopontos constituídos por 3 contentores para deposição de papel/cartão, vidro e embalagens, cada um com 2,5 m³ de capacidade e ainda um receptáculo para pilhas.

O destino final dos RSU resultantes da recolha selectiva, em Torres Vedras, é desde Dezembro de 2001 a estação de triagem da RESIOESTE, situada no Cadaval, em Cabeça Gorda – Malpique. Os resíduos recolhidos selectivamente e triados são depois encaminhados para reciclagem através Sociedade Ponto Verde (SPV).

Recolha Selectiva/Produção							
Ano	Papel/cartão	Vidro	Embalagens plásticas e metálicas (a)	Matéria orgânica	Verdes/ Jardim	Resíduos eléctricos e electrónicos	Pilhas
ton.							
1998							
1999	170	140	-	-	-	-	-
2000	75,5	297,8	-	-	-	-	-
2001	120,5	498,5	-	-	-	-	-
2002	*	*	*				*

* a partir desta data a responsabilidade pela recolha selectiva passou para a empresa multimunicipal RESIOESTE, não tendo a Câmara Municipal de Torres Vedras possibilidade de disponibilizar estes dados.

Quadro 72 – Recolha Selectiva, dados referentes ao período de 1999 a 2001

a) Circuitos de recolha e contentores

Circuito Vidro / concelho

- Recolha de vidro em todo o concelho 160 vidrões de 2,5 m³.

Circuitos Vidro Cidade e Papel Cidade

- Recolha de Vidro e Papel na cidade de Torres Vedras em 15 contentores de grande capacidade semi-enterrados Molok, contentor de vidro 3000 litros e contentor de papel 5000 litros.

Circuitos Papel Escolas e Vidro Escolas

- Recolha de vidro em 23 escolas e papel em 34 escolas do Concelho.

Materia l	Contentores de 360 litros	Contentores de 120 litros	Contentores de 2500 litros
Papel	26	-	8
Vidro	-	18	5

Quadro 73 – Circuitos de recolha e contentores

Circuitos de EcoPontos / concelho

- Recolha de vidro, embalagens, papel/cartão e pilhas em todo o Concelho, 150 ecopontos com contentores de 2,5 m³ para cada material.

b) Critérios e metodologias de separação na origem

Colocação de contentores para deposição colectiva perto das zonas mais densamente povoadas e perto de alguns equipamentos sociais com dimensão significativa, tentando cumprir o rácio de 1 ecoponto por cada 500 habitantes.

Tendo em conta o objectivo estabelecido para o ano de 2005, pela Sociedade Ponto Verde (SPV), de reciclar no mínimo 25% dos resíduos de embalagem em Portugal, a Câmara Municipal de Torres Vedras pretende também enviar para reciclagem, no mínimo, 25% dos resíduos de vidro e de papel no ano de 2005, produzidos no concelho.

De referir que este objectivo foi quase atingido no ano 2000, para o vidro.

Em 1999 e 2000 a Câmara Municipal de Torres Vedras não procedia à recolha de embalagens, pois não tinha condições para efectuar a sua triagem.

No ano de 1999 foram recolhidas cerca de 140 toneladas de vidro e enviadas para reciclagem; no ano 2000 foram recolhidas cerca de 298 toneladas de vidro e subsequentemente enviadas para reciclagem. No que se refere ao papel, foram recolhidas, em 1999, cerca de 170 toneladas e enviadas respectivamente para reciclagem; no ano 2000 foram recolhidas um total de 76 toneladas e enviadas para reciclagem.

3.7.4 – REDE DE TRANSPORTES

3.7.4.1 – Introdução

Qualquer sistema de transportes e comunicações constitui actualmente um factor decisivo para o grau de crescimento e desenvolvimento socio-económico de qualquer cidade.

Mais do que corresponder às necessidades actuais, apresenta uma perspectiva de futuro, constituindo-se como um dos principais vectores de desenvolvimento sustentável, conjugando a mobilidade de pessoas e bens, com a racionalidade dos recursos e a modernização das infraestruturas e meios.

Em Torres Vedras especificamente, estes parâmetros apresentam uma significativa relevância devido à situação geograficamente periférica em que o concelho se encontra no âmbito do território nacional e europeu. Torres Vedras permaneceu marginal, durante várias décadas, ao grande eixo de circulação nacional constituído pela ligação rodoviária e ferroviária que liga Lisboa ao Porto (através da EN 1 e da Linha do Norte), ressaltando deste facto, a extrema necessidade de modificar as condições de acessibilidade do concelho, quer à escala intra-regional, quer à escala nacional e internacional.

3.7.4.2 – O Sistema Rodoviário

Uma das razões pela qual a circulação urbana se tem tornado difícil é o aumento da circulação automóvel que em duas décadas, duplicou de 30% para 60%, aliada aos crescentes problemas de estacionamento urbano.

O crescimento do parque automóvel local e do fluxo de tráfego é resultado da elevação dos padrões de vida da população e da afirmação da cidade de Torres Vedras, enquanto importante pólo de atracção de postos de trabalho e de prestação de serviços para toda a região envolvente.

Também a circulação de viaturas “pesadas de mercadorias” atingiu um elevado grau de crescimento entre o tráfego rodoviário concelhio nos últimos 40 anos, destacando-se especialmente as últimas duas décadas. Facto notável a destacar é o equilíbrio relativo do volume de tráfego deste tipo nas três principais estradas que saem de Torres Vedras em direcção a Mafra, Alenquer, Malveira e Lourinhã. A explicação para este facto, conjugada com outros factores, é a de que a partir de finais da década de 70, Torres Vedras se assumiu como um sub-centro de distribuição grossista, articulando-se simultaneamente com a região de Lisboa e com os concelhos limítrofes, e com a metade Norte da Região Oeste (Caldas da Rainha e Bombarral).

Desta forma, conclui-se que a partir de finais da década de 70, Torres Vedras se assume como um pólo de atracção de emprego e de prestação de serviços, articulando-se preferencialmente com a região de Lisboa mas, acentuando também, a partir de 1985, a sua influência em relação aos concelhos limítrofes e, particularmente, com o interior da sub-região Oeste.

Esta duplicidade – Torres Vedras como ponto de articulação das regiões de Lisboa e do Oeste – constitui a característica mais saliente do sistema de comunicações que o concelho inclui, sendo neste contexto que o impacto das mutações na rede viária do concelho deve ser analisado.

O esqueleto viário, então estabelecido, resultou do Plano Rodoviário Nacional estabelecido pelo Decreto-Lei nº 380/85 de 26 de Setembro. Este plano considerou dois tipos de vias fundamentais: Os Itinerários Principais (IP) e os Itinerários Complementares (IC).

A rede viária portuguesa liga-se, nos termos do Acordo Europeu sobre as Grandes Estradas de Tráfego Internacional (Decreto-Lei nº 46/90 de 26 de Novembro), ao tráfego europeu.

Na parte portuguesa consideram-se seis estradas europeias, destacando-se para a região a estrada E80 (Lisboa, Vila Franca de Xira, Aveiro, Guarda, Burgos) e a E90 (Lisboa, Marateca, Mérida, Madrid, Saragoça, Pau e terminando na Alemanha).

Com base nas informações disponíveis, é possível perspectivar a inserção regional de Torres Vedras no futuro. Torres Vedras, tenderá inicialmente a ser atraída para a esfera económica da AML. O traçado do IC11 (Torres Vedras, Vila Franca, Marateca), como via circular delimitadora de toda a região, apresenta-se como a maior aposta em termos de ligação terrestre do país ao estrangeiro, com a ligação da E90 ao IC11, em Marateca.

Por outro lado, o futuro Aeroporto da OTA (em Alenquer) conduzirá a que o concelho de Torres Vedras venha a deter um outro papel: funcionalmente, caber-lhe-á a articulação entre o Aeroporto e o litoral centro, através do IC1 e do prolongamento da A8, melhorando significativamente a acessibilidade a Lisboa. Esta melhoria trará como consequências, melhores oportunidades de acesso e exportação de produtos para o terminal TIR, em Alverca.

A inserção do concelho na área económica da Grande Lisboa, suportada no traçado da rede viária, terá um maior impacto na procura de residências. Torna-se, por isso, necessário pensar numa estruturação de alternativas de lazer (zonas verdes, áreas desportivas e culturais, etc.) e na criação de serviços de elevada qualidade (quer ao nível da educação, saúde e apoio empresarial).

Também a integração destes novos fluxos populacionais se revela crucial, bem como a selecção e a instalação de indústrias menos poluentes que incorporem novas e mais exigentes tecnologias, contribuindo, desta forma, para a melhoria da qualidade de vida e, conseqüentemente, para a fixação da população e maior procura turística.

No entanto, poderão também existir obstáculos à exploração destas potencialidades, derivados de uma rede ferroviária deficiente e desactualizada e da constante demora na construção do IC11. Tais dificuldades, poderão contudo ser ultrapassadas quer através da melhoria das ligações rodoviárias e ferroviárias, quer através do crescimento na qualidade dos serviços de telecomunicações, que também se pretende mais competitivo e aproximado dos padrões europeus.

3.7.4.3 – O Sistema de Transportes Públicos

Em termos de transporte público rodoviário de passageiros, o concelho de Torres Vedras é servido por duas empresas concessionárias:

A Rodoviária da Estremadura SA, através de três das suas cinco zonas operacionais: Barraqueiro Oeste, Boa Viagem, Mafrense e a Rodoviária do Tejo.

Se, por um lado, a Rodoviária da Estremadura S.A., assegura a globalidade dos transportes dentro do concelho e as ligações a Lisboa e a concelhos limítrofes (Lourinhã, Cadaval, Alenquer, Sobral de Monte Agraço, Arruda dos Vinhos, Vila Franca de Xira, Mafra, Loures), a Rodoviária do Tejo, por outro, serve o concelho por atravessamento, assegurando ligações a concelhos limítrofes (Peniche, Lourinhã, Bombarral, Caldas da Rainha).

No concelho de Torres Vedras a Rodoviária da Estremadura assegura a quase totalidade dos percursos concelhios (mais de 95%) nomeadamente através da zona operacional Barraqueiro Oeste, cuja direcção está sediada na sede de concelho.

O sistema de transportes rodoviários do concelho pode considerar-se praticamente consolidado, cobrindo cerca de 90% do território, e encontra-se estruturado, devido aos movimentos pendulares da população, em três vertentes e tipos de percurso distintos: o percurso intra-concelhio, o percurso urbano e o percurso extra-concelhio ou interurbano (ex.: Torres Vedras – Lisboa).

Os principais utentes dos dois primeiros percursos são os jovens e idosos, que por razões distintas são os maiores utilizadores: os jovens, pelas deslocações para as escolas, e os idosos pelas deslocações para o centro de saúde e hospital, bem como para o mercado e feiras sazonais.

Quanto ao terceiro percurso, para além dos jovens estudantes, destaca-se também a população activa que exerce a sua actividade profissional em Lisboa e que, por necessidade de deslocação até à capital, é um frequente utilizador do transporte público rodoviário nas carreiras directas que foram criadas e adequadas a essas necessidades.

Refira-se, no entanto, que nos últimos anos, principalmente após a construção da A8, encurtando a “distância/tempo” entre Torres Vedras e Lisboa, o número de pessoas a utilizar viatura própria aumentou significativamente. No entanto, o número de pessoas transportadas na linha directa Torres Vedras – Lisboa também teve um aumento significativo e progressivo, apesar de se tratar de um acréscimo mais reduzido.

Contudo, considera-se ainda relevante o aumento progressivo e constante da utilização do transporte público, por razões de lazer, em qualquer dos tipos de percurso acima indicados.

3.7.4.4 – Transporte Rodoviário de Apoio à Rede Escolar

O sistema de transporte público rodoviário que serve a rede escolar é garantido maioritariamente pela Barraqueiro Oeste, com base na rede de transportes regulares de passageiros que lhe está concessionada.

Sendo organizado pelo Sector de Educação da Câmara Municipal, tem sempre em conta a definição das áreas de influência pedagógica de cada escola definidas pelo CAE Oeste, existindo assim, por parte do transportador, a necessidade de adequação da sua rede às exigências de funcionamento e horário dos diversos estabelecimentos de ensino.

No entanto, apresentando o concelho um povoamento bastante disperso, e numa perspectiva de melhor integração e deslocação racional dos alunos, entende-se que as áreas de influência pedagógica das escolas deveriam ser definidas tendo em conta a rede de transportes regulares existentes, por forma a diminuir não só a distância casa/escola e os tempos dispendidos nessas deslocações, mas também os custos das famílias com os transportes e alimentação, bem como os custos inerentes ao transporte subsidiado pela autarquia.

Os percursos realizados pelo transporte escolar utilizam tanto a rede do serviço urbano de transportes de Torres Vedras (com um percurso interior ao perímetro da cidade, que vai desde a Escola de S. Gonçalo até ao Bairro de Boavista - Olheiros, numa distância de cerca de 5,7 km), como num carácter mais concelhio, a rede regular que funciona da cidade para as outras sedes de freguesia ou para outros aglomerados.

Em ambos os casos, tratando-se de transportes regulares é de referir o facto de que para além do transporte de alunos, estes efectuem também o transporte de outros passageiros.

3.7.4.5 – Rede Urbana

A rede urbana é composta actualmente por uma única linha explorada com um trajecto que se desenvolve através de um eixo longitudinal Norte-Sul, entre o bairro de Boavista-Olheiros e a Escola de São Gonçalo, funcionando com dois mini - autocarros que circulam com cadências de meia em meia hora, durante o período compreendido entre as 07.30h e as 20.30h.

Apesar de considerada como bastante eficiente, a rede de transportes públicos urbanos não funciona aos Sábados à tarde e Domingos, uma vez que estando o comércio e os serviços encerrados não existe um número suficiente de passageiros que justifique a rentabilidade mínima do serviço de transporte.

Para além deste percurso, que atravessa a cidade no seu interior, não existe nenhum percurso circular alternativo que possibilite a deslocação quer das carreiras urbanas, quer das intra-concelhias, à volta do perímetro urbano da cidade. No entanto, está previsto o prolongamento do troço rodoviário da Escola de São Gonçalo até ao futuro centro de saúde, bem como uma outra linha transversal à existente, que fará o percurso desde o Bairro Arenas até ao Parque de Exposições (Expotorres).

Desta forma, salienta-se a necessidade da rede urbana ser alargada, tendo em conta as necessidades de mobilidade da população, e não se confinando ao eixo actualmente servido, deverá ser reestruturada por forma a servir pólos como o futuro centro de saúde, as piscinas, os equipamentos desportivos, etc.

Por outro lado, os transportes externos à cidade terão sempre de a penetrar devido não só à localização do terminal mas, fundamentalmente, às necessidades das pessoas que assim o exigem.

De facto, apenas um serviço colectivo que seja adequado às necessidades de mobilidade das pessoas, poderá induzir à menor utilização do transporte individual.

Ainda dentro da rede urbana, e nomeadamente no que respeita às acessibilidades e circulação rodoviária, há que destacar o facto do terminal rodoviário se localizar no núcleo consolidado da cidade, contribuindo desta forma para um maior congestionamento da principal via de atravessamento da cidade que tem de ser utilizada por todos os autocarros de passageiros.

O terminal rodoviário constitui-se assim como um ponto de conflito de tráfego, sendo este facto agravado pela inexistência de um parque de estacionamento com suficiente dimensão que possibilite aos utilizadores das carreiras rodoviárias trazer o seu automóvel até ao terminal e aí estacionar pelo tempo necessário.

Por possuir já um elevado grau de procura nos serviços de transporte de passageiros, o terminal rodoviário chega mesmo a ter, em horas de ponta, movimentos simultâneos de dez a doze viaturas a sair ou a chegar, todos eles com um elevado número de passageiros, coincidindo com as horas de maior tráfego na cidade.

Para além dos problemas de tráfego, a localização do terminal dentro da cidade causa ainda outros inconvenientes, nomeadamente ambientais, como sejam a poluição causada pelos gases de escape e o ruído, bem como dificuldades no estacionamento automóvel.

Por outro lado, há que destacar como de extrema importância a necessária interligação da rede urbana com a intra-concelhia ou mesmo a interurbana, articulando os seus horários, tarifas e percursos, facilitando assim as acessibilidades e mobilidade dos passageiros, com interfaces cuidados, seguros e agradáveis.

3.7.4.6 – Rede Intra-Concelhia

A rede intra-concelhia é caracterizada pelas carreiras que efectuam os diferentes percursos entre a cidade de Torres Vedras e as sedes de freguesia, bem como para outros aglomerados.

Torres Vedras, enquanto sede de concelho, e localidade mais significativa a nível de equipamentos e serviços, aí quase totalmente concentrados, constitui-se como um pólo de atracção não só para a absorção de mão-de-obra como para a prestação de serviços. Os transportes regulares de passageiros demonstram essas vertentes, com o peso significativo de estudantes e de empregados que os utilizam pendularmente para as suas deslocações da área de residência para a das suas actividades diárias.

Esta rede, distribuída quase uniformemente pelo território concelhio, focaliza-se na cidade, que concentra a globalidade dos equipamentos escolares, das actividades extra-escolares e desportivas, tornando-se muito significativa a nível do transporte escolar. Por outro lado, condiciona-se aos horários de funcionamento das actividades escolares e laborais, mantendo um horário de funcionamento quase total entre as 6.30 horas e as 19.30 horas.

3.7.4.7 – Rede Extra-Concelhia ou Interurbana

A rede interurbana é composta pelas carreiras que efectuam percursos entre Torres Vedras e localidades de concelhos limítrofes ou próximos geograficamente, nomeadamente Lisboa, Mafra, Alenquer, Vila Franca de Xira, Cadaval, Lourinhã, Peniche, Bombarral, Caldas da Rainha, Leiria entre outros.

A ligação Torres Vedras - Lisboa, é hoje significativa pelo volume de passageiros que representa. É assegurada pela EN 8 via Malveira e Loures e pela AE 8 através de carreiras directas e pela Rede de Expressos. As carreiras directas transportam diariamente um número significativo de passageiros (estimado aproximadamente numa média de dois milhares), efectuando o trajecto Torres Vedras – Lisboa, num percurso que demora cerca de 40 minutos por viagem (funcionando diariamente no período compreendido entre as 06.30h e as 23.30h).

3.7.5 – INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS

3.7.5.1 – Rede Rodoviária Nacional

A Rede Rodoviária Nacional existente no Concelho é actualmente constituída por um conjunto de 12 vias existentes e de 1 via programada, cuja subdivisão em termos de classificação é apresentada no *Quadro 74*.

N.º Classificação	Designação da Via	Pontos Extremos e Intermédios
IC 1 / A 8	Valença – Guia	Valença - Viana do Castelo - Póvoa de Varzim - Porto - Espinho - Ovar - Aveiro - Figueira da Foz - Caldas da Rainha - Torres Vedras - Lisboa - Marateca - Alcacér do Sal - Grândola - Ourique - Guia
IC 11	Peniche - Marateca	Peniche – Lourinhã - Torres Vedras (IC 1) - Carregado - Pegões - Marateca (IP 1)
EN 8	Loures - IC 2	Loures - Torres Vedras - Caldas da Rainha - Alcobaça - Leira IC 2
EN 8-2	Perna de Pau - Lourinhã	Perna de Pau (IC 1) - Carrasqueira - Lourinhã
EN 8-3	Ramal para a estação do Ramalhal	EN 8 - Estação do Ramalhal
EN 9	Sintra – Alenquer	Sintra (IC 16) - Mafra - Torres Vedras - Alenquer (Entroncamento EN 1)
EN 115	Cadaval – Loures	Cadaval (Entroncamento da EN 361) - Vilar - Merceana - Sobral de Monte Agraço - Bucelas - Santo Antão do Tojal - Loures (Entroncamento da EN 8)
EN 115-2	Vilar – Torres Vedras	Vilar (Entroncamento EN 115) - Maxial - Torres Vedras (Entroncamento EN 9)
ER 247	Lourinhã – Areia	Lourinhã - São Pedro da Cadeira - Ericeira - Carvoeira - Terrugem - Sintra - Colares - Areia (Entroncamento ER 247-6)
EN 248	Runa - Vila Franca de Xira	Runa - Dois Portos - Sobral de Monte Agraço - Arruda dos Vinhos - Vila Franca de Xira
EN 248-1	Ramal para o Apeadeiro da Feliteira	Sobral de Monte Agraço - apeadeiro da Feliteira
EN 361-1	Lourinhã – Vilar	Lourinhã - Outeiro da Cabeça - Vilar (Entroncamento da EN 115)
EN 374	Carvoeira – Loures	Carvoeira - Carmões - Dois Portos - Póvoa da Galega - Cabeço de Montachique - Loures

Quadro 74 – Estradas Nacionais

Da Rede Rodoviária Nacional existente no concelho o mais recente Plano Rodoviário Nacional prevê a desclassificação de 5 das vias actualmente classificadas, sendo estas as constantes do *Quadro 75*.

N.º Classificação	Designação da Via	Pontos Extremos e Intermediários
EN 8-3	Ramal para a estação do Ramalhal	EN 8 - Estação do Ramalhal
EN 115-2	Vilar – Torres Vedras	Vilar (Entroncamento EN 115) - Maxial - Torres Vedras (Entroncamento EN 9)
EN 248	Runa – Vila Franca de Xira	Runa - Dois Portos - Sobral de Monte Agraço - Arruda dos Vinhos - Vila Franca de Xira
EN 248-1	Ramal para o Apeadeiro da Feliteira	Sobral de Monte Agraço - apeadeiro da Feliteira
EN 374	Carvoeira - Loures	Carvoeira - Carmões - Dois Portos - Póvoa da Galega - Cabeço de Montachique – Loures

Quadro 75 – Estradas Nacionais a desclassificar segundo do PRN 2000

Prevê-se assim que com a implementação do definido no Plano Rodoviário Nacional que a Rede Rodoviária Nacional existente no concelho venha a ser constituída por:

- Duas auto-estradas cuja função primordial é a de permitir ligações inter-regionais;
- Um conjunto de estradas nacionais cuja função primordial é a de permitir ligações inter-municipais e cuja configuração permite estabelecer ligações entre as áreas Sul, Este e Norte do concelho e como tal com os concelhos limítrofes de Mafra, Sobral de Monte Agraço, Alenquer, Cadaval, e Lourinhã;

3.7.5.2 – Rede Rodoviária Municipal

A rede rodoviária municipal classificada existente no concelho é actualmente constituída por um conjunto de 88 vias, cuja subdivisão em termos de classificação é apresentada nos *Quadro 76* e *Quadros 77*, Estradas Municipais e Caminhos Municipais, respectivamente.

N.º Classificação	Designação da Via	Pontos Extremos e Intermédios
EM 521-1	Inexistente	Inexistente
EM 535	EN 374 à EN 115	EN 374 - Maceira - Folgorosa - Via Galega - EN 115
EM 553	EN 8 (Torres Vedras) à EM 555	EN 8 (Torres Vedras) - Serra da Vila - EM 555
EM 554	EN 116 (Ericeira) à EM 555	EN 116 (Ericeira) - Fonte Boa dos Nabos - EM 625 (Santo Isidoro) - Alagoa - Picanceira (EN 9) - Freiria - Chãos - EM 555
EM 554-1	Ramal para a EM 551 (Livramento)	EM 554 (Freiria) - Asseiceira - EM 551 (Livramento)
EM 554-2	Inexistente	Inexistente
EM 555	EN 9 (S. Pedro da Cadeira) à EN 8 (proximidade do Turcifal)	EN 9 (S. Pedro da Cadeira) - Mouguelas - Gafanhotos - S. Mamede da Ventosa - EN 8 (proximidade do Turcifal)
EM 555-1	Ramal para a EN 9	EM 555 - Bonabal - Bordinheira - EN 9
EM 555-2	Ramal para a EM 554 (Chãos)	EM 555 (Gafanhotos) - Murteira - EM 554 (Chãos)
EM 555-3	Ramal para Torres Vedras	EM 555 (Ventosa) - Carrasqueira - Pedrulhos - Peicheiros - Varatojo - Torres Vedras
EM 556	EN 9 (Torres Vedras) ao Forte de S. Vicente	EN 9 (Torres Vedras) - Forte de S. Vicente
EM 558	EN 8-3 (Estação de C.F. de Ramalhal) à EN 9 (Arneiro)	EN 8-3 (Estação de C.F. de Ramalhal) - Abrunheira - Ermegeira - EN 115-2 - Zabagueira - Ereira - Vale Benfeito - Quinta do Grilo - EN 9 (Arneiro)
EM 560	EN 8-2 à EN 8 (Ramalhal)	EN 8-2 - Vila Facaia - EN 8 (Ramalhal)
EM 561	EN 8-2 à EM 562 (A-dos-Cunhados)	EN 8-2 - Toledo - Vimeiro - EM 562 (A-dos-Cunhados)
EM 561-1	Ramal para Porto Novo	EM 561 - Termas do Vimeiro - EN 247 (Maceira) - Porto Novo
EM 562	EN 8-2 à EN 247-2 (Praia de Santa Cruz)	EN 8-2 - A dos Cunhados - Sobreiro Curvo - Póvoa de Penafirme - EN 247-2 (Praia de Santa Cruz)
EM 563	EN 247-1 (Reguengo Grande) à EN 8-2 (Casal do Grilo)	EN 247-1 (Reguengo Grande) - Enguias - Senhora da Misericórdia - EN 361 (Moita dos Ferreiros) - Casal do Moinho - EN 361-1 (Ribeira de Palheiros) - Cabeça Gorda - EN 8-2 (Casal do Grilo)
EM 575	EN 115-2 à EN 9	EN 115-2 - Monte Redondo - Lapas Grandes - Quinta da Lapa - Matacães - EN 9
EM 619	EN 8 (Turfifal) à EN 9-2	EN 8 (Turfifal) - Melroeira - Casal das Barbas - S. Sebastião - EN 9-2
EM 619-1	Ramal para a EN 8	EM 619 - Cadriceira - Mugideira - Catefica - EN 8
EM 625	Inexistente	Inexistente
EM 630	Inexistente	Inexistente
EM 631	Inexistente	Inexistente
EM 632	Inexistente	Inexistente
EM 643	Inexistente	Inexistente
EM 649	Inexistente	Inexistente

Quadro 76 – Estradas Municipais

N.º Classificação	Designação da Via	Pontos Extremos e Intermédios
CM 1019	EN 361-1 a Casalinhos	EN 361-1 - Casalinhos
CM 1045	EN 247 a Valongo	EN 247 - Portelas - Valongo
CM 1046	EN 247 à EM 562 (Paradas)	EN 247 - Boavista - EM 562 (Paradas)
CM 1047	EM 562 a Taberninha	EM 562 - Taberninha
CM 1048	EN 8 ao Ameal	EN 8 - Ameal
CM 1049	EN 8 ao cemitério do Ramalhal	EN 8 - cemitério do Ramalhal
CM 1051	EN 115-2 (proximidade do Maxial) à EM 558 (Ereira)	EN 115-2 (proximidade do Maxial) - Portela - Folgorosa - Vila Seca - EM 558 (Ereira)
CM 1051-1	Inexistente	Inexistente
CM 1052	EN 115-2 (Aldeia Grande) ao CM 1051 (Folgorosa)	EN 115-2 (Aldeia Grande) - Sestearia - CM 1051 (Folgorosa)
CM 1053	EN 247 (Secarias) à EN 247	EN 247 (Secarias) - Cerca - Brejenjas - EN 247
CM 1054	CM 1053 (Cerca) ao CM 1055	CM 1053 (Cerca) - Porto - Casal da Maricota - Casal dos Frades - CM 1055
CM 1055	EN 9 à EM 562 (A-dos-Cunhados)	EN 9 - Fonte Grada - Palhagueiras - EM 562 (A-dos-Cunhados)
CM 1056	EN 9 (Ponte do Rol) ao CM 1055 (Fonte Grada)	EN 9 (Ponte do Rol) - Calvo - Galegueiras - CM 1055 (Fonte Grada)
CM 1057	EN 9 (Benfica) a Gondrozeira	EN 9 (Benfica) - Gondrozeira - CM 1055 (Fonte Grada)
CM 1058	EN 9 à EM 555-3 (Varatojo)	EN 9 - EM 555-3 (Varatojo)
CM 1059	EN 9 a Olheiros	EN 9 - Paul - Olheiros
CM 1060	EN 8-2 a Salgueiral	EN 8-2 - Salgueiral
CM 1061	EN 247 (Casalinhos de Alfaiata) a Casas Novas	EN 247 (Casalinhos de Alfaiata) - Casas Novas
CM 1062	EN 9 (Sisandro) à EM 552 (Assenta)	EN 9 (Sisandro) - Azenha Nova - Feiteira - Cambelas - Carrazedes - EM 552 (Assenta)
CM 1062-1	Ramal para Gentias	CM 1062 (Feiteira) - Barrocas - Gentias
CM 1063	EN 9 (S. Pedro da Cadeira) à EN 247	EN 9 (S. Pedro da Cadeira) - Soltaria - EN 247
CM 1063-1	Inexistente	Inexistente
CM 1064	EM 555 à Carregueira	EM 555 - Carregueira
CM 1065	EN 555 a Cova da Moura	EN 555 - Pedra - Cova da Moura
CM 1066	EN 555 (Gafanhotos) à EM 555-1 (Bordinheira)	EN 555 (Gafanhotos) - S. Martinho - EM 555-1 (Bordinheira)
CM 1067	EN 555 à EM 555-2 (Concelhos)	EN 555 - Charnixe - Moutelas - Casal da Arruda - Sarreira - EM 554 (Concelhos)
CM 1067-1	Ramal para Cambaia	CM 1067 (Arruda) - Valinhos - Sendieira - Cambaia
CM 1068	EM 555-2 (Murteira) a Moucharia	EN 555-2 (Murteira) - Moucharia
CM 1069	EN 9 à EM 555-3	EN 9 - Ribeira de Pedrulhos - EM 555-3
CM 1069-1	Inexistente	Inexistente
CM 1070	EN 555 (Estrada) a Cadoiço	EN 555 (Estrada) - Cadoiço
CM 1071	EM 555 (Ulmeiro) a Montengrão	EM 555 (Ulmeiro) - Montengrão
CM 1072	EM 555 a Infesta	EM 555 - Infesta
CM 1073	EN 8 à EM 553 (Serra da Vila)	EN 8 - Barro - Sanatório do Bom Pastor - EM 553 (Serra da Vila)
CM 1074	EM 554 à EM 554-1 (Livramento)	EM 554 - Fernandinho - Paul - Abobreira - EM 554-1 (Livramento)
CM 1074-1	Ramal para o CM 1075	CM 1074 (Fernandinho) - CM 1075
CM 1075	EN 8 (Turcifal) a Colaria	EN 8 (Turcifal) - Colaria
CM 1076	EM 554 (Freiria) ao Cemitério	EM 554 (Freiria) - Cemitério
CM 1079	EN 248 (Runa) ao Penedo	EN 248 (Runa) - Penedo
CM 1080	EN 9 ao CM 2040 (Aldeia da Senhora da Glória)	EN 9 - Aldeia da Senhora da Glória (Panasqueira)
CM 1081	EN 9 à EN 9	EN 9 - Zibreira - Almagra - EN 9
CM 1081-1	Ramal para Outeiro da Zibreira	CM 1081 - Outeiro da Zibreira
CM 1082	EN 9 (Carvoeira) a Serra de S. Julião	EN 9 (Carvoeira) - Serra de S. Julião

CM 1083	EN 9 a Filha Boa	EN 9 - Filha Boa
CM 1084	EN 374 (A-das-Carreiras) a A-da-Rainha	EN 374 (A-das-Carreiras) - A da Rainha
CM 1085	EN 374 (proximidade de Dois Portos) à EM 535 (Folgorosa)	EN 374 (proximidade de Dois Portos) - Murteira - CM 1086 - EM 535 (Folgorosa)
CM 1086	EN 374 à EM 535 (proximidade de Folgorosa)	EN 374 - Calhorda - CM 1085 - EM 535 (proximidade de Folgorosa)
CM 1087	EN 115 a Braçal	EN 115 - Braçal
CM 1088	EM 535 a Alfeiria	EM 535 - Alfeiria
CM 1089	EN 248 (Dois Portos) ao Casal de S. Pedro	EN 248 (Dois Portos) - Casal de S. Pedro
CM 1090	EN 248 à EN 374	EN 248 - Mouguelas - EN 374
CM 1091	EN 248 (Ribaldeira) à EN 248	EN 248 (Ribaldeira) - Caixaria - EN 248
CM 1092	EN 248 (Ribaldeira) à EM 619-1 (Cadriceira)	EN 248 (Ribaldeira) - Furadouro - Feligueiras - EM 619-1 (Cadriceira)
CM 1092-1	Ramal para Portela do Bispo	CM 1092 - Portela do Bispo
CM 1092-2	Ramal para Furadouro	CM 1092 - Furadouro
CM 1093	EN 374 (Feliteira) à EM 532 (Gosundeira)	EN 374 (Feliteira) - Casal da Soalheira - Patameiras - EM 532 (Gosundeira)
CM 1094	EM 575 (Matacães) a Zurregueira	EM 575 (Matacães) - Aldeia de Baixo - Aldeia de Cima - Sevilheira - Zurregueira
CM 1095	EN 247 a Escaravelheira	EN 247 - Escaravelheira
CM 1096	EM 554 (Concelho) a Poços	EM 554 (Concelho) - Poços
CM 1098	EM 561-1 (Porto Novo) à Praia de Santa Rita	EM 561-1 (Porto Novo) - Praia de Santa Rita
CM 1366	Inexistente	Inexistente
CM 1367	Inexistente	Inexistente

Quadro 77 – Caminhos Municipais

A Rede Rodoviária Municipal tem vindo a registar grande crescimento ao longo dos últimos anos, no sentido de satisfazer as necessidades de acesso entre os diversos aglomerados do Município. No entanto, esse crescimento não tem sido acompanhado pela correspondente classificação, situação que tem dado origem a uma dificuldade crescente na gestão da Rede Rodoviária Municipal.

A evolução da Rede Rodoviária Municipal tem sido pautada por frequentes situações de aumento de importância de Caminhos Municipais e Caminhos Vicinais e que, por razões naturais, deveriam corresponder a uma reclassificação das referidas vias, de modo a permitir que a classificação existente correspondesse à característica da via em causa. De igual modo situações em que se verificou a diminuição da importância de Caminhos Municipais e Caminhos Vicinais deveriam dar lugar às correspondentes desclassificações.

Encontramos assim a Rede Rodoviária Municipal, na sua divisão entre Estradas Municipais, Caminhos Municipais e Caminhos Vicinais, descaracterizada e carente de uma reorganização.

O desenvolvimento que se tem verificado de diversos pequenos aglomerados urbanos, aliado ao crescimento disperso destes mesmos aglomerados, com particular incidência da zona litoral do concelho, tem originado uma sobrecarga da rede viária municipal existente e exigido um aumento significativo do seu número de vias.

Nota-se assim que a rede rodoviária municipal é actualmente constituída por um número muito significativo de vias sem classificação, mas que na realidade correspondem a Caminhos Municipais que se aproximam do nível de serviços que caracterizam as Estradas Municipais.

A acrescentar a este facto, verifica-se que numa situação de elevado desenvolvimento urbanístico há uma tendência natural para que os Caminhos Municipais se venham a transformar em Estradas Municipais e subseqüentemente que a distinção entre Estrada e Caminho Municipal se torne limitadora de um desenvolvimento harmonioso da Rede Rodoviária Municipal, uma vez que a ambos estão associadas diferentes tipos de protecção.

3.7.6 – INFRAESTRUTURAS FERROVIÁRIAS

3.7.6.1 – *Linha do Oeste*

O transporte ferroviário do concelho de Torres Vedras é assegurado pela Linha do Oeste, que faz a ligação entre Lisboa e a Figueira da Foz.

Trata-se de uma via simples que, no território concelhio, possui estações nos aglomerados de Dois Portos, Runa, Torres Vedras, Ramalhal e Outeiro da Cabeça. Para além destas, existe um Apeadeiro no aglomerado da Feliteira.

Diariamente, o concelho de Torres Vedras é servido por catorze comboios Regionais e Inter-regionais, que efectuam o percurso entre a Figueira da Foz e Lisboa ou entre as Caldas da Rainha e Lisboa.

De entre os regionais, nove partem das Caldas da Rainha, enquanto os restantes saem da Figueira da Foz. Os Inter-regionais, por sua vez partem da Figueira da Foz.

Não se tratando de um percurso directo entre o destino e a chegada, a mudança de linha é sempre feita, em ambos os sentidos, na estação do Cacém.

Nos comboios regionais, apenas 6 funcionam aos sábados, domingos e feriados oficiais, entre os quais, dois partem da Figueira da Foz.

Ainda nos regionais, alguns efectuam o percurso até à Estação de Entrecampos, enquanto outros vão até à Estação do Rossio, existindo por isso linhas paralelas a saírem ambas do Cacém. Apenas os comboios Inter-regionais realizam o percurso completo até à Estação de Santa Apolónia.

No percurso compreendido entre Torres Vedras e Lisboa, um comboio regional, demora aproximadamente 1.50 h a efectuar o trajecto; Nos Inter-regionais, o tempo de percurso completo entre a Figueira da Foz e Lisboa é de aproximadamente 3.40 h.

A linha do Oeste apresenta um perímetro considerável de composições de carga de transporte de mercadorias, tratando-se maioritariamente de produtos cerâmicos (telhas e tijolos) e rações.

4. PATRIMÓNIO

4.1. Inventário Municipal do Património

4.1.1 – FREGUESIA DE A-DOS-CUNHADOS

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

OUTROS VALORES A PROTEGER

ADC-VP-01	Estação de Ar Livre * – Paleolítico/Epipaleolítico Loc. Norte Casal do Seixo
ADC-VP-08	Estação de Ar Livre - Magdalenense Loc. Rossio do Cabo – Vale de Janelas
ADC-VP-11	Estação de Ar Livre * – Paleolítico/Mesolítico/Magdalenense Loc. Rossio do Cabo – Vale de Janelas
ADC-VP-13	Gruta do Casal da Lapa (Lapa da Rainha 2) – Neo-calcolítico Loc. Sul do Casal da Lapa
ADC-VP-15	Estação de Ar Livre – Mesolítico/Epipaleolítico Loc. Ponta da Vigia – Não identificado
ADC-VP-16	Estação de Ar Livre – Solutrense Loc. Santa Cruz – Não identificado

* Eventos arqueológicos em faixa de POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

ELEMENTOS CLASSIFICADOS

Imóvel de Interesse Público (I.I.P.)

ADC-IIP-01	Ruínas do Convento de Penafirme Loc. Junto à Ribeira do Sorraia
------------	--

OUTROS VALORES A PROTEGER

ADC-VP-02	Moinho da Boavista Loc. Boavista
ADC-VP-03	Moinho da Bombardeira I Loc. Bombardeira

ADC-VP-04	Moinho da Bombardeira II Loc. Bombardeira
ADC-VP-05	Igreja de A-dos-Cunhados Loc. A-dos-Cunhados
ADC-VP-06	Azenha da Pró Memória Loc. A-dos-Cunhados
ADC-VP-07	Moinho do Sobreiro Curvo Loc. Norte do Casal das Portelas
ADC-VP-09	Seminário de Penafirme Loc. Póvoa de Penafirme
ADC-VP-10	Moinho da Póvoa de Penafirme Loc. Póvoa de Penafirme
ADC-VP-12	Moinho do Casal dos Marcos Loc. Casal dos Marcos
ADC-VP-14	Moinho da Esteveira Loc. Norte do Casal do Lobo

4.1.2 – FREGUESIA DE CAMPELOS

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

OUTROS VALORES A PROTEGER

CAM-VP-01	Quinta das Abegoarias Loc. Norte de Campelos
CAM-VP-02	Moinho de Campelos Loc. Campelos
CAM-VP-03	Moinho de Campelos II Loc. Campelos

4.1.3 – FREGUESIA DE CARMÕES

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

OUTROS VALORES A PROTEGER

CRM-VP-01	Igreja da Carrasqueira Loc. Carrasqueira
------------------	--

CRM-VP-02	Igreja da Corujeira Loc. Corujeira
CRM-VP-03	Paços Processionais (#1 a #4) Loc. São Domingos de Carmões
CRM-VP-04	Moinho de Carmões I Loc. São Domingos de Carmões
CRM-VP-05	Moinhos de Carmões II Loc. São Domingos de Carmões
CRM-VP-06	Quinta de Carmões Loc. São Domingos de Carmões
CRM-VP-07	Moinho da Quinta de Santos Lima Loc. São Domingos de Carmões
CRM-VP-08	Igreja de São Domingos de Carmões e Paço Processional Loc. São Domingos de Carmões
CRM-VP-09	Moinhos de Alfeiria Loc. Alfeiria

4.1.4 – FREGUESIA DE CARVOEIRA

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

OUTROS VALORES A PROTEGER

CAR-VP-18	Vila – Romano Loc. Serra de S. Julião – Não identificado
-----------	--

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

OUTROS VALORES A PROTEGER

CAR-VP-01	Moinho do Siassá Loc. Serra de São Julião
CAR-VP-02	Moinho junto à Serra de São Julião Loc. Serra de São Julião
CAR-VP-03	Moinho do Espargal Loc. Norte do Casal da Regueira
CAR-VP-04	Moinho das Terras Loc. Nascente da Serra de São Julião

CAR-VP-05	Moinho do Bocal Loc. Poente da Serra de São Julião
CAR-VP-01	Moinho junto à Serra de São Julião Loc. Serra de São Julião
CAR-VP-06	Moinho do Casalito Loc. Norte do Casal da Regueira
CAR-VP-07	Moinho junto à Aldeia de Nossa Senhora da Glória Loc. A norte de Aldeia Nossa Senhora da Glória
CAR-VP-08	Moinho da Filha Boa Loc. Filha Boa
CAR-VP-09	Moinho da Cotovia Loc. Filha Boa
CAR-VP-10	Igreja de Carvoeira Loc. Carvoeira
CAR-VP-11	Moinho da Carvoeira Loc. Carvoeira
CAR-VP-12	Moinho da Quinta da Beira Loc. Quinta da Beira
CAR-VP-13	Moinho do Alto da Rainha I Loc. A-da-Rainha
CAR-VP-14	Moinho do Alto da Rainha II Loc. A-da-Rainha
CAR-VP-15	Quinta da A-da-Rainha Loc. A-da-Rainha
CAR-VP-16	Quinta na Zibreira Loc. Zibreira/ Almagra
CAR-VP-17	Azenha das Carreiras Loc. Carreiras

4.1.5 – FREGUESIA DE DOIS PORTOS

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

ELEMENTOS CLASSIFICADOS

Imóvel de Interesse Público (I.I.P.)

- DPT-IIP-01 **Ermida de Nossa Senhora da Purificação**
Loc. Sirol
- DPT-IIP-02 **Igreja de São Pedro de Dois Portos**
Loc. Dois Portos

OUTROS VALORES A PROTEGER

- DPT-VP-01 **Quinta do Hespanhol**
Loc. A sul de Carreiras
- DPT-VP-02 **Azenha do Pinhal**
Loc. A Poente de Ribeira de Maria Afonso
- DPT-VP-03 **Forte da Feiteira**
Loc. A Este da Mugideira
- DPT-VP-04 **Moinho de Feiteira**
Loc. A Este da Mugideira
- DPT-VP-05 **Quinta de Além**
Loc. A Oeste da Ribaldeira
- DPT-VP-06 **Moinho do Monte da Maceira**
Loc. A Nascente da Maceira
- DPT-VP-07 **Estação de Caminhos de Ferro**
Loc. Dois Portos
- DPT-VP-08 **Quinta da Ribaldeira**
Loc. Ribaldeira
- DPT-VP-09 **Moinho dos Aires**
Loc. Casal do Monte Novo
- DPT-VP-10 **Moinho da Archeira**
Loc. Serra da Archeira
- DPT-VP-11 **Moinho da Folgorosa**
Loc. A Sul da Folgorosa

DPT-VP-12	Moinho da Ribaldeira Loc. A Norte do Furadouro
DPT-VP-13	Moinho dos Milagres Loc. A Sul do conjunto edificado de Nossa Senhora dos Milagres
DPT-VP-14	Forte da Archeira Loc. Serra da Archeira
DPT-VP-15	Conjunto Edificado de Nossa Senhora dos Milagres Loc. A Norte de Via Galega
DPT-VP-16	Moinho do Sargaçal Loc. A Norte do Furadouro
DPT-VP-17	Bateria da Ribaldeira Loc. Junto à Portela do Bispo
DPT-VP-18	Moinho da Portela do Bispo Loc. A Nascente do Furadouro
DPT-VP-19	Moinho do Monte do Corvo Loc. A Sul de Mouguelas
DPT-VP-20	Quinta do Jardim Loc. Feliteira
DPT-VP-21	Moinho do Machado Loc. Serra do Monte Deixo
DPT-VP-22	Moinho do Picoto Loc. Serra do Monte Deixo
DPT-VP-23	Troço de estrada militar na Serra do Monte Deixo Loc. Serra do Monte Deixo
DPT-VP-24	Moinho do Monte Deixo Loc. Serra do Monte Deixo
DPT-VP-25	Moinho Guerra I Loc. Serra do Monte Deixo
DPT-VP-26	Moinho Guerra II Loc. Serra do Monte Deixo
DPT-VP-27	Moinho da Mariquitas Loc. Serra do Monte Deixo
DPT-VP-28	Moinho do Casal Oliveiral Loc. A Sudeste de Feliteira

DPT-VP-29 **Azenha das Cachoças**
Loc. A Sul da Feliteira

DPT-VP-30 **Moinho do Castro**
Loc. Patameira

4.1.6 – FREGUESIA DE FREIRIA

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

OUTROS VALORES A PROTEGER

FRE-VP-15 **Necrópole – Calcolítico**
Loc. Cabeço da Arruda

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

ELEMENTOS EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

Imóvel em Vias de Classificação (I.V.C.)

FRE-IVC-01 **Igreja de São Lucas**
Loc. Freiria

OUTROS VALORES A PROTEGER

FRE-VP-01 **Moinho da Sarreira**
Loc. A Poente da Sarreira

FRE-VP-02 **Moinho da Cambaia**
Loc. A Poente da Sendieira

FRE-VP-03 **Capela de Santa Luzia e Cruzeiro**
Loc. A Norte de Paúl

FRE-VP-04 **Moinho da Freiria I**
Loc. A Poente de Concelhos

FRE-VP-05 **Moinho da Colaria**
Loc. Colaria

FRE-VP-06 **Moinho da Chapuceira**
Loc. A Sul de Colaria

FRE-VP-07 **Moinho do Romeirão I**
Loc. A Poente da Freiria

FRE-VP-08	Frente de Moradias junto ao Largo da Igreja Loc. Freiria
FRE-VP-09	Moinho do Romeirão II Loc. A Poente da Freiria
FRE-VP-10	Moinho da Freiria II Loc. Freiria
FRE-VP-11	Moinho da Serra da Lomba II Loc. A Nascente da Freiria
FRE-VP-12	Moinho da Asseiceira I Loc. A Norte da Asseiceira
FRE-VP-13	Moinho da Serra da Lomba Loc. Freiria
FRE-VP-14	Moinho da Romã Loc. A Poente do Marco Geodésico da Romã

4.1.7 – FREGUESIA DE MACEIRA

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

ELEMENTOS CLASSIFICADOS

Imóvel de Interesse Público (I.I.P.)

MAC-IIP-01	Duas Grutas situadas junto a Maceira Loc. Maceira
-------------------	---

OUTROS VALORES A PROTEGER

MAC-VP-02	Estação de Ar Livre – Mesolítico/Epipaleolítico Loc. Alto do Seixo
MAC-VP-06	Estação de Ar Livre * – Paleolítico/Epipaleolítico Loc. Porto Novo
MAC-VP-08	Fortim e Estação de Ar Livre * – Paleolítico Loc. Ilhéu do Monte da Santa
MAC-VP-12	Estação de Ar Livre – Paleolítico Loc. Porto Novo

* Eventos arqueológicos em faixa de POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO**OUTROS VALORES A PROTEGER**

MAC-VP-01	Moinho do Alto do Seixo Loc. Casal dos Salgados
MAC-VP-03	Moinho do Cabeço do Forno Loc. Monte Bom
MAC-VP-04	Moinho das Mós Loc. Junto ao Casal das Mós
MAC-VP-05	Moinho da Maceira Loc. Maceira
MAC-VP-07	Moinho do Cabeço da Rainha Loc. Casal do Porto Rio
MAC-VP-09	Moinho do Ventura Loc. Casal Vale de Barreiros
MAC-VP-10	Balneário da Fonte dos Frades Loc. Fonte dos Frades
MAC-VP-11	Moinho de Valongo Loc. A Norte de Valongo

4.1.8 – FREGUESIA DE MATAÇÃES***PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO*****ELEMENTOS CLASSIFICADOS****Imóvel de Interesse Público (I.I.P.)**

MAT-IIP-02	Castro da Fórnea Loc. Mataçães
-------------------	--

OUTROS VALORES A PROTEGER

MAT-VP-07	Inscrição – Romano Loc. Quinta do Juncal
MAT-VP-11	Gruta – Idade do Bronze Loc. Portuqueira II

- MAT-VP-13** Povoado Fortificado – Calcolítico
Loc. Portuqueira
- MAT-VP-14** Necrópole – Calcolítico
Loc. Abrigo da Carrasca – Não identificado
- MAT-VP-15** Gruta – Idade do Bronze
Loc. Portuqueira I – Não identificado

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

ELEMENTOS CLASSIFICADOS

Imóvel de Interesse Público (I.I.P.)

- MAT-IIP-01** Igreja da Nossa Senhora da Oliveira
Loc. Matacães

Valor Concelhio (V.C.)

- MAT-VC-01** Casa da Quinta Nova
Loc. Matacães
- MAT-VC-02** Residência Solarenga da Quinta do Juncal em Matacães
Loc. Matacães

ELEMENTOS EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

Imóvel em Vias de Classificação (I.V.C.)

- MAT-IVC-01** Ermida e Sítio do Senhor Jesus do Calvário
Loc. Monte do Calvário – Matacães

OUTROS VALORES A PROTEGER

- MAT-VP-01** Moinho do Casal da Serra I
Loc. Alto de Matacães
- MAT-VP-02** Moinho do Casal da Serra II
Loc. Alto de Matacães
- MAT-VP-03** Moinho do Monte do Inácio
Loc. Alto de Matacães
- MAT-VP-04** Forte Novo da Ordasqueira
Loc. junto ao Moinho da Ordasqueira
- MAT-VP-05** Moinho da Ordasqueira
Loc. a Nordeste da Ordasqueira

MAT-VP-06	Moinho dos Polomes Loc. Matacães
MAT-VP-08	Quinta da Macheia Loc. Quinta da Macheia
MAT-VP-09	Azenha do Cabaço Loc. Cucos
MAT-VP-10	Azenha da Boiaca Loc. Cucos
MAT-VP-12	Quinta da Portuqueira Loc. Quinta da Portuqueira

4.1.9 – FREGUESIA DE MAXIAL

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

ELEMENTOS CLASSIFICADOS

Monumento Nacional (M.N.)

MAX-MN-01	Gruta Artificial da Época Calcolítica Loc. A Nordeste da Ermegeira
------------------	--

OUTROS VALORES A PROTEGER

MAX-VP-02	Achado Isolado – Indeterminado Loc. Sestaria
MAX-VP-35	Povoado Fortificado – Idade do Bronze Loc. Maxial – Não identificado
MAX-VP-36	Povoado Fortificado – Calcolítico Loc. Cabeço do Jardo – Não identificado

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

OUTROS VALORES A PROTEGER

MAX-VP-01	Azenha do Casal da Azenha Loc. Aldeia Grande
MAX-VP-03	Moinho do Barrol Loc. Nascente da Abrunheira

MAX-VP-04	Moinho da Folgarosa I Loc. a Norte de Folgarosa
MAX-VP-05	Moinho da Folgarosa II Loc. a Norte de Folgarosa
MAX-VP-06	Moinho da Folgarosa III Loc. a Norte de Folgarosa
MAX-VP-07	Moinho da Folgarosa IV Loc. a Norte de Folgarosa
MAX-VP-08	Moinho da Ermegeira Loc. Ermegeira
MAX-VP-09	Quinta Nova e Velha da Ermegeira Loc. Ermegeira
MAX-VP-10	Azenha da Atiana Loc. a Sul de Casais de Santo António
MAX-VP-11	Moinho de Casais de Santo António Loc. a Sul de Casais de Santo António
MAX-VP-12	Moinho de Vila Seca V Loc. Vila Seca
MAX-VP-13	Moinho de Vila Seca III Loc. Vila Seca
MAX-VP-14	Moinho de Vila Seca IV Loc. Vila Seca
MAX-VP-15	Moinho de Vila Seca I Loc. Vila Seca
MAX-VP-16	Moinho de Vila Seca II Loc. Vila Seca
MAX-VP-17	Moinho de Vila Seca VI Loc. Vila Seca

MAX-VP-18	Ermida de São Mateus Loc. Loubagueira
MAX-VP-19	Ermida de Santa Luzia Loc. Vila Seca
MAX-VP-20	Moinho da Serra Alta I Loc. Serra Alta
MAX-VP-21	Moinho da Serra Alta II Loc. Serra Alta
MAX-VP-22	Moinho da Serra Alta III Loc. Serra Alta
MAX-VP-23	Moinho da Serra Alta IV Loc. Serra Alta
MAX-VP-24	Moinho da Serra Alta V Loc. Serra Alta
MAX-VP-25	Moinho da Ereira I Loc. Ereira
MAX-VP-26	Moinho da Ereira II Loc. Ereira
MAX-VP-27	Moinho da Ereira III Loc. Ereira
MAX-VP-28	Moinho da Ereira IV Loc. Ereira
MAX-VP-29	Moinho da Ereira V Loc. Ereira
MAX-VP-30	Moinho da Ereira VI Loc. Ereira
MAX-VP-31	Moinho da Ereira VII Loc. Ereira

- MAX-VP-32** **Moinho da Ereira VIII**
Loc. Ereira
- MAX-VP-33** **Moinho da Ereira IX**
Loc. Ereira
- MAX-VP-34** **Moinho da Ereira X**
Loc. Ereira

4.1.10 – FREGUESIA DE MONTE REDONDO

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

ELEMENTOS CLASSIFICADOS

Imóvel de Interesse Público (I.I.P.)

- MTR-IIP-01** **Quinta das Lapas (inclui a casa, cerca, praça frente à capela, alameda e Capela de Santo António)**
Loc. Lapas Grandes

OUTROS VALORES A PROTEGER

- MTR-VP-01** **Igreja Matriz**
Loc. Monte Redondo
- MTR-VP-02** **Moinho da Cabeça de Pedra**
Loc. A poente do Marco Geodésico da Achada

4.1.11 – FREGUESIA DE OUTEIRO DA CABEÇA

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

OUTROS VALORES A PROTEGER

- OTC-VP-02** **Povoado – Idade do Ferro**
Loc. Casal das Passadeiras – Não identificado
- OTC-VP-03** **Achado Isolado – Neo-calcolítico**
Loc. Outeiro da Cabeça – Não identificado

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO**OUTROS VALORES A PROTEGER**

- OTC-VP-01** **Túnel Ferroviário**
Loc. Outeiro da Cabeça
- OTC-VP-02** **Edifício da Estação de Caminhos-de-ferro do Outeiro**
Loc. Outeiro da Cabeça

4.1.12 – FREGUESIA DE PONTE DO ROL***PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO*****OUTROS VALORES A PROTEGER**

- PTR-VP-06** **Estação de Ar Livre – Mesolítico/Epipaleolítico**
Loc. Casal do Soito

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO**ELEMENTOS EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO****Imóvel em Vias de Classificação (I.V.C.)**

- PTR-IVC-01** **Moinho da Gondruzeira I**
Loc. Gondruzeira

OUTROS VALORES A PROTEGER

- PTR-VP-01** **Moinho do Calvo I**
Loc. Ponte do Rol
- PTR-VP-02** **Moinho do Calvo II**
Loc. Ponte do Rol
- PTR-VP-03** **Moinho de Fonte Grada**
Loc. Sul de Fonte Grada
- PTR-VP-04** **Moinho do Casal da Galegueira**
Loc. Casal da Galegueira
- PTR-VP-05** **Moinho das Rosas**
Loc. Casal da Galegueira

PTR-VP-07	Moinho da Gondruzeira II Loc. Gondruzeira
PTR-VP-08	Reduto do Grilo (Forte do Grilo) Loc. a sul de Ponte do Rol
PTR-VP-09	Bateria da Ponte de Rol 2 Loc. a sul de Ponte do Rol
PTR-VP-10	Bateria da Ponte do Rol 1 Loc. a sul de Ponte do Rol
PTR-VP-11	Bateria do Pombal Loc. Casal do Pombal

4.1.13 – FREGUESIA DE RAMALHAL

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

OUTROS VALORES A PROTEGER

RAM-VP-05	Vestígios Diversos – Indeterminado Pré-Histórico Loc. Alto do Areeiro 1
RAM-VP-06	Achado Isolado – Indeterminado Pré-Histórico Loc. Alto do Areeiro 2
RAM-VP-16	Tesouro – Romano Loc. Ferrarias – Não identificado

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

OUTROS VALORES A PROTEGER

RAM-VP-01	Moinho de Vila Facaia Loc. Vila Facaia
RAM-VP-02	Quinta da Bogalheira Loc. Bogalheira
RAM-VP-03	Quinta do Pisão Loc. Ramalhal
RAM-VP-04	Igreja do Espírito Santo Loc. Vila Facaia

RAM-VP-07	Azenha do Paço I Loc. a Poente de Ramalhal
RAM-VP-08	Quinta de Paio Correia Loc. Quinta de Paio Correia
RAM-VP-09	Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Ajuda Loc. Ramalhal
RAM-VP-10	Azenha do Paço II Loc. Nascente de Ameal
RAM-VP-11	Estação de Caminhos de Ferro Loc. Abrunheira
RAM-VP-12	Igreja de Santo António Loc. Ameal
RAM-VP-13	Capela do Mártir São Sebastião Loc. Abrunheira
RAM-VP-14	Moinho do Cabeço da Alagoa Loc. Poente de Ameal
RAM-VP-15	Quinta do Vale do Pato (Cortiço) Loc. Ameal

4.1.14 – FREGUESIA DE RUNA

PATRIMÓNIO NATURAL

ELEMENTOS CLASSIFICADOS

RUN-AIP-01	Árvore de Interesse Público Nacional – Cedro do Buçaco Loc. Jardim do Edifício onde está instalado o Asilo dos Inválidos Militares
------------	--

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

OUTROS VALORES A PROTEGER

RUN-VP-05	Povoado Fortificado – Calcolítico Loc. Penedo
RUN-VP-12	Vila – Romana Loc. Aldeia do Penedo – Não identificado

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO**ELEMENTOS CLASSIFICADOS****Imóvel de Interesse Público (I.I.P.)**

RUN-IIP-01 **Edifício onde está instalado o Asilo dos Inválidos Militares**
Loc. Runa

OUTROS VALORES A PROTEGER

RUN-VP-01 **Estação de Caminhos-de-ferro**
Loc. Runa

RUN-VP-02 **Moinho da Carrasqueira**
Loc. a Norte de Penedo

RUN-VP-03 **Moinho da Mascote**
Loc. a Nordeste do Penedo

RUN-VP-04 **Quinta da Pederneira**
Loc. Penedo

RUN-VP-06 **Quinta da Casa Boa**
Loc. Penedo

RUN-VP-07 **Moinho do Penedo**
Loc. Penedo

RUN-VP-08 **Quinta da Granja**
Loc. a Sul de Penedo

RUN-VP-09 **Quinta de Cascavelos**
Loc. a Sudeste de Runa

RUN-VP-10 **Moinho da Caixaria I**
Loc. Norte de Caixaria

RUN-VP-11 **Moinho da Caixaria II**
Loc. Norte de Caixaria

4.1.15 – FREGUESIA DE SANTA MARIA

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

ELEMENTOS CLASSIFICADOS

Monumento Nacionais (M.N.)

STM-MN-02 Monumento Pré-Histórico no Casal do Zambujal – Castro do Zambujal
Loc. Casal do Zambujal – Ribeira de Pedrulhos

ELEMENTOS EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

Imóvel em Vias de Classificação (I.V.C.)

STM-IVC-02 Monumento Pré-Histórico no Casal do Zambujal – Castro do Zambujal –
Proposta de ampliação da área classificada.
Loc. Casal do Zambujal – Ribeira de Pedrulhos

OUTROS VALORES A PROTEGER

STM-VP-05 Paço – Moderno Contemporâneo
Loc. Paço do Patim – cidade de Torres Vedras

STM-VP-06 Poço – Moderno
Loc. Praça Machado dos Santos

STM-VP-24 Gruta artificial – Calcolítico
Loc. Bolores – Não identificado

STM-VP-25 Monumento Megalítico – Calcolítico
Loc. Serra da Vila – Não identificado

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

ELEMENTOS CLASSIFICADOS

Monumento Nacional (M.N.)

STM-MN-01 Trechos Românicos da Igreja de Santa Maria do Castelo
Loc. Cidade de Torres Vedras

Imóvel de Interesse Público (I.I.P.)

STM-IIP-01 Castelo de Torres Vedras
Loc. Cidade de Torres Vedras

ELEMENTOS EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO**Imóvel em Vias de Classificação (I.V.C.)**

STM-IVC-01 Igreja de Santiago
Loc. Torres Vedras

OUTROS VALORES A PROTEGER

STM-VP-01 Moinho do Sarge
Loc. Sarge

STM-VP-02 Reduto Forte da Forca
Loc. Cidade de Torres Vedras

STM-VP-04 Forte da Ordasqueira e Moinho José Avelino
Loc. Sul de Sarge

STM-VP-07 Igreja da Misericórdia
Loc. Cidade de Torres Vedras

STM-VP-08 Bateria dos Palheiros (Forte dos Palheiros)
Loc. Casais dos Palheiros

STM-VP-09 Moinho da Ribeira de Pedrulhos
Loc. Ribeira de Pedrulhos

STM-VP-10 Bateria dos Pedrulhos (Forte do Pelicano)
Loc. Ribeira de Pedrulhos

STM-VP-11 Moinho da Parafuja II
Loc. Noroeste de Casal do Repelão

STM-VP-12 Moinho da Parafuja I
Loc. Poente de Casal do Repelão

STM-VP-13 Capela e Cruzeiro da Senhora da Pena
Loc. Serra da Vila

STM-VP-14 Troço da Estrada Militar da Serra da Vila
Loc. Serra da Vila

STM-VP-15 Moinho do Alto do Covão
Loc. Cidade de Torres Vedras

STM-VP-16 Capela e Cruzeiro da Nossa Senhora da Nazaré
Loc. Orjariça

STM-VP-17	Moinho da Serra da Vila II Loc. Serra da Vila
STM-VP-18	Moinho da Orjariça Loc. Norte de Orjariça
STM-VP-19	Moinho da Ponta da Serra Loc. a Sul de Serra da Vila
STM-VP-20	Pombal da Quinta do Calvel Loc. Catefica
STM-VP-21	Forte de Catefica Loc. Catefica
STM-VP-22	Troço de Estrada Militar junto ao Forte de Catefica Loc. Catefica
STM-VP-23	Quinta do Calvel Loc. Carvalhal – Mugideira

4.1.16 – FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA CADEIRA

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

OUTROS VALORES A PROTEGER

SPC-VP-03	Estação de Ar Livre – Magdalenense Antigo Loc. Cerrado Novo
SPC-VP-04	Estação de Ar Livre – Magdalenense/ Calcolítico/ Neolítico Antigo Loc. Vale da Mata
SPC-VP-05	Concheiro – Mesolítico Loc. Cabeço do Curral Velho
SPC-VP-13	Estação de Ar Livre – Solutrense/Magdalenense Loc. Baio – Cambelas
SPC-VP-16	Estação de Ar Livre * – Neolítico/Calcolítico Loc. a Norte de Cambelas
SPC-VP-17	Estação de Ar Livre * – Paleolítico Superior Loc. A norte de Cambelas

SPC-VP-22	Concheiro – Mesolítico Loc. Pinhal da Fonte
SPC-VP-25	Estação de Ar Livre – Solutrense Médio Superior Loc. Vale Almoinha
SPC-VP-26	Estação de Ar Livre – Proto-solutrense Loc. Cova da Moira
SPC-VP-40	Estação de Ar Livre – Paleolítico Loc. Escaravilheira – Não identificado
SPC-VP-41	Estação de Ar Livre – Paleolítico Superior Loc. Cambelas – Não identificado

* - Eventos arqueológicos em faixa de POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

OUTROS VALORES A PROTEGER

SPC-VP-01	Forte das Gentias * Loc. Foz do Sizandro – Gentias
SPC-VP-02	Bateria da Foz Loc. Foz do Sizandro
SPC-VP-06	Forte e Moinho do Paço * Loc. Bececarias
SPC-VP-07	Forte de Bececarias * Loc. a Norte de Bececarias
SPC-VP-08	Moinho de Barrocas I Loc. Poente de Barrocas
SPC-VP-09	Moinho de Bececarias Loc. Bececarias
SPC-VP-10	Moinho de Barrocas II Loc. Poente de Barrocas
SPC-VP-11	Moinho do Galeto Loc. Coutada
SPC-VP-12	Moinho do Casal do Ulmeiro Loc. Casal do Ulmeiro

- SPC-VP-14 Moinho do Casal da Camila**
Loc. Poente de Azenha Velha
- SPC-VP-15 Igreja da Nossa Senhora da Conceição - Camila**
Loc. a Oeste da Azenha Velha
- SPC-VP-18 Reduto da Alquiteira (Forte da Alquiteira)**
Loc. a Norte da Pedra Pequena – Junto ao Casal da Alquiteira
- SPC-VP-19 Forte de Belmonte**
Loc. a Este de Casal Pinheiro
- SPC-VP-20 Conjunto Edificado de Carvalhais**
Loc. Carvalhais
- SPC-VP-21 Bateria do Mogo (Forte do Mogo)**
Loc. a Este de Casal da Pedra Pequena
- SPC-VP-23 Capela de Nossa Senhora das Candeias**
Loc. a Sul de Coutada
- SPC-VP-24 Moinho das Figueiras**
Loc. a Norte de Portela de Belmonte
- SPC-VP-27 Moinho de Cambelas**
Loc. Cambelas
- SPC-VP-28 Vivenda – Prémio Municipal de Arquitectura 1995**
Loc. Cambelas
- SPC-VP-29 Reduto do Forte do Formigal (Forte do Formigal)**
Loc. Casal Formigal
- SPC-VP-30 Bateria do Bonabal (Forte do Bonabal)**
Loc. Bonabal
- SPC-VP-31 Moinho do Casal do Formigal (Cátedra)**
Loc. Casal do Formigal
- SPC-VP-32 Capela da Nossa Senhora da Cátedra**
Loc. São Pedro da Cadeira
- SPC-VP-33 Igreja de São Pedro da Cadeira**
Loc. São Pedro da Cadeira
- SPC-VP-34 Moinho de Soltaria I**
Loc. Soltaria

SPC-VP-35	Moinho de Soltaria II Loc. Soltaria
SPC-VP-36	Bateria de Mouguelas (Forte de Mouguelas) Loc. Mouguelas
SPC-VP-37	Moinho de Soltaria III Loc. Soltaria
SPC-VP-38	Moinho de Mouguelas Loc. Mouguelas
SPC-VP-39	Moinho de Casal dos Caiados Loc. Soltaria
SPC-VP-40	Quinta da Granja Nova Loc. Granja Nova

* - Eventos arquitectónicos em faixa de POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira

4.1.17 – FREGUESIA DE SÃO PEDRO E SANTIAGO

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

ELEMENTOS CLASSIFICADOS

Monumento Nacionais (M.N.)

SPS-MN-06	Monumento Funerário Eneolítico do Barro Loc. Barro
-----------	--

OUTROS VALORES A PROTEGER

SPS-VP-03	Inscrição – Medieval Cristão Loc. Igreja Paroquial de Paúl
SPS-VP-05	Vila Romana Loc. Quinta de São Gião
SPS-VP-06	Muralha da Idade Média (Séc. XVI – XX) Loc. Rua da Corredoura – Torres Vedras
SPS-VP-12	Achado Isolado – Romano Loc. Louriceira

- SPS-VP-29** **Achado Isolado – Romano**
 Loc. Capela de S. João Baptista - Cemitério de S. João – cidade de Torres Vedras
- SPS-VP-34** **Tholos – Neo-calcolítico**
 Loc. Cabeço do Charrinho – Não identificado
- SPS-VP-35** **Gruta – Neolítico – Calcolítico / Idade do Bronze**
 Loc. Cova da Moura – Não identificado

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

ELEMENTOS CLASSIFICADOS

Monumento Nacional (M.N.)

- SPS-MN-01** **Ermida de Nossa Senhora do Ameal ***
 Loc. Cidade de Torres Vedras

* A Ermida de Nossa Senhora do Ameal encontra-se abrangida pela Zona Especial de Protecção (ZEP) que inclui a Capela e o Forte de São Vicente, estabelecida pela Portaria n.º 715/77 de 19 de Novembro.

- SPS-MN-02** **Chafariz dos Canos**
 Loc. Cidade de Torres Vedras

- SPS-MN-03** **Igreja de São Pedro**
 Loc. Cidade de Torres Vedras

- SPS-MN-04** **Aqueduto de Torres Vedras**
 Loc. Cidade de Torres Vedras (prolongando-se até Matacães)

- SPS-MN-05** **Mosteiro do Varatojo ou de Santo António**
 Loc. Varatojo

IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO (I.I.P.)

- SPS-IIP-01** **Capela e Forte de São Vicente ***
 Loc. Cidade de Torres Vedras

* O Forte de São Vicente encontra-se também abrangido por uma Zona Especial de Protecção (ZEP), estabelecida pela Portaria n.º 715/77 de 19 de Novembro.

- SPS-IIP-02** **Igreja e Convento da Graça**
 Loc. Cidade de Torres Vedras

ELEMENTOS EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO**Imóvel em Vias de Classificação (I.V.C.)**

- SPS-IVC-01** **Reduto dos Olheiros (Forte dos Olheiros)**
Loc. Cidade de Torres Vedras – Olheiros
- SPS-IVC-02** **Capela do Sanatório (Antigo Convento do Barro)**
Loc. Barro

OUTROS VALORES A PROTEGER

- SPS-VP-01** **Capela da Nossa Senhora da Nazaré**
Loc. Fonte Grada
- SPS-VP-02** **Moinho do Outeiro do Paúl**
Loc. Noroeste de Paúl
- SPS-VP-03** **Moinho do Paúl I**
Loc. Paúl
- SPS-VP-04** **Moinho do Paúl II**
Loc. Paúl
- SPS-VP-07** **Edifício dos Paços do Concelho**
Loc. Cidade de Torres Vedras
- SPS-VP-08** **Edifício da Estação de Caminhos de Ferro**
Loc. Cidade de Torres Vedras
- SPS-VP-09** **Edifício do Teatro-Cine Ferreira da Silva**
Loc. Avenida Tenente Valadim – Cidade de Torres Vedras
- SPS-VP-10** **Edifício da Ex-Creche do Povo**
Loc. Avenida Tenente Valadim – Cidade de Torres Vedras
- SPS-VP-11** **Forte de São João**
Loc. Cemitério de São João – cidade de Torres Vedras
- SPS-VP-13** **Obelisco – Comemorativo da Guerra Peninsular (Monumento Evocativo)**
Loc. Praça 25 de Abril (Jardim da Graça) – Cidade de Torres Vedras
- SPS-VP-14** **Vivenda na Avenida Henriques Nogueira (C.A.J.)**
Loc. Cidade de Torres Vedras
- SPS-VP-15** **Termas dos Cucos**
Loc. Cucos

SPS-VP-16	Moinho do Varatojo I Loc. Varatojo
SPS-VP-17	Moinho do Varatojo II Loc. Varatojo
SPS-VP-18	Moinho do Varatojo III Loc. Varatojo
SPS-VP-19	Bateria da Cruz (Forte da Cruz) Loc. Casais do Forte da Cruz
SPS-VP-20	Moinho do Varatojo IV Loc. Varatojo
SPS-VP-21	Moinho do Casal da Cruz Loc. Casal da Cruz
SPS-VP-22	Moinho do Casal do Aleixo Loc. Casal do Aleixo
SPS-VP-23	Moinho da Boiaca Loc. Serra das Marvãs
SPS-VP-24	Moinho da Serra das Marvãs Loc. Serra das Marvãs
SPS-VP-25	Moinho dos Arneiros Loc. Arneiros
SPS-VP-26	Moinho do Gaio Loc. Quinta das Marvãs
SPS-VP-27	Moinho da Louriceira I Loc. Nascente de Louriceira
SPS-VP-28	Moinho da Louriceira II Loc. Nascente de Louriceira
SPS-VP-30	Moinho de Montanais Loc. Nascente de Orjariça
SPS-VP-31	Moinho do Figueiredo Loc. Figueiredo
SPS-VP-32	Capela de Figueiredo Loc. Figueiredo

SPS-VP-33 Quinta da Chambona
Loc. a Sul de Runa

4.1.18 – FREGUESIA DE SILVEIRA

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

OUTROS VALORES A PROTEGER

SIL-VP-03	Ermida, Sepultura de Santa Helena * - Moderna/Romana Loc. Santa Cruz
SIL-VP-04	Estação de Ar Livre - Paleolítico Loc. Charco
SIL-VP-15	Estação de Ar Livre * - Paleolítico/Neolítico Loc. Foz do Sizandro
SIL-VP-17	Estação de Ar Livre Loc. Casalinhos de Alfaiata
SIL-VP-21	Estação de Ar Livre – Mesolítico/Epipaleolítico Loc. Casal da Amoreira – Não identificado
SIL-VP-22	Estação de Ar Livre - Paleolítico Loc. Água do Seixo – Não identificado
SIL-VP-23	Estação de Ar Livre – Mesolítico/Epipaleolítico Loc. Porto Escada – Não identificado

* - Eventos arqueológicos em faixa de POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

ELEMENTOS CLASSIFICADOS

Imóvel de Interesse Público (I.I.P.)

SIL-IIP-01 Azenha de Santa Cruz
Loc. Santa Cruz

OUTROS VALORES A PROTEGER

SIL-VP-01 Capela de Santa Helena
Loc. Santa Cruz

SIL-VP-02	Igreja de Santa Cruz Loc. Santa Cruz
SIL-VP-05	Cruzeiro Loc. Santa Cruz
SIL-VP-06	Construções Loc. Alto da Vela
SIL-VP-07	Moinho da Boavista Loc. Boavista
SIL-VP-08	Moinho do Casal Cochim IV Loc. Casal Cochim
SIL-VP-09	Igreja da Silveira Loc. Silveira
SIL-VP-10	Moinho do Casal Cochim V Loc. Casal Cochim
SIL-VP-11	Moinho do Casal Cochim I Loc. Casal Cochim
SIL-VP-12	Moinho do Casal Cochim II Loc. Casal Cochim
SIL-VP-13	Moinho de Caixeiros Loc. Caixeiros
SIL-VP-14	Moinho do Casal Cochim IV Loc. Casal Cochim
SIL-VP-16	Moinho da Casa Branca Loc. Casal da Casa Branca
SIL-VP-18	Moinho de Casalinhos de Alfaiata Loc. Casalinhos de Alfaiata
SIL-VP-19	Moinho do Sequeira Loc. Casal da Sequeira
SIL-VP-20	Ermida de Valverde Loc. Casal Valverde

4.1.19 – FREGUESIA DE TURCIFAL***PATRIMÓNIO NATURAL*****OUTROS VALORES A PROTEGER**

TUR-VP-18 **Tronco Fóssil da Cadriceira**
 Loc. Cadriceira

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO**OUTROS VALORES A PROTEGER**

TUR-VP-11 **Via Medieval**
 Loc. Quinta da Ribeira/Quinta da Bica

TUR-VP-23 **Achado Isolado - Romano**
 Loc. Turcifal – Não identificado

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO**ELEMENTOS CLASSIFICADOS****Imóvel de Interesse Público (I.I.P.)**

TUR-IIP-01 **Igreja de Santa Maria Madalena**
 Loc. Turcifal

TUR-IIP-02 **Povoado da Serra do Socorro e Capela de Nossa Senhora do Socorro**
 Loc. Serra do Socorro

ELEMENTOS EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO**Imóvel em Vias de Classificação (I.V.C.)**

TUR-IVC-01 **Capela do Espírito Santo**
 Loc. Turcifal

OUTROS VALORES A PROTEGER

TUR-VP-01 **Quinta do Infesto**
 Loc. a Noroeste da Freguesia

TUR-VP-02 **Moinho do Almalhoa**
 Loc. junto ao Casal e Moinho da Almalhoa - Catefica

TUR-VP-03 **Quinta da Viscondessa**
 Loc. Carvalhal

TUR-VP-04	Quinta da Capa Rosa Loc. Turcifal
TUR-VP-05	Moinho do Relvas Loc. Poente de Mugideira
TUR-VP-06	Moinho do Turcifal I Loc. Turcifal
TUR-VP-07	Moinho do Turcifal II Loc. Turcifal
TUR-VP-08	Moinho do Turcifal III Loc. Turcifal
TUR-VP-09	Quinta do Arco Loc. Turcifal
TUR-VP-10	Quinta do Manjapão Loc. Nordeste de Melroeira
TUR-VP-12	Moinho do Casal Mil Homens Loc. Nascente de Melroeira
TUR-VP-13	Quinta de Santo António Loc. Melroeira
TUR-VP-14	Moinho da Melroeira Loc. Melroeira
TUR-VP-15	Quinta de Santo António Loc. Cadriceira
TUR-VP-16	Moinho do Traquinas Loc. Nascente de Freixofeira
TUR-VP-17	Quinta da Chapuceira Loc. a Oeste de Freixofeira
TUR-VP-19	Pombal Loc. Sul do Casal do Outiço
TUR-VP-20	Moinho do Godel Loc. Sul Melroeira
TUR-VP-21	Posto de Sinalização da Serra do Socorro Loc. Serra do Socorro

TUR-VP-22 Moinho do Monte do Rosmaninho I
Loc. Casal de Barbas

4.1.20 – FREGUESIA DE VENTOSA

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

OUTROS VALORES A PROTEGER

VEN-VP-30 Tholos – Calcolítico
Loc. Serra das Mutelas – Não identificado

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

OUTROS VALORES A PROTEGER

- VEN-VP-01 Bateria e Moinho do Outeiro do Monte**
Loc. Casal do Poço
- VEN-VP-02 Bateria do Outeiro da França (Forte do Outeiro da França)**
Loc. Casal da Serra do Marco
- VEN-VP-03 Moinho do Casal do Constantino I**
Loc. Bordinheira
- VEN-VP-04 Moinho do Casal do Constantino II**
Loc. Bordinheira
- VEN-VP-05 Bateria da Bordinheira**
Loc. Bordinheira – Casal do Constantino
- VEN-VP-06 Bateria do Outeiro da Prata (Forte do Outeiro da Prata)**
Loc. a Noroeste de Figueiras
- VEN-VP-07 Bateria da Milharosa (Forte da Milharosa)**
Loc. a Sul da Ribeira de Pedrulhos
- VEN-VP-08 Troço de Estrada Militar junto ao Forte da Milharosa**
Loc. Milharosa
- VEN-VP-09 Bateria da Carrasqueira (Forte do Cabrito)**
Loc. Carrasqueira – a Oeste de Bordinheira
- VEN-VP-10 Troço de Estrada Militar junto à Bateria da Carrasqueira**
Loc. Carrasqueira

- VEN-VP-11** **Moinho do Bonabal I**
Loc. Bonabal
- VEN-VP-12** **Moinho do Bonabal II**
Loc. Bonabal
- VEN-VP-13** **Moinho do Bonabal III**
Loc. Bonabal
- VEN-VP-14** **Moinho do Pinheiro Manso**
Loc. a Norte do Casal de Charnais
- VEN-VP-15** **Moinho da Ventosa**
Loc. Moçafaneira
- VEN-VP-16** **Moinho da Ouressa**
Loc. Casal da Ouressa
- VEN-VP-17** **Bateria da Galpeira (Forte da Galpeira)**
Loc. a Norte de Carregueira
- VEN-VP-18** **Igreja de São Mamede da Ventosa**
Loc. São Mamede
- VEN-VP-19** **Quinta da Rocheira**
Loc. a Norte do Casal das Carreiras
- VEN-VP-20** **Moinho da Galpeira**
Loc. Galpeira
- VEN-VP-21** **Moinho da Bogalheira**
Loc. Bogalheira
- VEN-VP-22** **Moinho do Cadoiço**
Loc. Poente de Cadoiço
- VEN-VP-23** **Moinho do Loural I**
Loc. Casal do Loural
- VEN-VP-24** **Moinho do Loural II**
Loc. Casal do Loural
- VEN-VP-25** **Quinta de Vale Galegos**
Loc. a Norte de Fernandinho

- VEN-VP-26** **Moinho de Galegos I**
Loc. Norte da Mucharreira
- VEN-VP-27** **Moinho do Mato Grande**
Loc. Casal do Mato Grande
- VEN-VP-28** **Moinho de Galegos II**
Loc. Norte da Mucharreira
- VEN-VP-29** **Moinho de Fernandinho**
Loc. Norte de Fernandinho
- VEN-VP-30** **Moinho da Moutela**
Loc. Sudeste Moutelas

5. PLANO DIRECTOR MUNICIPAL EM VIGOR

5.1 – Historial

O PDM de Torres Vedras em vigor, teve início em 7 de Maio de 1985, com a aprovação, em reunião do Executivo, do respectivo programa preliminar.

Os trabalhos tiveram início em Abril de 1990, com o programa base e projecto plano, tendo o primeiro sido concretizado em 1991.

O PDMTV foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 159/95, publicada no Diário da República n.º 277/95, 1ª Série B, de 30 de Novembro.

5.2 – Equipa Técnica

5.2.1 – EQUIPA EXTERNA

Projectoplane, consultores económicos S. A

Coordenador:	Luis Vassalo Rosa, Arquitecto e Urbanista
Coordenação entre consultores:	Dr. António Barreiro Dr. Carlos Martins
Economia Regional:	Dr. Mendes Batista
Geografia Humana e Urbana:	Dr.ª Deolinda Correia
Área Ambiental:	Elvira Roberto, Arqt.ª Paisagista
Planeamento de Transportes:	Eng.º Coelho
Infraestruturas de Saneamento Básico:	Eng.ª Fernanda Félix
Área de Turismo:	Rente Fernandes
Zonagem Agro-Ecológica:	Castanheira Dinis, Eng.º Agrónomo

5.2.2 – COLABORADORES INTERNOS – CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS

Gabinete de Desenvolvimento – PDM:

João Bastos,	Arquitecto Coordenador
José Manuel Lopes,	Arquitecto
Filomena Raposo,	Engenheira Civil
Carlos Ferreira,	Desenhador
Jorge Jordão,	Desenhador
Dina Albertino,	Administrativa

Apoio Pontual:

Francisca Gusmão, Arquitecta Paisagista
 Emídio Carraça, Arquitecto Paisagista
 Ezequiel Duarte, Economista
 Alexandre Oliveira, Economista

5.3 – Dados Técnicos

Através dos novos meios informáticos, procedeu-se à digitalização do PDM de Torres Vedras, em vigor. Desta forma, foi possível no ano 2000, medir e aferir as áreas correspondentes a todas as classes de espaços existentes, conforme se encontra exposto no *Quadro 78*.

Classes de Espaço	Área (m ²)	Área (Km ²)	Área (ha)	Percentagem em relação ao Concelho (%)	Observações
Espaço Urbano	24411533,897	24,412	2441,2	6,00	
Espaço Urbanizável	18207918,5708	18,208	1820,8	4,47	
Espaço Industrial Existente	2033142,6110	2,033	203,3	0,50	
Espaço Industrial Proposto	3955545,4883	3,956	395,6	0,97	
Espaço p/ Indústria Extractiva	95346,6625	0,095	9,5	0,02	Exploração
Espaço R.A.N.	10339570,7472	103,396	10339,6	25,40	
Espaço Agrícola	118279099,3785	118,279	11827,9	29,05	
Espaço Florestal	87899634,6061	87,900	8790,0	21,59	
Espaço Silvo-Pastoril	29078788,1462	29,079	2907,9	7,14	
Espaço Natural	20921669,1631	20,922	2092,2	5,14	
Espaço Turístico	296782,2712	0,297	29,7	0,07	Áreas Turísticas
Espaço Cultural	0,0000	0,000	0,0	0,00	Áreas Culturais
Sem Classificação	727063,1471	0,727	72,7	0,18	
Totais	409302228,688	409,302	40930,2	100,54	
	2212909,6036	2,213	221,3		Sobreposição de Classes
Concelho	407089319,0851	407,089	40708,9		

Quadro 78 – Classes de Espaços do PDM de Torres Vedras de 1995